

UNIVERSIDADE FEDERAL DE GOIÁS
FACULDADE DE EDUCAÇÃO
DOUTORADO EM EDUCAÇÃO

LUÍS CÉSAR DE SOUZA

**SOCIEDADE, FUTEBOL, TORCIDAS ORGANIZADAS E EDUCAÇÃO:
da violência explícita às contradições não evidentes**

Goiânia
2014

LUÍS CÉSAR DE SOUZA

**SOCIEDADE, FUTEBOL, TORCIDAS ORGANIZADAS E EDUCAÇÃO:
da violência explícita às contradições não evidentes**

Tese apresentada ao Curso de Doutorado do Programa de Pós-Graduação em Educação da Faculdade de Educação da Universidade Federal de Goiás, para obtenção do título de Doutor em Educação.

Área de concentração: Educação.

Orientadora: Prof^a. Dr^a. Sílvia Rosa Silva Zanolla.

Goiânia
2014

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
Bibliotecário Luismar de Carvalho Junior CRB-1/2698

S719s

Souza, Luís César de.

Sociedade, futebol, torcidas organizadas e educação: da
violência explícita às contradições não evidentes. [manuscrito] /
Luís César de Souza- 2014.

192 f. : il., tabs.

Orientador: Prof^a. Dr^a. Sílvia Rosa Silva Zanolla.

Tese (Doutorado) – Universidade Federal de Goiás, Faculdade
de Educação, 2014.

Bibliografia.

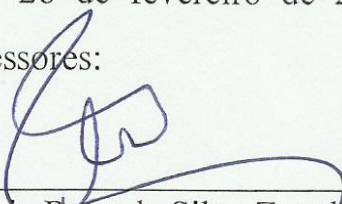
1. Futebol. 2. Sociedade. 3. Torcidas Organizadas. 4.
Violência. 5. Educação.

CDU 796.332:347.471.8+37

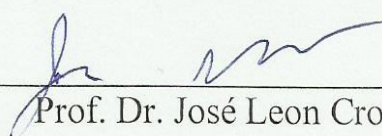
LUÍS CÉSAR DE SOUZA

Sociedade, futebol, torcidas organizadas e educação: da violência explícita às contradições não evidentes

Tese defendida no Curso de Doutorado em Educação da Faculdade de Educação da Universidade Federal de Goiás, para a obtenção do grau de Doutor, aprovada em 28 de fevereiro de 2014, pela Banca Examinadora constituída pelos professores:



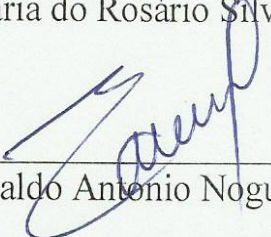
Prof.ª Dr.ª Silvia Rosa da Silva Zanolli (Orientadora) – UFG
Presidente da Banca



Prof. Dr. José Leon Crochik – USP/SP



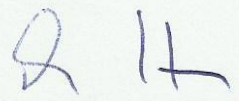
Prof.ª Dr.ª Maria do Rosário Silva Resende – UFG



Prof. Dr. Nivaldo Antonio Nogueira David – UFG



Prof. Dr. Fernando Mascarenhas Alves – UnB/DF



Prof. Dr. Domênico Uhng Hur – UFG

DEDICATÓRIA

Aos torcedores, simpatizantes, amantes e/ou praticantes do futebol.

Que as reflexões desse trabalho possam auxiliar no entendimento das contradições do futebol absorvido pelo “grande negócio” e transformado em espetáculo midiático. Que sirvam também para compreender as (im)possibilidades de formação do indivíduo por meio do esporte e, nesse sentido, contribuir com a superação da violência que se manifesta no futebol e da barbárie que assombra a humanidade.

AGRADECIMENTOS

À Universidade Federal de Goiás (UFG) que, por ser pública, gratuita e buscar qualidade, possibilitou a minha formação desde a graduação, a especialização, o mestrado e, agora, o doutorado.

À professora Sílvia Rosa Silva Zanolla pelo rigor nas orientações e pelo respeito aos limites pessoais e às condições objetivas de realização do trabalho. A ela devo parte significativa da minha inserção na pesquisa acadêmica.

Ao Programa de Pós-Graduação em Educação da Faculdade de Educação da UFG que, mesmo diante do predomínio do conhecimento especializado orientado pelo produtivismo, busca a formação cultural apoiada no esclarecimento e na construção (possível e relativa) da autonomia.

Ao Núcleo de Pesquisas e Estudos Sociedade, Subjetividade e Educação (Nupese) e ao Grupo de Estudos em Teoria Crítica pelo espaço de convivência com novos e “velhos” colegas e pelos calorosos debates que se revelaram fundamentais para o entendimento da teoria crítica frankfurtiana e da teoria marxiana.

Aos professores Nivaldo Nogueira David, Maria do Rosário Silva Resende e Domenico Hhng Hur pela leitura criteriosa e pelas contribuições no exame de qualificação. A eles e, também, aos professores José Leon Crochík e Fernando Mascarenhas, agradeço profundamente pela participação na defesa do trabalho e de mais uma importante etapa da minha formação.

Aos professores Sílvia Rosa Silva Zanolla, Anita Azevedo Rezende, Marília Gouveia de Miranda, Maria do Rosário Silva Resende, Maria Margarida Machado, Nelson Cardoso do Amaral e Flávio Munhoz Sofiati, pela “experiência” proporcionada e pelo rigor com que conduziram suas disciplinas.

Aos colegas de doutorado pelos momentos de convivência, de angústias e de descobertas teóricas nas aulas, nos grupos, nos corredores da faculdade e fora dela, pelo estímulo aos estudos e pelos desafios teórico-práticos que, cada um a seu modo, estimulava-me à auto-reflexão.

Aos colegas da Coordenação do Curso de Educação Física do Campus Jataí/UFG pelo incentivo pessoal e pelo apoio institucional imprescindíveis à realização do curso. Com eles aprimoro, a cada dia, a “experiência” que os desafios do trabalho coletivo possibilita.

Ao Campus Jataí da UFG, pelo apoio financeiro no primeiro ano do doutorado; à Pro-Reitoria de Pesquisa e Pós-Graduação (PRPPG/UFG) pela bolsa concedida em período intermediário; e à Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de Goiás (Fapeg) por conceder bolsa de estudos nos últimos dois anos do curso. Um agradecimento especial à professora Ivone Garcia Barbosa por permitir que a pesquisa fosse integrada à “Rede goiana de pesquisa sobre formação, perfil e atuação dos professores de cursos de pedagogia em Goiás” junto à Fapeg.

Às instituições e aos sujeitos que participaram da investigação empírica, em especial às Torcidas Organizadas Dragões Atléticos, Esquadrão Vilanovense, Força Jovem Goiás e Sangue Colorado que, por intermédio de seus dirigentes e membros, proporcionaram vivências e informações significativas para a compreensão do fenômeno investigado.

Por fim, agradeço à minha família pelo apoio e pela compreensão dos momentos de ausência. Em especial: aos meus pais, pela confiança e carinho acolhedores; às minhas filhas Luiza e Júlia que, apenas por existirem, proporcionam momentos de renovação e incentivo à vida; e à Aurélia pelo carinho, companheirismo e apoio que motivam a busca por grandes desafios como este e, ainda, pela valiosa leitura e pelas contribuições ao trabalho.

Hoje, a dominação se perpetua e se estende não apenas através da tecnologia, mas como tecnologia, e esta garante a grande legitimação do crescente poder político que absorve todas as esferas da cultura.

Herbert Marcuse

A única força verdadeira contra o princípio de Auschwitz seria a autonomia, se me for permitido empregar a expressão kantiana; a força para reflexão, para a autodeterminação, para o não deixar-se levar.

Theodor W. Adorno

Os anos se passaram, e com o tempo acabei assumindo minha identidade: não passo de um mendigo do bom futebol. Ando pelo mundo de chapéu na mão, e nos estádios suplico: - *Uma linda jogada, pelo amor de Deus!* E quando acontece o bom futebol, agradeço o milagre – sem me importar com o clube ou o país que o oferece.

Eduardo Galeano

RESUMO

A violência no futebol atribuída às torcidas organizadas tem sido recorrente e amplamente divulgada pelos meios de comunicação, todavia, esse debate é carregado de controvérsias sobre a responsabilidade dos confrontos, suas motivações e autorias. Diante disso, o tema em torno do qual as reflexões desta tese se desenvolvem são as mediações – perceptíveis e não evidentes – que se estabelecem entre as ações de torcedores organizados, a violência no futebol espetáculo produzido pela indústria cultural e a sociedade contemporânea. Nosso objetivo mais amplo foi compreender algumas motivações da violência no futebol a partir das manifestações de torcedores organizados dos três times de maior destaque em Goiás: Atlético Clube Goianiense, Goiás Esporte Clube e Vila Nova Futebol Clube. Os principais estudos sobre o fenômeno assinalam que a violência não pode ser considerada como “do” futebol, mas “no” futebol. Contudo, a partir da teoria crítica da sociedade da Escola de Frankfurt, sobretudo pelas reflexões de H. Marcuse, T. W. Adorno e M. Horkheimer, argumentamos que se a violência tem uma causa social, ela encontra correspondência no indivíduo, sendo, portanto, tributária do contexto social objetivo e ressignificada pela dinâmica subjetiva. Como a violência no futebol e os confrontos entre torcedores organizados constituem a face evidente do fenômeno, os consideramos como “ponto de partida”. Recorremos à investigação empírica para acompanhar o papel que as torcidas organizadas desempenham na ampliação da violência e entender como os principais sujeitos envolvidos nesse processo percebem o fenômeno. Observamos jogos em competições estadual e nacional dos três times; entrevistamos presidentes, diretores, membros e ex-membros das torcidas organizadas; dirigentes de clubes; responsáveis pela segurança no estádio; profissionais da mídia televisiva; além do uso de questionário com os membros mais orgânicos dessas torcidas. Entre as principais discussões, destacamos, num plano amplo, a intensificação do futebol como mercadoria na era do espetáculo midiático, configurando um cenário de indústria cultural do futebol, e a formação da individualidade nas sociedades administradas que se mostra mais disponível para pertencer a agrupamentos de massa. De modo específico, ressaltamos os conflitos dos torcedores organizados com a polícia e com a mídia, a manifestação de sentimentos supostamente incontroláveis, a revelação de que os confrontos são tolerados sob certas circunstâncias e a ênfase no argumento de que a violência no futebol se deve a uma minoria de criminosos infiltrados nas torcidas, motivo pelo qual a repressão e a punição foram as medidas mais lembradas para combatê-la – em detrimento da formação cultural ou das desigualdades estruturais engendradas pelo modo de produção social vigente. Como “ponto de chegada”, procuramos pelas contradições que se escondem por trás das motivações e justificativas para os confrontos e ressaltamos o papel fundamental da educação como contraponto à violência e à barbárie. Esta tese foi orientada pela Prof^a. Dr^a. Sílvia Rosa Silva Zanolla e desenvolvida na linha de pesquisa Cultura e Processos Educativos do Doutorado em Educação da Universidade Federal de Goiás.

Palavras-chave: futebol, torcidas organizadas, violência, individualidade, sociedade administrada

ABSTRACT

Attributed to organized fan clubs, the violence in soccer matches has been regularly and widely broadcasted by the media, however, this debate is laden with controversies about the responsibility of those scuffles, their motivations and authorships. In view of this, the theme whose reflections of this thesis are developed upon, are the mediations – the apparent and non apparent ones – that are established between the actions of organized soccer fans, the violence in football-entertainment produced by the cultural industry and contemporary society. Our broader objective was to realize some motivations for violence in soccer matches from organized football fan clubs' demonstrations of the three most prominent teams in the State of Goiás: Atlético Clube Goianiense, Goiás Esporte Clube e Vila Nova Futebol Clube. Major studies on the phenomenon indicate that the violence can't be observed as "from" soccer, but "in" soccer matches. However, from a critical theory of the Frankfurt School's society, particularly on the reflections of H. Marcuse, T. W. Adorno e M. Horkheimer, we argue that violence has a social cause, it finds relations on the individual, therefore, it's dependent on the social context and gets a new meaning due the subjective dynamics. As violence in soccer matches and scuffles between organized fans are the obvious aspect of this phenomenon, we consider them as the "starting point". We fell back upon the empirical research to follow up the role that those organized fan clubs play in the expansion of violence and to understand how the main subjects involved in this process realize the phenomenon. We have observed matches of those three teams in state and national competitions; we've interviewed presidents, directors, members and former members of organized fan clubs, club officers, people in charge of the stadium security; television media workers, and a questionnaire was applied to the more organic members of those fan clubs. Among the main discussion, we highlight, in broad scenery, the intensification of soccer as an article of trade in the age of media spectacle, shaping a scenario of cultural soccer industry, and the formation of individuality in those administered societies that seem to be more available to belong to clusters of people. Specifically, we highlight the conflicts of organized fan clubs with the police and the media, the manifestation of hypothetically uncontrollable feelings, the revelation that the scuffles are tolerated under certain circumstances and the emphasis on that the violence in soccer matches is due to a minority of criminals infiltrated in fan clubs, reason why the repression and punishment were the most remembered actions to fight it – to the detriment of cultural background or structural inequalities stimulated by the current social production style. As a "finish point", we have sought the contradictions hidden behind the motivations and justifications for the scuffles and we emphasize the fundamental role of the education as a counterpoint to violence and barbarism. This thesis was supervised by the teacher Ph.D. Sílvia Rosa Silva Zanolla and developed in the research line of Culture and Educational Processes of Doctorate in Education at the UFG – Universidade Federal de Goiás.

Keywords: soccer matches, football fan clubs, violence, individuality, administered society.

RESUMEN

La violencia en el fútbol, atribuida a clubes de aficionados, ha sido recurrente y ampliamente difundida por los medios de comunicación, sin embargo, el debate está cargado de disputas acerca de la responsabilidad de los enfrentamientos, sus motivaciones y autoría. Por lo tanto, el tema en torno al cual las reflexiones de esta tesis se desarrollan son las mediaciones – las perceptibles y no evidentes - que se establecen entre las acciones de los hinchas de fútbol, la violencia en el fútbol-espectáculo producido por la industria de la cultura y la sociedad contemporánea. Nuestra meta principal era entender algo de las motivaciones de la violencia en el fútbol desde las manifestaciones de los hinchas de tres equipos más destacados en Goiás: Atlético Clube Goianiense, Goiás Esporte Clube e Vila Nova Futebol Clube. Los principales estudios sobre el fenómeno indican que la violencia no puede considerarse como "del" fútbol, pero "en el" fútbol. Sin embargo, a partir de una teoría crítica de la sociedad de la Escuela de Frankfurt, en especial las reflexiones de H. Marcuse , T. W. Adorno y M. Horkheimer sostenemos que si la violencia tiene una causa social, encuentra correspondencia en el individuo, y por lo tanto depende del contexto social objetivo y resignificado por dinámicas subjetivas. Como la violencia en el fútbol y los enfrentamientos entre los hinchas son el aspecto evidente del fenómeno, los consideramos como "punto de partida". Recurrimos a la investigación empírica para acompañar el papel que los clubes de aficionados ocupan en la expansión de la violencia y entender cómo los principales sujetos involucrados en este proceso se dan cuenta del fenómeno. Observamos los juegos en las competiciones estatales y nacionales de tres equipos, hemos entrevistado a presidentes, oficiales, miembros y ex miembros de los clubes de aficionados, los dirigentes de clubes, los responsables de la seguridad en el estadio, profesionales de los medios de comunicación televisivos, además del uso de cuestionario con los miembros más orgánicos de estos hinchas. Entre la discusión principal, destacamos, en un plan global, la intensificación del fútbol como una mercancía en la era del espectáculo mediático, un escenario de la industria cultural del fútbol y la formación de la individualidad en las sociedades administradas que muestra una mayor disponibilidad de pertenecer a grupos de masa. Específicamente, se destacan los conflictos entre hinchas, policía y los medios de comunicación, la manifestación de sentimientos supuestamente incontrolables, la revelación de que los enfrentamientos se toleran en determinadas circunstancias y el énfasis en que la violencia en el fútbol se debe a una minoría de delincuentes infiltrados en los clubes de aficionados, razón por la cual se recordó más la represión y el castigo como las medidas para combatirla - a expensas de la formación cultural o de las desigualdades estructurales engendradas por el modo de producción social actual. Como "punto de llegada", buscamos las contradicciones que se esconden detrás de las motivaciones y justificaciones de los enfrentamientos y hacemos hincapié en el papel fundamental de la educación como contrapunto a la violencia y la barbarie. Esta tesis fue supervisada por la profesora Dr. Sílvia Rosa Silva Zanolla y desarrollada en la línea de investigación Cultura y Procesos Educativos de Doctorado en Educación de la Universidade Federal de Goiás – UFG.

Palabras clave: fútbol, clubes de aficionados, violencia, individualidad, sociedad administrada.

LISTA DE SIGLAS E ABREVIATURAS

ACG	Atlético Clube Goianiense
CBD	Confederação Brasileira de Desportos
CBF	Confederação Brasileira de Futebol
FGF	Federação Goiana de Futebol
FIFA	Federação Internacional de Futebol
FJG	Força Jovem Goiás
GEC	Goiás Esporte Clube
PM	Polícia Militar
TAC	Termo de Ajuste de Conduta
TDA	Torcida Dragões Atleticanos
TEV	Torcida Esquadrão Vilanovense
TO	Torcida Organizada
TO's	Torcidas Organizadas
TSC	Torcida Sangue Colorado
VNFC	Vila Nova Futebol Clube

LISTA DE TABELAS

Tabela 1	
Escolaridade.....	127
Tabela 2	
Renda	128
Tabela 3	
Consumo de produtos relacionados ao futebol.....	130
Tabela 4	
Sentimento em relação ao time e à torcida adversária.....	140
Tabela 5	
Principal influência ao se tornar torcedor de futebol.....	153
Tabela 6	
Principal influência na adesão à torcida organizada.....	154
Tabela 7	
Meio de comunicação mais usado para acompanhar jogos e notícias do futebol	156
Tabela 8	
Finalidade com que mais usa a internet.....	159

LISTA DE QUADROS

Quadro 1	
Percepções sobre torcida organizada	131
Quadro 2	
Motivações e justificativas para os confrontos.....	137

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	16
I SOCIEDADE INDUSTRIAL E O POTENCIAL (DE)FORMATIVO DO FUTEBOL CONTEMPORÂNEO	22
1.1 O foot-ball pré-moderno	22
1.2 Capitalismo ascendente e futebol moderno	28
1.3 Futebol no Brasil: origem, classe social e preconceito	34
1.4 Futebol e ditadura militar: ideologia e tutela estatal	45
1.5 Capitalismo tardio e indústria cultural do futebol	51
II SOCIEDADE ADMINISTRADA E TORCIDAS ORGANIZADAS: ASPECTOS OBJETIVOS E SUBJETIVOS DA VIOLÊNCIA.....	61
2.1 Gênese e características das torcidas organizadas	61
2.2 Diferentes interpretações sobre a violência no futebol e nas torcidas	69
2.3 Fundamentos de uma perspectiva teórico-crítica para análise da violência no futebol a partir das torcidas organizadas	80
2.3.1 Da agressividade à cultura e à violência social.....	81
2.3.2 Violência e coletividade pelo viés da Psicologia de grupo freudiana.....	88
2.3.3 (De)formação e integração do indivíduo nas sociedades de capitalismo avançado.....	93
2.3.4 Racionalidade tecnológica e indústria cultural: novas forças produtivas e novas relações de produção.....	100
III TEORIA CRÍTICA E INVESTIGAÇÃO EMPÍRICA DA VIOLÊNCIA NO FUTEBOL A PARTIR DAS TORCIDAS ORGANIZADAS	111
3.1 Desafios de uma teoria crítica da sociedade	111
3.2 Investigação empírica das torcidas organizadas	116
3.3 Análise de conteúdo na perspectiva teórico-crítica	123

IV FUTEBOL E TORCIDAS ORGANIZADAS EM GOIÁS: DA VIOLÊNCIA EVIDENTE ÀS CONTRADIÇÕES VELADAS	126
4.1 Perfil majoritário dos torcedores organizados	126
4.2 Percepções positivas e negativas sobre torcidas organizadas	130
4.3 Motivações e justificativas para os confrontos	136
4.3.1 Supostos sentimentos incontroláveis	138
4.3.2 Confrontos incitados e justificados.....	143
4.3.3 Despreparo policial e necessidade de tutela	145
4.3.4 Criminalização da torcida e o aparente paradoxo com a mídia e a internet	149
4.3.5 Infiltração de baderneiros e criminosos e a ideologia das medidas repressivas	160
4.3.6 (De)formação cultural e barbárie: a educação na contramão da violência	166
4.4 Outras controvérsias	171
4.4.1 Da ausência de recursos do clube ao patrocínio do Governo	171
4.4.2 Percepções em colisão sobre prevenção, repressão e punição.....	176
CONCLUSÃO	181
REFERÊNCIAS.....	185
ANEXOS	191

INTRODUÇÃO

Não há dificuldade em perceber a violência social no cotidiano, tanto física, relacionada à desigualdade estrutural e à miséria social, quanto moral, como preconceitos de toda ordem. Se a delimitarmos ao âmbito do esporte e do futebol em particular, a percepção é que ela encontrou um ambiente favorável para se manifestar, pois a partir das décadas finais do século XX, o número de jogos envolvendo violência de torcedores, muitos terminados em tragédia, se multiplicou, como por exemplo: o “Massacre de Bruxelas” (Bélgica), em que 39 pessoas morreram e centenas ficaram feridas após o confronto entre os torcedores da Juventus de Turin (Itália) e do Liverpool (Inglês), em maio de 1985. Dez anos mais tarde, transmitia-se ao vivo a “Batalha do Pacaembu” em São Paulo, no jogo entre São Paulo e Palmeiras, em que os torcedores utilizaram paus, pedras e outros objetos como armas para se agredirem mutuamente; o desfecho foi a morte de um torcedor e dezenas de feridos. Em 2009, o empate no jogo com o Fluminense rebaixou o time do Coritiba para série B (segunda divisão do Campeonato Brasileiro) e os torcedores revoltados invadiram o campo, agrediram a equipe e os torcedores adversários – além de quem encontraram pela frente, como foi o caso de numerosos policiais feridos. No jogo entre Goiás Esporte Clube (GEC) e Vila Nova Futebol Clube (VNFC), pelas semifinais do Campeonato Goiano de 2011, houve confronto entre torcedores das duas equipes – desta vez motivado por uma confusão iniciada pelos próprios jogadores – e o resultado foi a morte de um jovem rapaz. Para finalizar, afinal a lista é extensa, no jogo entre o Al-Ahly e Al-Masry em Port-Said (Egito) em 2012, o confronto entre os torcedores dentro do estádio tem sido considerada a mais brutal de todas, pois o resultado foi a morte de 74 torcedores – a maioria por fraturas no rosto e hemorragias internas – e mais de mil feridos¹.

Diante disso, a violência entre torcedores – e no caso brasileiro, entre torcidas organizadas (TO’s) – tem sido recorrente e amplamente divulgada pelos meios de comunicação, todavia, esse debate é carregado de controvérsias e divergências sobre a responsabilidade dos confrontos, suas motivações e autorias. Isso tem despertado atenção de diferentes instituições sociais e a investigação acadêmica tem buscado compreendê-la de áreas e abordagens teóricas diferentes – com predomínio dos estudos antropológicos e sociológicos. As principais análises entendem que a violência difundida pela mídia em busca de audiência

¹ Confrontos dessa natureza são de domínio público e podem ser encontrados em pesquisas simples em sites como www.youtube.com e www.organizadasbrasil.com, por meio da combinação de termos como “futebol”, “torcidas organizadas” e “violência”.

não pode ser considerada como “do” futebol, mas “no” futebol. Nessa acepção, mesmo reconhecendo que o futebol em si desenvolve-se dentro de uma dinâmica que favorece o confronto físico, este deve ser controlado, e não suprimido, a fim de garantir a igualdade ao jogar. O controle da violência deve ser realizado pelo juiz, dentro do campo, e pelos responsáveis pelos preparativos e pela organização do evento esportivo. Nessa perspectiva, se o comportamento violento encontra no futebol um ambiente fértil para se manifestar, é preciso investigar as suas origens “fora” dele; daí o entendimento de que a violência se origina no contexto social mais amplo, a partir de situações como desigualdade social, desemprego, concentração de renda, corrupção e impunidade, além do consumo de drogas que, se não deve ser considerado causa da violência, potencializa sua ocorrência. Não negamos que as condições objetivas engendram a violência social e no decorrer do trabalho verificar-se-á que concordamos que esses fatores têm primazia nas determinações sobre o grau com que a violência ocorre na sociedade, no grupo ou no indivíduo, isto é, se aumenta ou se diminui. Contudo, a partir da teoria crítica frankfurtiana, argumentamos que se a violência tem uma causa social, ela encontra correspondência no indivíduo e – sendo a sociedade composta por indivíduos – objetivamos compreender como a violência é tributária do contexto social e ressignificada pela dinâmica subjetiva.

O tema em torno do qual as discussões desta tese se desenvolvem apresenta mediações – perceptíveis e não evidentes – que se estabelecem entre as manifestações de torcedores organizados, a violência no futebol na era do espetáculo midiático e a sociedade contemporânea. Nosso objetivo mais amplo foi compreender algumas motivações e justificativas apresentadas por torcedores organizados para os confrontos, e procurar por suas contradições. Frente a desafios complexos e abrangentes, o estudo exigiu uma perspectiva de totalidade, uma vez que os confrontos entre os torcedores revelaram ser motivados por fatores externos relacionados à estrutura e ao modo de produção social vigente e, também, por fatores internos e individuais relacionados à constituição da identidade, à inserção na cultura e ao sentido da violência atribuído pelo indivíduo – sobretudo os membros mais orgânicos das TO’s.

O método que norteou o trabalho pode assim ser sintetizado: os confrontos entre torcedores organizados constituem a face mais visível do fenômeno e, como tal, os consideramos como ponto de partida. Em nossa busca, observamos que algumas análises argumentam que o futebol é democrático e por meio dele é possível compreender a sociedade brasileira (DAMATTA, 1982); e se a violência encontra nesse esporte um lugar privilegiado para sua manifestação coletiva, suas causas devem ser compreendidas fundamentalmente fora

dele, isto é, nos estilos de vida que resultam do modo de organização social (TOLEDO, 1996), e em determinações da própria sociedade (PIMENTA, 1997; REIS, 2006). Todavia, se a civilização foi edificada por meio da razão, isso ocorreu devido à dominação do homem sobre a natureza e, também, mediante a repressão que esta civilização impôs aos impulsos agressivos do indivíduo. Horkheimer e Adorno (1985) nos ajudam a formular o problema de maneira mais clara. Em suas análises, buscam compreender as relações de dominação que se estabelecem entre os homens e, também, destes com a natureza. Embora reconheçam, a partir da teoria marxiana, que nas sociedades industriais capitalistas as relações de dominação se ampliaram e se intensificaram, argumentam que elas são anteriores à configuração do capitalismo contemporâneo e demonstram que Ulisses – o herói da *Odisseia* de Homero, datada de cerca de oito séculos a.C. – já representava o protótipo do indivíduo burguês. Em sua saga, Ulisses sobreviveu porque, de forma astuta, utilizou a razão para enganar seus adversários e submeter a natureza ao seu domínio. A conclusão dos autores é que razão e autonomia, como também dominação e repressão, constituem dialeticamente o indivíduo e, advertem, ignorar um deles resultará em compreensão parcial tanto do indivíduo como da civilização².

Nesse sentido, a violência que se manifesta no futebol remete a mediações do indivíduo com a civilização, e conforme se desenvolvem as forças produtivas e as relações de produção na sociedade contemporânea, os comportamentos agressivos se desdobram para a violência social ou são culturalmente elaborados (ADORNO, 1995a; ZANOLLA, 2010). Esta concepção de violência e sociedade parte do princípio de que é no reconhecimento dos limites impostos pelas relações de dominação que a emancipação humana pode emergir; e o exercício de construção do método pode ser sintetizado por meio do procedimento denominado por Adorno de crítica imanente:

para a crítica imanente uma formação bem-sucedida não é, contudo, aquela que reconcilia as contradições objetivas no engodo da harmonia, mas sim a que exprime negativamente a ideia de harmonia, ao marcar as contradições pura e inflexivelmente, na sua mais íntima estrutura. [...] Por isso, a crítica imanente não consegue tranquilizar-se com seu próprio conceito e acomodar-se nele (ADORNO, 1993, p. 89).

As análises foram desenvolvidas com base na tradição crítica da Escola de Frankfurt, sobretudo as reflexões e as críticas de Herbert Marcuse, Theodor Adorno e Max Horkheimer; desse modo, foi indispensável recorrer a conceitos como sociedade

² Cf. também Jay (2008); Zanolla (2007).

administrada, racionalidade instrumental, aparato tecnológico, dominação, violência e barbárie, como também esclarecimento, autonomia, liberdade e emancipação humana.

Com o propósito de ampliar o debate teórico-metodológico, recorreremos à investigação empírica para acompanhar *in loco* a violência no futebol, averiguar o papel que as torcidas desempenham na sua ampliação e entender como alguns dos principais sujeitos envolvidos nesse processo pensam e vivenciam o fenômeno. Para tanto, além da observação de jogos do Atlético Clube Goianiense (ACG), Goiás Esporte Clube (GEC) e Vila Nova Futebol Clube (VNFC), tanto no Campeonato Goiano como em competições nacionais, entrevistamos presidentes, diretores, membros e ex-membros das torcidas Força Jovem Goiás (FJG), Torcida Dragões Atléticos (TDA) e Torcida Esquadrão Vilanovense (TEV); dirigentes dos clubes, responsáveis pela segurança no estádio e suas imediações, e profissionais da mídia televisiva ligados ao esporte; e usamos questionários para obter informações sobre o perfil majoritário, percepções e comportamentos dos membros mais orgânicos das torcidas.

Estruturamos o trabalho em quatro capítulos. No primeiro, contextualizamos o futebol desde tempos remotos até sua formação moderna e notamos que, embora seja observável um “processo civilizador” em sua história, este não garantiu sua democratização – revelando que a violência que se manifestava nos jogos pré-modernos não foi eliminada diante do aprimoramento das regras modernas. Na verdade, o que ocorreu foi sua institucionalização pela sociedade burguesa na Inglaterra a partir do século XIX e, de lá, se difundindo para diversos países. No Brasil, a história do futebol revela conflitos de classe, preconceitos e, também, sua apropriação ideológica pelo Estado em diferentes momentos – com destaque para o período militar de 1964 a 1985. Ainda mostramos o futebol como um dos produtos mais prósperos da indústria cultural³ e do grande negócio⁴ nas décadas finais do

³ Horkheimer e Adorno (1985), em 1944, elaboram o conceito de indústria cultural para demonstrarem a subordinação da cultura – em diferentes aspectos, como na educação, na arte, no esporte, no tempo livre, etc. – a interesses e procedimentos determinados pelo princípio da acumulação capitalista. O mecanismo central com que opera a indústria cultural é criar a ilusão de que esta sociedade democratiza o acesso às mercadorias pelos indivíduos, porém, o que se esconde nesse procedimento é a fabricação de gostos e necessidades adaptados aos seus produtos e a intensificação dos mecanismos ideológicos de dominação mediante a dissimulação dos interesses de seus proprietários.

⁴ De igual modo, usamos as expressões grande negócio (MARCUSE, 1999, 1967) e/ou capitalismo tardio (ADORNO, 1993) para caracterizar a atual fase da sociedade industrial e capitalista, marcada pela tendência ao monopólio de grandes empresas, pela autonomização e padronização das forças produtivas e por relações de produção que revelam um cenário de integração social da consciência dos indivíduos ao aparato (conjunto de equipamentos, maquinaria, tecnologia) nas sociedades em que a administração e a burocracia se tornaram o *modus operandi* e ampliaram em grau extremo o fetichismo, denunciado por Marx, em que as mercadorias ganham vida e os homens e suas relações figuram como “coisa”.

século XX e início do século XXI, configurando uma espécie de “indústria cultural do futebol” em que o megaevento Copa do Mundo de Futebol constitui exemplo paradigmático.

No segundo capítulo, demonstramos que, embora a origem das TO's em seus formatos atuais remonte à década de 1970, foi no contexto da indústria cultural do futebol que elas se fortaleceram e suas ações foram mais evidenciadas pelos meios de comunicação. Observamos que a absorção do futebol pelo grande negócio e sua disseminação como espetáculo midiático ressignificou também os gostos e as atitudes dos espectadores, que se tornaram mais exigentes de um futebol técnico, eficiente e espetacular. Daí a importância de refletir sobre as faces ideológicas e alienantes do esporte e do futebol na atualidade, o que fizemos por meio de um debate crítico com uma abordagem interpretativo-descritiva da violência no futebol e nas TO's. Em seguida, a partir da teoria crítica frankfurtiana, apresentamos fundamentos para o argumento de que a violência social assenta em bases objetivas e sociais e, também, subjetivas e individuais, pressuposto fundamental no estudo de fenômenos sociais como o esporte, o futebol, as TO's, a violência e a barbárie. Diante do declínio da família tradicional como referência de autoridade, discutimos como a racionalidade tecnológica e a indústria cultural influenciam a formação do indivíduo e fornecem o “cimento” para a constituição de um tipo de individualidade adaptada que se mostra incapaz de enfrentar as contradições sociais e revela tendência para pertencer a agrupamentos de massa.

Como se sabe, a perspectiva de conhecimento científico que tem predominado na sociedade contemporânea é de cunho positivista, sistêmico e funcional à ordem social vigente. Sendo nossa intenção se contrapor a essa concepção, desenvolvemos no terceiro capítulo fundamentos epistemológicos de uma teoria crítica e negativa dessa sociedade e os desafios de promover uma investigação empírica submetida aos seus princípios. Além disso, detalhamos os instrumentos utilizados e ressaltamos pressupostos que devem ser considerados na análise de conteúdo pelo viés da teoria crítica.

No quarto capítulo discutimos os resultados da investigação empírica. Num primeiro momento, a partir das informações dos questionários, apresentamos o perfil majoritário de torcedores organizados em Goiás com o propósito de auxiliar a discussão das informações obtidas pelas entrevistas. Em seguida, à luz dos pressupostos teóricos desenvolvidos no decorrer do trabalho, discutimos as percepções dos sujeitos sobre o papel ideal e real das TO's atualmente, e controvérsias envolvendo a polícia, a mídia, a relação do clube com as torcidas e, também, ações de prevenção, repressão e punição. A discussão principal se deu a partir de motivações e justificativas apresentadas para os confrontos, entre

as quais duas se destacaram: que o confronto e a briga entre torcedores organizados não são tão indesejados – revelando coerência com o estado de barbárie que predomina na sociedade contemporânea –, e o discurso de que a violência no futebol tem ocorrido devido à infiltração de baderneiros e criminosos nas torcidas, o que levou os entrevistados a sobrevalorizar as medidas repressivas e punitivas no combate à violência, enquanto problemas socioeconômicos, culturais e formativos foram colocados em segundo plano; motivo pelo qual destacamos o papel da educação na luta contra a barbárie. Concluimos com uma breve síntese em que ressaltamos o caráter inconcluso do trabalho e expressamos nossa expectativa com ele.

Por último, é relevante esclarecer que as reflexões aqui desenvolvidas não representam uma postura contrária e de resistência ao esporte e ao futebol; muito menos visam acusações indiscriminadas sobre a manifestação de torcedores ou das TO's. Seu autor atua no campo esportivo, é praticante de futebol e, também, torcedor – embora um tipo de praticante e um tipo de torcedor com características muito próximas às reveladas pelo escritor uruguaio Eduardo Galeano: como praticante, as melhores jogadas ocorrem à noite, durante os sonhos, e como torcedor “não passo de um mendigo do bom futebol. Ando pelo mundo de chapéu na mão, e nos estádios suplico: - Uma linda jogada, pelo amor de Deus! E quando acontece o bom futebol, agradeço o milagre – sem me importar com o clube ou o país que o oferece” (GALEANO, 2004, p. 9). Se fosse solicitado a resumir a “experiência” com esse trabalho, ressaltaria que é possível se envolver com o esporte, vivenciar o futebol e manifestar as preferências pelo time sem que essas atitudes se convertam em fanatismo ou motivações para confrontos. É o que se espera também demonstrar.

I

SOCIEDADE INDUSTRIAL E O POTENCIAL (DE)FORMATIVO DO FUTEBOL CONTEMPORÂNEO

A história do futebol não deve ser apreendida de modo linear e submetida a uma periodização fechada. Nesse sentido, fizemos um mapeamento para auxiliar a compreensão de dois aspectos principais: a transformação desse esporte em espetáculo de massa e as mediações entre violência e futebol, especialmente aquela atribuída aos torcedores e às torcidas organizadas (TO's). Os registros indicam que o futebol, ou *football*, tem origens remotas e significados distintos: como jogo com um objeto praticado com os pés, remonta à Antiguidade e à Idade Média, contudo, no século XIX, esse esporte foi influenciado pelas transformações da sociedade industrial e capitalista ascendente. Na atualidade, além de se manter sem alterações substanciais em relação às regras instituídas pela *Football Association*⁵, o futebol tornou-se um esporte assistido e praticado em todos os continentes. O propósito desse capítulo é acompanhar essas transformações desde suas origens, todavia a ênfase se concentrou no momento em que ele se transformou em esporte moderno na Inglaterra e de lá se difundiu para o mundo – sendo o Brasil um país que se destacou na aceitação e ressignificação desse esporte – e, também, a sua apropriação de modo mais intensivo pela indústria cultural e pelo grande negócio no final do século XX. Como prática cultural, o problema que se instaura é a submissão das dimensões artísticas e culturais ao espetáculo midiático, que por sua vez banaliza sua condição de mercadoria e faz com que também no futebol se objetivem a alienação e a ideologia social.

1.1 O *foot-ball* pré-moderno

O jogo com um objeto circular praticado com os pés remonta há centenas de anos a.C. Obviamente esses jogos antigos não eram como o futebol moderno, mas há certo consenso entre os historiadores de que aqueles são os ancestrais deste. Entre algumas experiências consideradas antecessoras do futebol moderno destacam-se o *Tsu Tsu*, o *Kemary*,

⁵ No verbete “futebol” da Enciclopédia Mirador Internacional (1983) consta que “a palavra inglesa *football*, *foot-ball*, registra-se pela primeira vez em 1423-1424; é um substantivo composto de dois outros *foot*, 'pé', *ball*, 'bola', e significava já naquela época 'jogo de bola praticado com os pés'. Na segunda metade do século XIX, passa a haver basicamente duas modalidades diferentes de jogar futebol, aparecendo então as denominações *football association* e *rugby football*, para cada uma delas”. O *football association* foi a denominação dada ao futebol moderno no ano de 1863 para marcar as diferenças de suas regras com as do *rugby* – outro tipo de futebol – especialmente no que diz respeito à permissão ou não de conduzir a bola com as mãos. Ao reportarmos às informações extraídas do verbete “futebol” desta Enciclopédia indicaremos a fonte pelas iniciais EMI.

o *Tlachtli*, o *Matanaaríti*, o *Epyskiros*, o *Harpastum* e o *Calcio*. A discussão de algumas características desses jogos possibilita entender que, mesmo diante da riqueza da cultura ocidental desde a Grécia clássica, é preciso lembrar que a cultura oriental é igualmente rica em suas raízes históricas, o que implica reconhecer que os elementos da cultura resultam das relações que o homem estabelece com a natureza e com os outros homens no processo de (re)organização social.

Na China, o *Tsu Tsu* era praticado há aproximadamente 2.600 anos a.C. e sua prática tinha muito pouco ou quase nada a ver com um jogo esportivo, afinal representava um ritual de guerra, pois “após os combates, a tribo vencedora jogava um 'futebol' cujas 'bolas' eram sete cabeças dos derrotados: a do chefe e mais seis dos melhores guerreiros inimigos, os mais valentes e habilidosos” (MURAD, 2012, p. 64). Nesse ritual, se acreditava que o sangue e o despedaçar das cabeças em pontapés eram um meio de fertilizar a terra para melhores plantios e colheitas de alimentos – já que a agricultura era a principal atividade econômica daquela época.

Também no oriente registra-se a prática do *Kemary* no Japão, aproximadamente há 2.600 anos a.C.. Embora inspirado no jogo dos chineses, dele se diferenciava porque não tinha objetivos beligerantes e nem se contavam pontos, mas a finalidade era aprimorar a técnica de controlar a bola com os pés (EMI, 1983). Marcadamente um jogo em que predominava a dimensão técnico-artística, o *Kemary* era considerado uma prática complementar à educação e a busca pela perfeição de seus movimentos auxiliava no desenvolvimento da disciplina e da concentração imprescindíveis ao aprendizado escolar e à “sabedoria para a boa vida”. Ainda nos dias de hoje, é praticado sob o mesmo silêncio que a milenar cultura japonesa defende para educação de seus alunos; e além da delicadeza, a plasticidade do *Kemary* é elegante e artística, a indumentária é refinada e o ritmo e os movimentos são realizados mediante melodias típicas do folclore japonês (MURAD, 2012). Em comparação ao *Tsu Tsu*, o *Kemary* estaria mais ligado ao chamado “futebol arte” do que ao “futebol força”, o que sugere que esta ambivalência é histórica e muito anterior ao esporte moderno.

No continente americano também há registros de prática de jogo envolvendo bola, pés e mãos há aproximadamente 15 séculos a.C.: o *Tlachtli*, que se desenvolvia com aspectos semelhantes ao *Tsu Tsu* chinês, com finalidades “míticas e beligerantes”. Simulando uma guerra, jogadores da equipe derrotada tinham suas cabeças decapitadas porque se acreditava “que o sangue jorrado divinizaria a terra, e, desse modo, o sagrado tentaria controlar o excesso de emoções” (MURAD, 2012, p. 68). Mais ao sul do continente, “os araucanos, no

Chile, conheciam um jogo parecido com o *tlachtli*, enquanto os índios da Patagônia jogavam o *tchoekah*, empregando um pedaço de árvore para acionar a bola, como no beisebol ou no hóquei” (EMI, 1983). Ainda na América do Sul, o *Matanaaríti* remonta à tradição de indígenas brasileiros há pelo menos 1000 anos a.C. e foi um jogo em que “a bola era de mangabeira (borracha), revestida de caucho (madeira leve). Pés, pernas, costas e nádegas podiam ser usados para controlar a bola, mas a disputa era quase sempre através de cabeçadas” (MURAD, 2012, p. 69). Nessa prática, se o confronto físico o distancia do estilo de jogo japonês, ao menos em relação ao sentido formativo a experiência dos índios brasileiros apresenta semelhança, pois aqui também havia preocupações com aspectos educativos, especialmente “para as crianças e jovens, já que uma das regras principais era o respeito, pelo jogo e pelos demais, durante a partida: não se podia falar palavrões, xingar adversários, nem pai ou mãe, tampouco a plateia” (*Ibid.*, p. 69). De acordo com esse autor, essa poderia ser considerada uma forma arcaica das origens do que hoje se conhece como *fair play* – o respeito às regras, ao adversário e ao público.

Nas civilizações clássicas da cultura ocidental também foram registrados jogos de bola com os pés. “Na Grécia do século IV a.C. e em Roma do século I a.C. eram praticados respectivamente o *Epyskiros*, que chegou a ser modalidade olímpica, e o *Harpastum*, no contexto de florescimento máximo das respectivas culturas dessas clássicas civilizações” (*Ibid.*, p. 70). Esses jogos eram praticados tanto pela nobreza grega – os cidadãos da pólis – e pela aristocracia romana – os patrícios –, quanto pelo povo, sendo que neste último caso os jogos se tornavam mais livres, o que trazia duas “consequências imediatas: mais livre, a modalidade tornava-se mais bonita, espontânea, mas também mais vigorosa e, às vezes mais violenta” (*Ibid.*, p. 70). Todavia, nesses jogos compareciam também a elegância e a disciplina dos jogadores – os quais eram escolhidos entre os melhores devido ao espírito olímpico grego que ainda predominava⁶.

Na Idade Média, os jogos de bola com o pé foram realizados em diferentes lugares e com diferentes significados, e boa parte dos que se tem registro indica forte teor violento. Na cidade de Ashbourne, Inglaterra, por exemplo, foi realizado um jogo considerado importante precursor do futebol moderno; disputado anualmente durante as chamadas “terças-feiras gordas”, cerca de 400 a 500 participantes corriam “atrás de uma bola de couro fabricada pelo sapateiro local, com o objetivo de alcançá-la, dominá-la e finalmente levá-la até a meta

⁶ Embora haja indícios de que competições esportivas com programas organizados remontem a 15 séculos a.C., com os jogos pan-helênicos, é somente a partir do ano de 776 a.C. que se reconhecem os primeiros Jogos Olímpicos, pois “os nomes dos vencedores das provas do programa começaram a ser anotados nos registros públicos” (EMI, 1983).

adversária, no caso as portas norte e sul da cidade, uma para cada equipe” (EMI, 1983). Embora haja controvérsias sobre as origens desse tipo de jogo, duas explicações podem auxiliar a entender a violência no futebol pré-moderno. Uma das versões era que “se tratava de uma comemoração anual da vitória dos bretões sobre os romanos, numa partida de *harpastum* efetuada no ano de 217”; a outra versão sustenta que as origens desse jogo estariam

nas lendas surgidas durante ou depois das batalhas entre os habitantes saxões e os invasores dinamarqueses, já no início do século XI. A primeira dessas partidas teria sido disputada pelos homens de Ashbourne ou de Derby, utilizando como bola o crânio de um oficial dinamarquês em combate (EMI, 1983).

Seja qual for a origem, o que parece certo é que a história confirma a existência de comportamentos violentos no futebol pré-moderno e, mais ainda, registra-se nesse período que o jogo em diferentes países europeus – além da Inglaterra, também na França e na Itália – “era um jogo primitivo, violento, semibárbaro e, por tudo isso, mal visto. [Motivo pelo qual] o futebol de então constituía prática condenável” (EMI, 1983). Tão condenável que autoridades reais da época o proibiam com frequência, alegando que se tratava de um jogo que provocava vítimas, instaurava o tumulto na cidade, feria os preceitos divinos e, além disso, poderia desviar a atenção de soldados e comprometer o êxito nas guerras⁷. De acordo com Elias e Dunning (1992, p. 259), “por muito selvagens e turbulentos que fossem os seus jogos de bola, as pessoas gostavam deles. [Como resultado] os seus conflitos com as autoridades, a propósito destes passatempos, continuaram durante séculos sem interrupção”.

Todavia, não era somente a dimensão violenta que se destacava, mas também o envolvimento e o prazer pelo jogo. Elias e Duning (1992) assinalam que alguns dos principais participantes desses jogos eram os camponeses que gozavam de certa liberdade e os pequenos proprietários de terras locais; e mesmo que ossos se quebrassem ou alguém morresse por causa de ferimentos no jogo, “o povo da região, os camponeses e a pequena nobreza em conjunto, sentia prazer nele e estava, como pode ver-se, sempre disponível para o realizar” (p. 275). Por despertar o envolvimento do povo, os jogos medievais se tornaram populares na Grã-Gretanha e em outros países, e diferentes nomes foram utilizados para designá-los, como *football*, *campball*, *hurling*, *knappan* (na Grã-Gretanha), *la soule* (na França), *gioco della pugna* (na Itália). Apesar das diferentes denominações, Murphy *et. al.* (1994, p. 30-31)

⁷ “O futebol era um jogo muito popular no norte da Inglaterra e também na Escócia, chegando a se realizarem jogos entre os dois lados, nos espaços entre duas batalhas”, o que teria levado o Rei a perceber “que os interesses de seus soldados pelo futebol era tanto, que temia que viessem eles a se descuidar de esportes mais adequados ao treinamento para a guerra (arco e flecha, esgrima, arremesso de lanças)” (EMI, 1983).

assinalam que

nestes jogos, a bola era movimentada, atirada e dominada não só com os pés como com o auxílio de tacos, as partidas disputavam-se tanto nas ruas das cidades como em campo aberto e o número de jogadores era variável e irrestrito, ultrapassando por vezes os mil. Não se atentava à igualdade de participantes por cada um dos lados e as regras não existiam sob a forma escrita, nem eram impostas e padronizadas por um qualquer órgão fiscalizador central, antes sendo transmitidas oralmente e específicas de cada lugar. No entanto, apesar destas variações locais, os jogos tradicionais populares partilhavam pelo menos uma característica comum: eram todos jogos-luta.

Para ilustrar esse tipo de prática, os autores se valem de duas situações permeadas por extrema violência. Na Grã-Bretanha do século XVII, uma descrição do *knappan* revela que os participantes poderiam passar dos dois mil, alguns jogavam montados em cavalos portando tacos e qualquer um que se encontrasse dentro ou próximo da contenda não era poupado dos cassetetes, socos e pontapés; e ao norte da Itália, o *gioco della pugna*, além da agressão por socos e pontapés, também incluía na disputa a prática do apedrejamento, o que teria levado autoridades da época a tentarem abrandar o derramamento de sangue pela ameaça de julgar por assassinato aqueles que matassem adversários (MURPHY *et. al.*, 1994, p. 31ss).

Ocorreu também na Itália o jogo considerado um dos precursores mais importantes do futebol moderno: o *Calcio*. Sua importância se revelou porque foi um jogo organizado com regras, “segundo se sabe, o único futebol organizado de toda a Idade Média e Renascença” (EMI, 1983). Entretanto, mesmo que alguns desses jogos sejam considerados práticas antigas do *football association*, a partir dos registros disponibilizados aos historiadores, sobretudo na Grã-Bretanha, uma compreensão sobre o real significado deles dependeria de um conhecimento a fundo do contexto econômico e político-cultural daquelas sociedades. No entendimento de Elias e Dunning (1992), as proibições representaram uma espécie de ajustamento de conduta com o propósito de evitar a baderna, a violência e o cultivo de práticas inúteis, e esses ajustamentos teriam colaborado para civilizar o futebol⁸.

Após diferentes formas de jogos, no ocidente e no oriente, em diferentes contextos e períodos, o futebol começa a ser praticado de modo mais civilizado no século XVII, o que impulsiona a difusão de sua prática. Todavia, é no século XVIII que se registra de modo mais evidente a transição das práticas primitivas e violentas para sua versão mais civilizada –

⁸ Ainda hoje os Termos de Ajuste de Conduta (TAC's) são comuns. Ao mencionar o que se tem feito para diminuir a violência no futebol, os entrevistados apontaram os TAC's como principal ação conjunta entre TO's, Secretaria de Segurança Pública, Ministério Público e clubes, como medida para preveni-la. Isso aponta que a violência no futebol é histórica e recorrente; e as tentativas de controle que se limitam ao âmbito específico do futebol não atingem o cerne do problema, nem tampouco a totalidade de torcedores. Cf. Capítulo IV.

especialmente por ter sido um dos primeiros jogos inseridos nas escolas públicas inglesas, que ganhou força devido às competições escolares (EMI, 1983). No início do século XIX, há registros de que autoridades educacionais percebiam o esporte como elemento de canalização de energia para as competições que, de outro modo, poderiam ser desperdiçadas pelos jovens em atividades condenáveis, como “não apenas os vícios do jogo e do álcool, mas idéias ou manifestações políticas de sentido reformista que poderiam pôr em risco o conservadorismo defendido pelos vitorianos” (*Ibid.*). Situação que revela o futebol como atividade intrinsecamente relacionada aos interesses políticos e econômicos da sociedade ascendente – como se verá no próximo item.

Depois de sua adoção como prática comum nas escolas e da realização de muitas competições em que as regras se diversificavam conforme as normas e costumes das comunidades, representantes de equipes de escolas e clubes locais se reuniram em Londres no final de 1863 para definir regras comuns para o futebol. Nesta reunião foi fundada a *Football Association*, instituição responsável pela uniformização das regras e que tinha como objetivo “tornar o jogo atraente e civilizado, condenando-se, assim, o que quer que estimulasse ou permitisse o emprego de violência, como o tranco e o corpo a corpo” (*Ibid.*). Assim, são formuladas na década de 1860 na Inglaterra as bases modernas do futebol tal como o conhecemos hoje, e como enfatizam Murphy *et. al.* (1994) essas regras eram muito simples quando comparadas a outros esportes – como ao futebol americano, por exemplo – e, à exceção de ajustes periféricos, elas praticamente não se modificaram em sua história contemporânea⁹.

Mas o jogo pré-moderno não significava ausência de regras ou que era praticado apenas sob a forma lúdica, pois, como se demonstrou acima, o jogo podia ser extremamente sério e tenso, e a sua natureza de incerteza e instabilidade o tornava uma prática cultural ambivalente, podendo conter momentos de alegria e/ou tensão:

o jogador pode entregar-se de corpo e alma ao jogo, e a consciência de tratar-se “apenas” de um jogo pode passar para segundo plano. A alegria que está indissolavelmente ligada ao jogo pode transformar-se, não só em tensão, mas em arrebatamento. A frivolidade e o êxtase são os dois polos que limitam o âmbito do jogo (HUIZINGA, 2000, p. 24).

⁹ Os autores destacam sete aspectos que diferenciam o futebol moderno de práticas anteriores: igualdade no número de jogadores; definição dos papéis a serem desempenhados pelos jogadores; uso somente dos pés, peito e cabeça para domínio da bola – somente o goleiro usa as mãos; regulamentação de órgãos centrais para dirigir e organizar o jogo em diferentes países; proibição do uso indiscriminado da força física; punições para os que violarem as regras; e determinação de responsáveis pela fiscalização do jogo – árbitros e auxiliares (MURPHY *et. al.*, 1994, p. 32-33).

Nesse sentido, quanto mais formal e exagerado o elemento competitivo, mais apaixonante e tenso o jogo pode se tornar, e “esta tensão chega ao extremo nos jogos de azar e nas competições esportivas” (HUIZINGA, 2000, p. 14). Portanto, o futebol pré-moderno era cercado de alegria, ludicidade, regras, tensões e exaltações, todavia, na perspectiva de Huizinga, uma característica central sobressai na prática cultural do jogo: “é uma atividade desligada de todo e qualquer interesse material, com a qual não se pode obter qualquer lucro, praticada dentro de limites espaciais e temporais próprios, segundo certa ordem e certas regras” (*Ibid.*, p. 16). Na medida em que aumentava sua organização, o futebol se tornava uma atividade cada vez mais cercada de interesses políticos e econômicos, e sua dimensão de jogo espontâneo dividia a pauta com a sua organização moderna. Essa situação remete à relação entre esporte e sociedade e aponta que o futebol não estava imune à ebulição política e econômica pela qual passavam as principais nações europeias – em especial a inglesa e a francesa, com suas revoluções no modo de produção social e no âmbito político-ideológico, respectivamente –, as quais formariam as bases da moderna sociedade industrial e capitalista.

1.2 Capitalismo ascendente e futebol moderno

Embora a prática de jogos de bola com os pés remonte há centenas de anos, o futebol moderno, como é conhecido e praticado atualmente, tem como marco a segunda metade do século XIX na Inglaterra. Sua história pode ser interpretada como um fenômeno que integrou um processo civilizador mais amplo da humanidade, em que a *Football Association* representou um marco devido à institucionalização de regras e normas para controlar ou eliminar a violência extrema – mudanças possíveis porque a sociedade inglesa teria igualmente se civilizado (ELIAS; DUNNING, 1992; MURPHY *et. al.*, 1994). Porém, também é possível analisar o futebol moderno na relação com as transformações ocorridas no modo de produção social, especialmente devido à intensificação do processo de industrialização ocorrido na Inglaterra a partir do século XVIII. Nessa acepção, não se trata de limitar a investigação à lógica linear de causa e efeito, como se o processo de industrialização teria causado o (efeito) futebol moderno, mas entender que ele se configura num momento em que os processos de produção, organização e administração tornavam-se mais intensos, sistemáticos e abrangentes por exigência das forças produtivas que se desenvolviam sob o princípio da acumulação de capital. Nesse sentido, o futebol moderno é tributário das mudanças ocorridas nos âmbitos econômicos e político-ideológicos nas sociedades industriais do século XIX, especialmente naquelas mais influenciadas pelas revoluções do século anterior. Por isso, a compreensão da gênese do futebol moderno na Inglaterra e sua rápida

expansão para outros países – entre eles o Brasil – exige o estudo de mediações e contradições entre futebol e sociedade industrial capitalista ascendente.

A dupla revolução que explodiu na Inglaterra e na França no século XVIII, a Industrial e a Burguesa respectivamente, representou a transformação de uma sociedade predominantemente colonial, feudal, aristocrática e monárquica, para uma organização social caracterizada pelo progresso da produção e do comércio, e por uma racionalidade marcada pela expansão econômica e pelo conhecimento científico burgueses. Ao analisar o contexto econômico e político gestado na segunda metade do século XVIII e experimentado pelas principais sociedades europeias no século XIX, Hobsbawm (1977, p. 71) assinala que

se a economia do mundo do século XIX foi formada principalmente sob a influência da revolução industrial britânica, sua política e ideologia foram formadas fundamentalmente pela Revolução Francesa. A Grã-Bretanha forneceu o modelo para as ferrovias e fábricas, o explosivo econômico que rompeu com as estruturas sócio-econômicas tradicionais do mundo não europeu; mas foi a França que fez suas revoluções e a elas deu suas idéias, a ponto de bandeiras tricolores de um tipo ou de outro terem-se tornado o emblema de praticamente todas as nações emergentes, e a política européia (ou mesmo mundial) entre 1789 e 1917 foi em grande parte a luta a favor e contra os princípios de 1789.

O slogan burguês *Liberté, Égalité, Fraternité* reflete o ideário político-ideológico das transformações do século XVIII decorrentes da Revolução Francesa, que “foi, diferentemente de todas as revoluções que a precederam e a seguiram, uma revolução social de massa, e incomensuravelmente mais radical do que qualquer levante comparável” (*Ibid.*, p. 72); ideário presente nas disputas – moderadas ou radicais – daqueles princípios e o seu ataque por agrupamentos conservadores. Entretanto, se as ebulições político-ideológicas ocorreram de modo mais incisivo na França, o “explosivo econômico que rompeu com as estruturas sócio-econômicas tradicionais do mundo” ocorreu na Inglaterra, e dela se expandiu para o mundo¹⁰. No entendimento do autor, a Revolução Industrial significou

que a certa altura da década de 1780, e pela primeira vez na história da humanidade, foram retirados os grilhões do poder produtivo das sociedades humanas, que daí em diante se tornaram capazes da multiplicação rápida, constante, e até o presente ilimitada, de homens, mercadorias e serviços (*Ibid.*, p. 44).

¹⁰ Esta separação não significa que a Inglaterra não tenha influenciado mudanças no ideário político e que a França não teria influenciado as transformações no modo de produção. Como pondera Hobsbawm (1977, p. 72), “esta diferença entre as influências britânica e francesa não deve ser levada muito longe. Nenhum dos dois centros da revolução dupla confinou sua influência a qualquer campo da atividade humana, e os dois eram antes complementares que competitivos. Entretanto, até mesmo quando ambos convergiam mais claramente – como no socialismo, que foi quase simultaneamente inventado e batizado nos dois países –, convergiam a partir de direções um tanto diferentes”.

Todavia, essas mudanças também alteraram a estrutura do modo de produção, ressignificaram as relações sociais e intensificaram a alienação do trabalhador¹¹. Assim, se o século XIX viveu sobre as sombras da dupla revolução e o futebol moderno se institucionaliza e se difunde na segunda metade do século XIX na Inglaterra, então é fundamental compreender o significado atribuído ao futebol pelas diferentes classes sociais nesse contexto; isto significa que, se o futebol moderno tem como berço o país em que ocorreram mudanças substanciais no modo de produção social, é preciso entender sua relação com essas mudanças.

Na Inglaterra do século XIX, os conflitos entre classes sociais com origens, características e interesses contraditórios, se intensificaram depois das revoluções industrial e burguesa¹². Essas tensões se tornaram mais evidentes devido à distinção de seus membros, isto é, o trabalhador não se confundia com o aristocrata ou o monarca, embora tenha havido aproximação com a burguesia em alguns momentos – como na eclosão da Revolução Francesa em 1789 (HOBSBAWM, 1977). Por outra via, a burguesia no poder se distanciava cada vez mais de suas promessas liberais e libertárias, acirrando o conflito com a outra classe que se fortaleceu após as revoluções: o proletariado. Com isso, enquanto a burguesia se firmava como classe dominante e o proletariado se desenvolvia mediante exploração de sua força de trabalho, evidenciavam-se cada vez mais as características dessas classes, bem como os distintivos de pertencimento a elas.

De um modo geral, os indivíduos apresentavam marcas que os identificavam, desde costumes e tradições, pompa e riqueza até a indumentária do miserável que nada tinha. Na medida em que avançava a industrialização, a burguesia se legitimava no poder e ascendia a um *status* superior que nem sempre era garantido pelo poder econômico. Por isso,

estabelecer critérios identificáveis era, portanto, urgente para os então membros, reais ou virtuais, da burguesia ou da classe média e particularmente para aqueles cujo dinheiro, por si só, não seria suficiente para a compra de um status seguro de respeito e privilégio para si e para sua descendência (HOBSBAWM, 1988, p. 245).

¹¹ A alienação resulta da fragmentação e subsunção do trabalhador na divisão mecânica da produção, retirando-lhe a possibilidade de compreender a totalidade do processo. Desse modo, ele é impedido de se reconhecer como sujeito e sua produção lhe torna estranha, pois não se vê objetivado no produto do seu trabalho. Na perspectiva marxiana, a alienação que se origina no processo produtivo se amplia: do estranhamento em relação ao produto, o homem se aliena de si próprio, dos outros homens e do processo histórico da humanidade – situação que o transforma em parte da maquinaria e coisifica seu espírito (Cf. MARX, 1970, p. 89-102).

¹² O conflito de classe, especialmente entre os trabalhadores e a burguesia, foi amplamente analisado por Marx e Engels a partir da segunda metade da década de 1840 em estudos sobre a conjuntura política, a teoria das lutas de classes, a teoria revolucionária, o papel do proletariado no Estado burguês. Alguns dos textos em que essas questões se evidenciam são “O manifesto do partido comunista” de 1848, “As lutas de classe em França de 1848 a 1850” escrito entre 1848-1849 e “O 18 de Brumário de Louis Bonaparte” escrito entre 1848 e 1851. Cf. especialmente Marx e Engels (1982b).

Em ascensão, a burguesia almejava se aproximar dos hábitos da alta aristocracia, enquanto aburguesava os costumes aristocráticos; essa dinâmica incentivou a invenção de novas identidades de classe e hierarquias que levaram à mobilidade social entre seus membros. No entendimento do autor, dois aspectos ilustram a transformação de práticas sociais em distintivo de classe: a educação e o esporte. A educação formal passou a ser indicador de um estilo de vida da classe média porque importava menos a inteligência treinada nos conhecimentos técnico-científicos, e mais a demonstração de que os adolescentes burgueses tinham condições de adiar a tarefa de ganhar a vida. Assim, “a instrução escolar oferecia, acima de tudo, um bilhete de entrada para as faixas médias e superiores reconhecidas da sociedade e um meio de socializar aqueles que eram admitidos, de modo a distingui-los das ordens inferiores” (HOBSBAWM, 1988, p. 247). Por outro lado, o esporte também passou a constituir critério de identificação e distinção de classe porque ofereceu à classe média um ambiente oportuno para socialização e construção de novos vínculos.

Inicialmente, como prática exclusiva da aristocracia, o esporte se restringia a atividades e exercícios como a caça, o tiro, a pesca, as corridas de cavalos, a esgrima, enquanto os jogos e as competições físicas eram considerados meros passatempos. Mas, à medida que o domínio da burguesia se ampliava, ela adotava e transformava os modos de vida da elite aristocrática, tornando-os adeptos de novas práticas e novos jogos inaugurados com o esporte moderno¹³. Como exemplo, um esporte ainda restrito à classe média alta como o tênis, a partir da década de 1870 “tornou-se o jogo perfeito dos subúrbios da classe média, em grande parte por ser bissexual e por conseguinte oferecer um meio para os 'filhos e filhas da grande classe média' encontrarem parceiros não apresentados pela família mas certamente de posição social comparável à deles” (*Ibid.*, p. 257). Assim, diante da aceitação do esporte como meio de convívio social burguês, o futebol encontrou solo fértil para sua institucionalização e rápida difusão nas sociedades impulsionadas pelo capitalismo ascendente, ou seja,

a extraordinária rapidez com que todas as formas de esporte organizado conquistaram a sociedade burguesa, entre 1870 e os primeiros anos de 1900, sugere que o esporte preenchia uma necessidade social consideravelmente maior que a de exercícios ao ar livre. Paradoxalmente, pelo menos na Inglaterra, um proletariado industrial e a uma nova burguesia, ou classe média, emergiram ao mesmo tempo como grupos autoconscientes, que se definiam um contra o outro por meio de maneiras e estilos de vida e ação coletiva. O esporte, criação da classe média transformada em duas alas com óbvia identificação de classe, constituía um dos modos mais importantes de realizar aquela definição (HOBSBAWM, 1988, p. 257-258).

¹³ Confirmando a constatação de Marx e Engels (1982a, p. 109) de que a burguesia “não pode existir sem revolucionar permanentemente os instrumentos de produção, por conseguinte as relações de produção, por conseguinte todas as relações sociais”.

Na medida em que a burguesia se apropriava do esporte e depositava nele seus interesses de classe, paulatinamente o esporte moderno, praticado inicialmente pela classe média, se institucionalizava e se tornava cada vez mais praticado também pelos trabalhadores, em especial pelo operariado industrial. Essa difusão resultou em uma nova configuração do esporte, especialmente o futebol: se no início era uma prática exclusiva da elite aristocrática, a burguesia ascendente dele se apropria, mas também os trabalhadores; e a ampliação da prática do esporte moderno pôs em causa um novo fenômeno: o esporte de massa.

No escopo do que considera a produção em massa de tradições, Hobsbawm (2012) afirma ser o esporte moderno um exemplo emblemático de uma tradição inventada no final do século XIX, e em suas análises, chama a atenção para duas formas de tradições inventadas: as oficiais e as não oficiais. As primeiras se caracterizam por serem “políticas”, pois são criadas e organizadas no seio do Estado ou de movimentos sociais e políticos organizados; as segundas são caracterizadas como “sociais” porque são geradas por grupos sem organização formal e sem objetivos claramente políticos, como clubes e grêmios. No entendimento do autor, a institucionalização do esporte combinou esses dois elementos: o político e o social, porque “por um lado, representava uma tentativa consciente, embora nem sempre oficial, de formar uma elite dominante baseada no modelo britânico que suplantasse, competisse com os modelos continentais aristocrático-militares mais velhos”, e “por outro, representava uma tentativa mais espontânea de traçar linhas de classe que isolassem as massas, principalmente pela ênfase no amadorismo como critério do esporte de classe média e alta” (HOBSBAWM, 2012, p. 371). Como tradição inventada, o esporte servia para representar a nação e, também, para identificar a classe; todavia, após sua “invenção” elitista, a absorção pela classe trabalhadora o transforma em esporte de multidões. Nessa nova configuração, o autor observa que, embora o ciclismo tenha se popularizado também como esporte de massa devido a interesses comerciais de fabricantes e de publicitários, o futebol foi a modalidade que mais atraiu as multidões e se transformou no emblema de esporte de massa mundial.

Como mencionamos acima, o primeiro movimento de organização do futebol ocorreu nas escolas inglesas que o adotaram como prática comum e nos clubes que buscavam disciplinar suas regras. Até meados do século XIX suas regras se confundiam com as do *rugby* – criado devido à persistência de parte dos praticantes do futebol em continuar a usar as mãos durante o jogo. Essa primeira separação entre futebol e *rugby* não significou a massificação do primeiro, mas apenas mudanças internas na dinâmica do próprio jogo. O futebol jogado com os pés era ainda praticado pela elite, especialmente a burguesia

ascendente, e uma característica principal era sua condição de esporte amador.

No amadorismo, as pessoas eram contrárias a pagamentos como recompensa pela prática esportiva e os participantes não se dedicavam exclusivamente aos treinos, mas desempenhavam outras atividades nobres na sociedade. Assim, é importante observar que os próprios critérios do esporte amador selecionavam os potenciais participantes, privilegiando as classes média e alta e segregando as classes populares que não dispunham de tempo livre para praticar o esporte dentro dos parâmetros do amadorismo, afinal precisavam se submeter a intensos processos de trabalho para sua subsistência. Entretanto, essa situação logo se alteraria, porque mesmo na sociedade burguesa ascendente, o proletariado também promoveu suas transformações no âmbito do esporte, fossem elas moderadas ou radicais, de modo factual ou intencional. O resultado foi que o futebol, a princípio praticado como esporte amador e modelador do caráter pelas classes médias, foi proletarizado com a mesma rapidez com que se institucionalizou. E à medida que se difundia como prática comum entre os trabalhadores, um novo sentido foi a ele agregado: o de trabalho profissionalizado (HOBBSAWM, 2012).

O futebol profissionalizado representou a sua apropriação como trabalho, e desse processo observa-se ao menos dois aspectos: por um lado, uma recíproca absorção entre o futebol e as multidões, pois ao mesmo tempo em que se transformava em trabalho, atraía para si um número cada vez maior de pessoas com diferentes interesses, entre os quais: jogadores, espectadores, torcedores e interessados na administração do novo (negócio) esporte de massa. Assim, ao contrário de outros esportes que também têm bases proletárias, como *rugby* e o *críquete* em regiões onde surgiram por iniciativa da classe proletária,

o futebol funcionava numa escala local e nacional ao mesmo tempo, de forma que o tópico das partidas do dia forneceria uma base comum para conversa entre praticamente qualquer par de operários do sexo masculino na Inglaterra ou Escócia, e alguns jogadores artilheiros representavam um ponto de referência comum a todos (*Ibid.*, p. 358).

Por outro lado, sua transformação em atividade profissional recompensada foi ampliando sua condição como produto com valor de troca dentro das relações de produção na sociedade burguesa emergente:

com a profissionalização, a maior parte das figuras filantrópicas e moralizadoras da elite nacional afastou-se, deixando a administração dos clubes nas mãos de negociantes e outros dignitários locais, que sustentaram uma curiosa caricatura das relações entre classes do capitalismo industrial, como empregadores de uma força de trabalho predominantemente operária, atraída para a indústria pelos altos salários,

pela oportunidade de ganhos extras antes da aposentadoria (partidas beneficentes), mas, acima de tudo pela oportunidade de adquirir prestígio (HOBSBAWM, 2012, p. 358).

Submetido aos interesses de “negociantes e outros dignatários locais” a fim de atuarem “como empregadores de uma força de trabalho predominantemente operária”, o futebol moderno, de jogo organizado e praticado pela elite britânica inicialmente nas escolas e posteriormente nos clubes, passou a ser influenciado por processos e relações mercantis. Ao profissional do futebol atribuía-se valor à sua força de trabalho, e tal como ocorria com os operários na fábrica, a força de trabalho era comprada e vendida. Essa mercantilização do futebol se intensificará no século XX, sendo a espetacularização e a absorção pelas grandes empresas exemplos paradigmáticos. O escritor uruguaio Eduardo Galeano, em prosa suave mas profunda, sintetiza as transformações pelas quais passou o futebol moderno mediante sua absorção no plano dos negócios, e aponta o horizonte em que se deve compreendê-lo no século XX:

a história do futebol é uma triste viagem do prazer ao dever. Ao mesmo tempo em que o esporte se tornou indústria, foi desterrando a beleza que nasce da alegria de jogar só pelo prazer de jogar. Neste mundo, do fim de século, o futebol profissional condena o que é inútil, e é inútil o que não é rentável. [...] O jogo se transformou em espetáculo com poucos protagonistas e muitos espectadores, futebol para olhar, e o espetáculo se transformou num dos negócios mais lucrativos do mundo, que não é organizado para ser jogado, mas para impedir que se jogue. A tecnocracia do esporte profissional foi impondo um futebol de pura velocidade e muita força, que renuncia à alegria, atrofia a fantasia e proíbe a ousadia. Por sorte ainda aparece nos campos, embora muito de vez em quando, algum atrevido que sai do roteiro e comete o disparate de driblar o time adversário inteirinho, além do juiz e do público das arquibancadas, pelo puro prazer do corpo que se lança na proibida aventura da liberdade (GALEANO, 2004, p. 10).

Na verdade, a transformação do futebol em esporte de massa indica que a profissionalização e a submissão aos interesses mercantis são fatores indissociáveis e indispensáveis para se compreender as mediações e as contradições que circunscrevem o futebol moderno, inclusive sua história no Brasil.

1.3 Futebol no Brasil: origem, classe social e preconceito

Como objeto de estudo, a relação entre futebol e sociedade tem sido interpretada no Brasil ao menos sob três perspectivas diferentes. Uma delas pressupõe o futebol como ópio do povo e os eventos esportivos como espetáculos ao modo do “pão e circo” – responsável por entreter e desviar a atenção do povo de problemas culturais, políticos e econômicos profundos. Outra perspectiva considera o futebol como dramatização da sociedade brasileira e

identifica nesse esporte uma dimensão democrática que permite ao povo experimentar momentos de igualdade e liberdade, tornando secundário o debate sobre classes, cor ou condição de marginalização social. Sob outra acepção, o futebol é analisado a partir das condições objetivas que constituíram e constituem a sociedade brasileira, procurando descobrir as mediações e contradições entre a sua prática (particular) e a totalidade social¹⁴. A primeira perspectiva destaca-se por uma análise determinista, a segunda demarca uma interpretação de cunho antropológico por meio de procedimentos etnográficos e o terceiro modo de investigação adota como princípio a crítica social. Desse último ponto de vista, um pressuposto para o estudo é o reconhecimento de que as transformações no âmbito do futebol são inseparáveis das contradições que constituem a sociedade brasileira – não na perspectiva determinista ou interpretativo-descritiva, mas dialética. Como a produção sobre o futebol no Brasil se ampliou exponencialmente desde sua chegada ao país¹⁵, optamos por discuti-lo com base em vertentes que possibilitam compreender suas transformações a partir de contradições da sociedade brasileira.

O futebol moderno constitui uma prática cultural que se desenvolve em compasso com as determinações econômicas e político-ideológicas que transformaram a Europa no século XIX. Como vimos, essas transformações se difundiram para todo o mundo ocidental e o futebol também foi exportado para diferentes países, como o Brasil. Assim, observam-se na sociedade brasileira transformações econômicas e políticas entre uma organização societária tradicional em confronto com os modernos princípios burgueses – a abolição da escravidão (em 1888) e a Proclamação da República (em 1889) ilustram-nas. Para entender a história do futebol na relação com as transformações sociais brasileiras, reportaremos a quatro momentos sintetizados por Santos (1981): a gênese e a difusão (1894 a 1920), a popularização e a profissionalização (1920 a 1940), o apogeu (1940 a 1960) e a crise das décadas de 1970 e 1980. Mesmo se tratando de uma crônica, as preocupações do autor refletem uma instigante análise histórica e política do futebol brasileiro.

A maioria dos pesquisadores considera o brasileiro Charles Miller como responsável pela difusão do futebol moderno no Brasil em 1894, ainda que registros apontem que a prática do futebol no país é anterior a essa data. Alguns desses registros são que: o futebol teria sido praticado primeiramente nos colégios sob influência dos padres jesuítas; ele teria sido praticado por marinheiros ingleses ao aportarem em praias brasileiras; que ainda na

¹⁴ Um exercício de mapeamento sobre diferentes perspectivas na análise do futebol foi realizado por Toledo (2001).

¹⁵ Como se verifica no levantamento realizado por Gaspar e Barbosa (2013) publicado sob o título “O futebol brasileiro 1894 a 2013: uma bibliografia”.

década de 1870 teriam sido disputados jogos entre operários de companhias de origem inglesas (RAMOS, 1984; MELO, 2000). De acordo com Melo (2000, p. 18), “desde o início de 1880, os colégios de Jesuítas da Itália ofereciam, sob certo controle, o futebol a seus alunos, esporte já bastante desenvolvido naquele País”. Como no Brasil os Jesuítas foram influentes desde os tempos de colônia, o autor considera provável que tenha sido por meio deles que as primeiras bolas de futebol tenham chegado por aqui para realização dos primeiros jogos. Embora ainda não existissem clubes, campeonatos e entidades, o autor destaca que o futebol praticado era segundo o modelo inglês. No entendimento de Ramos (1984, p. 26-27), “alguns sustentam que os marinheiros ingleses chegaram ao Rio de Janeiro em 1872, com uma bola. Lá teriam realizado as primeiras partidas”, por outro lado, “outros insistem que o primeiro jogo ocorreu em São Paulo, em 1894. Ele teria reunido operários da Companhia de Gás e os ferroviários da São Paulo Railway”. Todavia, ainda que essas práticas tenham ocorrido, Charles Miller tem sido apontado como responsável pela instituição do futebol no Brasil menos por ser autor original do jogo de bola com os pés no país, e mais porque, como conhecedor dos procedimentos sob os quais o futebol moderno era praticado na Inglaterra, encontrou espaço para sua prática por aqui (SANTOS, 1981).

Miller era filho de pai inglês e mãe brasileira, nasceu em São Paulo em 1874 e após concluir os estudos preliminares foi estudar em Southampton, na Inglaterra. Foi lá que experimentou o jogo de futebol e, uma década depois, retornou ao Brasil com o conhecimento e os instrumentos necessários para continuar a praticá-lo por aqui. Como assinala Santos (1981, p. 12), “Charles Miller não queria fundar nada. Nem podia imaginar o que ia acontecer depois. Miller apenas gostava de futebol, como muitos jovens de hoje gostam de *surf*, ou de tênis, ou de *handeball* – porque está na moda e confere *status* a quem o pratica”. Assim, o futebol trazido da Inglaterra para o Brasil era um esporte burguês praticado especialmente nas universidades inglesas e sua difusão contou com a participação de Miller nos clubes frequentados por ingleses para a prática de outros esportes como o *cricket* ou o *squash*. Teria sido a partir desses clubes que Miller encontrou espaço para o futebol, fundando em 1895 o primeiro time de futebol no Brasil: o São Paulo Athletic Club (*Ibid.*).

Além disso, a institucionalização do futebol no Brasil se confunde historicamente com a expansão da industrialização e o crescimento de cidades como São Paulo e Rio de Janeiro no final do século XIX, o que levou ao aumento exponencial da população em poucos anos, pois havia

gente que chegava da roça, principalmente negros que a Abolição 'libertara'; e gente

que chegava de além-mar, principalmente *carcamanos* atraídos pelo café. As ruas andavam cheias, as chácaras eram amputadas para a construção de vilas, os cortiços derramavam gente pelo ladrão, as esquinas pontilhadas de cafés, clubes, prostitutas, cáftens, hotéis (SANTOS, 1981, p. 21).

A produção industrial e o crescimento urbano evidenciavam, assim, contradições inerentes às sociedades organizadas pelo princípio do lucro, como a brasileira: o burguês e o proletário, o proprietário e o operário se mostravam sem escrúpulos por meio de suas atividades e do papel que desempenhavam socialmente. Na medida em que avançava a industrialização, aumentava o número de pessoas em busca de trabalho nas cidades, formando vilas e bairros operários à procura de entretenimento, diversão ou passatempo nos momentos possíveis.

Essas informações apontam que a difusão do futebol no Brasil guarda relação com o futebol moderno inglês que também se institucionalizou mediante intenso processo de industrialização. Assim, se após a profissionalização e a transformação do futebol em esporte de massa na Inglaterra, o operário era visto como o trabalhador que apresentava um tipo de habilidade mais adequada ao desempenho do futebol (HOBSBAWM, 2012), no Brasil, os operários também foram requisitados a participar das partidas organizadas pelos proprietários de fábricas quando o número de jogadores ingleses e brancos não era suficiente. De acordo com Santos (1981), esses episódios evidenciam que a influência inglesa marcou o futebol brasileiro com um caráter elitista que refletia as lutas de classes e os preconceitos raciais do país, tanto dentro como fora do campo. Era evidente a diferença entre rico e pobre, patrão e operário, “grã-fino e matuto” e, também, quando a questão era a cor da pele: entre brancos e negros ou mestiços¹⁶. Fora do campo,

os pobres – os que não tinham dinheiro para a bola, os uniformes e os ingressos – espiavam por cima do muro. Mesmo os que conseguiam pagar o preço da geral, sentiam-se intrusos no espetáculo: os craques, ao saudarem a torcida, nunca se dirigiam a eles, mas à seleta assistência da arquibancada, *bouquet* de moças e rapazes de boa família (SANTOS, 1981, p. 15).

Isso não significa que o que acontece na sociedade se repete automaticamente no futebol, mas como prática social esse esporte não está imune a contradições sociais como desigualdade econômica e cultural, preconceito e violência. Por isso, logo que chegou ao Brasil, foram fundados clubes em que jogavam apenas pessoas ricas e brancas, como também times de origem proletária. Entre os clubes de elite encontravam-se, por exemplo, o São Paulo Athletic Club e o Fluminense, no Rio de Janeiro; e em ambos se evitava a participação de

¹⁶ Aspectos amplamente difundidos na crônica “O negro no futebol brasileiro” (FILHO, 2003).

peças pobres ou de cor (negros e mestiços), e um dos acontecimentos mais marcantes nesse período foi a utilização de pó-de-arroz por parte de um jogador do Fluminense para evitar seu contraste com os demais e garantir sua “similitude com os ricos, brancos e grã-finos”. Contudo, a fase branca e inglesa do futebol brasileiro logo deixaria de ser predominante e, como assinala Santos (1981), dois fatores colaboraram para isto: a participação paulatina e crescente dos operários seguida de pobres, negros e mulatos para completar os times elitistas e, também, o estilo de jogo “dançante” marcadamente brasileiro – sobre o qual trataremos adiante.

Sobre a participação de operários em times de futebol, o caso do The Bangu Athletic Club é emblemático. Apesar de nome nobre e de ter sido um time fundado por altos funcionários da Companhia Progresso Industrial, o time sempre teve tendências proletárias porque se originou em um bairro pobre na periferia da cidade e, além disso, a empresa procurava estimular o futebol entre seus executivos como forma de lazer (CALDAS, 1994). Por não haver número suficiente de jogadores entre os funcionários mais graduados, abriu-se aos operários a oportunidade de completar os times; os quais passavam a ter alguns privilégios, como trabalho mais leve, término do turno de trabalho mais cedo e algumas promoções. No entendimento de Caldas (1994), a experiência do Bangu como time proletário teria sido possível devido a três fatores: a localização geográfica na periferia, a necessidade de completar o número mínimo de jogadores para realização do jogo e a introdução do futebol como lazer para os operários, tendo em vista o retorno no aumento da produção.

Essa situação, em que os trabalhadores passaram a dividir o espaço de jogo com a elite, teria contribuído com o processo de proletarização do futebol brasileiro. Devido a experiências dessa natureza, surgiram times de cunho proletário, como o Corinthians Paulista, e o resultado foi que “ao lado dos grã-finos do S. P. Athletic e do The S. P. Railway havia, agora, um time do povo. Não é por acaso que em todas as capitais do país existem, até hoje, 'times do povo': o Vasco, o Internacional, o Atlético, o Santa Cruz... Luta de classes da boa” (SANTOS, 1981, p. 17)¹⁷. Com isso, se ampliava a apropriação do futebol por operários, outros trabalhadores e, também, por pessoas sem ocupação e que dispunham de mais tempo para dedicar a ele. A exemplo do que ocorre na sociedade em geral, as tensões no âmbito do

¹⁷ Em Goiás também se observam distintivos de classe e os resquícios de preconceito na origem de dois dos principais times do estado: o Goiás Esporte Clube (GEC) e o Vila Nova Futebol Clube (VNFC). De acordo com Nascimento *et. al.* (2007), a origem desses dois clubes guarda relação com a distribuição geoeconômica da cidade de Goiânia a partir da década de 1950: à margem esquerda do principal córrego que corta a cidade se encontrava a região mais desenvolvida e habitada por pessoas com maior poder econômico – os que se identificavam com o GEC; à margem direita estavam os operários e demais pessoas que buscavam na capital em desenvolvimento melhores condições de vida – os que se identificavam com o VNFC.

futebol também se acirravam e os conservadores trataram de desprezar os emergentes times populares, jogando apenas entre si e acusando os novos clubes de praticarem um jogo que não poderia ser considerado *foot-ball*. Todavia, mesmo com as investidas contra os times populares, estes não pararam de aumentar e outra reação da elite foi a criação de associações e a organização de torneios de times classificados a partir de sua condição de classe social. Em São Paulo, a Liga Paulista de Futebol era destinada à organização dos torneios dos times de origem proletária, enquanto a Associação Paulista de Esportes Atléticos ocupava-se das competições dos times que pretendiam conservar os princípios e os costumes de inspirações inglesas, entre eles o amadorismo em detrimento do profissionalismo (SANTOS, 1981). À medida que o futebol se proletarizava e se transformava em esporte de massa, preparava sua profissionalização poucas décadas depois.

Desde o início do século XX, conservadores brasileiros como coronéis, banqueiros e proprietários de fábricas, não viam a proletarização do futebol apenas como afronta aos hábitos esportivos da elite, mas percebiam nela um instrumento para amenizar os tumultos e as reivindicações que aumentavam conforme se desenvolvia o trabalho industrial e fabril. Santos (1981) recorda que na primeira metade do século XX explodiram greves por toda parte em que a industrialização oferecia trabalho, mas também exploração do operariado. Como esporte de massa, o futebol foi apropriado com a finalidade de promover a ocupação do tempo dos trabalhadores com atividades excitantes e envolventes para aplinar as reivindicações. Por exemplo,

a greve de 1917 chegou a paralisar dezenas de milhares de operários, fez ver às autoridades e aos industriais que a cidade precisava de um “esporte de massas”. Como a uma criança que se manda brincar “para queimar energias”, os operários foram, então, mandados jogar futebol: os municípios isentaram os campos de impostos; os industriais se apressaram em construir *grounds*; a polícia parou de reprimir os rachas em terrenos baldios; os castigos aos estudantes de escolas públicas que fossem pegos jogando futebol, suspensos (*Ibid.*, p. 22)¹⁸.

Assim, o futebol no Brasil experimentava uma situação recorrente: sua subjugação a interesses político-ideológicos. Ainda que evidente, o apontamento de Santos (1981) não deve levar ao entendimento de que o futebol surgiu com o propósito de preencher o tempo ocioso e desmobilizar os trabalhadores, como também não foi para servir de catarse e desviar as energias reivindicatórias para atividades esportivas. Mas como prática social permeada por conflitos de classes motivados por interesses político-econômicos, é fundamental reconhecer

¹⁸ Nesse contexto foram construídos estádios e praças esportivas para a prática do futebol (TOLEDO, 1996).

que nele também se manifestam aspectos ideológicos e alienantes. Nesse sentido, a perspectiva que interpreta o futebol como drama da sociedade brasileira, considerando-o como momento democrático de integração dos excluídos e marginalizados socialmente – expressa na abordagem de DaMatta (1992) e Daólio (2006) – deixa à margem importantes mediações que o futebol de massa guarda com aspectos político-ideológicos e econômicos em sociedades organizadas a partir do princípio da acumulação de capital. E considerar as contradições do futebol não significa lhe atribuir o estereótipo de ópio do povo, pois como bem ressalta Caldas (1994, p. 46)

não é o futebol em si nem enquanto manifestação lúdica nacionalmente consagrada que aliena, que desvia a sociedade dos seus problemas mais urgentes. Esse fato decorre, isto sim, do uso ideológico que o Estado possa fazer desse esporte, como faria de qualquer outra manifestação que tivesse força popular idêntica.

Compreender o futebol como ópio do povo corresponde a uma visão limitada e maniqueísta dos processos sociais, mas o argumento de que esse esporte é movido por princípios democráticos é insuficiente para compreender suas contradições na relação com a sociedade.

Outro aspecto a ser assinalado é o envolvimento que o futebol despertou nas massas proletárias. A popularização significou a difusão do futebol em diferentes lugares, e tanto o campo com dimensões oficiais como os terrenos baldios ou pátios das fábricas, serviam como espaço para o jogo nas cidades em crescimento. Isso resultou na diminuição da prática do futebol como atividade exclusiva das classes média e alta, enquanto aumentava a participação de trabalhadores que dispunham de tempo para dedicarem ao jogo. Consequentemente, essas transformações diminuíram a influência do estilo de jogo inglês e “o futebol à européia, medido e violento, foi desmoralizado entre os anos de 1910 e 1930. Milhares de jogadores de pelada, ao ingressarem nos clubes antigos ou fundarem os seus próprios, impuseram outra forma de jogar: à brasileira” (SANTOS, 1981, p. 27). Ainda que possa haver exagero na afirmação do autor, o certo é que o futebol brasileiro passava por mudanças quantitativas e qualitativas: quantitativas porque sua prática se tornou massificada, e qualitativa porque ela passou a ser cada vez mais atributo dos talentosos jogadores nativos que dedicavam mais tempo ao jogo – estimulando, assim, sua profissionalização na década de 1930.

O profissionalismo no futebol resultou, portanto, de processos envolvendo tensão entre o futebol em particular e a sociedade de um modo geral – como elitização e amadorismo, popularização e massificação, trabalho e exploração. No plano social mais

abrangente, a crise do modelo agrário brasileiro assentado na economia movida predominantemente pelo cultivo do café, favoreceu a instauração da ditadura do Estado Novo na década de 1930, sob o comando de Getúlio Vargas apoiado pelos militares. Essa “Revolução” – como ficou conhecida – consolidou o Brasil como país capitalista, embora, na perspectiva de Santos (1981, p. 44) “um capitalismo de segunda mão, subalterno e dependente, mas, em todo caso, com a sua alma e o seu rosto”. Entre as metas do Governo expressas no “Programa de Reconstrução Nacional”, encontrava-se a defesa de direitos dos trabalhadores urbanos e do campo. E, como assinala Caldas (1994), anunciava também a regulamentação da profissão de jogador de futebol, pois a Legislação Social e Trabalhista proposta pelo Governo de Vargas regulamentaria várias profissões na primeira metade da década de 1930, e no início de 1933 o futebol profissional estava implantado no Brasil.

No domínio específico do futebol, o aumento da participação das classes populares possibilitou um jogo tecnicamente melhor e os jogadores passaram a receber pela habilidade que desempenhavam em seu “trabalho”. Essa prática foi motivo de contestação e ofensa por parte dos jogadores e dirigentes que defendiam o elitismo do futebol amador, acusando aqueles jogadores de mercenários e afirmando que a recompensa financeira desvirtuaria a essência do futebol. Todavia, a resistência a pagamentos era manifestada por uma classe que não dependia financeiramente do esporte para sobrevivência, mas usufruía dele nos momentos de ócio. Santos (1981, p. 47) recorda que aqueles que eram contrários à popularização do esporte “no fundo, defendiam uma posição de classe, eram burgueses, com negócios e empregos ameaçados pela invasão proletária. No seu entender, devia-se jogar unicamente por amor à camisa, nunca por dinheiro”. Isso aponta que as reais motivações sobre o conflito entre amadorismo e profissionalismo no futebol não podem ser compreendidas apenas no âmbito interno desse esporte, porque assentam em interesses políticos e ideológicos de classes distintas – revelando um confronto entre a prática do futebol como *status* e sua prática como trabalho pago.

Se, por um lado, os jogadores que recebiam dinheiro e tornavam-se profissionais do futebol eram acusados de mercenários, por outro, surgiam também aqueles que tiravam proveito desse processo na condição de dirigentes profissionais, como os cartolas que, no entendimento de Caldas (1994), trabalhavam mais pelo jogo de interesses pessoais e menos pelo futebol¹⁹. O cartola representa o tipo de dirigente esportivo que se aproveita de sua posição para obter ganhos econômicos e políticos, além de prestígio; por isso, se a atitude

¹⁹ A cartolagem no Brasil faz lembrar o negociante inglês que durante a profissionalização do futebol vê “a oportunidade de ganhos extras antes da aposentadoria (partidas beneficentes), mas, acima de tudo, pela oportunidade de adquirir prestígio” (HOBSBAWM, 2012, p. 358).

desse “negociante” não está na causa da submissão do futebol aos interesses mercantis, certamente ela contribuiu de modo decisivo nesse processo.

Assim como o cartola, os clubes também descobriram a possibilidade de ganho de capital mediante o processo de profissionalização, inclusive os clubes elitizados que defendiam o discurso do amadorismo. De acordo com Caldas (1994), antes da regulamentação o futebol passou por uma espécie de “semiprofissionalismo” que interessava especialmente aos clubes, num período em que o futebol atraía grande número de espectadores e elevava a arrecadação. Entretanto, aos jogadores pagava-se o mínimo ou não os pagava – repetindo no futebol o processo de exploração do trabalho nas sociedades capitalistas. O depoimento de um jogador desse período ajuda compreender o quanto as relações de trabalho no futebol já eram exploradas:

vou para a Itália. Cansei de ser amador no futebol onde essa condição há muito deixou de existir, maculada pelo regime hipócrita da gorjeta que os clubes dão aos seus jogadores, reservando-se para si o grosso das rendas. Os clubes enriqueceram e eu não tenho nada. Vou para o país onde sabem remunerar a capacidade do jogador (CORRÊA *apud* CALDAS, 1994, p. 45).

Sob o discurso em defesa do futebol amador, os times brasileiros – especialmente os de elite – não recompensavam os jogadores com justiça, e o resultado foi que “enquanto as arrecadações nos estádios aumentavam e enriqueciam ainda mais as agremiações, os jogadores permaneciam na mesma situação de explorados e sem nenhum direito” (CALDAS, 1994, p. 44). Com isso, à medida que despontava seu talento, o jogador via no futebol nacional um obstáculo ao seu profissionalismo, situação que teria precipitado uma evasão para o estrangeiro: “os últimos dois anos do amadorismo assistiram à fuga dos nossos maiores craques para o exterior – os de São Paulo para a Itália; os do Rio para o Prata” (SANTOS, 1981, p. 48). Como adverte o autor, não é correto atribuir aos cartolas e à exploração do jogador pelos clubes a responsabilidade exclusiva pela evasão de jogadores para o exterior, como não é correto considerar essa fuga como a causa da profissionalização do futebol em 1933; porque, no limite, a causa dessas contingências está nas transformações econômicas e político-ideológicas pelas quais passava a sociedade brasileira. Todavia, é possível afirmar que a exploração do trabalhador do futebol potencializou a evasão e esta estimulou a regulamentação do profissionalismo em curso.

Pelo exposto, as contradições do futebol nas décadas de 1920 e 1930 podem ser sintetizadas da seguinte maneira: o amadorismo deixa de ser predominante e aumenta a participação das classes populares em times da elite industrial ou nos times fundados com

princípios proletários; o aumento da participação das classes populares tornou o profissionalismo uma necessidade; a dedicação de mais tempo à prática do futebol ampliou sua dimensão artística, com gingas e dribles próprios dos brasileiros, e também sua condição de trabalho pago; embora houvesse resistência ao profissionalismo, os pagamentos aceleraram a regulamentação da profissão de trabalhadores do futebol.

Além desses fatores, as forças produtivas impulsionavam o desenvolvimento tecnológico e possibilitavam a difusão de um novo instrumento nesse contexto: o rádio; e devido aos conteúdos e à sua forma de transmissão, potencializou a transformação do futebol em esporte de massa no país. De acordo com Santos (1981, p. 50) “o rádio, o grande veículo do tempo, ligava as duas atividades de massa, o samba e o futebol”; e a irradiação da música e do futebol, como também de romances e jornais, era uma novidade que modificava os hábitos costumeiros da população e despertava contestação pelos saudosistas. Estes afirmavam que o princípio massificador do rádio incentivava a perda da qualidade de seu conteúdo e contribuía para que o futebol e o samba subordinassem sua dimensão de atividade espontânea aos negócios²⁰. Santos (1981) ressalta que o novo instrumento ilustrava os avanços tecnológicos resultantes da Revolução de 1930, sem o qual não se pode conceber a massificação do futebol e a idolatria que ele gerou. Como desdobramento, os gostos e as preferências dos espectadores se modificavam e suas expectativas em relação ao futebol tornavam-se cada vez mais exigentes de sua forma espetáculo.

Referindo-se à frequência com que os espectadores procuravam assistir às partidas de futebol desde a sua institucionalização, Santos (1981, p. 49) comenta que “100 pessoas iam à Chácara Dulley ver o Charles Miller chutar uma bola de capotão. 18 mil assistiriam o velho Fried na sua glória. 70 mil pessoas disputavam, aí por 1935, um ingresso para ver Leônidas”²¹. Na década de 1930, a espetacularização do futebol era um fenômeno perceptível e os que se dirigiam aos campos já não eram apenas membros de uma elite curiosa por conhecer o novo esporte e preencher o tempo ocioso, mas um público misto que queria ver as habilidosas jogadas realizadas pelo ídolo. Isso mudou a qualidade do público que, nesse contexto, era composto por operários, comerciantes, funcionários públicos, enfim, espectadores das classes populares e da pequena burguesia (SANTOS, 1981). Contudo, é

²⁰ O novo instrumento de difusão também foi alvo de crítica de Horkheimer e Adorno (1985) nesse período. Na análise que realizam sobre a indústria cultural, o rádio, e também o cinema da época, são denunciados como instrumentos que obstaculizam o desenvolvimento da cultura humana e promovem, pelo contrário, o desenvolvimento de uma pseudocultura.

²¹ Artur Friedenreich e Leônidas da Silva foram ídolos do futebol brasileiro. O primeiro logo após sua institucionalização, nas primeiras décadas do século XX, o segundo no momento de sua regulamentação e profissionalização, no contexto do Estado Novo (SANTOS, 1981).

importante ressaltar que classes sociais com interesses contraditórios não deixaram de existir, mas as desigualdades entre elas não era mais critério de participação no futebol espetáculo – num momento em que o futebol se transformava no esporte de maior representação da cultura brasileira.

A popularização, a massificação e a profissionalização do futebol no Brasil devem-se ainda a um elemento fundamental. Em suas crônicas, Filho (2003) sugere que a singularidade do futebol brasileiro deve-se à inclusão do negro à prática sistemática desse esporte. Para compreender esse argumento é necessário considerar o fim da escravidão secular no Brasil no final do século XIX, “libertando” os negros de sua servidão forçada – embora essa liberdade significasse liberdade para vender a força de trabalho aos proprietários dos meios de produção. Mesmo reconhecendo os preconceitos raciais e a generalizada situação de pobreza intensificados pela abolição, a Lei dava aos negros direitos civis como os dos demais cidadãos e, mediante suas habilidades, poderiam ocupar diferentes espaços sociais – ainda que o desempenho individual não fosse o único critério.

Um dos espaços em que o negro se destacou foi no futebol, e um conflito envolvendo esse esporte, a capoeira e a(re)organização urbana da cidade do Rio de Janeiro ajuda compreender a gênese do “estilo” do futebol brasileiro. No final do século XIX, a capoeira ainda era atividade predominante no Rio de Janeiro, porém, após uma rebelião motivada pelo desalojamento de pessoas de suas casas para reorganização espacial da cidade, nos anos de 1903 e 1904, o resultado foi

a repressão em cima dos anarquistas e capoeiras. Dos anarquistas, porque lideraram politicamente a revolta; dos capoeiras, porque a lideraram no pau. Quem venceu esta rebelião? O futebol. Atribuindo-lhe o comando da rebelião, a polícia matou a capoeira, que reinava absoluta desde o século anterior. [...] O que restou para aquela gente? A bola, nos terrenos baldios que a remodelação da cidade oferecia. Diversas 'maltas' se transformaram em times de futebol. O governo se deu conta da mudança? Não só se deu conta como passou a estimular. Futebol contra capoeira (SANTOS, 1981, p. 26).

Essa relação entre futebol e capoeira remete ao argumento de que não é possível pensar a singularidade do futebol brasileiro sem a atuação do negro, especialmente pela relação entre a ginga na capoeira e o drible no futebol (FILHO, 2003). Na verdade, o domínio da arte corporal por meio da capoeira transformaria o estilo de jogo inglês, em que predominava a força, em um jogo permeado por ginga e molejo: o futebol brasileiro transformaria o *dribling* em drible (SANTOS, 1981). Isto é, o primeiro representava as perfeições da técnica da condução, domínio e passe da bola; o segundo incorporava esses

fundamentos e agregava outros como, por exemplo, enganar o adversário a fim de avançar e ganhar vantagem²².

Estilo de jogo que se tornaria representante do futebol brasileiro que, devido à combinação do domínio técnico com a ousadia do engano, possibilitou ao Brasil experimentar momentos de grandeza por volta de meados do século XX, sendo destaques as conquistas de duas copas do mundo, em 1958 e 1962, na Suécia e Chile, respectivamente. Foi um período no qual o futebol brasileiro expressou sua dimensão artística das primeiras décadas do século XX em conjunto com as apuradas técnicas e táticas coletivas – em que o jogador Pelé foi ícone²³. Todavia, o futebol já experimentava outras transformações, entre elas sua intensificação como esporte de massa provocada pelas mudanças de ordem econômica e político-ideológica decorrentes do golpe militar na década de 1960.

1.4 Futebol e ditadura militar: ideologia e tutela estatal

Em meados do século XX estava em curso no Brasil o fenômeno do populismo²⁴, experiência que marcou o fortalecimento tanto do Estado como da sociedade civil, sendo alguns exemplos: criação, na década de 1950, do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico (BNDE), da Petróleo Brasileiro Sociedade Anônima (PETROBRÁS) e da Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste (SUDENE); como também as mobilizações dos trabalhadores por meio de sindicatos. Sobre a relação entre o populismo e o futebol, Santos (1981, p. 80) observa que “o povo estava incluído nos planos dos governantes, ganhando, por esta razão, e só por esta, espaço para respirar. [E] o futebol, desde 1930, vinha sendo um desses respiradouros”. Situação que ajuda entender: o interesse do Governo na regulamentação profissional, o surgimento de jogadores talentosos que levariam o Brasil a ganhar três copas do mundo em 12 anos (de 1958 a 1970) e a difusão em massa do futebol.

O Estado Novo e o populismo de Getúlio Vargas depuseram a República velha e abriram as portas do Brasil para a industrialização apoiada em uma economia orientada pelo capitalismo nacional. A relativa integração das classes populares nesse projeto, sobretudo no

²² Como condição humana, é inevitável lembrar aqui a saga de Ulisses e a sua astúcia em enganar a natureza para garantir sua sobrevivência como emblema da edificação da civilização (HORKHEIMER; ADORNO, 1985).

²³ As vitórias das copas do mundo de 1958 e 1962 reeditaram a tese que enfatiza a importância da miscigenação racial como determinante no desenvolvimento do futebol brasileiro. Exemplo disso foi o lançamento, em 1966, de uma 2ª edição (ampliada) do livro “O negro no futebol brasileiro”, de Mario Filho, cuja primeira edição data de 1947.

²⁴ O populismo tem como marco o período do Estado Novo entre 1937 e 1946, e sua característica principal foi a implantação de um projeto de desenvolvimento nacional em que as classes populares eram relativamente contempladas nesse processo. No entanto, como advertiu Ianni (1984), essa política de massas representava mais uma inclusão pelo alto das classes populares do que propriamente a contemplação de seus interesses como princípio no projeto de desenvolvimento.

governo de Juscelino Kubitschek na segunda metade da década de 1950, desencadeou resistência pela elite brasileira que se viu diante de um dilema: assistir ao fortalecimento da sociedade civil por meio da integração das classes populares ou interromper esse processo e impor um novo projeto de desenvolvimento (GERMANO, 2005). O resultado foi a destituição do Governo que incluía em sua política aspectos que interessavam aos trabalhadores e a instituição da ditadura militar em abril de 1964, modificando o curso econômico e político da sociedade brasileira.

O novo modelo de desenvolvimento apoiava-se na abertura da economia ao capitalismo internacional e incentivava, de modo mais intenso, a exportação de produtos primários e a importação de capital estrangeiro sob a forma de investimentos ou empréstimos. No âmbito das relações de trabalho, instaurou-se uma “política salarial e trabalhista capaz de proporcionar às empresas mão-de-obra barata, abundante e bem disciplinada” (SANTOS, 1981, p. 80). Ao contrário do populismo anterior, no período militar desenvolveu-se um modelo político e econômico autoritário, antidemocrático e antipopular. No plano econômico, a modernização por meio de um capitalismo dependente e o enriquecimento da classe dominante resultou em índices elevadíssimos de concentração de renda por parcela minoritária da sociedade. No plano político, manifestações e contestações democráticas passaram a significar subversão e ameaça, sendo reprimidas com a força do aparato estatal. No âmbito da cultura, uma consequência dessa “camisa-de-força” vestida no povo brasileiro foi uma profunda crise na música, na literatura e no futebol (*Ibid.*). Situação que ajuda entender algumas contradições da sociedade brasileira atual engendradas pela ditadura durante e após sua vigência.

Analisando as consequências para a educação brasileira, Germano (2005) argumenta que a ditadura militar não somente impediu o surgimento de uma sociedade civil organizada, como também desintegrou as que vinham se formando. Segundo o autor, não há dúvida que o Estado foi decisivo para o desenvolvimento das forças produtivas do país, mas ao mesmo tempo foi responsável por uma perversa concentração de renda e riqueza, e pela repressão e aniquilamento dos setores mais avançados da sociedade civil brasileira. Na pesquisa sobre o futebol e as torcidas organizadas (TO's) em São Paulo, Pimenta (1997) apresenta uma perspectiva semelhante e reconhece que uma das principais consequências da ditadura militar foi impedir o fortalecimento da sociedade civil – indispensável à prática democrática – pelo uso da repressão e da violência. Essas relações autoritárias teriam contribuído para gerar uma sociedade pouco organizada e, como consequência, uma totalidade social mais vulnerável a procedimentos violentos. Certamente que a violência tem

origem nos processos produtivos históricos e nas relações sociais mais amplas e se manifesta em diferentes espaços, mas nas décadas da ditadura militar, dois aspectos merecem destaque em relação ao futebol: sua apropriação ideológica e o início de uma crise.

Como visto na história do futebol moderno, sua apropriação por interesses político-ideológicos é um aspecto recorrente. Em meados do século XIX, na Inglaterra, sua prática nas escolas foi considerada importante instrumento para se evitar o surgimento de contestações ao ideário conservador da época. No início do século XX, quando cidades como São Paulo e Rio de Janeiro cresciam em termos industriais e urbanísticos, as classes dominantes perceberam que o envolvimento das classes populares com o futebol poderia ser útil para desmobilizar reivindicações por justiça social e conservar a ordem vigente. Após a Revolução de 1930, o governo de Getúlio Vargas percebeu na massificação e na espetacularização do futebol um canal eficaz para obter apoio das classes populares ao projeto de modernização industrial. Os militares também fizeram o uso deste recurso, e a associação ideológica da conquista da terceira Copa do Mundo em 1970 ao chamado milagre brasileiro, constitui um episódio paradigmático.

Entre os anos de 1968 e 1973, o “milagre econômico brasileiro” representou o desenvolvimento expressivo das forças produtivas por meio de avanço tecnológico, industrial e científico incentivados pelo Estado. Como lembra Germano (2005), nas sociedades capitalistas o Estado assume três funções: legitimação, coerção e funções econômicas. A legitimação relaciona-se à direção política e tem por objetivo a obtenção de consenso – sempre relativo – na sociedade; as funções coercitivas correspondem ao emprego da força e da repressão; e as funções econômicas devem servir de suporte para a acumulação de capital. Assim, enquanto as tropas e a polícia encarregavam-se de manter a ordem através de medidas repressivas, diferentes instrumentos eram utilizados para obter consenso da maioria da população, o que conferia legitimidade à internacionalização da economia ao mesmo tempo em que se buscava dissimular a política repressiva. O tricampeonato mundial de futebol foi conquistado num momento em que o país vivia o paradoxo do milagre brasileiro²⁵.

Nesse contexto, o futebol lograva o *status* de identidade cultural do país e, devido ao prazer e interesse que despertava nos espectadores, seu uso ideológico apoiou-se em uma fórmula simples: ao perceber o envolvimento das camadas populares com o futebol e necessitando legitimar a política econômica, o governo militar associou a conquista da copa

²⁵ Paradoxo porque no final da década de 1970 o Brasil estava entre as dez economias com maior Produto Interno Bruto (PIB) e era a economia mais industrializada do Terceiro Mundo, mas apesar disso, era uma parcela minoritária da sociedade que se beneficiava dos ganhos, enquanto a maioria da população ficava à margem do desenvolvimento e dos benefícios (GERMANO, 2005).

do mundo de futebol, em 1970, ao desenvolvimento do país. Dois exemplos ilustram a propaganda político-ideológica dos militares sobre o futebol. Um deles é o discurso “Valor do homem brasileiro”, proferido pelo Presidente Médice no mesmo dia em que o Brasil venceu a Itália na final da Copa. Iniciando com um pedido ao povo que o considerasse um homem comum como qualquer brasileiro, afirmou que se sentia feliz ao ver a felicidade naquele gesto de patriotismo e ressaltou:

na vitória esportiva, a prevalência de princípios que nos devemos armar para a própria luta em favor do desenvolvimento nacional. É desse ciclo a nossa conquista, a vitória da unidade e da conquista de esforços. A vitória da inteligência e da bravura, da confiança e da humildade, da constância e serenidade dos capacitados, da técnica, do preparo físico e da categoria. Mas é preciso que se diga, sobretudo, que os nossos jogadores venceram porque souberam ser uma harmoniosa equipe, em que, mais alto que a genialidade individual, afirmou-se a vontade coletiva (grifo nosso)²⁶.

Convém destacar no discurso o elogio de um futebol técnico e forte, em detrimento do talento individual – um ideário que é restabelecido no período militar e que no final da década de 1970 configurou as orientações da Confederação Brasileira de Desportos (CBD), sob o comando de um militar, para o futebol brasileiro (SANTOS, 1981).

Outro exemplo dessa exploração ideológica é o conteúdo do hino que incentivou a campanha da seleção brasileira de futebol na copa do mundo no México:

Noventa milhões em ação
Pra frente Brasil
Do meu coração

Todos juntos vamos
Pra frente Brasil
Salve a Seleção

De repente é aquela corrente pra frente
Parece que todo o Brasil deu a mão
Todos ligados na mesma emoção
Tudo é um só coração!

Todos juntos vamos
Pra frente Brasil, Brasil
Salve a Seleção²⁷.

A música amplamente cantada pelos brasileiros apresenta uma associação entre

²⁶ Discurso do Presidente Emílio Garrastazu Médice pronunciado em 21 de junho de 1970. Disponível em: <<http://www.biblioteca.presidencia.gov.br/ex-presidentes/emilio-medici/discursos-1/1970/16/view>>. Acesso em: 29 mai. 2013.

²⁷ Disponível em: <http://esporte.uol.com.br/copa/2006/ultnot/reportagens/2006/05/22/ult3668u11.jhtm>. Acesso em: 20 jan. 2014.

povo, país, coração, união, seleção e emoção. Como arte, trata-se de uma música popular com uma letra envolvente como tantas outras, porém, como tema do futebol tricampeão mundial, ela se tornou ícone da relação entre esse esporte e a sociedade; sua difusão pelos meios de comunicação – pelo rádio, e também pela televisão que nesse contexto já era vista em cores – favoreceu sua disseminação ideológica.

Pela música, o prazer, a emoção e a união que se manifestavam no futebol – os quais ignoram diferenças de classe social e preconceitos raciais – deveriam constituir os princípios do comportamento ordeiro, unido e conformado do povo na aceitação da política autoritária e do modelo econômico segregador. Como no futebol a disciplina dos jogadores e o apoio dos torcedores ao time são fundamentais para a obtenção de êxito, o governo do Presidente Médice tratou de explorar – por meio do futebol – que o projeto de desenvolvimento para o país dependia de disciplina (ordem e não conflitos ou contestações) e apoio (conformação e união) do povo. Como observou Lever (1983, p. 87) acerca da relação entre futebol e política, “no Brasil, os políticos têm estimulado o desenvolvimento dos esportes de espectador e de participantes. O esporte, em troca, tem ajudado os políticos a projetarem sua popularidade, contribuindo para que o governo brasileiro alcance seus objetivos nacionalistas”. Na medida em que agregava para si o símbolo de paixão nacional, o futebol serviu como instrumento para o governo militar difundir a imagem de um Brasil ordeiro, civilizado e vencedor, na tentativa de dissimular os conflitos sociais.

A política repressiva e antipopular dos militares também trouxe como consequência uma crise no futebol brasileiro (SANTOS, 1981). No âmbito social, a repressão política e a segregação econômica marcaram o período ditatorial, que entraria em crise na década de 1980; e no domínio específico do futebol, desencadeou um processo de militarização pela intervenção autoritária junto à Confederação Brasileira de Desporto (CBD) a partir de 1975 – que em 1979 se transformaria na atual Confederação Brasileira de Futebol (CBF)²⁸.

A ingerência militar resultou na restauração do futebol técnico e tático orientado pela força. Foi comum, nesse contexto, a condenação do chamado “futebol-arte” em nome do “futebol força” – ou conforme anunciava o Presidente da República em 1970: é preferível o jogo coletivo à genialidade individual. Assim, criava-se obstáculo à atuação de talentos individuais marcantes em períodos anteriores e limitava o surgimento de novos artistas do futebol. Entretanto, se no âmbito do jogo em si a disciplina e a força orientavam o trabalho,

²⁸ O novo presidente da CBD foi o Almirante Heleno Nunes, que também era o presidente do partido político oficial do governo – a ARENA. Como registra Lever (1983), isso representou o coroamento do uso político-ideológico do futebol pelo governo militar.

no que se refere à identidade política, a preferência era pelos jogadores considerados “robotizáveis”. Como assinala Santos (1981), uma indisciplina que os dirigentes da CBD não admitiam era “a do jogador que assume sua identidade de proletário e, ao assumi-la, denuncia o sistema, reivindica direitos de trabalhador qualificado e lidera os demais. Contra esses, ela [CBD] usou a mesma arma do governo que representa: a cassação” (p. 89). Embora fizesse mais de quarenta anos que o futebol tinha se popularizado e profissionalizado, ele ainda era gerido pelos princípios da elite conservadora e, sob o governo autoritário, as afrontas políticas eram consideradas subversivas e punidas com a exclusão do jogador, independente da técnica ou da habilidade que apresentava. Assim, no período em que o futebol foi tutelado pelo Estado militar, o jogador ideal deveria agregar técnica, força e espírito acomodado²⁹.

À medida que aumentava a intervenção do Estado, o futebol modificava sua estrutura organizativa. Do ponto de vista econômico, a criação da loteria esportiva em 1969 serviu para angariar fundos para a preservação e o desenvolvimento financeiro dos clubes. Com o aumento dos recursos, em 1971 foi realizado o primeiro campeonato nacional de futebol, que antes era limitado a confrontos interestaduais entre times dos estados do sul e do sudeste (LEVER, 1983). Desse modo, a década de 1970 foi o período em que o Estado Brasileiro interveio de modo mais incisivo na organização esportiva e futebolística do país, porém a crise da ditadura na década seguinte também se refletiria no futebol dependente da tutela estatal. A crise agora se apresentava duplamente: de um lado, o governo antipopular dos militares resultou na militarização do comando do futebol e a restauração do futebol-força pela CBD implicou obstáculos ao chamado futebol-arte; de outro, a dependência política e financeira do Estado levou a uma desestruturação dos clubes e do futebol brasileiro em virtude do declínio do Regime Militar. A redemocratização do país na década de 1980 e as liberdades econômicas, políticas e culturais que essa conjuntura representou, resultaram em novas mudanças para o futebol. É possível entendê-las como um processo de modernização do futebol brasileiro por meio das leis do mercado (PRONI, 1999; 2000). Todavia, de uma perspectiva crítica, elas representam absorção extrema do futebol pela indústria cultural e sua consolidação no circuito do grande negócio.

²⁹ Uma exceção histórica no contexto da ditadura militar foi protagonizada no Sport Club Corinthians – considerada a maior experiência democrática do futebol brasileiro e conhecida como “democracia corinthiana”. Em virtude das campanhas pouco exitosas do time nos campeonatos nacional e estadual de 1981 e 1982 e, também, da conjuntura que refletia o enfraquecimento do poder dos militares e a ampliação das reivindicações pela democracia, a postura política de alguns jogadores colocaram em curso uma mudança radical na administração do clube: um modelo democrático de gestão no futebol em que jogadores, comissão técnica e diretoria decidiam no voto coletivo os caminhos a serem seguidos. Cf. Socrates e Gozzi (2002) e, também, o documentário “Ser campeão é detalhe: democracia corinthiana”.

1.5 Capitalismo tardio e indústria cultural do futebol

Na sociedade contemporânea, a institucionalização e a profissionalização do futebol transformaram-no em esporte de massa – e espetáculo – em uma etapa do desenvolvimento social em que a técnica, a força e a eficiência do desempenho tornaram-se imperativos na sociedade da acumulação de capital. Desde sua origem moderna, o futebol tem sido pressionado a absorver esses aspectos como se fossem imanentes a ele, levando à “invenção da tradição” – para usar a expressão de Hobsbawm (2012) – de que o futebol não é possível sem a presença deles. Embora represente uma visão unidimensional, nas últimas décadas do século XX ela se tornou predominante, pois encontrou um contexto fértil para levar às últimas consequências aqueles aspectos. Nesse cenário, alguém poderia perguntar qual o problema em assistir um tipo de futebol altamente profissionalizado, em que a técnica e a força determinam o processo e, eventualmente, são construídas belas jogadas? Contudo, a pergunta a ser feita não é esta, mas sim: quais transformações têm ocorrido na sociedade e influenciado o futebol? Ou então, quais elementos estão por trás dos interesses do futebol altamente profissionalizado e espetacular na atualidade? Ou ainda, qual o sentido do futebol para uma sociedade verdadeiramente humana?

Como discutimos anteriormente, o Estado tem apoiado e se apropriado do futebol, quando convém. Foi assim nos quinze anos que se seguiram à Revolução de 1930, durante o Estado Novo, se repetindo durante o populismo em meados do século XX e na ditadura militar de 1964-1985. Assim, o movimento do futebol na segunda metade do século XX pode ser sintetizado da seguinte maneira: se no período após o Estado Novo o futebol experimentou momentos de glória, representados pelas conquistas de três copas do mundo, e em seguida foi tutelado e apropriado ideologicamente pelo Estado – o que resultou na militarização e restauração da força e da técnica –, a crise do Estado e da sociedade brasileira nas duas décadas finais instaurou uma crise e estimulou sua reorganização na era em que impera a mercadoria como espetáculo. Um exemplo pode ajudar a compreender a crise do futebol brasileiro nesse contexto. Ainda que a CBF tenha tentado implantar melhorias na organização do futebol pela nova organização do Campeonato Nacional em 1980, dividindo-o em Taça de Ouro e Taça de Prata, ela continuava fortemente influenciada por dogmas e por forças políticas do período anterior. Devido à crise financeira, os clubes acompanharam o aumento do êxodo de jogadores para o exterior e o enfraquecimento de suas condições econômicas, o que colaborou para instaurar um conflito com a CBF. Como decorrência do novo cenário político-econômico aberto aos investimentos privados, 13 clubes de futebol fundaram o chamado Clube dos 13, acirrando o conflito entre os clubes e a CBF – resumido por Proni

(2000, p. 159) da seguinte maneira:

cansados de reclamar mudanças na organização dos torneios e pressionados pela suspensão do custeio das viagens, os presidentes dos times de maior torcida do país criaram o 'Clube dos 13' e decidiram impor à CBF uma forma de disputa mais enxuta e mais rentável, [...] buscando implantar diretrizes mais racionais e desbancar o autoritarismo da CBF.

Ainda que o desfecho tenha sido a prevalência dos poderes constituídos da CBF, esse conflito evidencia tanto a crise quanto a reorganização do futebol na década de 1980. Essa reorganização deve ser compreendida dentro do contexto político-econômico que se desenhou nas duas últimas décadas do século XX no país, o que permite entender que a crise na organização e na administração do futebol – pelo Estado e pelos clubes – bem como sua nova configuração, se tornaram possíveis num contexto marcado pelo declínio da política autoritária e antipopular e pela ascensão de uma política econômica regulada pelas leis do mercado no contexto do chamado neoliberalismo. Esse modelo de organização política e econômica foi desenvolvido primeiramente nos países de capitalismo avançado, especialmente Inglaterra e Estados Unidos da América em fins da década de 1970 e início da de 1980, e se disseminou para a maioria dos países ocidentais ao ponto de seus estudiosos se surpreenderem com a rapidez com que essa ideologia se tornou hegemônica (ANDERSON, 1995; NETTO, 1993, 2012).

Na avaliação de Anderson (1995), o neoliberalismo foi uma reação à crise do capitalismo após a sua era de ouro nas décadas de 1950 e 1960, em que se desenvolvia o Estado de bem-estar social nos países de capitalismo avançado. Como resposta à crise, “o remédio, então, era claro: manter um Estado forte sim, em sua capacidade de romper o poder dos sindicatos e no controle do dinheiro, mas parco em todos os gastos sociais e nas intervenções econômicas” (ANDERSON, 1995, p. 11). Por isso, a denominação de “Estado Mínimo” neoliberal é ideológica porque, na verdade, o que se revela é o “Estado Máximo” do capital em uma conjuntura marcada pela flexibilização das relações de produção, desregulamentação da economia e, posteriormente, transferência de bens públicos ao capital privado através das privatizações³⁰. Embora o programa neoliberal preconizasse um pacote de medidas orientado pelo tripé flexibilização, desregulamentação e privatização, sua realização dependia das condições políticas e econômicas de cada país. Assim, se no Chile – considerado o país-berço do neoliberalismo – essa ideologia precisou de uma ditadura para implementar as medidas de seu programa no governo de Augusto Pinochet, no Brasil a crise econômica dos

³⁰ Analisamos as contradições da ideologia neoliberal em Souza (2006, p. 25, 45 e 66).

anos 1980 e a conseqüente hiperinflação que assolou o país na virada para a década seguinte constituíram os elementos de fundo e prepararam o terreno para a implantação do neoliberalismo brasileiro. No âmbito político ressurgiam relações democráticas com a Nova República em 1985, e no plano econômico ampliava-se a participação do setor privado em todos os domínios – dos processos produtivos à cultura, à educação e aos esportes. Em virtude da crise deixada pela apropriação e tutela pelo Estado militar, o futebol figura diante de uma nova situação entre necessidade e liberdade: necessidade de um modelo organizacional autônomo e, devido à nova conjuntura, ao mesmo tempo liberdade de investimentos do capital privado.

No âmbito jurídico, a Constituição de 1988 impulsionou o debate sobre a necessidade de bases legais modernas para o esporte e o marco regulatório foi a aprovação da Lei 8.672/1993 (a chamada Lei Zico). Embora essa Lei tenha sido profundamente alterada pelo Congresso Nacional – o que segundo Proni (2000) dá uma noção da força política dos principais dirigentes esportivos do país, pois um *lobby* na Câmara dos Deputados impediu mudanças em setores decisivos – o projeto original previa uma adequação mais radical do futebol às leis do mercado:

uma das metas principais do projeto era induzir a tão propalada revolução do futebol brasileiro, obrigando os clubes e as federações a adotarem métodos empresariais de gestão e abrindo espaço para que se solucionassem os seus problemas financeiros. A profissionalização administrativa era um aspecto fundamental dessa revolução (*Ibid.*, p. 166).

Como se percebe, a Lei que procurava modernizar o futebol brasileiro propunha, na verdade, adequar a administração dos clubes à lógica empresarial, uma vez que o investimento do capital privado necessitava de uma gestão eficiente para garantir os lucros. Essas mudanças seriam completadas no final da década de 1990 com a aprovação da Lei 9.615/1998 (conhecida como Lei Pelé), que prosseguiria pressionando os times a adotarem a gestão empresarial. Entretanto, na interpretação de Proni (1999), em vez de efetivamente melhorar a condição profissional dos jogadores de futebol, a lógica empresarial que orientou a elaboração da Lei Pelé levaria à redução do número de jogadores registrados e ao encurtamento no tempo médio da carreira profissional, devido à intensificação de exigências nas condições de trabalho.

Essas exigências se intensificaram a tal ponto que no campeonato brasileiro de 2013 – após 15 anos da aprovação da Lei Pelé – os jogadores organizaram um protesto junto à CBF para que no ano seguinte fosse diminuído o número de jogos nos diferentes

campeonatos. A reivindicação ficou conhecida como “Bom Senso Futebol Clube”, e o principal comportamento dos jogadores foi se sentarem no campo por 1 minuto antes do início da partida. Essa situação ilustra a que ponto o futebol se tornou mercadoria do grande negócio na atualidade: devido aos lucros extraordinários logrados especialmente pela venda de seus produtos pela indústria cultural, os jogadores foram submetidos a exigências impostas pelas atuais condições de trabalho além das suportadas por eles.

Se no plano econômico a desregulação do fluxo de capital intensificou a apropriação do futebol pelo mercado, nas esferas política e jurídica foram formuladas as bases legais para a reestruturação e subordinação dos clubes à lógica empresarial. Diante disso, a reestruturação do futebol brasileiro no período em apreço pode ser considerada como o mesmo que mercantilização do futebol, e alguns aspectos que se desenvolveram com essa lógica foram: a) adoção de uma lógica mercantil pela CBF; b) inserção de empresas de comunicação na organização futebolística; c) desenvolvimento do *marketing* esportivo; d) entrada de instituições financeiras no mercado esportivo; e e) gestão empresarial amparada pela Lei Pelé (PRONI, 1999). No conjunto dessas mudanças, destacaremos a absorção do futebol pelo “grande negócio” no final do século XX e início do século XXI e, para melhor compreensão, a discutiremos com ênfase em dois aspectos: a espetacularização do futebol amplificada pelos meios de comunicação e seu adensamento como mercadoria, devido aos investimentos de grandes empresas e de capital financeiro.

Uma forma de apropriação do futebol pelo grande negócio ocorreu por meio do *marketing* esportivo³¹. Esse processo pode ser resumido como a “descoberta” do futebol como meio de divulgação de marcas ou de produtos de indústrias, fábricas, bancos; e, conseqüentemente, aumento de lucro das grandes empresas. Um caso emblemático foi o do Palmeiras-Parmalat na década de 1990: o clube recebia capital da empresa, o que favorecia questões financeiras, e em troca estampava na camisa dos jogadores a marca da patrocinadora ou de seus produtos – com letras que deixavam o símbolo do clube em segundo ou terceiro plano. Contudo, na medida em que recebe capital por meio de patrocínios, isso determina modificações na organização do futebol de modo geral e na dinâmica dos clubes de modo mais específico, desenvolvendo uma relação de interesses recíprocos. Isto é, na mesma proporção em que uma empresa percebe no futebol um ramo para divulgação de seus

³¹ Que também é recorrente na história do futebol. A experiência do time de futebol *The Bangu Athletic Club* no início do século XX ilustra a relação entre futebol e publicidade. Com a popularização do futebol e a crescente competência do *The Bangu*, logo surgiu a ideia de associar o êxito do time com a empresa em que trabalhavam os jogadores, a Companhia Progresso no Rio de Janeiro. Estabelecia-se aí uma relação de publicidade entre futebol e empresa, e “com a contínua popularização do futebol, o time do Bangu se tornaria mais conhecido que a própria Cia. Progresso. A partir daí, o *The Bangu* passaria a ser também eficiente veículo de publicidade da companhia inglesa” (CALDAS, 1994, p. 43).

produtos, o time que concorda com a veiculação da propaganda recebe um patrocínio que varia conforme os interesses da empresa e, bem menos, do clube.

No *marketing* predomina a lógica de usar o clube para publicidade³², e esse processo alcança êxito quando o produto é apresentado a um grande número de pessoas. Se do lado dos clubes são suas conquistas que garantem a manutenção ou a atração de novo capital financiador, do lado da empresa patrocinadora seu interesse apoia-se na quantidade de público espectador que o clube dispõe. E isso depende do papel desempenhado pelos meios de comunicação de massa, sobretudo a televisão como o principal deles, pois é para o grande público que acompanha os jogos de seus clubes que a televisão garante a disseminação eficiente da marca ou do produto empresarial. Assim, o papel dos meios de comunicação tem sido intermediar e universalizar a publicidade, e nesse processo esses meios alcançaram expressivo poder político e econômico que vão além do esporte.

Da relação entre futebol e televisão, dois aspectos merecem ser detalhados para se compreender melhor o interesse financeiro pelo futebol: um deles é a crescente quantia de capital advindo das empresas de comunicação e as mudanças que esse investimento impõe aos clubes; o outro é que, quanto mais o futebol é praticado, assistido e consumido, mais a televisão se apropria dele como mercadoria e o reduz a mero entretenimento – processo que revela mais uma face operacional da indústria cultural.

A relação entre futebol e empresas de comunicações no Brasil se consolidou a partir da crise do futebol na década de 1980 e progressivamente tem se complexificado. Se num primeiro momento a televisão transmitia os jogos sem que os clubes reivindicassem seus “direitos autorais”, logo a crise financeira no país e no futebol e a liberdade de investimento do capital privado levariam os clubes a perceberem nas empresas de comunicações uma fonte para obtenção de recursos. Ilustra essa situação a quantia recebida pelos principais times brasileiros – representados na época pelo Clube dos 13 –, pela liberação da transmissão do Campeonato Brasileiro de futebol: em 1997 os clubes receberam US\$ 50 milhões, em 1998 US\$ 60 milhões e em 1999 US\$ 70 milhões (PRONI, 1999). Para se ter noção do quanto esse processo evoluiu em quinze anos, a receita dos 20 maiores clubes brasileiros em 2012 indica que as quotas advindas da transmissão dos jogos representaram 40% e do *marketing* e da

³² A ascensão da publicidade não é novidade e nem um processo acidental. Horkheimer e Adorno (1985) identificaram-na como uma das pedras angulares da indústria cultural, pois desempenha o papel de divulgar e vender os produtos – garantindo a circulação de mercadoria e capital –, e de seduzir e moldar a consciência dos indivíduos: “tanto técnica quanto economicamente, a publicidade e a indústria cultural se confundem. Tanto lá como cá, a mesma coisa aparece em inúmeros lugares, e a repetição mecânica do mesmo produto cultural já é a repetição do mesmo *slogan* propagandístico. Tanto lá como cá, sob o imperativo da eficácia, a técnica converte-se em psicotécnica, em procedimento de manipulação das pessoas. [...] O que importa é subjugar o cliente que se imagina como distraído ou relutante” (HORKHEIMER; ADORNO, 1985, p. 153).

publicidade 14%, de uma receita total de R\$ 3,08 bilhões de reais³³. Nesse balanço, a bilheteria dos jogos e a participação de sócios e torcedores, que já foram os principais meios de obtenção de recursos, representaram apenas 7% das receitas dos 20 maiores clubes brasileiros.

Sobre o capital investido pelas empresas de comunicações, o caso do Sport Club Corinthians Paulista, que apresentou a maior receita entre os clubes brasileiros em 2012, e o do GEC, clube de menor porte e que a TO foi objeto de investigação nesta pesquisa, ajudam entender o quanto o grande negócio interfere na organização do futebol por meio das receitas com direitos de transmissão de jogos. Em um ano, os mais de R\$ 153 milhões pagos ao Corinthians pelo direito de transmitir seus jogos representam cerca do dobro do valor pago aos clubes brasileiros em 1997 pela Rede Globo e Bandeirantes no acordo intermediado pelo Clube dos 13. No caso do Goiás, embora a quantia seja cerca de um quinto do valor repassado ao Corinthians, observa-se um aumento exponencial: em 2011 o time recebeu R\$8,3 milhões pelos direitos de transmissão dos jogos e em 2012 o valor subiu para a casa dos R\$ 36,7 milhões³⁴. Essas cifras revelam que o futebol se tornou um *locus* de investimento das empresas televisivas a partir da década de 1990, alcançando patamares astronômicos após a primeira década do século XXI.

Na relação entre futebol e televisão predomina o monopólio da Rede Globo edificado nas últimas duas décadas, e um exemplo publicamente conhecido foi a disputa pelos direitos de transmissão do Campeonato Brasileiro de Futebol no triênio 2012-2014³⁵. Em 2010, quando os direitos de transmissão de imagem da primeira divisão do Campeonato Brasileiro ainda eram negociados por intermédio do Clube dos 13, o contrato que dava exclusividade à Rede Globo foi rompido e no ano seguinte a entidade lançou um edital de concorrência pública para negociar os direitos de transmissão do futebol na TV aberta, na TV fechada, nos chamados *pay-per-view*³⁶, além de outras mídias, para o triênio seguinte³⁷. A Rede Globo declinou de participar da concorrência sob a argumentação de que

³³ Balanço disponível em: <<http://sportv.globo.com/site/programas/arena-sportv/noticia/2013/05/clubes-brasileiros-apresentam-maior-receita-conjunta-da-historia-em-2012.html>>. Acesso em: 11 jun. 2013.

³⁴ Dados retirados dos sites dos respectivos clubes. As informações do Corinthians estão disponíveis em: <<http://corinthians.com.br/site/clube/?c=Transpar%C3%Aancia>>. E as informações do Goiás podem ser verificadas em: <<http://www.goiasec.com.br/clube/transparencia>>. Acesso em: 11 jun. 2013.

³⁵ Esse episódio foi amplamente divulgado pela mídia esportiva especializada em sites oficiais – como no site esportivo da própria Rede Globo: *globoesporte.com* – e também em blogs – assinados por escritores e jornalistas autônomos e em geral com uma linha editorial mais inquiridora – como, por exemplo, o *blogdojuca.uol.com.br*, assinado pelo jornalista Juca Kifouri.

³⁶ Evento, show, filme, programas, jogos, ou outro tipo de programa, disponível para aqueles que assinam um pacote de TV fechada, mediante o pagamento de taxas específicas. “Pague para ver”.

³⁷ Conforme carta-convite enviada pelo presidente do Clube dos 13 à Rede Globo, Bandeirantes, SBT, TV Record e Rede TV! Disponível em: <http://estatico.globoesporte.globo.com/2011/02/24/clube_dos_13_2011.pdf>. Acesso em: 12 jun. 2013.

as condições impostas na carta-convite não se coadunam com nossos formatos de conteúdo e de comercialização, que se baseiam exclusivamente em *audiência e na receita publicitária*, sendo incompatíveis com a *vocação da televisão aberta* que, por ser abrangente e gratuita, é a *principal fonte de informação e entretenimento para a maioria dos brasileiros* (grifo nosso)³⁸.

O processo seguiu e a Rede TV foi a emissora ganhadora, porém sua vitória não foi concretizada. No processo licitatório-concorrencial, a Rede Globo se viu diante da ameaça de perder a exclusividade pela transmissão do principal campeonato de futebol no país. Alegando que os investimentos que fizera nas últimas décadas foram determinantes na reestruturação do futebol brasileiro, a Rede Globo, com o apoio da CBF, decidiu negociar os direitos de transmissão individualmente com cada um dos grandes times brasileiros – situação permitida pela legislação brasileira. Devido ao esquema articulado pela Rede Globo e ao montante de capital investido, os clubes foram se desfiliando do Clube dos 13 – o que selaria sua extinção depois de quase 15 anos. A estratégia de negociação individual com os clubes, em vez de coletiva, eliminou a concorrência das demais emissoras e fez com que o volume de capital oferecido aos clubes promovesse um nicho de negócios altamente lucrativo sob a seguinte fórmula: times com maior número de torcedores recebem uma quota maior, pois a audiência e o retorno financeiro com publicidade são mais promissores; por outro lado, quanto menor o número de torcedores, menor é a possibilidade de audiência e, por isso, diminui o interesse das empresas pela publicidade veiculada por times menos expressivos, o que resulta em uma quota muito menor³⁹.

Essa situação intensifica a diferença entre clubes e cria obstáculos ao desejável equilíbrio no futebol, pois os times que recebem investimentos maiores terão condições de contratar jogadores por valores mais elevados, enquanto os que recebem pouco investimento dependerão cada vez mais de outras fontes, como patrocínio de empresas, bilheteria e a revelação de atletas das categorias de base do próprio clube. E ainda que se considere a imprevisibilidade inerente ao futebol, em que o time pequeno pode vencer o time grande, a lógica empresarial colaborou para promover o profissionalismo altamente competitivo e com remunerações astronômicas. Portanto, a estratégia da Rede Globo de não entrar na

³⁸ Comunicado da Rede Globo sobre a não participação no edital de concorrência pelos direitos de transmissão dos jogos de futebol, organizado pelo Clube dos 13. Disponível em: <<http://globoesporte.globo.com/futebol/brasileirao-serie-a/noticia/2011/02/rede-globo-esta-fora-da-licitacao-de-direitos-de-transmissao-do-brasileiro.html>>. Acesso em: 12 jun. 2013.

³⁹ Nas entrevistas com dirigentes de clubes goianos, essa situação foi ressaltada. Enquanto o GEC, por estar na série A do campeonato brasileiro, recebe uma quantia cinco vezes menor que a do Corinthians pelos direitos de transmissão, esse valor é muito superior ao recebido pelo ACG e pelo VNFC – como informa um dirigente, o valor diminui de acordo com a representatividade do clube e a série em que participa, chegando a receber na série C recurso apenas para custeio de viagens para jogos fora da cidade sede.

concorrência dos direitos de transmissão dos jogos com as demais emissoras e negociar individualmente com cada clube, intensificou a subsunção do futebol ao monopólio do grande negócio e amplificou sua condição de espetáculo ao grande público.

O conteúdo do argumento da Rede Globo para justificar a não participação na concorrência organizada pelo Clube dos 13 também merece ser examinado. Nele, a emissora afirma ser responsável por reerguer o futebol brasileiro desde a segunda metade da década de 1990, por meio de investimentos realizados nos clubes. Nesse processo, deve-se lembrar que o capital que a emissora destinou aos clubes não foi doação, mas investimento financeiro regido pelo princípio do lucro, que só ocorreu porque o retorno com audiência e publicidade foi absolutamente rentável – não fosse um processo lucrativo, provavelmente ela não se interessaria pela manutenção da transmissão dos jogos na atualidade. Os investimentos crescentes empurraram o futebol para o mercado e suas leis e essa dinâmica aponta a fragilidade do argumento de que esse esporte é motivado por processos democráticos, a menos que seja a democracia liberal apoiada na meritocracia. Na verdade, se o futebol é expressão da sociedade, como espetáculo produzido pela indústria cultural, ele tem representado uma sociedade concorrencial e desigual sob a égide do capitalismo tardio.

Além disso, a Rede Globo afirma que seus princípios de comercialização “se baseiam exclusivamente em audiência e receita publicitária” e que a vocação da TV aberta é ser “a principal fonte de informação e entretenimento para a maioria dos brasileiros”. A primeira afirmação esclarece sua fórmula para o sucesso: um meio de comunicação que se submeteu aos princípios do modo de produção capitalista e manteve uma relação apoiada em interesses econômicos com o Estado brasileiro desde sua fundação em meados da década de 1960 (GERMANO, 2005). A segunda afirmação revela um dos aspectos operacionais da indústria cultural, pois apresenta o discurso ideológico de que – como meio de comunicação – sua vocação deve se limitar à difusão de informação e entretenimento. Se lembrarmos da denúncia de Horkheimer e Adorno (1985) de que a indústria cultural se alimenta da fugacidade na exposição de seus conteúdos, e de que a diversão e o entretenimento veiculados pelos meios de comunicação exigem das consciências um tipo de “atenção superficial” para não perder nenhum aspecto da programação, então é preciso enfatizar que os princípios que orientam as preocupações da Rede Globo – e não apenas relacionadas ao futebol – situam-na como emblema máximo da indústria cultural na atualidade, na medida em que transforma a cultura, a arte e o esporte em produtos vendáveis aos (tel)espectadores.

Esse cenário configura uma espécie de indústria cultural do futebol, afinal como ressalta Adorno (1993, p. 92) “a indústria cultural é a integração deliberada, a partir do alto, de seus consumidores”. Por isso, ela não é planejada para atender à uma suposta cultura

espontânea das massas nas sociedades de capitalismo tardio, mas para que a venda de seus produtos satisfaçam os anseios de um público já moldado a desejos estimulados por ela: “o consumidor não é rei, como a indústria cultural gostaria de fazer crer, ele não é o sujeito dessa indústria, mas seu objeto” (ADORNO, 1993, p. 93). Sob as malhas da indústria cultural, o futebol espetáculo não é planejado e elaborado para atender aos anseios dos consumidores apenas, embora ela ajuste os desejos dos torcedores ao espetáculo esportivo, e sim para vender os produtos relacionados ao futebol para fins lucrativos – seja por meio do consumo virtual de pacotes de jogos, publicidade e *marketing* ou presencial nos estádios. O que está em causa nessa dinâmica não é o esporte em si, mas o quanto de mercadoria ele se torna e, ao mesmo tempo, vende ao torcedor-consumidor – que por sua vez desenvolve o gosto e anseia por aqueles produtos.

É importante salientar que a indústria cultural do futebol não se limita a um país, pois se revela internacionalmente, sendo os megaeventos exemplos emblemáticos. Sabe-se que os megaeventos esportivos envolvem um grande número de países, sua estrutura e planejamento são de grande porte e ocorrem em intervalos de tempo mais longos do que os campeonatos nacionais – no caso da Copa do Mundo de Futebol, a cada 4 anos. Além disso, é fundamental lembrar que o futebol se transformou em negócio que movimenta cifras bilionárias anualmente em todo o mundo, e a Copa realizada sob o domínio da Federação Internacional de Futebol (FIFA) integra e estimula esse negócio. Em uma análise sobre os impactos econômicos da Copa de 2014 para o país, Proni e Silva (2012) ressaltam que a maioria dos benefícios econômicos é superestimada pelo Estado e pela FIFA com o propósito de convencer a opinião pública da necessidade e dos ganhos do evento, e que os legados não significam desenvolvimentos imediatos, pois dependem dos investimentos e da demanda posterior de uso. Diante disso, consideram a Copa

um exemplo paradigmático de como é possível explorar ao máximo as receitas provenientes dos direitos televisivos, dos contratos de publicidade, das estratégias de marketing e da associação com grandes investidores. Sem dúvida, o espetáculo proporcionado pela Copa pode ser entendido como um ativo fundamental para as emissoras de TV e um meio de propaganda incomparável para as empresas que associam suas marcas ao torneio. Deste modo, junto com a FIFA, os grupos de comunicação e as corporações patrocinadoras estão entre os maiores beneficiados com a realização deste megaevento. Mas o foco [no debate brasileiro] não está nos lucros que serão apropriados pelos donos da festa. Só se fala nos impactos econômicos potenciais e nos legados esperados para o conjunto da sociedade (PRONI; SILVA, 2012, p. 20; grifo nosso).

Assim, a Copa do Mundo⁴⁰ é emblemática da indústria cultural do futebol porque,

⁴⁰ Não apenas a Copa do Mundo, pois as Olimpíadas também são megaeventos e ilustram igualmente a presença da indústria cultural do esporte e a busca de lucros para grandes empresas.

embora apresente o discurso ideológico de que o principal beneficiado é o país sede, por meio do aumento da circulação de capital antes e durante o torneio, o que se verifica é uma complexa articulação entre “os donos da festa” que demonstram poder para exigir do Estado os investimentos públicos necessários à infraestrutura para realização do megaevento. Entretanto, o que se esconde por trás dessa organização é um ardiloso sistema de acumulação de capital em que os reais beneficiados pelos elevadíssimos índices de lucro são os meios de comunicação e o grande negócio (patrocinadores). Como o futebol desperta prazer, interesse e envolvimento em escala global, a FIFA descobriu no contexto do final do século XX e início do século XXI, que os direitos de transmissão, a publicidade e o *marketing* esportivo, representam a moeda de troca do futebol espetáculo⁴¹.

Como se percebe, a apropriação do futebol pela indústria cultural e pelo grande negócio é um fenômeno mundial, e nossa opção por fazer alusão direta à Rede Globo se justifica porque ela está no centro das transformações pelas quais passou o futebol brasileiro nas últimas décadas do século XX e início do século XXI. Todavia, não há dúvida que foi o contexto político-econômico brasileiro que possibilitou as transformações no domínio específico do futebol e o desenvolvimento de novas relações entre os clubes e os torcedores. Como o montante de capital investido cobra o preço pelo espetáculo, o futebol tem se profissionalizado cada vez mais e, com a dedicação intensiva dos jogadores aos treinamentos, a habilidade e a força tornam-no mais atrativo e modificam o gosto dos (tel)espectadores. Como destaca Reis (2006, p. 9), “a esportivização do futebol se deu juntamente com a admiração de um público cativo por esse jogo, daí sua denominação espetáculo. Obviamente ele se incrementa no final do século XX, na década de 1980 na Europa e na década seguinte no Brasil”. Após discutir as contradições do futebol moderno, desde sua origem europeia e seu desenvolvimento no Brasil, como também alguns elementos que intensificaram sua espetacularização pela influência dos meios de comunicação, é preciso examinar como essas transformações se relacionam com as mudanças no comportamento e no ideário dos torcedores, e quais aspectos podem ser importantes para compreender a violência que tem se manifestado no futebol de modo mais evidente nesse contexto.

⁴¹ Ainda na década de 1940, Marcuse (1999) demonstrou que a ampliação do poder dos meios de comunicação de massa e do grande negócio configuravam tendências do capitalismo avançado. Cf. Item 2.3.4.

II

SOCIEDADE ADMINISTRADA E TORCIDAS ORGANIZADAS: ASPECTOS OBJETIVOS E SUBJETIVOS DA VIOLÊNCIA

Neste capítulo discutimos o contexto de surgimento das torcidas organizadas (TO's) bem como suas características e evidências a partir das décadas finais do século XX – o que coincide com o futebol na era do espetáculo midiático. Também apresentamos um diálogo teórico-epistemológico para demonstrar importância de uma teoria crítica da sociedade para compreender as faces alienantes e ideológicas no futebol. Analisamos diferenças importantes sobre o modo como o “estilo de vida” é compreendido por uma abordagem interpretativo-descritiva e o que ele representa sob o viés de uma abordagem crítico-dialética. Além disso, percebendo que as obras que se tornaram referência no debate sobre a violência no futebol a partir das TO's atribuem um peso maior ao universo objetivo, buscamos, por meio de uma perspectiva teórico-crítica, reafirmar a primazia dos processos objetivos na constituição do indivíduo e da sociedade, mas também ressaltar que a dinâmica subjetiva desempenha papel ativo nas relações entre os indivíduos e destes com a violência – seja no âmbito da sociedade em geral ou no plano específico do futebol.

2.1 Gênese e características das torcidas organizadas

A década de 1980 foi marcada, no Brasil, pelo movimento de redemocratização do país, depois de mais de duas décadas de ditadura militar (1964–1985). Foi um momento em que os direitos civis passaram a ser abertamente reivindicados. A população exigia escolher os representantes políticos pelo voto direto, os meios de comunicação começavam a romper com a subserviência ao governo militar – embora mantivessem explícita a defesa de interesses da classe dominante, independente de governo⁴² –, o que significava certo grau de liberdade na edição e na divulgação das notícias, inclusive aquelas relacionadas ao futebol e à violência. Foi promulgada nessa década a Constituição Federal em vigor e, por “força de lei”, a educação era afirmada como direito de todos, dever do Estado e da família, e deveria visar o pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e a qualificação

⁴² Exemplo emblemático foi a atuação da Rede Globo de Televisão na eleição para Presidente da República em 1989, em que a emissora, sentindo-se ameaçada pela possibilidade de eleição de um operário que agregava a representação de interesses contrários aos da classe dominante, posicionou-se e manipulou a edição do último debate entre os presidenciáveis. Cf., por exemplo, o filme “Muito além do cidadão Kane” (1993), produzido por Simom Hartog e que, por decisão da justiça brasileira, foi proibido de ser apresentado no país.

para o trabalho, e as práticas desportivas passaram a ser consideradas direito de cada indivíduo, devendo ser fomentadas pelo Estado. Na década de 1990, ocorreu a introdução da política neoliberal de orientação inglesa e norte-americana no país – como assinalamos no capítulo anterior – e a maior abertura política e econômica do país a investimentos do capital estrangeiro. Isso aumentou a produção nacional, mas a concentração de renda e as desigualdades econômicas, culturais e educacionais se mantiveram porque o modo de produção social permaneceu determinado pelo princípio do lucro, excluindo parcela significativa da população à formação, à renda e ao trabalho qualificado.

A violência, antes prerrogativa da repressão militar, passou a se manifestar em uma sociedade dividida pelo acesso (ou não) às produções socialmente relevantes – do alimento necessário à sobrevivência à formação indispensável ao desenvolvimento da autonomia e da liberdade. Foi nesta conjuntura que a violência no futebol, a partir das manifestações de torcedores, ganhou espaço nos meios de comunicação e os confrontos foram mais evidenciados. Contudo, a reunião de espectadores em partidas de futebol é tão antiga quanto a gênese do próprio futebol.

Na Inglaterra, os estudos de Elias e Dunning (1992) e Murphy *et. al.* (1994) sobre torcedores ingleses apontam que o comportamento do tipo *hooligan*⁴³ se alastrou pela Europa na década de 1960, no entanto, há registros de agressão entre torcedores ainda nas décadas de 1870 e 1880 – período que remonta à instituição do futebol moderno. De acordo com os autores, esse tipo de comportamento se manifestou com maior ou menor intensidade no decorrer de um século: nas décadas que antecederam a Primeira Guerra Mundial as desordens ocorriam com mais frequência; no período entre as duas Guerras elas teriam diminuído e permanecido baixas até o final da década de 1950, quando se elevaram novamente a partir da década de 1960. Ainda que a violência do tipo *hooligan* remonte ao final do século XIX, o que se observa é que sua explosão na década de 1960 relaciona-se ao nascimento de uma cultura juvenil que valoriza a força física, apresenta disposição para pertencer a agrupamentos de massa e busca excitação e prazer através da violência gratuita contra supostos adversários (PIMENTA, 2004). Como sintetiza o autor, a versão atual do hooliganismo

está associada a movimentos juvenis dos anos 60, como os teddy-boys e seus “rivais”, os rockers (que usavam blusões de couro) e os *mods* (de classe média, andavam bem vestidos e transitavam de lambretas). Eventualmente esses grupos se

⁴³ Não há consenso sobre a origem do termo *hooligan* na Inglaterra. Alguns sugerem que a primeira utilização tenha sido no livro *Hooligan Nights* (1899) de Clarence Rook para caracterizar o comportamento desordeiro e briguento do personagem Patrick Hooligan; outra versão sugere que o termo remonta ao sobrenome de uma família irlandesa – os Houlihan – considerada violenta e pouco sociável (PIMENTA, 2004).

enfrentavam nas ruas. Com o tempo, a rivalidade entre eles passou a manifestar-se também nas arquibancadas dos jogos de futebol (PIMENTA, 2004, p. 252).

O contexto em que o hooliganismo ficou conhecido mundialmente coincide com o surgimento das TO's no Brasil; e a difusão de comportamentos agressivos de torcedores ingleses e brasileiros levou a mídia no Brasil a denominar as ações dos torcedores organizados como *hooligans* brasileiros. Todavia, pesquisas no Brasil demonstram diferenças significativas entre as TO's e os *holligans*, como também com outros agrupamentos de torcedores, como os *barra bravas* latino-americanos e os *ultras* italianos (TOLEDO, 1996; PIMENTA, 2004). Por exemplo: enquanto nos *barra bravas* e nos *hooligans* é comum atitudes xenófobas e preconceituosas, nas TO's esses sentimentos não são predominantes – embora exista exceção; enquanto os *hooligans* primam pelo anonimato e sua organização é informal, as TO's buscam reconhecimento dentro do futebol e perante a sociedade, por isso, enquanto os primeiros não usam vestimentas ou símbolos que os relacionam aos clubes, os torcedores organizados fazem questão de demonstrar sua identificação a eles; os *hooligans* se reúnem em bares (*pubs*), e as TO's têm uma sede para reuniões e festividades; enquanto os *hooligans* demonstram afinidades com partidos de extrema direita, não é comum nas TO's o posicionamento político, e quando ele ocorre se limita a práticas assistencialistas⁴⁴.

Essas características mostram que a formação desses grupos é diferente quando se considera aspectos econômicos, políticos e culturais de cada país ou região. Ainda assim, se as causas e as motivações se diferenciam, o comportamento agressivo de torcedores reflete uma situação de barbárie e configura um problema que escapa a explicações imediatas, pois é da ordem da totalidade social e não se limita a um país. No entanto, como o propósito é compreender o fenômeno das TO's, são o futebol e a sociedade brasileira que se apresentam como “pano de fundo”.

Como se viu, desde a chegada do futebol no Brasil no final do século XIX há relatos de grupos de espectadores acompanhando esse esporte (FILHO, 2003). Nessa fase inicial, o futebol ainda era marcado pelas normas inglesas e os estádios representavam um espaço para encontro da elite brasileira para demonstração de *status*. A popularização e a profissionalização do futebol a partir da década de 1930 propiciaram a reunião de pessoas de diferentes classes sociais, levando para os estádios um número de espectadores que ultrapassava os setenta mil em algumas partidas (SANTOS, 1981). Estudos indicam que as primeiras organizações de torcedores – precursoras das atuais TO's – surgiram na década de

⁴⁴ Essas diferenças foram sintetizadas a partir dos estudos de Toledo (1996), Pimenta (2004), Buford (1992).

1940 como, por exemplo, a Charanga Rubro-Negra no Rio de Janeiro e a Torcida Uniformizada do São Paulo Futebol Clube – considerada a mais antiga do país (TOLEDO, 1996; PIMENTA, 1997). Essas primeiras agremiações se organizavam a partir de um torcedor-símbolo que tinha como tarefa atrair simpatizantes para os estádios. A Charanga do Flamengo era uma banda musical que buscava animar a festa e incentivar o time com músicas. Seus simpatizantes “inventaram a tradição” de comparecer aos estádios com roupas combinadas pela cor ou pela estampa do time, formando uma torcida uniformizada. Pelo relato de uma torcedora, Toledo (1996, p. 22) assinala que

naquela época os agrupamentos torcedores eram vinculados aos times, geralmente a alguém envolvido com a organização institucional do futebol (político, dirigente, funcionário de ligas ou federações de futebol) ou ainda oriundos da atividade e do empenho pessoal de alguns indivíduos. O único objetivo de cada um era torcer pelo time, não importando mais nada.

Desse modo, o chamado torcedor-símbolo se caracterizava pela manifestação espontânea de sua paixão, num contexto em que no futebol se encontrava mais espaço para a criação artística. No entanto, com o ressurgimento do ideário técnico-objetivo sob influência da ditadura militar, a partir da década de 1970 os agrupamentos de torcedores também se reestruturaram e deram origem aos formatos atuais das TO's – indicando que as mudanças nos padrões estéticos e comportamentais dos torcedores acompanharam as transformações pelas quais passaram o futebol e a sociedade brasileira. Pode-se dizer que as torcidas uniformizadas e chefiadas pelo torcedor-símbolo coincidem com o auge do “futebol-arte” em meados do século XX e, como organizações burocráticas e com relativa autonomia dos clubes, as TO's coincidem com a retomada do futebol técnico-objetivo. Todavia, a atuação mais efetiva desses agrupamentos ocorre quando esse esporte é absorvido pelo grande negócio e sua comercialização intensificada pelo espetáculo midiático nas décadas finais do século XX. Assim,

posterior à fase romântica da uniformização de torcedores e da visibilidade dos *torcedores-símbolo*, que personalizavam e identificavam as torcidas, o surgimento das Torcidas Organizadas acompanhou algumas das mudanças ocorridas na época, impondo gradativamente outras formas de sociabilidade, de desfrute do futebol como lazer e hábito, fundamentando um outro modo de torcer diverso do comportamento usual observado (TOLEDO, 1996, p. 26; grifo do autor).

Como as conhecemos atualmente, a origem das TO's situa-se na virada da década de 1960 para a década de 1970, quando o Brasil experimentava o “milagre econômico” e as conquistas do futebol foram apropriadas ideologicamente por governos militares. Como

ilustração, podem ser citadas algumas dos times de maior expressão no Brasil: em São Paulo, a torcida Gaviões da Fiel, do Sport Club Corinthians Paulista, foi criada em 1969; a Torcida Uniformizada do Palmeiras, em 1970; a Torcida Jovem dos Santos, em 1969; a Torcida Independente do São Paulo, em 1972. No Rio de Janeiro, a Torcida Jovem do Flamengo foi criada em 1967; a Força Jovem do Vasco e a Torcida Young Flu, do Fluminense, em 1970. Em Minas Gerais, a Torcida Jovem Cruzeiro surgiu em 1970, e no Rio Grande do Sul, em 1969, foi fundada a Torcida Organizada Camisa 12, do Internacional. Nas décadas seguintes, observa-se o surgimento desses agrupamentos em todas as regiões do país além de sul e sudeste⁴⁵. Em Goiás, as torcidas de dois dos principais times do Estado surgiram na década de 1990: a Força Jovem Goiás (FJG) do Goiás Esporte Clube (GEC) e a Torcida Esquadrão Vilanovense (TEV) do Vila Nova Futebol Clube (VNFC), e apenas a Torcida Dragões Atléticos (TDA) do Atlético Clube Goianiense (ACG) foi criada em 2009, quando o time se reergueu nos campeonatos que disputavam. E um fenômeno que já era notado na década de 1970, porém em menor grau, é a existência de mais de uma torcida organizada (TO) para um mesmo time, indicando diferenças na constituição desses agrupamentos que extrapolam as manifestações de apoio e envolvem variáveis como regiões da cidade⁴⁶.

Mas se o futebol é acompanhado por espectadores desde o seu surgimento, é importante compreender quais aspectos são comuns e quais se diferem na história e na formação desses agrupamentos. Pimenta (1997) afirma que o sentimento de pertencer a um grupo distinto de pessoas pode ter acompanhado o futebol desde sua chegada no Brasil, no entanto, “o que caracteriza a existência de uma 'Torcida Organizada', tomando por base a história do futebol brasileiro, não é apenas a identificação com o clube, mas sim a estrutura organizativa que cerca esse grupo de pessoas” (*Ibid.*, p. 65). Como resultado, a atitude de torcer espontaneamente pelo time e ser comandado por um chefe deixa de ser predominante com o advento das TO's na última quadra do século XX.

Na nova formatação, um aspecto central é a estrutura burocrática das torcidas, que passaram a ser registradas em cartórios, com um complexo organograma administrativo que inclui presidente, diretores e conselheiros. Recusam a ideia de chefe e a denominação de torcida uniformizada, pois pretendem evidenciar que a organização vai muito além do uso de uma camisa comum, mas representa, por um lado, relativa autonomia em relação aos clubes e,

⁴⁵ As informações sobre a origem das TO's no Brasil foram obtidas pela combinação de pesquisas acadêmicas, sobretudo de Pimenta (1997) e Toledo (1996), com as informações disponíveis nos sites das próprias torcidas ou, na inexistência destes, no site: www.organizadasbrasil.com, que disponibiliza informações desses agrupamentos. Acesso em: 24 jun. 2012.

⁴⁶ Como exemplo, de 2007 a 2010 surgiram quatro novas TO's ligadas ao time do VNFC: a Velha Guarda Vilanovense (2007), a Vila Metal (2008), o Alcoolorados e a Sangue Colorado, criadas em 2010.

por outro, uma virilidade e disposição para o confronto (PIMENTA, 1997; TOLEDO, 1996). Na interpretação antropológica de Toledo (1996, p. 33; grifo do autor), essa nova organização não ocorre apenas no plano da paixão pelo time, mas significa que elas “inauguram, portanto, um novo *padrão de sociabilidade* entre os torcedores de futebol expresso nos comportamentos, na estética, na manipulação de um instrumental simbólico, enfim, num determinado estilo de vida”⁴⁷. Assim, além da preferência pelo time, os torcedores organizados submetem outros aspectos da vida cotidiana – como trabalho ou compromissos familiares, ao cronograma de jogos, revelando ser o futebol um fenômeno constitutivo do “estilo de vida” dos torcedores, marcado por símbolos e rituais seguidos pelos integrantes dessas agremiações⁴⁸.

Uma das consequências do advento das TO's foi a separação entre torcedor organizado e torcedor comum. De acordo com Pimenta (1997), o torcedor organizado vivencia de modo orgânico as relações e as atividades organizadas pela instituição, e é um sócio do grupo; enquanto os torcedores comuns são os que frequentam os estádios, torcem pelo time, mas não se vinculam a ela. Embora seja uma separação visível, ela não deve ser levada muito longe porque durante as nossas observações no estádio encontramos torcedores comuns que, mesmo não participando da dinâmica cotidiana da TO, assumiam os mesmos comportamentos – como os gritos de guerra, a insatisfação com os dirigentes do time e a disposição para o confronto.

Um elemento importante para entender o significado das ações das TO's são os diferentes motivos que justificaram suas criações. Os estudos indicam um conjunto de fatores que incluem desde o incentivo ao time, passando por justificações políticas até a necessidade do fortalecimento coletivo para se defender ou provocar o adversário (PIMENTA, 1997; TOLEDO, 1996). Uma das maiores torcidas em atividade no país, a Gaviões da Fiel, surgiu com o objetivo de questionar política e administrativamente a gestão do clube que, em 1969, completava 15 anos sem conquistar títulos, isto é, o propósito era fiscalizar os equívocos dos dirigentes. A Torcida Jovem do Flamengo foi criada pelos dissidentes da Charanga rubro-negra da década de 1940 e solicitava aos integrantes “seguir o Flamengo onde ele estiver aconteça o que acontecer e nada nem ninguém iria fazer com que eles não entrassem nos estádios; brigar só com quem quisesse brigar com eles; nunca bater nos mais fracos; e

⁴⁷ O estudo de Toledo (1996) apresenta detalhes importantes sobre a dinâmica das TO's, por isso, voltaremos à discussão das categorias “estilo de vida” e “padrão de sociabilidade” adiante. Cf. Item 2.2.

⁴⁸ O presidente de uma das TO's nos informou que já deixou muitos compromissos familiares para acompanhar o time, e cita como exemplo a ausência no velório de um ente querido. Cf. Capítulo IV.

proteger os rubro-negros dos ataques de adversários”⁴⁹. Os motivos que justificaram a criação da Torcida Independente do São Paulo e da Torcida Mancha Verde do Palmeiras são ilustrativos. A primeira defendeu a autonomia da diretoria do clube e surgiu para apoiar o time ou criticá-lo quando necessário, e a segunda ressaltou a violência como justificativa para sua criação, motivo pelo qual Pimenta (1997) considera a Mancha Verde como paradigma da violência que tem comparecido nas grandes TO’s. Diante da afirmação de seu presidente de que era necessário acabar com o estereótipo de “torcida amedrontada e sem identidade”, o autor argumenta que “o nascimento da 'Mancha Verde' ocorre porque os torcedores da S. E. Palmeiras cansaram de apanhar nas arquibancadas e de se acovardarem diante de um confronto. A partir de então começaram a usar da violência para serem respeitados pelas outras 'Organizadas’” (PIMENTA, 1997, p. 69)⁵⁰.

Em resumo, observa-se que entre os principais motivos que justificaram a criação das TO’s, dois se destacam: a autonomia em relação à influência dos dirigentes do clube – embora não seja um procedimento unânime, pois se sabe da existência de torcidas criadas por iniciativa do próprio clube – e a disposição aberta em não fugir aos confrontos. Quando exercida, a autonomia representa um papel ativo nos rumos do clube durante os jogos e nas intervenções junto à administração, mas a disposição para o confronto reflete um comportamento agressivo que pode se potencializar mediante adesão cega ao coletivo – como discutiremos adiante.

No sentido de refletir criticamente a relação entre futebol, sociedade, TO’s e violência, Pimenta (1997) ressalta que o período da ditadura militar agravou a violência social no Brasil, a qual se manifesta de diferentes modos, em diferentes ambientes e situações, como no futebol – e esta situação não deve ser compreendida de modo linear. Em virtude da ampliação da violência entre torcedores, constatada a partir da década de 1980, o autor parte de um problema aparentemente paradoxal: o que leva um grupo de jovens a agir com violência num ambiente em que as pessoas se encontram ligadas por um acontecimento de alegria, emoção e prazer? É um paradoxo aparente porque o futebol não está relacionado apenas à alegria e ao prazer, mas sua dinâmica pode desencadear comportamentos violentos. Na busca por uma resposta, o autor argumenta que as causas da violência devem ser buscadas fora do futebol e que suas origens devem ser investigadas no modo de produção que

⁴⁹ Informações sobre as origens, características e motivos da criação das TO’s foram obtidas nos sites das torcidas e, também, no site www.organizadasbrasil.com.

⁵⁰ Nas entrevistas com presidentes, diretores e membros das TO’s pesquisadas por nós, as principais motivações apresentadas foram o desejo de participar da festa na arquibancada, promover uma transformação radical nas atitudes consideradas frias e desapaixonadas dos torcedores e adotar procedimentos “mais profissionais” na gestão das torcidas. Cf. Capítulo IV.

determina as relações sociais: a sociedade da acumulação.

Assim, na medida em que os governos militares intensificaram o desenvolvimento do capitalismo brasileiro por meio das políticas autoritárias assumidas em nome dos interesses econômicos de uma minoria, eles “mascararam uma situação de 'exclusão' e 'paz social', impossibilitando e inviabilizando uma reengenharia organizativa da sociedade civil. A participação efetiva de todos nas decisões do poder e na conquista da cidadania social, política e cultural, foi diluída pelo enfraquecimento do tecido social” (PIMENTA, 1997, p. 24). A repressão e o autoritarismo dos governos promoveram uma “desconstrução do tecido social”, impedindo o desenvolvimento de relações democráticas a partir das quais o Estado e a sociedade civil poderiam se fortalecer⁵¹.

O surgimento das TO's no contexto da ditadura militar despertou algumas associações entre suas origens e os protestos políticos contra a repressão e o autoritarismo, no entanto, a investigação acerca dos motivos que justificaram a criação das principais torcidas nesse período indica que os protestos não constituíram regras, mas exceções. Ainda que algumas possam ter apresentado preocupações de ordem política, o que se observou foi que elas estavam associadas a questões internas sobre a administração do clube, e quando extrapolavam as questões internas na tentativa de afirmar sua posição social, o que sobressaía era uma ação assistencialista (PIMENTA, 1997). No estudo sobre as relações entre o processo de urbanização e a formação das TO's em Goiânia, também se verificou a ausência de engajamento político dos torcedores com projetos sociais. Embora fosse comum o uso de imagens de ícones desse tipo de luta – como a do guerrilheiro Che Guevara – o que se descobriu foi que “a face política mais solidamente desenvolvida nas torcidas organizadas são os projetos assistencialistas” (NASCIMENTO, 2010, p. 102). Isso revela que o uso desses ícones pode estar relacionado mais à influência dos meios de comunicação do que à consciência política dos torcedores.

Entretanto, se a contestação da ordem repressiva não foi regra na constituição das TO's, estas absorveram daquele contexto uma linguagem beligerante, tornando comum o uso de termos que lembram o espírito de guerra – como “batedores”, “linha de frente”, “pelotões”, “legiões” – para caracterizar suas atividades nos jogos ou na distribuição dos grupos pelas regiões da cidade (PIMENTA, 1997). Mesmo assim, não convém afirmar que a violência das TO's foi causada pela repressão militar, pois seria atribuir as mazelas atuais a uma forma de governo, sem considerar as contradições sociais mais profundas. Todavia, é preciso enfatizar que a repressão, a ausência de políticas sociais inclusivas e a consequente urbanização e

⁵¹ Cf. Item 1.4.

industrialização realizadas de modo desordenado pelo milagre econômico, contribuíram para a

construção desorganizada do tecido social brasileiro, possibilitando a abertura das portas para o surgimento de um novo sujeito, não limitado às classes mais desfavorecidas. Sujeito violento, carente e alienado que – no sentido político e cultural do termo – busca sua identidade social e auto-afirmação, lançando mão da violência e da agressividade (PIMENTA, 1997, p. 28).

Por essas razões, se a política repressiva e a economia concentradora do Estado militar colocaram o Brasil entre os principais países capitalistas do período, o preço pago foi disseminação da miséria para a maioria da população e a potencialização da violência urbana. A violência foi potencializada porque, na sociedade contemporânea, suas causas remetem ao modo de produção social submetido ao princípio do lucro e ao modo como a individualidade humana se forma nas sociedades de capitalismo avançado, e não como atributo de um Governo – embora suas ações contribuam para aumentá-la ou diminuí-la. Assim, o que se observa é que a violência no futebol a partir das TO's ganha visibilidade nas décadas finais do século XX devido à difusão midiática – motivo pelo qual surgem os estudos que se tornaram referência sobre o fenômeno.

2.2 Diferentes interpretações sobre a violência no futebol e nas torcidas

As preocupações com a violência no futebol envolvendo torcedores surgem de modo mais marcante a partir de meados da década de 1990. Nesse contexto, as autoridades mobilizaram diferentes setores da sociedade para prevenir a violência e punir os infratores, o que resultou em regulamentação de leis, proibições judiciais, fóruns de debate e estudos acadêmicos⁵². Como exemplo, podem ser citados: o Seminário realizado pela Secretaria da Justiça e da Defesa da Cidadania do Estado de São Paulo, uma semana após a “Batalha do Pacaembu”, reunindo autoridades políticas, juristas, sociólogos, jornalistas, psicólogos e outros especialistas para debaterem a violência no esporte (LERNER *et. al.*, 1996). São emblemáticos também o Estatuto do Torcedor (Lei 10.671/2003), elaborado com o objetivo de criar dispositivos para eliminar ou minimizar a violência no esporte, especialmente no futebol,

⁵² Como as grandes TO's surgem primeiramente em grandes metrópoles do sudeste e sul do país, é compreensível que as pesquisas também se concentrassem naquela região, todavia, a partir de meados da década de 2000, surgem os primeiros estudos sobre o tema em Goiás, como por exemplo os trabalhos do “Grupo de Estudos e Pesquisas em Esporte, Cultura e Cidades” (GEPECC) vinculado à Escola Superior de Educação Física e Fisioterapia de Goiás (ESEFEGO), especialmente pela pesquisa “O futebol profissional e a cidade de Goiânia: análise das articulações entre o processo de urbanização e as torcidas organizadas” que gerou alguns artigos e capítulos de livros, além de pesquisa *stricto sensu*. Como por exemplo: Nascimento (2007, 2010), Nascimento *et. al.* (2007), Tomazett (2009) e Assis (2008).

e a criação da Comissão Paz no Esporte no âmbito do Ministério do Esporte, em 2006, que procurou tratar esse tipo de violência de forma intersetorial, envolvendo a segurança pública, a educação e as autoridades esportivas. Em Goiás, devido à ascensão da violência nos estádios e em outros espaços da cidade atribuída às TO's, o Ministério Público pediu a suspensão das torcidas dos três principais times goianos e a justiça concedeu liminar proibindo a prática de qualquer atividade desses agrupamentos por um período de cinco anos, a partir de fevereiro de 2013.

Como objeto de pesquisa científica, a violência no futebol e nas torcidas tem sido tratada predominantemente por estudos com enfoques antropológicos e sociológicos e um dos principais argumentos é que a violência difundida pela mídia em busca de audiência não pode ser considerada como sendo “do” futebol, mas “no” futebol. Segundo este entendimento, mesmo que o jogo permita o confronto físico, este deve ser controlado – e não suprimido – pelo juiz, dentro do campo, e pelos responsáveis pelos preparativos e pela organização do evento esportivo. Nessa perspectiva, se o comportamento violento encontra no futebol um ambiente fértil para manifestação, é preciso investigar as suas origens “fora” dele, ou seja, procurar suas origens no contexto social mais amplo a partir de situações como desigualdade social, desemprego, concentração de renda, corrupção e impunidade, além do consumo de drogas que, se não deve ser considerado como causa, potencializa sua ocorrência.

Em geral, os estudos sócio-antropológicos não aprofundam a análise da dinâmica subjetiva e da formação do indivíduo na sociedade contemporânea ou desenvolvem-na para confirmar apenas a primazia do universo objetivo. Isso indica que, ainda que as preocupações sejam comuns, o recorte, a interpretação e a abordagem da problemática se diferem conforme a orientação teórico-metodológica. Em algumas predomina um viés mais analítico-descritivo e em outras critérios mais crítico-interrogativos. Por isso, discutiremos os trabalhos de Toledo (1996) e Reis (2006), os quais – em conjunto com o estudo de Pimenta (1997) discutido no item anterior – se tornaram referência na análise sócio-antropológica da violência no futebol e nas TO's.

O trabalho de Toledo (1996), de orientação antropológica e procedimentos etnográficos, foi realizado junto às TO's do Sport Club Corinthians Paulista, da Sociedade Esportiva Palmeiras, do Santos Futebol Clube e do São Paulo Futebol Clube. Por meio de observações participantes e não-participantes, acompanhou a dinâmica dessas torcidas “por dentro” para compreender: as origens, as características e as relações com torcidas aliadas e rivais; o significado da sede e dos deslocamentos ao estádio; a relação dos torcedores organizados com os denominados torcedores comuns, os símbolos e as imagens cultuadas, os

cânticos e xingamentos; a aproximação ou distanciamento entre as TO's brasileiras e os *hooligans* europeus, a estrutura e a organização dos estádios como facilitadores de comportamento violento, a rivalidade entre TO's de um mesmo time, além de esboçar as relações das torcidas com outros eventos e instituições sociais, como carnaval e política. Uma argumentação central do autor é que os “rituais” e os “simbolismos” que caracterizam esses agrupamentos estimulam novos “padrões de sociabilidade” e formam um “estilo de vida” diferenciado em grandes cidades como São Paulo. O futebol passa a significar para esses torcedores mais que fruição e entretenimento que se consome em poucas horas, uma vez que

as torcidas organizadas impõem limites, hierarquias, vestem-se de maneiras diferenciadas, criam padrões estéticos de como torcer, gostos e comportamentos, que se traduzem em intervenções coletivas no meio urbano. Investem tempo, criam expectativas, mobilizam símbolos, expõem-se a conflitos. Para estes torcedores, o futebol constitui-se em entretenimento, interesse político, visibilidade entre seus pares e perante outros, festa, drama, sociabilidade (TOLEDO, 1996, p. 118).

Esse conjunto de fatores diferencia os torcedores organizados dos torcedores comuns, e o fato de ser fanático por futebol ou por um time não caracteriza o torcedor como pertencente a uma TO, mas a adequação de outras atividades da vida – como trabalho, relacionamentos pessoais e familiares – em função de “rituais”, “símbolos”, “padrões” e “normas” das torcidas é que determina esse estilo de vida. Desse ponto de vista, o autor entende que as teorias sobre o lazer não fornecem elementos suficientes para captar essa “polissemia de significados”, porque “a experiência de muitos daqueles que integram e vivenciam uma Torcida Organizada com o futebol não se restringe tão somente à lógica do binômio *tempo de trabalho-tempo livre*” (*Ibid.*, p. 114; grifo do autor).

O autor argumenta que a crítica ao tempo livre pelos vieses da indústria cultural e do desenvolvimento tecnológico, realizada por Adorno (não se referindo a Horkheimer) e Marcuse, trata-se “de uma visão pessimista em relação ao advento e às possibilidades dos usos deste tempo livre” e, também, “ênfaticamente a *passividade* do espectador, que se reproduz no esporte a lógica da alienação do processo de trabalho”; mais ainda, considera que “esta perspectiva, de certo modo coaduna, com a posterior vertente que explicou o futebol enquanto processo de *mistificação das massas*” (*Ibid.*, 1996, p. 116-117; grifos do autor). Desse modo, embora o estudo do autor revele importantes detalhes que ajudam a entender as relações interpessoais dentro e fora das TO's, seu posicionamento em relação à crítica frankfurtiana indica opção por permanecer no campo da identificação e descrição do fenômeno e revela diferenças decisivas sobre o método, a finalidade do conhecimento e a concepção de homem e

de sociedade. Todavia, o argumento se torna frágil quando recorre ao binômio pessimismo/otimismo, pois não permite compreender a essência, a profundidade das preocupações e os fundamentos da frankfurtiana à totalidade social. Na verdade, associar a crítica imanente adorniana ao reducionismo da tese do esporte como mistificação das massas é um equívoco semelhante àquele do crítico da sociedade que identifica o marxismo vulgar como toda a tradição marxista ou com a própria teoria marxiana, como adverte Netto (2011).

Se o envolvimento orgânico com as TO's representa um “estilo de vida” (TOLEDO, 1996), é preciso ressaltar que ele se forma no curso das mediações que o torcedor estabelece com o modo de produção dessa sociedade. Isso não significa atribuir ao sujeito um comportamento passivo, mas compreender que os homens fazem suas próprias histórias não como desejam apenas, mas na relação com situações e contextos determinados, e dessa relação resultam sua individualidade e sua visão de mundo (MARX, 1987b). Nesse sentido, o estilo de vida resulta das mediações que as pessoas realizam com a totalidade social desde a infância.

Se nesse modelo de sociedade, a política, a cultura, o esporte são transformados em produtos do espetáculo midiático por intermédio da indústria cultural, é fundamental considerar que essa lógica influencia a formação do estilo de vida. O desprezo dessa influência implica no risco de permanecer na superficialidade e na descrição do fenômeno tal como ele é observável em seus detalhes, pois se ignora a alienação e a ideologia engendradas pelo modo de produção social vigente. Num momento em que as mercadorias são amplamente divulgadas pela publicidade da indústria cultural e fartamente consumidas, o próprio acesso a elas torna-se constituinte da individualidade, isto é,

os produtos doutrina e manipulam; promovem uma falsa consciência que é imune à sua falsidade. E, ao ficarem esses produtos benéficos à disposição de maior número de indivíduos e de classes sociais, a doutrinação que eles portam deixa de ser publicidade; torna-se um *estilo de vida*. *É um bom estilo de vida – muito melhor do que antes – e, como um bom estilo de vida, milita contra a transformação qualitativa* (Marcuse, 1967, p. 32; grifo nosso).

Por esta síntese, compreende-se que o estilo de vida está associado a preferências e gostos, no entanto, desconectado das condições objetivas de existência, ele se torna abstração – no sentido marxiano. O que Toledo (1996) categoriza como novo padrão de sociabilidade representa, da perspectiva crítica, um padrão de pensamento e comportamento unidimensionais – integrado, padronizado e adaptado às exigências da sociedade vigente

(MARCUSE, 1967, 1999)⁵³.

Nessa perspectiva, o tempo livre não é isolado dos interesses da acumulação capitalista, por isso Adorno (1995b) demonstra que nele se desenvolve um processo de influência recíproca: por um lado, as pessoas são levadas a ter que gostar de situações ou produtos difundidos pela indústria cultural e, por outro, isso as leva a conceber o tempo livre como atividade para o esquecimento das contradições imanentes ao trabalho e à sociedade contemporânea. Esse processo leva à funcionalização do tempo livre e é exemplificado por Adorno (1995b, p. 74) pela indústria do *camping*:

no “camping” - no antigo movimento juvenil, gostava-se de acampar – havia protesto contra o tédio e o convencionalismo burgueses. O que os jovens queriam era sair, no duplo sentido da palavra. Passar-a-noite-a-céu-aberto equivalia a escapar da casa, da família. Essa necessidade, depois da morte do movimento juvenil, foi aproveitada e institucionalizada pela “indústria do camping”. Ela não poderia obrigar as pessoas a comprar barracas e “motor-homes”, além de inúmeros utensílios auxiliares, se algo nas pessoas não animasse por isso; mas a própria necessidade de liberdade é funcionalizada e reproduzida pelo comércio; o que elas querem lhes é mais uma vez imposto. Por isso, a integração do tempo livre é alcançada sem maiores dificuldades; as pessoas não percebem o quanto não são livres lá onde mais livres se sentem, porque a regra de tal ausência de liberdade foi abstraída delas.

A difusão do tempo livre sob o signo de mercadoria faz com que as pessoas passem a desejar o que é apresentado pela indústria cultural como extensão das relações produtivas. Com isso, tempo livre passa a significar o acesso a situações de diversão e entretenimento imediatos – e os eventos esportivos, especialmente os do futebol, ilustram esse processo, pois numa sociedade em que a maioria é submetida ao trabalho forçado para suprir necessidades básicas, o tempo livre representa cada vez mais o privilégio de poucos e a diversão massificada torna-se o investimento da maioria.

Toledo (1996) também afirma que a crítica frankfurtiana concebe: o espectador como passivo, o esporte como reprodutor da alienação do trabalho na sociedade capitalista, e que essa perspectiva coaduna com o materialismo vulgar que atribui ao futebol o papel de mistificação das massas⁵⁴. Essas críticas põem a tarefa de compreender a concepção de esporte na teoria crítica, e a realizaremos a partir dos escritos de T. W. Adorno.

O esporte não figurou como objeto de estudo específico para os frankfurtianos.

⁵³ Cf. Item 2.3.3.

⁵⁴ Crítica compartilhada também por Murad (2007), o qual considera que Adorno cultivava uma hostilidade exagerada diante do papel ideológico dos eventos esportivos e enquadra-o no escopo da tese reducionista do pão e circo que “reflete um desdém intelectualista por esportes” e apoia-se na ideia de que “as oligarquias políticas podiam ser sustentadas, fornecendo pão e circo (*panis et circensis*) para as massas. Desde então, frequentemente é sugerido que uma influência maquiavélica está por trás da popularização dos esportes” (Giulianotti, 2002:33)” (p. 140).

Quando Adorno (1995b; 1998) a ele se refere, sobressai a crítica ao aspecto regressivo nas sociedades de massa e à funcionalização e adaptação do corpo nessas sociedades (HORKHEIMER; ADORNO, 1985). Todavia, observa-se também o reconhecimento de que o esporte é ambivalente, e dependendo do modo como se desenvolve pode incentivar a violência ou a desbarbarização social (ADORNO, 1995b).

Em relação ao aspecto regressivo do esporte, Adorno (1998) aceita a crítica de Veblen de que a sua prática incita a violência, se desenvolve mediante processos opressivos e espírito predatório e, por isso, representa um tipo de regressão do indivíduo a estágios sociais primitivos. Para o frankfurtiano, esse arcaísmo pode ser ilustrado pelo fato de que “as organizações esportivas foram modelos das manifestações de massa dos Estados totalitários. Enquanto excessos tolerados, elas combinam o momento da crueldade e da agressão com os conteúdos disciplinares e autoritários das regras de jogo” (ADORNO, 1998, p. 75-76). Além dessa regressão à violência primitiva identificada pela “afinidade entre o excesso esportivo e a camada dos líderes manipuladores”, Adorno afirma que o esporte moderno também contém um momento masoquista em que se manifesta o impulso à obediência e ao sofrimento. Por isso, o espírito esportivo estaria menos ligado à regressão a sociedades primitivas e mais à adaptação das relações sociais instituídas pela sociedade administrada.

Poder-se-ia afirmar que o esporte moderno pretende restituir ao corpo uma parte das funções que lhe foram retiradas pelas máquinas. Mas o esporte pretende treinar os homens da maneira mais impiedosa possível, para colocá-los a serviço das máquinas. Ele acaba por assimilar o próprio corpo à máquina. O esporte pertence, por isso, ao reino da ausência de liberdade, onde quer que seja organizado (ADORNO, 1998, p. 76).

Na medida em que coincide com o avanço da sociedade industrial, o esporte moderno passa a cumprir, no entendimento do autor, não apenas o papel de compensar o que a maquinaria retirou do corpo, mas converte-se ele próprio a serviço da maquinaria pela subordinação à lógica do modo de produção social em ascensão – pertencendo, assim, ao reino da não liberdade.

Além das questões atinentes ao esporte, Adorno, junto com Horkheimer, assinalam que o desprezo – tanto pela história oficial como pela crítica progressista – ao destino das paixões e dos instintos humanos reprimidos pela civilização, amplia o processo de coisificação e mutilação do corpo (HORKHEIMER; ADORNO, 1985). Essa “negligência social”, em que o corpo é transformado em objeto, remonta à primeira separação entre sujeito e objeto, intelecto e trabalho físico, em que o espírito é enaltecido e o corpo repellido.

Contudo, argumentam que na cultura moderna esse processo se intensifica e o corpo é submetido a um processo de amor-ódio: ao mesmo tempo em que é desprezado como algo inferior e escravizado, ele é “desejado como algo proibido, reificado, alienado”, pelas relações produtivas. Sob as duas formas ele figura como objeto mutilado: “só a cultura que conhece o corpo como coisa que se pode possuir; foi só nela que ele se distinguiu do espírito, quintessência do poder e do comando, como objeto, como coisa morta, ‘*corpus*’” (HORKHEIMER; ADORNO, 1985, p. 217). Essa mutilação não ocorre mais pela força das armas, mas com o desenvolvimento cada vez maior do comércio, da indústria e das comunicações – ou seja, das forças produtivas e da tecnologia – a sociedade burguesa promove um tipo de dominação em que “a humanidade se deixa escravizar, não mais pela espada, mas pela gigantesca aparelhagem que acaba, é verdade, por forjar de novo a espada” (*Ibid.*). A coisificação do corpo se materializa mediante a incapacidade do indivíduo de se diferenciar dessa gigantesca aparelhagem; pelo contrário, sua atitude é de adaptação ao aparato.

A crítica de Adorno ao esporte e à mutilação do corpo pode ser assim sintetizada: se o corpo é desprezado como objeto e desejado apenas sob sua forma proibida e alienada – isto é, como desejo sexual e força para o processo produtivo – o esporte não rompe com essas situações, mas as reforça, pois submete o corpo a processos de obediência (adestramento) e sofrimento e, ao mesmo tempo, o cultua como algo desejado – sobretudo o corpo representado pelo herói e ídolo esportivo. No contexto atual, em que o esporte integra-se às condições impostas pelo grande negócio, a crítica de Adorno pode ser interpretada como dura, mas não sem fundamento. Na medida em que o esporte moderno se aperfeiçoou com o auxílio do desenvolvimento da ciência e da tecnologia – submetendo-se aos princípios do rendimento e da competição exacerbados –, como também ampliou a sua forma mercadoria pelo espetáculo midiático, o argumento de que no esporte estão presentes o princípio da obediência, os processos de sofrimento, o desprezo pelo corpo frágil e a idolatria do “corpo do herói”, encontra cada dia mais confirmação. Nessas condições, o esporte mostra-se coerente com o aparato da sociedade vigente e, sob o controle da sociedade administrada, o corpo é levado a um alto nível de endurecimento

necessário para aguentar a pressão existente. Temos de ter resistência ao que nos é exigido. É assim que corremos para as academias, que são cada vez mais substituídas pelos exercícios domiciliares, possibilitados quer pelo treinador pessoal quer pelos aparelhos que já vêm com as instruções de uso, para aumentarmos nossa capacidade cardíaca e respiratória (CROCHÍK, 2000, p. 37).

Além disso, absorvido pela indústria cultural, o esporte evidencia sua face ideológica na sociedade de massas⁵⁵. E, reconhecer e identificar aspectos ideológicos do esporte não significa atribuir-lhe o papel de mistificador das massas, contudo, fazer vistas grossas à ideologia que se manifesta nele por intermédio do espetáculo midiático é igualmente um equívoco.

Como visto, sob o esquema da indústria cultural, o espetáculo esportivo é difundido (vendido) aos indivíduos não para atender necessidades de acesso à cultura esportiva no tempo livre, mas como produto consumido com a finalidade de aumentar o lucro do grande negócio e ampliar o poder da indústria cultural. Todavia, esses interesses são camuflados e o que comparece são satisfações imediatas das pessoas pelo acesso aos produtos e um tipo de idolatria do herói esportivo em virtude da promessa de que todos podem se tornar heróis – embora isso seja uma mentira manifesta. A identificação com o herói ou heroína esportiva revela-se um processo que, como esclarece Crochík (2008), substitui a identificação entre homens de carne e osso, e um exemplo comum, mas emblemático do poder da indústria cultural na venda dos produtos esportivos, é a pouca comoção com a morte de um conhecido que não pertença ao pequeno círculo familiar ou de amizade, enquanto se sofre imensamente com a morte do ídolo.

Além das duras críticas ao esporte moderno na relação com o aparato da ordem social vigente, à sua dimensão ideológica explorada pelos esquemas da indústria cultural e à funcionalização do corpo nas sociedades administradas, quando Adorno discute as possibilidades e as finalidades da educação após a barbárie do holocausto, sua concepção é que o esporte abriga uma ambivalência e, dependendo do modo como é realizado, pode incentivar a violência ou servir de instrumento contra a barbárie:

o esporte é ambivalente: por um lado, pode produzir um efeito antibarbárico e anti-sádico, através do ‘fair play’, o cavalheirismo e a consideração pelo mais frágil; por outro, sob muitas de suas formas e procedimentos, pode fomentar a agressão, a crueldade e o sadismo, sobretudo entre aqueles que não se submetem pessoalmente ao esforço e à disciplina do esporte e sim se limitam a ser meros espectadores e costumam concorrer aos campos de jogos só para vociferar (ADORNO, 1995b, p. 112).

Desse modo, o esporte é apreendido em sua mais profunda dialética, e ainda que tenha se desenvolvido em compasso com as exigências da sociedade industrial burguesa, sendo apropriado ideologicamente por diferentes instituições – de governos à indústria cultural –, é fundamental reconhecê-lo como prática social. Nesse sentido, ele pode ter um

⁵⁵ Cf. Item 1.5.

efeito contrário à barbárie, desde que sua realização não esteja submetida à competição extrema (princípio de alto rendimento) e que predominem relações de respeito entre os participantes, ou seja, um tipo de prática esportiva que objetive a dimensão artística do jogo e não vitória sobre o adversário a qualquer custo. Isso pode ser acusado de estar no campo da utopia, mas é perfeitamente desejável como experiência verdadeiramente humana no esporte.

A posição de que o esporte é ambivalente pode parecer um paradoxo em relação às duras críticas anteriores do autor, contudo, se compreendida dentro de suas preocupações mais abrangentes, elas se revelam coerentes com o princípio da crítica imanente. Afinal, de um lado, a crítica ao esporte demonstra os aspectos ideológicos através da obediência, do sofrimento, da competição exacerbada e da adaptação engendrados pela sociedade capitalista desde o período industrial até a era dos grandes negócios e da indústria cultural. Por outro, como prática cultural ele resiste a se integrar totalmente a esse processo e pode desempenhar um importante papel no incentivo à desbarbarização da sociedade, desde que orientado por relações que não busquem o confronto com o adversário, mas com o outro seja construída uma experiência visando a autonomia e a emancipação de seus praticantes e espectadores.

Esses elementos possibilitam afirmar que a crítica ao esporte moderno pela perspectiva adorniana não concebe o espectador como passivo ou que o esporte está condenado a repetir a lógica da alienação do trabalho na sociedade capitalista e seu papel – especialmente no futebol – limita-se à mistificação das massas. Todavia, se esses aspectos permeiam o esporte, é fundamental identificá-los; não para depreciar o indivíduo e o esporte, mas para evidenciar que nessas condições ambos encontram-se submetidos à lógica da acumulação capitalista. Portanto, é uma crítica dura aos aspectos ideológicos do esporte, mas não unilateral e sim dialética, pois identifica nele a ambivalência que perpassa a constituição do indivíduo e da cultura. Como assinala Vaz (2011, p. 267; grifo do autor), “pode-se fazer várias ponderações aos comentários de Adorno sobre o esporte, mas é difícil deixar de reconhecer que a fé no progresso infinito dos resultados esportivos exprime como talvez em nenhum outro campo, aquilo que os frankfurtianos chamaram de *razão instrumental*”.

Essa discussão não se trata apenas do deslocamento, no plano teórico, do debate do “estilo de vida” e dos “padrões de sociabilidade” para o âmbito da alienação e da ideologia, mas de considerar as contradições econômicas e político-ideológicas como fundantes na constituição da sociedade contemporânea e da individualidade engendrada por ela. A crítica adorniana revitaliza a exigência de não fazer concessão à violência e à barbárie que se manifestam também no esporte, e o desafio posto é compreender as motivações que se escondem por trás do comportamento daqueles espectadores que se dirigem aos jogos para

“vociferar”. Nessa pesquisa, o esforço se concentrou na compreensão de elementos objetivos e subjetivos que motivam os torcedores organizados a irem aos estádios disponíveis para o confronto.

O estudo de Reis (2006) resulta, como informa a autora, de uma década de pesquisa sobre o futebol, os tipos de violência a ele associados e a organização de espetáculos esportivos⁵⁶. Seu principal objetivo é compreender por que a violência social encontrou um ambiente favorável nos estádios para sua ocorrência. Na busca de uma resposta, apoia-se na sociologia configuracional de Norbert Elias, Eric Dunning e colaboradores para investigar as origens do esporte e do futebol moderno e demonstrar que à medida que foi se profissionalizando e exigindo dedicação exclusiva de “trabalhadores do futebol” – como dirigentes, equipe técnica ou jogadores – o futebol foi gradualmente se tornando espetáculo. Esse processo desencadeou também um número crescente de (tel)espectadores que passaram a exigir cada vez mais um futebol bonito e eficiente. Em seu entendimento, as transformações tanto no futebol como na expectativa dos (tel)espectadores estão associadas ao aumento da violência, em especial das TO’s compostas por jovens masculinos num contexto de exclusão social e frustrações na construção de suas identidades – de modo semelhante às descobertas dos pesquisadores de Leischester sobre as origens sociais do hooliganismo⁵⁷. Em seu trabalho, verifica-se a denúncia do quanto o futebol foi espetacularizado a partir do último quarto do século XX, tornando-se uma mercadoria de valor inestimável à indústria cultural e ao negócio empresarial.

A autora lembra que a violência não é exclusiva do futebol e que os esportes competitivos, em geral, favorecem a manifestação de comportamentos agressivos, todavia, devido à popularidade e aos valores masculinos, os eventos de futebol tornaram-se espaços privilegiados:

percebe-se, por um lado, que a violência está diretamente relacionada à crescente seriedade verificada nos esportes modernos, com suas formas mais elaboradas observadas a partir das últimas décadas do século XX, e às formas contemporâneas de recompensas financeiras aos coadjuvantes do futebol profissional. Assim como o avanço da crescente identificação juvenil com ídolos e equipes de futebol, verificada principalmente em países como o Brasil, onde grande parte da população sofre pelas condições indignas de vida, pelo baixo nível educacional, pela desestruturação

⁵⁶ Dermeval Saviani, no prefácio da obra de Reis (2006), argumenta a necessidade de compreender o futebol como manifestação da cultura: jogo, esporte, arte, pois suas características encantam e envolvem até os que se dizem dele não gostar. Porém, numa sociedade em que a concentração de riquezas ocorre à custa da miséria humana, isto é, no modo de produção social sob o princípio da acumulação de capital, as manifestações culturais do futebol se subordinam ao processo de mercadorização e a violência encontra solo fértil para se propagar (SAVIANI, 2006).

⁵⁷ Cf. Elias e Dunning (1992).

acelerada da instituição família vivenciada nas últimas décadas do século XX. Mesmo nas famílias estruturadas do ponto de vista econômico, há uma falência dos valores morais e éticos que faz com que os papéis sociais de pai e mãe deixem de ser cumpridos, gerando dessa forma uma grande parcela de adolescentes e jovens extremamente carentes, que buscam nos clubes futebolísticos seus ídolos e sua identidade (REIS, 2006, p. 18).

Assim, o aumento da violência no futebol coincide com as novas exigências profissionalizantes no final do século XX, sendo o espetáculo a dimensão extrema do futebol que se tornou mercadoria – o que se observa pelas transações financeiras milionárias. Mesmo assim, isso não explica a violência porque, ainda que orientado pelo princípio do lucro, não são todos os eventos esportivos que terminam em violência. Nesse sentido, Reis (2006, p. 15) afirma que “as raízes da violência relacionada ao futebol estão na sociedade brasileira. A formação de indivíduos apáticos ou agressivos e violentos ocorre a partir de sua sociabilidade primária”, e em virtude das condições objetivas de vida em que ocorrerem essa sociabilidade é que “nas relações sociais ao longo da vida, irão demonstrar as preferências de relacionamentos, se de forma pacífica, por um lado, ou em outro extremo de forma agressiva”. As preferências a que se refere a autora remetem à formação da identidade do indivíduo tanto no âmbito da sociedade como um todo, quanto nos círculos mais restritos, como a família.

Em resumo, se o modo de produção gera concentração de riquezas e condições indignas de vida para a maioria, se a população jovem padece com nível educacional precário e se a família como instituição responsável pela sociabilidade primária encontra-se destituída de sua autoridade ético-moral, esse conjunto de fatores corrobora para a (de)formação de identidades de adolescentes e jovens carentes, os quais buscam nos times de futebol e nas TO's seus ídolos. Esses argumentos são inquestionáveis, e, como adverte Adorno (1995b), as condições objetivas de existência têm primazia na formação do indivíduo. No entanto, o reconhecimento do contexto desfavorável em que cresce boa parte dos indivíduos é fundamental, mas não suficiente para entender a violência que se manifesta no futebol, pois se poderia perguntar: e quanto ao comportamento agressivo de indivíduos que crescem sob de condições economicamente favoráveis, com bom nível educacional e família relativamente estruturada? A resposta a essa questão remete à necessidade de compreender a formação da identidade e da individualidade humanas mediante as condições impostas pelas sociedades industriais de capitalismo avançado.

No estudo sobre as mediações que se estabelecem no processo de adesão do torcedor comum ao futebol apropriado pela indústria cultural, Hryniewicz (2008) discute esse

problema. Recorrendo à teoria freudiana das massas e à teoria crítica frankfurtiana, demonstra que a formação humana, o esporte e o futebol são influenciados pelas condições impostas pelo capitalismo tardio:

o futebol pode ser visto como arte, o humano em sua superação. A beleza das jogadas de Ronaldinho, Kaká, Messi, Robinho, entre outros, enche os olhos de quem as vê; elas são belas por si só, mas já estão profundamente arraigadas na ideologia hodierna e na lógica do capital, e, dessa forma, perdem sua aura artística e ganham um forte papel na mistificação das massas. Há, sim, um prazer no torcer que vai além da mera explicação do *panis et circencis*, mas é preciso saber em que medida esse prazer pode restringir a liberdade e a capacidade de esclarecimento, bem como fomentar a violência (HRYNIEWICZ, 2008, p. 11).

Sob as condições vigentes, a adesão ao futebol é permeada por processos ideológicos e alienantes que não se limitam a ele – no qual pode se manifestar práticas não alienantes –, mas remetem à adesão do indivíduo a fenômenos de massa. A discussão a seguir é nessa perspectiva e busca por meio da referência da teoria crítica frankfurtiana – e, também, em autores que estão na base dessa teoria – discutir fundamentos que auxiliem na compreensão da violência no futebol e nas TO's mediante as condições objetivas de existência e a dinâmica subjetiva em que se constitui a individualidade nas sociedades administradas.

2.3 Fundamentos de uma perspectiva teórico-crítica para análise da violência no futebol a partir das torcidas organizadas

Ao propor a discussão sobre futebol, violência e TO's, uma primeira tarefa é fugir aos julgamentos valorativos e procurar a raiz do problema. As principais pesquisas argumentam a necessidade de buscar as causas da violência “fora” do futebol, uma vez que é na sociedade que ela é gerada. Não objetamos esse pressuposto, mas acrescentamos que esse tipo de violência deve ser buscado tanto “fora” como “dentro” do futebol e das TO's. Externamente porque é no modo de produção e de organização da vida que a violência é ampliada ou minimizada, internamente porque é indispensável considerar os aspectos subjetivos que tornam as pessoas disponíveis ao comportamento agressivo. Assim, se a violência tem uma causa objetiva, é necessário compreender o sentido que o indivíduo atribuiu a ela; se o futebol é objetivamente uma mercadoria altamente rentável no processo produtivo atual, é fundamental entender a alienação subjetiva estimulada pelo espetáculo midiático; se uma característica fundante na criação das TO's é a transformação burocrática de sua estrutura, é indispensável compreender a disposição subjetiva para o confronto que se

potencializa coletivamente nesse cenário. Para tanto, procuramos por elementos na teoria crítica que auxiliem a entender a constituição da individualidade mediante as exigências da cultura: por um lado, com outras pessoas e com grupos e, por outro, na relação com a racionalidade instrumental potencializada pela tecnologia e pela indústria cultural. Por meio desses fundamentos, pretende-se evitar a interpretação determinista da violência que reduz o problema a aspectos sócio-econômicos, como também não reduzi-lo a uma perspectiva subjetivista que limita a análise a estruturas psíquico-cognitivas.

2.3.1 Da agressividade à cultura e à violência social

A compreensão da violência e da cultura de um modo geral, exige a distinção entre agressividade e violência bem como o entendimento sobre a relação entre o indivíduo e a cultura. Na perspectiva freudiana, a cultura se desenvolve a partir do conflito entre as exigências dos impulsos agressivos e os limites impostos pela realidade a eles⁵⁸; à medida que, historicamente, esses impulsos foram sendo “controlados” pela civilização, a cultura se desenvolveu e se ampliaram os mecanismos necessários ao seu controle. A orientação bíblica “não matarás” ilustra os limites que a civilização precisou impor à tendência à agressão – ou instinto de destruição – que filogenética e ontogeneticamente é constitutiva do indivíduo. Por isso, “a existência desse pendor à agressão, que podemos sentir em nós mesmos e justificadamente pressupor nos demais, é o fator que perturba nossa relação com o próximo e obriga a civilização a seus grandes dispêndios” (FREUD, 2011, p. 57). Pela agressividade primária do ser humano pode-se compreender o argumento freudiano de que a sociedade, seja qual for o modo de sua organização, “é permanentemente ameaçada de desintegração”, embora seja precisamente a luta contra essa desintegração que justifica a cultura⁵⁹.

Essa “ameaça” remete ao fato de que o indivíduo não é naturalmente bom, isto é, “o ser humano não é uma criatura branda, ávida de amor, que no máximo pode se defender, quando atacado, mas sim que ele deve incluir, entre seus dotes instintuais, também um forte quinhão de agressividade” (*Ibid.*, p. 57). Na medida em que a cultura desenvolve suas regulamentações, as relações humanas podem se tornar mais harmônicas, por isso permite

⁵⁸ Freud não diferencia cultura de civilização, mas usa-as em sentido amplo para se referir a “tudo aquilo em que a vida humana se elevou acima de sua condição animal e difere da vida dos animais”; e essa elevação da vida humana pode ser observada em dois aspectos: “por um lado, inclui todo conhecimento e capacidade que o homem adquiriu com o fim de controlar as forças da natureza e extrair a riqueza desta para a satisfação das necessidades humanas; por outro, inclui todos os regulamentos necessários para ajustar as relações dos homens uns com os outros e, especialmente, a distribuição da riqueza disponível” (FREUD, 1974a, p. 16).

⁵⁹ De acordo com Freud, mesmo se chegássemos a um modelo de organização em que as relações sociais fossem harmônicas, a propriedade privada abolida e o trabalho realizado sob os princípios da necessidade e capacidade de cada um, ainda assim, nessa sociedade seria difícil superar o conflito constitutivo do indivíduo e da cultura e as consequências que resultam desse processo (FREUD, 2011, p. 58-61).

compreender que “a cultura é o termômetro que mede os limites toleráveis de agressividade para o que se entende por aceitação social” (ZANOLLA, 2010). Mas as limitações impostas pela cultura podem ser absorvidas ou não pelo indivíduo e amenizar ou não os impulsos agressivos, e a maior ou menor absorção delas depende do modo como são internalizadas.

Assim, o que move o indivíduo é a realização de seus impulsos primários e suas vontades, o que Freud (2011) caracterizaria como a busca pela felicidade – no sentido de experiências prazerosas e ausência de dor e desprazer. Contudo, em nome da convivência comum, somos “obrigados” a diminuir a intensidade dessa busca, pois se todos agissem sem restrição não seria possível a civilização. Desse modo, a felicidade plena é impossível e o que ocorre são momentos de bem-estar:

aquilo a que chamamos felicidade, no sentido mais estrito, vem da satisfação repentina de necessidades altamente represadas, e por sua natureza é possível apenas como fenômeno episódico. [...] Logo, nossas possibilidades de felicidade são restringidas por nossa constituição. É bem menos difícil experimentar a infelicidade (FREUD, 2011, p. 20).

Isso representa um dilema na tensão entre indivíduo e cultura porque, por mais que se busque prazer e satisfações, eles não se realizam por completo. No entanto, mesmo diante das restrições impostas pela cultura, o que se apresenta nessa relação é uma ambivalência que justifica o desenvolvimento histórico de ambos: “o programa de ser feliz, que nos é imposto pelo princípio do prazer, é irrealizável, mas não nos é permitido – ou melhor, não somos capazes de – abandonar os esforços para de alguma maneira tornar menos distante a sua realização” (*Ibid.*, 28). Da relação entre possibilidade e impossibilidade mediante o conflito entre as reivindicações dos impulsos primários e a censura das normas sociais, o Eu se constitui⁶⁰. E nesse processo emergem alguns desafios a serem compreendidos, como: de que meio se vale a cultura para inibir, tornar inofensiva, talvez eliminar a agressividade que a defronta? Ou ainda, o que sucede no indivíduo que torna inofensivo o seu gosto em agredir?⁶¹. Um primeiro passo na busca pela resposta a essas questões é compreender como os impulsos primários são exteriorizados na cultura e dela retornam ao indivíduo:

⁶⁰ Dos textos de Freud a que recorreremos, observa-se o emprego de termos que se diferenciam conforme a tradução, como por exemplo: ego e Eu, superego e super-eu, tendência ou pendor à agressão. Usamos os termos de acordo com o texto fonte.

⁶¹ Questões como essas remetem ao centro da problemática investigada por nós, ou seja, quais motivações estão presentes no torcedor organizado que faz com que a agressividade seja suficientemente forte para torná-lo disponível ao confronto com os rivais.

a agressividade é introjetada, internalizada, mas é propriamente mandada de volta para o lugar de onde veio, ou seja, é dirigida contra o próprio Eu. Lá é acolhida por uma parte do Eu que se contrapõe ao resto como Super-eu, e que, como “consciência”, dispõe-se a exercer contra o Eu a mesma severa agressividade que o Eu gostaria de satisfazer em outros indivíduos. À tensão entre o rigoroso Super-eu e o Eu a ele submetido chamamos consciência de culpa; ela se manifesta como necessidade de punição. A civilização controla então o perigoso prazer em agredir que tem o indivíduo, ao enfraquecê-lo, desarmá-lo e fazer com que seja vigiado por uma instância no seu interior, como por uma guarnição numa cidade conquistada (FREUD, 2011, p. 69).

Assim, dois conceitos são fundamentais para entender os impulsos à agressividade: o super-eu e o sentimento de culpa amplificado por ele⁶². O super-eu refere-se à censura imposta ao Eu a fim de evitar o cometimento de atitudes “ilícitas”; é a consciência moral internalizada pelo Eu devido às repressões advindas da regulação social. Por sentimento de culpa entende-se “a percepção que tem o Eu de ser vigiado assim, a apreciação da tensão entre os seus esforços e as exigências do super-eu, e o medo ante essa instância crítica” (*Ibid.*, p. 83). Nessa dinâmica, os impulsos agressivos são direcionados à cultura, no entanto, as regulamentações sociais fazem com que estes retornem ao indivíduo devido à impossibilidade de realizá-los. Esse retorno leva o Eu a perceber essa impossibilidade e desenvolver a consciência de normas culturais – que significa o super-eu internalizado. Já o sentimento de culpa se encarrega de lembrar ao indivíduo que os impulsos agressivos não devem se materializar, e isso ocorre de duas maneiras: devido às experiências que a realidade externa reprimiu, o que pode gerar arrependimento pelo ato ilícito consumado; posteriormente, por meio da censura do super-eu, o sentimento de culpa ocorre mesmo antes de ser praticado o ato. Da dinâmica entre os impulsos à agressão, a censura da cultura internalizada pelo super-eu e os processos que resultam do sentimento de culpa, o Eu gradualmente se constitui:

no início a consciência (mais corretamente: o medo que depois se torna consciência) é a causa da renúncia instintual, mas depois se inverte a relação. Toda renúncia instintual se torna uma fonte dinâmica da consciência, toda nova renúncia aumenta o rigor e a intolerância desta, e, se pudéssemos harmonizar isso melhor com o que sabemos da história da origem da consciência, seríamos tentados a defender a tese paradoxal de que a consciência é o resultado da renúncia instintual, ou de que esta (a nós imposta do exterior) cria a consciência, que então exige mais renúncia instintual (*Ibid.*, p. 75).

Nesse processo, a agressividade pode ser amenizada e canalizada para a cultura ou manifestar-se como violência. Com o propósito de compreender a relação entre agressividade e violência, Zanolla (2010, p. 118) assinala que “a agressividade extrapola o sentido da

⁶² Freud (2011) adverte que essa separação conceitual não ocorre na situação real, na verdade trata-se de forças e esferas que se influenciam mutuamente.

violência. A agressividade diz respeito a um elemento primário, inerente ao ser humano e compõe a energia libidinal⁶³. [Ela] rege a necessidade de satisfação imediata (o princípio do prazer)”. Por outro lado, a violência social resulta de uma perturbação no processo de constituição do Eu, e a partir dos postulados da teoria freudiana, a autora argumenta que

a violência é uma contingência da energia libidinal que retorna aos instintos agressivos sob a forma de razão. Para que o sujeito possa sublimar sua agressividade deverá reprimir seus instintos mais agressivos de satisfação imediata e, com isso, passar pelo teste de realidade, elaborar essa energia como possibilidade de ser aceito socialmente e adquirir cultura (princípio de realidade) (*Ibid.*, p. 119).

Desse modo, outro conceito importante para compreender a relação entre agressividade e violência é a sublimação, pois a partir dele é possível inferir o que acontece com os impulsos agressivos devolvidos ao Eu pela realidade externa e censurados pelo super-eu, isto é, na medida em que o Eu se constitui, a energia que a ele retorna pode ser conduzida para atividades socialmente valorizadas. De acordo com Freud (2011, p. 42), esse processo foi fundamental no desenvolvimento da civilização, uma vez que a “sublimação do instinto é um traço bastante saliente da evolução cultural, ela torna possível que atividades psíquicas mais elevadas, científicas, artísticas, ideológicas, tenham papel tão significativo na vida civilizada”. Todavia, o autor reconhece que este não é o destino de toda energia que resulta da repressão aos instintos, afinal não é a única forma de recompensar o Eu; nesse sentido, a não sublimação pode resultar em perturbações associadas à (de)formação da identidade.

Toda essa dinâmica deve ser compreendida dentro de um movimento dialético, e Zanolla (2010, p. 118) o reconhece ao afirmar que “o preço da cultura ou da educação é mais que castração ou interdição, é elaboração e renúncia”. Nesse sentido, ainda que as restrições impostas pela cultura – e pela educação – configurem castrações aos impulsos primários, elas não devem ser consideradas como “fins” na relação entre indivíduo e cultura, e sim como “meios”. Os fins devem objetivar a busca pelo que de mais elaborado existe na cultura, por isso, o desafio posto é fazer com que a superação da agressividade resulte em elaboração e renúncia, e não em violência. Assim, a violência deve ser compreendida como uma consequência que resulta de maior ou menor capacidade do indivíduo em elaborar e renunciar aos impulsos agressivos, o que remete ao processo de sua formação. No debate sobre os motivos que levaram à barbárie de Auschwitz, Adorno (1995a) ressalta que a luta contra a violência e a barbárie deveria ter primazia na formação humana. E a julgar pelo

⁶³ De acordo com Freud (1974b, p. 101), “libido é a expressão extraída da teoria das emoções. Damos esse nome à energia, considerada como uma magnitude quantitativa (embora na realidade não seja presentemente mensurável), daqueles instintos que têm a ver com tudo o que pode ser abrangido sob a palavra 'amor’”.

comportamento agressivo de torcedores organizados amplamente difundido pela mídia, a primazia da luta contra a barbárie continua plenamente necessária. Para melhor entender as possibilidades de emancipação, como também as motivações de confrontos entre torcedores, é fundamental compreender a constituição da identidade formada na relação com o outro. De acordo com Costa (2003, p. 11-112),

a identidade é um amálgama de afetos e representações que o sujeito experimenta e formula como sendo a natureza de seu Eu e do outro, do corpo-próprio e do mundo de coisas e objetos. Estas representações e afetos são transitivos, móveis e múltiplos. Mudam conforme a posição que o sujeito ocupa nas relações com os outros, posição constantemente cambiante e permutável.

Desse modo, a identidade não se forma mediante um processo estável em que se verifica início e fim definidos, mas decorre do modo como as relações são absorvidas e ressignificadas pelo indivíduo. Embora a identidade esteja em permanente formação, devem ser buscados na infância os elementos primeiros de sua constituição, especialmente nas relações que se estabelecem no seio familiar. A partir da teoria freudiana, Costa (2003) recorda que a referência à autoridade na primeira infância, representada pela figura do pai, é fundamental para a formação de uma identidade capaz de enfrentar as contradições presentes nas relações com o outro e com a sociedade. A autoridade do pai possibilita experiências afetivas que podem resultar em satisfação, como também em frustração; por isso, ela não se limita à imagem do chefe de família apenas, e sim representa a autoridade que pode levar a criança à renúncia do amor primevo e possibilitar sua inserção na cultura. No entanto, a impotência dessa autoridade pode representar a ausência de lei e ordem necessárias à organização do “caos imaginário” que perpassa a infância. E uma consequência é que o indivíduo passa a cobrar da sociedade aquilo que deveria ser propiciado por uma pessoa, isto é, as funções atribuídas ao “universo do privado” (família) passam a ser cobradas do “universo do público” (sociedade). Assim, é necessário ter em mente que

os ataques, agressões, pedidos ou súplicas que estes indivíduos dirigem ao social não são apenas tentativas de extrair do mundo gratificações imediatas. Tampouco podem ser interpretados como simples provocações masoquistas, produtos de uma qualquer culpa inconsciente. Estes sujeitos, exigindo da realidade o que lhes foi extorquido pelo ambiente materno, manifestam, por um caminho “ilegal”, a crença na lei e nos seus direitos a uma vida psíquica, fora da psicose⁶⁴ (*Ibid.*, p. 133).

⁶⁴ A psicose está relacionada a doenças mentais e pode ser melhor compreendida na relação com a neurose: “enquanto na neurose o ego, obedecendo às exigências da realidade (e do superego), recalca as reivindicações pulsionais, na psicose começa por se produzir entre o ego e a realidade uma ruptura que deixa o ego sob o domínio do id; num segundo momento, o do delírio, o ego reconstruiria uma nova realidade de acordo com os desejos do id”. Cf. “Vocabulário de Psicanálise” (LAPLANCHE e PONTALIS, 2001).

E esta é uma situação paradoxal, segundo o autor, porque ainda que não tenha consciência dela, o indivíduo espera que a sociedade supra uma função que ela própria atribuiu à família previamente.

Na relação entre família e sociedade, Horkheimer (1990, p. 214) reconhece que “assim como a realidade se reflete no meio deste círculo [a família], a criança que cresce dentro dele sofre sua influência”. Nessa relação, a autoridade familiar promove adaptação à ordem social vigente, pois “a criança, ao respeitar na força paterna uma relação moral e, assim, aprender a amar no seu coração aquilo que ela, com a sua inteligência, constata como existente, aprende a primeira lição na relação burguesa de autoridade” (*Ibid.*, p. 216). Nesse sentido, as relações afetivas que se desenvolvem no âmbito da família desempenham a função de preparar o indivíduo para inserção social, contudo, o autor ressalta que esse processo não é linear, mas ambivalente.

Se por um lado, a submissão da autoridade familiar às normas da sociedade burguesa reforça a formação de uma identidade adaptada em que os indivíduos “não questionam a estrutura do sistema econômico e social, mas o aceitem como natural e eterno e deixem ainda que seu descontentamento e rebelião se transformem em forças executantes da ordem vigente” (*Ibid.*, p. 221), por outro lado, na medida em que o círculo familiar experimenta os sofrimentos desta realidade “que sob o signo da autoridade oprimem a existência, pode nascer uma nova comunidade de casais e filhos, que por certo não está fechada, à moda burguesa, contra outras famílias do mesmo tipo ou contra os indivíduos do mesmo grupo” (*Ibid.*, p. 233). Como resultado, tanto a tendência adaptativa como a possibilidade de autonomia e resistência são aspectos que integram dialeticamente a formação inicial da identidade. Como ressalta Zanolla (2010, p. 121), “embora contraditória, a instituição familiar possibilita à criança elaborar valores e referências, e sua destituição leva à recaída ao estado de ignorância e de agressividade humanas”. Por isso, se são negligenciadas situações que possibilitariam ao indivíduo experimentar o conflito com o outro e com a cultura, pode-se formar um tipo de identidade mais tolerável à violência⁶⁵.

Em sentido moderno, a violência está associada ao menos a dois sentidos: constrangimento pelo uso de força física ou de intimidação moral contra outrem e a questões relativas à infração da lei e da justiça pelo abuso de poder⁶⁶. Em ambos os sentidos a violência

⁶⁵ Quando procuramos saber sobre a inserção do torcedor organizado ao universo do futebol, a família não foi indicada como principal influência; e quando perguntamos sobre quem mais teria motivado esses torcedores a participar das TO's, ela praticamente desapareceu. Cf. Capítulo IV.

⁶⁶ Além desses, são encontrados outros sentidos para a violência, relacionados “à característica de um fenômeno

pressupõe domínio e coerção e se materializa nas relações sociais; mesmo assim, é relevante interrogar se todo ato de coerção deve ser considerado violento. A resposta é negativa. Poder-se-ia perguntar também se a violência se instaura devido ao estímulo e à quantidade de força física ou moral, e a resposta novamente seria negativa – embora não se deve desprezar que a força empregada no ato pode ampliá-la. Portanto, qual seria o parâmetro para verificar a ocorrência ou não de violência? Costa (2003) assinala que não é sempre que a coerção está associada à violência e explica que o fato de um adulto recorrer a processos coercitivos a fim de promover a internalização da cultura pelos filhos e pelas crianças, não pode ser considerado como ato violento. Nessa perspectiva, é preciso distinguir outros aspectos presentes no processo coercitivo, pois

existe, como sempre existiu, pais que levam os filhos a abandonarem certas atitudes alegando mágoa, vergonha, tristeza ou decepção que tais atitudes lhes causam. A palmada e o recurso à culpa talvez sejam hoje em dia mais suaves e menos difundidos do que foram tempos atrás. Entretanto, no passado como no presente crianças educadas neste sistema de normas morais não foram nem são necessariamente crianças violentadas. [...] Durante muito tempo, quem sabe até hoje, muitos pais intimidaram moralmente os filhos em nome do compromisso ético-religioso de honrar pai e mãe, sem que isto revertesse obrigatoriamente em violência (*Ibid.*, p. 123).

Em suas conferências radiofônicas no final da década de 1960, em que uma questão abordada foi a violência na primeira infância, Adorno já argumentava que o uso da autoridade “não cega” pelos pais é indispensável na luta contra a barbárie. Reportando-se a questões frequentemente banalizadas, Adorno (1995a, p. 167) afirma que “quando os pais 'dão uma palmada' na criança porque ela arranca as asas de uma mosca, trata-se de um momento de autoridade que contribui para a desbarbarização”. Portanto, procedimentos como esses não podem ser concebidos como violência, pois representam “meios” e não “fins”, isto é, a intimidação moral e a palmada podem, em diferentes contextos, figurar como recursos para a efetiva realização da educação.

Sendo a coerção, por si só, insuficiente para caracterizar uma ação ou um estímulo como violentos, é necessário compreender o significado e o sentido atribuído pelo sujeito ao estímulo coercitivo. Assim, a violência ocorre quando o estímulo é absorvido pelo indivíduo violentado como um ato desnecessário, o que pressupõe “a existência de um uso arbitrário e gratuito da força por parte do mais poderoso contra o mais fraco. Violência é, antes de tudo, *abuso de força, abuso de poder*” (COSTA, 2003, p. 124; grifo do autor). Nesse sentido, na violência

[da natureza] ou de um ato que é violento” (LALANDE, 1999).

o que domina é o sentimento ou pensamento da gratuidade e do arbítrio. O sujeito violentado é o sujeito que sabe ou virá a saber, sente ou virá a sentir, que foi submetido a uma coerção e a um desprazer absolutamente desnecessários ao crescimento, desenvolvimento e manutenção de seu bem-estar (COSTA, 2003, p. 125).

Em síntese, a experiência de violência depende, por um lado, do nível de intensidade do estímulo ou do ato e, por outro, do grau com que ele é absorvido e ressignificado pelo sujeito violentado; e ambos devem ser submetidos ao parâmetro da necessidade ou da gratuidade com que ocorrem. Esse conjunto de fatores deve ser confrontado, ainda, ao critério e à noção de saber se o ato contribui com a formação verdadeiramente humana. Desse modo, é possível entender que a manifestação da violência depende da constituição da identidade na relação entre indivíduo e cultura, sendo a autoridade do “pai” decisiva nesse processo. Assim, se a disposição de torcedores para o confronto tem resultado em violência no futebol, pelo exposto pode-se reconhecer que a formação da identidade na sociedade contemporânea não tem possibilitado a superação da agressividade e, com isso, a violência torna-se banalizada e com ampla possibilidade de manifestação – não apenas no futebol, mas na totalidade das relações sociais. Para entender melhor suas motivações, além da constituição da identidade é fundamental tentar compreender o comportamento agressivo de vários indivíduos reunidos, ou seja, a relação entre violência e coletividade.

2.3.2 Violência e coletividade pelo viés da Psicologia de grupo freudiana

Um dos estudos mais férteis para analisar o comportamento e a mente de grupos é a psicologia das massas freudiana. Nela são desenvolvidos importantes elementos que ajudam a entender a dinâmica subjetiva do indivíduo, sua identificação e disposição de pertencimento a grupos. Como os sujeitos de nossa pesquisa são os torcedores que se organizam em grupos, e o desafio é compreender tanto elementos objetivos como subjetivos presentes em seus comportamentos, esse estudo revela-se um valioso instrumento de análise.

Sabe-se que quando o indivíduo se encontra reunido em grupo, apresenta comportamento diferente de quando está só. Freud (1974b) parte desse entendimento e verifica que a psicologia de grupo, até então, se ateu aos aspectos observáveis do comportamento e da mente grupal; e, entre as descobertas, duas se destacam: as transformações mais evidentes ligadas ao intelecto, às emoções e à moral, e o nível de organização dos grupos. Com relação à primeira, considera que Le Bon observou bem as

transformações no comportamento do indivíduo no grupo a partir de três aspectos: sentimento de poder invencível devido à reunião de muitos membros, sacrifício do interesse individual em nome do interesse coletivo e a sugestionabilidade, evidenciada pela tendência do indivíduo em “deixar-se levar pela influência de outros”⁶⁷. Esses elementos ajudam entender por que o indivíduo no grupo “não é mais ele mesmo, mas transformou-se num autômato que deixou de ser dirigido pela sua vontade” (LE BON *apud* FREUD, 1974b, p. 87). E uma das alterações mais evidentes é a perda da faculdade crítica, em que “a razão e os argumentos são incapazes de combater certas palavras e fórmulas. Elas são proferidas com solenidade na presença dos grupos e, assim que foram pronunciadas, uma expressão de respeito se torna visível em todos os semblantes e todas as cabeças se curvam” (LE BON *apud* FREUD, 1974b, p. 90). Buford (1992) também percebeu que quando indivíduos se transformam em multidão, esta se torna acéfala e imprevisível, e nas observações que realizamos essas mudanças na capacidade intelectual, no estado emocional e a transgressão moral foram recorrentes.

Além das descobertas de Le Bon, Freud considera que McDougall também percebeu alterações no comportamento e na mente grupal associadas à instabilidade do estado emocional. McDougall (*apud* FREUD, 1974b, p. 95) reconhece que “num grupo as emoções dos homens são excitadas até um grau que elas raramente ou nunca atingem sob outras condições, e constitui experiência agradável para os interessados entregarem-se tão irrestritamente às suas paixões, e assim se fundirem no grupo e perderem o senso dos limites de sua individualidade”. Isso significa que, por meio da interação mútua, o indivíduo se põe a fazer o mesmo que os demais e permanecer em harmonia com a maioria. Segundo Freud, McDougall postula uma diferença qualitativa entre grupos desorganizados e organizados: por um lado, quanto menos organizado o grupo, maior a possibilidade dos membros em perder a faculdade crítica e cometer práticas antissociais; por outro, se o grupo apresentar continuidade, normas claras sobre as funções e capacidades de seus membros, se apoiar em costumes e hábitos tradicionais e tiver uma estrutura hierárquica definida, poderá afastar as desvantagens psicológicas das formações de grupo.

Freud entende que as análises de Le Bon e de McDougall são pertinentes, mas argumenta que eles se ocuparam de captar e descrever os aspectos mais evidentes relacionados às mudanças da conduta intelectual, emocional, moral ou ao nível de

⁶⁷ O conceito de sugestionabilidade ou sugestão não é consensual, mas, em geral, a sugestão é a “ação pela qual uma idéia, 'sugere' (isto é, evoca, faz nascer) uma outra”; e sugestionabilidade é o “estado (momentâneo, e mais ou menos pronunciado) durante o qual as sugestões são facilmente aceitas ou executadas” (LALANDE, 1999).

organização do grupo. Por isso, considera que essas questões foram desenvolvidas de modo insuficiente – por exemplo, não atribuem relevância ao papel do líder – e as tem como ponto de partida ao exercício que propõe realizar com a psicologia de grupo. Recorrendo à psicanálise como método, seu propósito foi descobrir a dinâmica psíquica da mente individual que se transforma na mente grupal – tarefa semelhante àquela de investigar a estrutura psíquica do indivíduo na relação com a cultura.

Horkheimer e Adorno (1973) também consideram que a tradição da psicologia de grupo antes de Freud apoiou-se em parâmetros descritivos e valorativos a partir dos quais as massas foram interpretadas superficialmente e julgadas como negativas. Tomando Le Bon como paradigma dessa tradição, os frankfurtianos argumentam que ele “dedicou-se à tarefa de investigar à maneira de Comte, isto é, 'como um investigador da natureza', o que ele designou por 'alma da multidão'. E propôs uma espécie de fenomenologia descritiva da massa” (*Ibid.*, p. 79). Esse esquema de investigação em que se destaca o comportamento transgressor e antissocial faz com que “a ênfase valorativa em toda a sua obra seja predominantemente negativa; para Le Bon, a massa é, em sua essência, inimiga dos princípios da cultura” (*Ibid.*, p. 81), o que leva os autores a concluir que a análise freudiana dos grupos apresenta elementos indispensáveis para compreender não apenas o comportamento em grupo, mas a dinâmica psíquica que resulta e motiva esse comportamento. Mais ainda, ressaltam que “em contraste com todos os psicólogos que o antecederam, ele [Freud] não se deteve na explicação do fenômeno que a sugestão pode gerar mas procurou esclarecer esta última remontando à sua 'fonte libidinal’” (HORKHEIMER; ADORNO, 1973, p. 83).

A tarefa, portanto, foi tentar compreender quais são os determinantes subjetivos que motivam o indivíduo a se tornar sugestionável no grupo e, como ponto de partida, Freud (1974b) formula uma (hipó)tese: a dinâmica subjetiva dos grupos deve ser buscada nos laços libidinais que constituem o indivíduo e se manifestam no grupo, isto é, o problema central é saber em que medida a sugestibilidade pode ser explicada pelos laços libidinais. Considerando a sugestibilidade como “um fenômeno irreduzível e primitivo, um fato fundamental na vida mental do homem” (FREUD, 1974b, p. 100), entende que a formação básica de qualquer grupo remonta ao momento primeiro em que os indivíduos se rebelam contra a autoridade constituída e estabelecem novas relações. Nesse processo, em que ocorre a morte do “pai” – ou autoridade –, os indivíduos ficam desamparados e outros “objetos” são criados a fim de afastar o sentimento de desproteção e manter a união do grupo sob regras de

tolerância mútua⁶⁸. Nos grupos, o “líder” é a autoridade que representa a instância superior e tem a capacidade de promover a coesão do grupo por meio dos laços libidinais em duas direções: na relação do indivíduo com o líder e entre os membros do grupo. Assim, ressalta que “uma simples reunião de pessoas não constitui um grupo enquanto esses laços não se tiverem estabelecidos” (FREUD, 1974b, p. 111), e reconhece a possibilidade de existirem diferentes tipos de grupos. Por isso, o líder não se reduz à figura de uma pessoa, mas pode ser uma ideia, um partido ou outro símbolo que agregue coesão entre os indivíduos. No caso do objeto dessa pesquisa, é inevitável refletir se os times de futebol e as TO’s, com seus totens e seus símbolos, não representam um tipo de líder que possibilita a coesão de grupos de torcedores para manifestar sua devoção.

Diante de diferentes tipos de grupos – podendo ser eles efêmeros ou duradouros, naturais ou artificiais, primitivos ou organizados – Freud exemplifica a importância do líder na coesão de seus membros por meio de dois agrupamentos artificiais, duradouros e altamente organizados: as comunidades religiosas (Igrejas) e os exércitos:

numa Igreja (e podemos tomar a Igreja Católica como exemplo típico), bem como num exército, por mais diferentes que ambos possam ser em outros aspectos, prevalece a mesma ilusão de que há um cabeça – na Igreja Católica, Cristo; num exército, o comandante-chefe – que ama todos os indivíduos do grupo com um amor igual. Tudo depende dessa ilusão; se ela tivesse de ser abandonada, então tanto a Igreja quanto o exército se dissolveriam, até onde a força externa lhes permitisse fazê-lo (*Ibid.*, p. 105).

Se os laços libidinais entre os membros e destes com o líder mantêm a coesão do grupo, Freud afirma que quando eles perdem sua força ou deixam de existir, o grupo torna-se vulnerável, instável e pode se desintegrar. No caso do religioso, Cristo é a força que mantém os indivíduos unidos emocionalmente a Ele e aos outros membros, e frente a suspeita da inexistência desse “pai” que ama a todos, os laços libidinais se rompem e a consequência poderá ser a explosão de impulsos agressivos, ou seja, “impulsos cruéis e hostis para com outras pessoas fazem seu aparecimento, impulsos que, devido ao amor equânime em Cristo, haviam sido anteriormente incapazes de fazê-lo” (*Ibid.*, p. 110). Processo semelhante, porém por vias distintas, ocorre com um agrupamento militar mediante a difusão da ideia de que o comandante-chefe morreu, fazendo surgir o pânico entre os combatentes. No entanto, o pânico não é a causa da desintegração do grupo, mas a perda da referência que os membros tinham com o líder abala os laços libidinais entre os soldados. É curioso notar que, ainda

⁶⁸ Freud (1974a) considera que o “desamparo” acompanha a civilização, uma vez que remonta a formações de agrupamentos primitivos, pode ser observado durante a infância e, também, no comportamento do adulto – as ideias religiosas representariam necessidades criadas pela cultura para minimizar esse sentimento.

que o perigo não tenha aumentado, “se um indivíduo com medo e pânico começa a se preocupar apenas consigo próprio, dá testemunho, ao fazê-lo, do fato de que os laços emocionais, que até então haviam feito o perigo parecer-lhe mínimo, cessaram de existir. Agora que está sozinho, a enfrentar o perigo, pode certamente achá-lo maior” (FREUD, 1974b, p. 108).

Por meio desses exemplos, Freud demonstra o papel do líder na vitalidade da mente e do comportamento no grupo, contudo, propõe ir mais fundo e se pergunta quais aspectos permitem ao Eu desenvolver os laços libidinais com o líder e com os demais membros, isto é, “quais possam ser a natureza desses laços que existem nos grupos” (*Ibid.*, p. 114). A resposta é buscada a partir do conceito de “identificação” e do estado de “estar amando”, os quais podem auxiliar na compreensão das motivações da sugestibilidade.

A identificação trata-se de um processo psicológico pelo qual um sujeito assimila um aspecto, uma propriedade, um atributo do outro e se transforma, total ou parcialmente, segundo o modelo desse outro. Nas palavras do próprio Freud (*Ibid.*, p. 116), “a identificação esforça-se por moldar o próprio ego de uma pessoa segundo o aspecto daquele que foi tomado como modelo”. Nesse sentido, ocorre identificação quando pessoas descobrem uma qualidade comum entre elas, de tal modo que esta coincidência pode provocar um novo laço emocional. Aqui, “um determinado ego percebeu uma analogia significativa com outro sobre certo ponto” e, assim, “o mecanismo é o da identificação baseada na possibilidade ou desejo de colocar-se na mesma situação” (*Ibid.*, p. 117). Nesse processo, o líder representa uma “qualidade comum” capaz de convergir os laços libidinais de diferentes pessoas, isto é, “o laço mútuo existente entre os membros de um grupo é da natureza de uma identificação desse tipo, baseada numa importante qualidade emocional comum, e que podemos suspeitar que essa qualidade comum reside na natureza do laço com o líder” (*Ibid.*, p. 117). Isso possibilita compreender o comportamento sugestível do indivíduo no grupo, pois ao perceber em outras pessoas o sentimento e o desejo voltados para uma mesma finalidade, o ego substitui-se temporariamente pelo objeto e assume para si os propósitos coletivos; como consequência, suas exigências transportam-se para as exigências do grupo.

Além disso, há situações em que o ego se entrega de tal forma ao objeto que pode acabar se subsumindo integralmente a ele, como por exemplo, quando o indivíduo imerge no estado de “estar amando”. Ao contrário da identificação – em que perpassa um aspecto positivo, afinal pode resultar na necessária diferenciação do ego com o objeto – a entrega irrestrita nesse estado amplia a possibilidade de conciliação com o objeto, uma vez que este é idealizado e tratado da mesma maneira que o ego – situação em que a energia libidinal

projeta-se integralmente para o objeto externo. Nesse estado,

o ego se torna cada vez mais despretenso e modesto e o objeto cada vez mais sublime e precioso, até obter finalmente a posse de todo o auto-amor do ego, cujo auto-sacrifício decorre, assim, como consequência natural. O objeto, por assim dizer, consumiu o ego. [...] A situação total pode ser inteiramente resumida numa fórmula: *o objeto foi colocado no lugar do ideal de ego*” (FREUD, 1974b, p. 123; grifo do autor).

Nessa conciliação entre ego (sujeito) e objeto (realidade), o potencial crítico se desvanece e o objeto externo passa a direcionar o pensamento e o comportamento do indivíduo, levando-o a perder a capacidade de diferenciar-se da realidade. Assim, os processos mais evidentes e mais fáceis de serem observados no comportamento e na mente grupal – relacionados às mudanças no intelecto, no estado emocional e que resultam em transgressões de normas sociais – podem ser clareados por meio do papel do líder, e nas identificações e idealizações que resultam das relações entre o Eu e o objeto, isto é, dos conflitos do Eu com o outro e com a cultura. No âmbito das TO’s, pode ajudar a compreender diferentes níveis de identificação dos torcedores com o time e com a torcida, pois nota-se que alguns se identificam com o time e pertencem à torcida, mas mantêm certo grau de diferenciação com eles, como também se observam torcedores que idealizam de modo incontestado tanto o time como a torcida⁶⁹. É possível que esses sejam os torcedores mais propensos a comparecer nos campos e nos jogos para “vociferar” – para se referir à preocupação adorniana.

Diante do exposto, se a ausência da família nuclear pode levar à formação de um tipo de identidade mais tolerante à violência, e as relações idealizadas com o líder e demais membros de um grupo revelam um processo de heteronomia (deixar-se levar por outrem) e ampliam a possibilidade de comportamentos agressivos se manifestarem, então é necessário compreender algumas mediações possíveis entre essas situações e a individualidade que se forma no contexto das sociedades de capitalismo avançado.

2.3.3 (De)formação e integração do indivíduo nas sociedades de capitalismo avançado

As análises de Freud são fundamentais para se compreender aspectos subjetivos que explicam a formação do Eu e a sugestibilidade do indivíduo no grupo, contudo, Horkheimer e Adorno (1973) e Marcuse (1998) ressaltam que é preciso considerar o tempo e o espaço em que elas estão situadas: a Europa no período entre as duas Guerras Mundiais. Como assinala Hobsbawm (1995), a primeira metade do século XX foi marcada pelo colapso

⁶⁹ Cf. Item 4.3.1.

da civilização ocidental do século anterior e por grandes catástrofes. Uma sociedade em que as forças produtivas não haviam ainda alavancado o desenvolvimento da tecnologia, como ocorreria de modo crescente após a Segunda Guerra Mundial. Aqui, a relativa distribuição da riqueza nos países de capitalismo avançado – configurando o chamado *Welfare State* – impulsionou o desenvolvimento da ciência e da tecnologia de tal modo que se tornou possível “levar a cada residência, todos os dias, a qualquer hora, mais informação e diversão do que dispunham os imperadores em 1914. Ele [o desenvolvimento tecnológico] dava condições às pessoas de se falarem entre si cruzando oceanos e continentes ao toque de alguns botões” (HOBSBAWM, 1995, p. 22). Assim, é fundamental compreender como se forma a individualidade nessas circunstâncias, para entender as manifestações de violência e a barbárie que se manifestam de modos e em espaços diferentes – entre os quais no futebol.

Como se sabe, devido à ascensão do nazismo alemão, T. W. Adorno, H. Marcuse e M. Horkheimer foram obrigados a se radicarem nos Estados Unidos, o que possibilitou a eles viver no país que mais contabilizou avanços tecnológicos na “era de ouro” do capitalismo. Em virtude de sólida formação na tradição crítica alemã, o resultado dessa “experiência” foi uma gama de material analítico sobre os mais diversos temas da sociedade industrial avançada (Marcuse, 1967) ou do capitalismo tardio (Adorno, 1993). Embora diferenças em relação ao estatuto teórico-metodológico sejam observáveis entre os escritos de Marcuse e a produção conjunta de Adorno e Horkheimer, eles têm no horizonte um problema nuclear: a integração incontestável do indivíduo pela cultura na sociedade de capitalismo desenvolvido, problema que remete à compreensão dos mecanismos culturais de dominação que levam os indivíduos a perpetuar esse modo de organização social (JAY, 2008; ZANOLLA, 2007). Para enfrentar o problema, partem de teorias que se propuseram desvelar os aspectos objetivos e subjetivos que não se apresentam imediatamente nos fenômenos sociais, por isso não abrem mão, entre outras, da teoria marxiana e freudiana. Na análise sobre a constituição do Eu na sociedade industrial avançada, Marcuse (1998, p. 91), assinala que a teoria freudiana tornou-se obsoleta e indispensável ao mesmo tempo, isto é, os princípios fundamentais daquela teoria

se tornaram obsoletos na medida em que seu objeto, o “indivíduo” enquanto encarnação do id, ego e superego, se tornou obsoleto na realidade social. [...] A verdade da psicanálise nem por isso se enfraquece; pelo contrário, a obsolescência de seu objeto manifesta a que ponto o progresso foi, na realidade, repressão. A psicanálise lança assim nova luz sobre a política da sociedade industrial avançada.

Marcuse (1998) considera que Freud desenvolveu uma teoria crítica – no sentido de desvelar a estrutura psíquica do indivíduo na relação com a cultura que não é

aparentemente observável – fundamental para entender sua sujeição na sociedade de capitalismo avançado. Entretanto, adverte não ser atitude teórica adequada transportar os princípios da análise freudiana para a análise da sociedade atual sem considerar novas mediações, pois se a sociedade continua industrial e capitalista, o desenvolvimento econômico e político-ideológico no contexto da burocracia e da racionalidade tecnológica determinam novos parâmetros na constituição do Eu e do indivíduo. Em seu entendimento, na fase atual da sociedade industrial, o conflito que a criança deveria experimentar na família nuclear mediante a autoridade do pai deixa de ser predominante, uma vez que tanto a família como o pai deixaram de ser o espaço de primeira socialização e referência. Não significa que deixaram de existir e de influenciar a constituição do Eu, ou seja, o pai continua a forçar a separação primária da sexualidade da figura da mãe, mas sua autoridade já não é reforçada nem perpetuada por seu posterior poder educativo e econômico.

Para Marcuse (1998, p. 94), a situação “em que ego e superego se formavam na luta com o pai como representante paradigmático do princípio de realidade, é uma situação histórica: ela deixou de existir com as transformações da sociedade industrial que se produziram no período do entreguerras”. Mas que transformações influenciam o pensamento e o comportamento do indivíduo? Uma resposta à questão foi esboçada por Marcuse no início da década de 1960 em seu livro “A ideologia da sociedade industrial”, e um argumento central é que a sociedade afluenta é permeada pela burocracia nas relações de produção e pela tecnologia como substrato das forças produtivas; e as mudanças no âmbito objetivo afetam a estrutura subjetiva. A dissolução do “pai”, e da família sob sua autoridade, como agentes de socialização fundamental abre caminho para a sociedade dirigir diretamente o Eu em formação “através dos *mass media*, dos agrupamentos escolares e esportivos, dos bandos de jovem etc.” (*Ibid.*, p. 94). Assim, a estrutura psíquica, as obrigações e o comportamento socialmente necessário do indivíduo – filho, criança, as gerações que nascem e se desenvolvem no contexto das sociedades administradas – deixam de ser apreendidos e internalizados a partir da longa luta com o pai, e o super-eu passa a agir direta e externamente sobre o Eu antes que este tenha se constituído sob relativa autonomia. Essas transformações nas estruturas social e psíquica fornecem o sedimento para o surgimento de agrupamentos de massa:

essas transformações reduzem o “espaço vital” e a autonomia do ego e preparam o terreno para o surgimento das *massas*. Na estrutura da sociedade, o indivíduo torna-se um objeto administrado, consciente e inconsciente, e obtém liberdade e satisfação em seu papel *como* um tal objeto: na estrutura psíquica o ego se contrai de tal maneira que já não parece capaz de se manter como um eu distinto do id e do

superego. A dinâmica pluridimensional, em virtude da qual o indivíduo alcançava e mantinha seu equilíbrio entre a autonomia e a heteronomia, a liberdade e a repressão, o prazer e a dor, deu lugar a uma dinâmica unidimensional, a uma identificação estática do indivíduo com seus semelhantes e com o princípio de realidade administrado (MARCUSE, 1998, p. 94).

Essa dinâmica unidimensional se constitui e se desenvolve por meio de um aparato burocrático e tecnológico, no plano objetivo, e pela dissolução da possibilidade de formação do sujeito (relativamente) autônomo, no âmbito subjetivo. Desse modo, o Eu frágil é compensado pela sensação de pertencimento a agrupamentos de massa em torno de um líder. O que se apresenta novo nessa dinâmica é que o indivíduo não percebe a repressão que recai sobre si e, por isso, não oferece resistência à sociedade que assim se organiza⁷⁰. Paradoxalmente, a libertação da autoridade familiar representa mais um inconveniente para o indivíduo do que uma vantagem, pois “o ego, tendo se desenvolvido sem muita luta, aparece como uma entidade fraca, pouco apropriada a tornar-se um eu com os outros e contra eles, a opor uma resistência eficaz às forças que impõem agora o princípio de realidade” (*Ibid.*, p. 98). Com isso, o necessário processo de diferenciação da realidade pelo indivíduo é obstruído e se instauram as bases para uma sociedade de massas, afinal passa a existir uma identificação imediata entre os interesses individuais e os interesses coletivos moldados pela sociedade administrada.

Retomando a discussão freudiana de que no processo de idealização o indivíduo substitui o ideal de Eu pelo ideal de grupo, Marcuse (1998, p. 103) argumenta que “nessa confusão, o ideal do ego universal impõe-se, unificando os indivíduos em cidadãos de sociedade de massas. [E] O código técnico, o código moral e o da produtividade lucrativa fundem-se num todo efetivo”. Porém, esclarece que a absorção direta da dinâmica dessa sociedade não significa a eliminação do Eu, mas cria um obstáculo à sua capacidade de confrontar essa realidade e manter, assim, a busca pela autonomia e emancipação. Ao contrário, como sua força reside na heteronomia, o Eu que se forma pela conciliação com a realidade torna-se inabordável à experiência. Nesse sentido, ao se referir à personalidade das pessoas capazes de promover uma nova “Auschwitz”, Adorno (1995a) lembra que esta geralmente apresenta um “caráter manipulador” e uma “consciência coisificada” em que o

⁷⁰ Isto explica, por exemplo, o sentimento generalizado e recorrente das pessoas de que a sociedade de capitalismo desenvolvido é uma sociedade sem oposição e que não existem alternativas. Na década de 1960, Marcuse (1969) captou esse movimento de “fim da utopia”; e mais tarde, no contexto da queda do muro que separava o mundo ocidental em capitalista e socialista/comunista, esse movimento se renovou na tese do “fim da história”. Como resposta a esse tipo de afirmação oportunista, Hobsbawm (1995, p. 18) esclarece que “o argumento é melhor quando se afirma que o terceiro quartel do século [XX] assinalou o fim dos sete ou oito milênios de história humana iniciados com a revolução da agricultura na Idade da Pedra”.

resultado, no âmbito das relações sociais, é uma profunda incapacidade para realização de “experiência” na perspectiva da autonomia e da liberdade. Com isso, sedimenta-se no indivíduo o princípio da dependência na relação com o outro e amplia sua necessidade de pertencer a agrupamentos de massa e ser aceito e amado pelos demais membros.

Marcuse (1998) também reconhece a importância do líder na coesão do grupo; e se ele pode ser tanto uma pessoa, como ideias, partidos e doutrinas, formula uma questão fundamental: que tipo de líder predomina no contexto da sociedade burocrática e tecnológica e prepara a consciência para uma sociedade de massas? A resposta amplia os estudos clássicos da psicologia de grupo, pois no entendimento do autor, nas sociedades de capitalismo avançado, é o próprio aparato burocrático-tecnológico que personifica o líder capaz de manter coesa a sociedade de massas. E este aparato inclui as “instalações materiais de produção e distribuição como um todo, envolvendo a técnica, a tecnologia e a ciência utilizadas nesse processo, assim como a divisão do trabalho que mantém e acelera o movimento do processo” (*Ibid.*, p. 102); em uma palavra: a totalidade social.

Mas, se o aparato representa a autoridade suprema, é necessário explicar como ele mobiliza os indivíduos por meio de vínculos sentimentais, ou seja, sendo ele uma “abstração”, como se constituem os laços libidinais entre os indivíduos e essa abstração? De acordo com Marcuse, esse investimento libidinal ocorre de duas maneiras mais evidentes: por intermédio das personalidades altamente fungíveis produzidas pelos *mass media* – as quais figuram como funcionários de uma autoridade mais alta – e, também, por meio do investimento libidinal nas mercadorias dessa sociedade. Nesse sentido,

enquanto uma abstração não pode tornar-se realmente objeto de investimento libidinal, um aparelho concreto pode tornar-se tal objeto: isso fica claro pelo exemplo do automóvel. Mas quando o automóvel (ou qualquer outra máquina) é investido libidinalmente para além de seu valor de uso como veículo ou como oportunidade de satisfação sexual não-sublimada, ele oferece claramente uma satisfação compensatória; aliás uma compensação miserável (*Ibid.*, p. 103).

Ainda que as regras e as normas sejam determinadas pelo princípio de realidade, este último continua demasiado abstrato para constituir objeto de investimento libidinal, restando, portanto, as mercadorias altamente fungíveis e com obsolescência programada produzidas pela sociedade atual – como o automóvel ou qualquer outra máquina, as estrelas do cinema e da televisão, a música standardizada, o esporte espetáculo – como objeto de investimento libidinal pelo indivíduo. Resulta dessa dinâmica que

a realização direta, objetiva do princípio de realidade e sua imposição ao ego

enfraquecido trazem consigo um enfraquecimento das pulsões de vida (Eros), um aumento de agressão pulsional e de energia destrutiva. E nas condições sociais e políticas que predominam nas sociedades tecnológicas coexistentes, a energia agressiva assim ativada, encontra seu objeto, muito concreto e *personificado* no *inimigo* comum exterior ao grupo (MARCUSE, 1998, p. 103; grifo do autor).

À fragilidade do Eu corresponde a debilidade das pulsões de vida e aumento dos impulsos à agressão⁷¹, os quais se dirigem indiscriminadamente para fora dos laços libidinais entre o indivíduo e as mercadorias; nesse processo, qualquer pessoa aparece como potencial inimigo se não for integrante do grupo. Assim, “o inimigo é não só mais concreto que a abstração que forma sua realidade como também mais móvel e fungível, podendo encarar muitas formas conhecidas e odiadas, como os homossexuais, os estrangeiros, os intelectuais, os judeus, de acordo com o nível e o interesse do grupo social em questão” (*Ibid.*, p. 104) – e, como se percebe no caso de torcedores organizados, o inimigo pode ser qualquer torcedor adversário, sobretudo o integrante de TO rival. Essas hostilidades remetem a outro agravante: a liberação controlada da energia libidinal.

Como visto, o conflito essencial entre a realização dos impulsos primários e repressão imposta pela cultura, possibilita ao Eu se diferenciar e, também, se formar de modo (relativamente) autônomo. Marcuse (1967; 1998) observa que nas sociedades administradas esse conflito se modificou e o resultado foi o afrouxamento na repressão aos impulsos sexuais, devido à realização cada vez mais ampliada dos desejos e das satisfações:

o conflito entre o princípio do prazer e o princípio de realidade é dirigido por meio de uma liberalização controlada, que realça a satisfação obtida com aquilo que a sociedade oferece. Mas nessa forma de liberação a energia libidinal muda sua função social: na medida em que a sexualidade é sancionada e até encorajada pela sociedade [...] ela perde a qualidade que, segundo Freud, é sua qualidade erótica essencial, a saber, o elemento de emancipação no que se refere ao social (MARCUSE, 1998, p. 106).

A princípio poder-se-ia pensar que a satisfação e o prazer ampliados correspondem à liberdade na sociedade afluyente, mas isto é falso, afinal, como ressalta o autor, não foi a liberdade individual que se ampliou, mas o controle social sobre o indivíduo. Esse processo revela “uma grande harmonia entre fora e dentro, pois a coordenação começa muito antes de tornar-se consciente: os indivíduos recebem de fora o que eles mesmos desejariam. A identificação com o ideal do ego coletivo ocorre na criança, ainda que a família já não seja o agente primário de socialização” (*Ibid.*, p. 100). A dinâmica na qual os indivíduos se sentem livres pelo investimento libidinal nos objetos fungíveis e obsoletos,

⁷¹ Cf. Item 2.3.1.

Marcuse denomina como “dessublimação” que gera mais repressão; e entender o aparente paradoxo desse processo, ressalta que

temos aqui um estágio de civilização altamente desenvolvido, em que a sociedade, ao ampliar a liberdade e a igualdade, subordina os indivíduos às suas exigências – em outros termos, em que o princípio de realidade se impõe por meio de uma *dessublimação* mais ampla, porém mais controlada. Sob essa forma histórica nova do princípio de realidade o progresso pode atuar como veículo da repressão. A satisfação melhor e maior é bem real, e no entanto *repressiva* em termos freudianos, na medida em que reduz, na psique individual, as fontes do princípio de prazer e liberdade: a resistência pulsional – e intelectual – contra o princípio de realidade (MARCUSE, 1998, p. 107; grifo do autor)

No sentido de revelar os mecanismos de dominação que não podem ser apreendidos imediatamente, Marcuse desenvolve uma análise sobre os aspectos subjetivos que resultam do conflito amortecido entre o Eu e a realidade, a qual ajuda entender a integração do indivíduo nas sociedades administradas e sua vulnerabilidade a aderir a agrupamentos. Isso intensifica a repressão e o controle social, que não necessitam mais de força bruta, bastando integrar o Eu fragilizado ao aparato social.

Assim, ainda que os indivíduos se apropriem dos benefícios produzidos pela etapa tardia do capitalismo, eles “estão inextricavelmente ligados às instâncias de produção e distribuição de bens de consumo, que crescem cada vez mais e ampliam sem cessar o aparato gigantesco, o qual precisa dessa expansão para defender tais instâncias dentro e fora das fronteiras nacionais” (*Ibid.*, p. 107). Portanto, a compreensão do esquema subjetivo que corresponde à formação de agrupamentos de massa não se descola das condições objetivas de produção da vida em sociedade. Tão importante quanto a compreensão dos mecanismos subjetivos que explicam a adesão e a sugestibilidade do indivíduo em grupo, é a consideração de que ele participa de condições sociais específicas que podem ampliar ou reduzir a adesão às massas. Esse é um pressuposto fundamental nas preocupações expressas pelos frankfurtianos, e no entendimento de Horkheimer e Adorno (1973, p. 85),

os fenômenos de massa não ocorrem em virtude de algumas misteriosas propriedades da massa como tal mas correspondem a processos psíquicos que se desenrolam em cada um dos indivíduos que participa da massa. Esta não é um fenômeno primário mas secundário. Os homens não se fazem massa por simples quantidade mas sob a ação de condições sociais específicas.

Desse modo, a formação de agrupamentos não se limita à quantidade de indivíduos, ou que as alterações emocionais, intelectuais e transgressões morais estejam no

centro do problema. Em rigor, esses constituem fenômenos observáveis que estariam, metaforicamente, no ápice do *iceberg*, e o fundamental é compreender aquilo que não é visível imediatamente. Para tanto, é preciso reconhecer que

a massa é um produto social – não uma constante natural; um amálgama obtido com o aproveitamento racional dos fatores psicológicos irracionais e não uma comunidade originalmente próxima do indivíduo; proporciona aos indivíduos uma ilusão de proximidade e de união (HORKHEIMER; ADORNO, 1973, p. 87).

Trata-se de uma situação engendrada por condições objetivas da vida social. Se o aparato produtivo, econômico e político-ideológico mobiliza todas as forças para promover a ilusão da liberdade, isso afasta a capacidade dos indivíduos enfrentarem as contradições inerentes à cultura e superá-las. Os agrupamentos em massa constituem uma possibilidade para a satisfação de prazeres que a sociedade vigente promete, mas não cumpre. Como consequência, “a identificação, seja com o coletivo ou com a figura superpoderosa do Chefe, oferece ao indivíduo um substitutivo psicológico para o que, na realidade, lhe falta” (*Ibid.*, p. 87). Pelo exposto, seria um equívoco “dirigir recriminações veementes contra as massas”, e o que precisa ser feito é entender os elementos que motivam o surgimento e mantêm coesos seus membros. Após discutir alguns aspectos relacionados à dimensão subjetiva na (de)formação do indivíduo na era do capitalismo avançado, é preciso compreender melhor os determinantes objetivos que estimulam a integração heterônoma a agrupamentos e o coletivismo cego (ADORNO, 1995a).

2.3.4 Racionalidade tecnológica e indústria cultural: novas forças produtivas e novas relações de produção

A desestruturação da família nuclear, o enfraquecimento do eu, a dessublimação repressiva, a heteronomia, a alienação, a ideologia, enfim, o conformismo e a “consciência feliz” em deixar-se levar por outrem são situações que resultam de condições sociais objetivas de existência. Essas condições desumanas não são justificadas pelo conflito entre indivíduo e sociedade, pois não é o fato de que a civilização se edificou mediante renúncia e privação que condena o indivíduo àquelas condições (HORKHEIMER; ADORNO, 1973). Elas resultam de relações estabelecidas em sociedade entre os próprios homens no processo de produção dos meios necessários à subsistência. O modo como os homens organizam a produção desses meios pode resultar em processos de dominação que, embora se intensifiquem e se ampliem na sociedade contemporânea, remontam às primeiras formas de organização social. Nessa acepção, Horkheimer e Adorno (1985) assinalam que quando Ulisses – protagonista da

Odisseia de Homero, escrita por volta do século VIII a.C. – enfrenta as adversidades da natureza, enganando-a e submetendo-a ao seu domínio, ele sobrevive porque sua astúcia racional superou a bárbara natureza por meio da dominação. Se reportarmos à história a partir de sua periodização convencional, observa-se que relações de dominação do homem sobre a natureza e entre os próprios homens, estão presentes na antiguidade, na Idade Média, na modernidade e na contemporaneidade, sob diferentes formas. Todavia, é a partir do século XVIII que o modo de produção social atual se consolida a partir da dupla revolução (HOBSBAWM, 1977)⁷² e ressignifica esses processos de dominação.

Em meados do século XIX, Marx, em colaboração com Engels, demonstrou que o modo pelo qual os homens produziam a vida ampliava e perpetuava os mecanismos de dominação, pois extraía deles a potencialidade de desenvolver-se como ser genérico⁷³. Nesse tipo de organização, em que o lucro é o princípio orientador da produção, Marx revela que: os homens se alienam no processo de produção e dos bens produzidos – consequentemente da humanidade –, os produtos se convertem em mercadorias que ganham vida, subsumindo seu valor de uso ao poder de troca; as relações humanas se convertem coisificadas e obstrui-se a sensibilidade necessária à liberdade; racionaliza-se a dissimulação (ideológica) das consequências desumanas, impostas à maioria dos homens, para garantir vantagens aos proprietários dos meios de produção. Além disso, a ciência e o conhecimento valorizados passam a ser aqueles que se submetem ao princípio da calculabilidade, limitando-se à identificação, descrição e previsão de fenômenos (HORKHEIMER; ADORNO, 1985).

Nesse processo, a técnica é impulsionada a desenvolver-se extraordinariamente – e poderia suprir plenamente as necessidades humanas –, porém, submetida ao princípio do lucro, transforma-se em tecnologia e, nessa condição, converte-se em novas formas de controle social (MARCUSE, 1967; 1999). Em vez de auxiliar condições de existência em que as relações entre os homens e destes com a natureza se humanizam, a técnica convertida em tecnologia intensifica os mecanismos de dominação nas sociedades de capitalismo avançado. Com isso, as forças produtivas se desenvolvem de tal maneira que a alienação, a ideologia e as relações de dominação também se ressignificam e “parece” não mais existirem. Nesse contexto, ainda que não se deva perder de vista a totalidade das relações produtivas, dois aspectos se destacam na manutenção e ampliação dos mecanismos de dominação: a submissão da técnica ao aparato econômico e o fenômeno da cultura à indústria cultural.

Sobre o primeiro, é fundamental distinguir a técnica do aparato tecnológico a fim

⁷² Cf. Capítulo I.

⁷³ Cf. Marx (1970, 1987a, 1987b, 1998) e Marx; Engels (1982a, 1982b, 1996).

de compreender que o avanço da técnica é desejável, mas não como formas de controle. Nesse sentido, Marcuse (1999) esclarece que a técnica relaciona-se ao aperfeiçoamento dos instrumentos industriais, às facilidades promovidas no transporte e na comunicação – poder-se-ia acrescentar ainda, o quanto ela contribuiu para prolongar a expectativa de vida na atualidade em virtude dos avanços da medicina. A técnica deve estar a serviço da humanidade para diminuir os esforços excessivos e multiplicar as facilidades. Diferente é a tecnologia que emana do processo de produção vigente:

a tecnologia, como modo de produção, como a totalidade dos instrumentos, dispositivos e invenções que caracterizam a era da máquina, é assim, ao mesmo tempo, uma forma de organizar e perpetuar (ou modificar) as relações sociais, uma manifestação do pensamento e dos padrões de comportamento dominantes, um instrumento de controle e dominação (MARCUSE, 1999, p. 73).

Assim, a técnica revela-se um instrumento dentro do aparato e pode promover “tanto o autoritarismo quanto a liberdade, tanto a escassez quanto a abundância, tanto o aumento quanto a abolição do trabalho árduo” (*Ibid.*, p. 74). Contudo, mediante a exploração e expropriação do trabalho humano para a manutenção de privilégios, a técnica tem servido mais ao autoritarismo, à escassez e à ampliação do trabalho árduo, do que o oposto. Na atualidade, ainda que promova relativo bem-estar em diferentes domínios, encontra-se submetida ao interesse do grande negócio. E, conforme observa Marcuse (1967), iniciativas de libertar a técnica, o indivíduo e as instituições dos determinantes econômico-mercantis são contidas por todo o aparato tecnológico que essa sociedade dispõe. Todo esse processo gera um tipo de racionalidade tecnológica – ou instrumental – que não se limita ao processo produtivo, mas corresponde a “um modo difundido de pensamento e até mesmo as diversas formas de pensamento e rebelião. Esta racionalidade estabelece padrões de julgamento e fomenta atitudes que predisõem os homens a aceitar e introjetar os ditames do aparato” (MARCUSE, 1999, p. 77).

Desse modo, uma das características fundamentais da racionalidade tecnológica é o seu poder de integração em quase todos os domínios: do processo de produção às mercadorias, do trabalho ao tempo livre, da tradição popular ao conhecimento científico, da arte à linguagem e à comunicação, do eletrodoméstico ao automóvel, da televisão ao computador. Em todos esses aspectos a técnica está presente, porém submetida e impulsionando a racionalidade tecnológica; procedimento que exige do indivíduo adaptação irrestrita, pois “ao manipular a máquina, o homem aprende que a obediência às instruções é o único meio de se obter resultados desejados. Ser bem-sucedido é o mesmo que adaptar-se ao

aparato. Não há lugar para a autonomia” (MARCUSE, 1999, p. 80). A integração do indivíduo ocorre à custa da perda da possibilidade – sempre relativa – de autonomia, o que implica mudanças na formação de sua individualidade.

O advento da modernidade significou, conforme Marcuse (1999), o momento em que o homem venceu a luta contra a superstição e a irracionalidade dominante por meio do uso da razão como orientadora do pensamento e juíza da ação humana. Como decorrência, desenvolveu-se uma racionalidade que possibilitou tanto a libertação do indivíduo da mistificação anterior como preparou as bases para o desenvolvimento ulterior da sociedade industrial. Mesmo assim, a racionalidade moderna colocava o indivíduo numa posição crítica em relação à sociedade, situação que possibilitava criatividade e autonomia.

O avanço da sociedade industrial e do liberalismo muito se deve a essa racionalidade individual livre, pois a iniciativa – e não a dependência – constitui o fundamento ideológico do liberalismo econômico (*Ibid.*). Todavia, com o desenvolvimento industrial e capitalista cada vez mais acentuado, a individualidade crítica se subsume ao princípio da competição e prepara as bases para uma individualidade competitiva. De uma posição autônoma sobre as contradições sociais – exigida do indivíduo sob o escopo da racionalidade crítica –, a nova racionalidade industrial exigia um indivíduo livre, mas um tipo de liberdade circunscrita aos processos concorrenciais. Para Marcuse (1999), esta foi a racionalidade que predominou e orientou o modo de produção industrial capitalista até o advento das sociedades industriais avançadas, na segunda metade do século XX. Nessas sociedades, o desenvolvimento das forças produtivas e o progresso técnico passam a exigir do indivíduo mais um comportamento adaptativo do que competitivo. Essas mudanças podem ser observadas, no plano macro, pelo fato dos princípios da livre concorrência serem permanentemente ameaçados pelo monopólio e oligopólio; e, no plano micro, ainda que se defenda o discurso da competição, a individualidade não é mais incentivada pela livre iniciativa, e sim pela identificação imediata ao aparato. No contexto da individualidade adaptada, Marcuse (1999) sublinha que a crescente hierarquia do grande negócio e a transformação dos indivíduos em massa configuram tendências marcantes – sem as quais o funcionamento dessa sociedade não seria possível.

No novo contexto, a individualidade competitiva pode até conviver com a individualidade adaptada, mas a individualidade crítica é sufocada. Assim, na era da racionalidade tecnológica ocorre uma inversão sobre o que é racional e irracional: racionais passam a ser o pensamento e o comportamento que se adaptam ao aparato, por outro lado, qualquer forma de protesto a essa racionalidade é acusado de irracional. Como assinala

Marcuse (1999, p. 84), nessas condições “a autonomia da razão perde seu sentido na medida em que os pensamentos, sentimentos e ações do homem são moldados pelas exigências técnicas do aparato que ele mesmo criou”. A razão que outrora representou a força crítica na libertação do indivíduo converteu-se, na sociedade tecnológica, em força de ajuste e submissão. Diante dessa irracionalidade, “a busca do interesse próprio agora parece estar condicionada pela heteronomia; a autonomia aparece como um obstáculo, em vez de estímulo à ação racional” (*Ibid.*, p. 84). Assim, dissimula-se a ideologia de que racional, portanto, é a atitude do indivíduo que entrega seu destino para ser guiado pelos interesses das organizações que administram o aparato econômico e social, porque “no período contemporâneo, os controles tecnológicos parecem ser a própria personificação da Razão para o bem de todos os grupos e interesses sociais – a tal ponto que toda contradição parece irracional e toda ação contrária parece impossível” (MARCUSE, 1967, p. 30).

Observa-se ainda que, no âmbito do indivíduo, a ampliação do acesso a mercadorias produzidas pela tecnologia mantém afastada a possibilidade de crítica e, no âmbito do conhecimento, predominam aqueles de caráter descritivos e operacionais. Por essas razões, Marcuse (1967, p. 37) argumenta que “a racionalidade tecnológica revela o seu caráter político ao se tornar o grande veículo de melhor dominação, criando um universo verdadeiramente totalitário no qual sociedade e natureza, corpo e mente são mantidos num estado de permanente mobilização para a defesa desse universo”. Nota-se uma mobilização total do aparato econômico e social para integrar o indivíduo através da tecnologia. Sob o manto dessa racionalidade, o pensamento e o comportamento humanos tendem a se tornar unidimensionais, os quais criam uma sociedade igualmente unidimensional, pois ocorre a padronização do universo político, da cultura, da linguagem, do conhecimento. Como consequência, onde reside a contradição, instaura-se a conciliação entre indivíduo (sujeito) e sociedade (objeto). Esse tipo de racionalidade se dissemina e gera, por isso, uma sociedade totalitária:

em virtude do modo pelo qual organizou a sua base tecnológica, a sociedade industrial contemporânea tende a tornar-se totalitária. Pois “totalitária” não é apenas uma coordenação política terrorista da sociedade, mas também uma coordenação técnico-econômica não terrorista que opera através da manipulação das necessidades por interesses adquiridos. Impede, assim, o surgimento de uma oposição eficaz ao todo. Não apenas uma forma específica de Governo ou direção partidária constitui totalitarismo, mas também um sistema específico de produção e distribuição (*Ibid.*, p. 24).

É uma sociedade totalitária porque dissimula a ideologia de que não existem

alternativas ao modo de produção capitalista vigente. As mercadorias e os serviços são carregados desse totalitarismo – o que se observa, por exemplo, nos brinquedos industrializados ou nos programas televisivos; e na medida em que os consumidores os adquirem, absorvem também os elementos que criam e perpetuam necessidades supérfluas⁷⁴. Para demonstrar que essa racionalidade alcança a totalidade social, Marcuse (1967, p. 32; grifo nosso) argumenta que

os meios de transporte e comunicação em massa, as mercadorias, casa, alimento e roupa, a produção irresistível da *indústria de diversões e informação* trazem consigo atitudes e hábitos prescritos, certas reações intelectuais e emocionais que prendem os consumidores mais ou menos agradavelmente aos produtores e, através destes, ao todo.

Isso aponta para o quanto a diversão e o entretenimento, absorvidos pela racionalidade tecnológica, intensificam a integração do indivíduo e atrofiam sua capacidade de diferenciar-se como indivíduo autônomo.

A reflexão sobre o irracionalismo da racionalidade instrumental e sobre a individualidade adaptada ajuda entender que a adesão dos indivíduos a agrupamentos reflete um comportamento coerente com as expectativas da sociedade vigente. Contudo, como o futebol foi amplamente absorvido pela indústria cultural, é fundamental compreender como a diversão e o entretenimento preenchem o chamado tempo livre das pessoas. Assim, se a subordinação da cultura aos interesses econômico-mercantis determinados pelo grande negócio são preocupações comuns dos frankfurtianos, Horkheimer e Adorno (1985) levam às últimas consequências a investigação desse processo. A indústria cultural é o fenômeno que se desenvolve a partir de progressos tecnológicos como o cinema, o rádio, a televisão – e mais recentemente, além daqueles primeiros instrumentos, se difunde por meio de aparelhos eletrônicos portáteis e com alta tecnologia, como telefones e computadores sofisticados.

Tributária do avanço tecnológico, depois de mais de meio século que o conceito foi elaborado por Horkheimer e Adorno (1985), a tese da indústria cultural parece ter se confirmado de um modo que provavelmente os autores não poderiam imaginar. A denúncia de que a cultura foi submetida aos interesses do grande negócio, resignificando e intensificando a ideologia e a alienação próprias do modo de produção capitalista, encontra cada dia mais confirmação no modo como os meios de comunicação organizam o conteúdo e a forma de sua

⁷⁴ Sobre as necessidades criadas pela sociedade administrada, Crochik (2008, p. 302) assinala que “elas se transformam historicamente; as existentes no momento são próprias e propícias ao capitalismo dos monopólios; a crítica a elas é crítica a esse sistema de produção e concentração de renda. Nesse sistema, as necessidades são tão alheias aos homens – artificiais e superficiais – que se tornam o oposto de necessidades, e por isso são coerentes com essa sociedade, por essa tornar o homem tão supérfluo quanto as mercadorias produzidas”.

programação: telejornais com esquema de notícias relâmpago que não permitem a reflexão, filmes em que o destaque é a tecnologia de produção cinematográfica, telenovelas que prendem a atenção do telespectador ao supérfluo, entretenimento que preenche o tempo livre e padroniza gostos e comportamentos, e a publicidade como emblema da indústria cultural.

Embora os meios de comunicação de massa sejam os instrumentos pelos quais a indústria cultural é mais difundida, seria errôneo reduzir o fenômeno a eles. Como adverte Adorno (1993, p. 93), o termo *mass media* não corresponde à indústria cultural, pelo contrário, “desvia, desde logo, a ênfase para aquilo que é inofensivo. Não se trata nem das massas em primeiro lugar, nem das técnicas de comunicação como tais, mas do espírito que lhes é insuflado, a saber, a voz de seu senhor”. Assim, tanto as massas a quem se dirige o conteúdo como os processos pelos quais se dissemina o fenômeno não constituem “fins”, mas “meios” de difusão ideológica. O conceito de indústria cultural revela um conjunto de procedimentos que se articulam de modo racional visando o desenvolvimento das forças produtivas e das relações de produção determinados pelo princípio do lucro. Nesse sentido, ele se aproxima do conceito de aparato tecnológico de Marcuse (1967, 1999), pois também denuncia a integração e adaptação do indivíduo às sociedades administradas⁷⁵.

Um dos aspectos que possibilitou o desenvolvimento da indústria cultural foi a relação funcional mantida com as empresas de grande porte. Quando Horkheimer e Adorno (1985) a analisaram, ela dependia dos setores mais poderosos da indústria, como aço, petróleo, energia elétrica, química; e seu poder era relativamente inferior quando comparada ao monopólio das grandes empresas. Porém, na medida em que a tecnologia favoreceu o desenvolvimento dos chamados *mass media*, a relação com os setores produtivos da sociedade se reestruturou, e o que se observa atualmente é uma independência desses meios em relação aos setores produtivos primários. Na verdade, a indústria cultural ocupou uma posição em que dispõe do poder de promover ou não as empresas, e o setor produtivo passa a depender dela⁷⁶. É fundamental enfatizar que não há incoerência nessa relação, mas conciliação, pois, de acordo com Horkheimer e Adorno (1985), tanto a indústria cultural como o grande negócio constituem organizações que impulsionam o aparato econômico, social e a racionalidade instrumental. Tanto na produção material como no pensamento, o que se

⁷⁵ As relações entre a produção desses autores ocorrem em diferentes aspectos, por exemplo, “enquanto Adorno se refere ao 'pseudoindivíduo' criado pela pseudocultura, Marcuse apresenta o indivíduo 'unidimensionalizado' pela sociedade totalitária, carente de oposição ao sistema” (ZANOLLA, 2007, p. 52). Porém, adverte a autora, isso não denota uma tendência de homogeneização entre esses frankfurtianos, mas a preocupação comum de compreender os mecanismos culturais de dominação que perpetuam o sistema capitalista.

⁷⁶ O *marketing* no futebol ilustra esse processo, pois são os meios de comunicação que possibilitam a maior ou menor divulgação dos produtos nos uniformes dos jogadores ou nas propagandas que prendem a atenção de milhões de telespectadores aos jogos.

observa é o predomínio de um clima de identificação total – aliás, um de seus modos operacionais.

Conferir um ar de semelhança a tudo quanto alcança e enaltecer diferenças onde o que existe é sempre a mesma coisa, constituem um dos fundamentos da indústria cultural: a ideologia do sempre-igual apresentado como diferente. Os produtos da indústria automotiva ou cinematográfica ilustram esse processo, afinal são apresentadas diferenças onde o que existe, na verdade, é o “sempre-igual”:

as diferenças entre os modelos mais caros e mais baratos da mesma firma reduzem cada vez mais: nos automóveis, elas se reduzem ao número de cilindros, capacidade, novidade dos *gadgets* [acessórios], nos filmes ao número de estrelas, à exuberância da técnica, do trabalho e do equipamento, e ao emprego de fórmulas psicológicas mais recentes (HORKHEIMER; ADORNO, 1985, p. 116).

As vantagens ou desvantagens dos produtos que preenchem as conversas dos consumidores não representam diferenças substanciais, mas, como revelam os autores, na medida em que a indústria cultural prende a atenção dos indivíduos a aspectos periféricos e supérfluos, ela perpetua “a ilusão da concorrência e da possibilidade de escolha”, e mantém afastada a “indesejável” possibilidade de o indivíduo entender as diferenças que se escondem por trás de seus produtos: as contradições da produção voltada para a acumulação de capital. Para que o sempre-igual seja absorvido como diferente, é necessário um poderoso mecanismo ideológico que não se limite à tarefa de dissimular a realidade, mas que se faça presente nos produtos e no próprio processo de produção; na medida em que a ideologia se confunde com o real, é a própria realidade que desempenha a função de mistificação ideológica (ADORNO, 1993).

Isso não significa que a ideologia deixa de ser um discurso fraudulento sobre a realidade, nem tampouco instrumento de dominação e exploração de um grupo hegemônico sobre a maioria dos homens; no entanto, no próprio processo de produção, ela ressignifica a dissimulação e a dominação predominantes e torna-se mentira manifesta, pois o indivíduo age irracionalmente sabendo que o faz: “os indivíduos percebem a sedução da dominação, no caso, expressa pela personalização, mas não resistem a ela. A questão assim não é dar somente ênfase ao conteúdo ideológico incorporado, mas à contradição desse conteúdo com a percepção do indivíduo acerca de sua falsidade” (CROCHÍK, 2008, p. 302). A ideologia (con)fundida na realidade promove a percepção de inexistência da opressão, pois o que passa a ser vivenciado é uma realidade que não oprime e, pelo contrário, “entrega” suas mercadorias a todos: “quanto mais os bens culturais assim elaborados forem proporcionalmente ajustados

aos homens, tanto mais estes se convencem de ter encontrado neles o mundo que lhes é próprio” (HORKHEIMER; ADORNO, 1973, p. 202). Diante disso, se a consciência da opressão era uma possibilidade mais real no contexto em que as contradições entre capitalista e proletário repousavam sobre a exploração do trabalho – uma vez que a realidade confirmava esta exploração – no contexto do capitalismo tardio, o acesso aos bens culturais cria obstáculos ao reconhecimento da opressão imanente a esta realidade⁷⁷. A indústria cultural é o procedimento racional que dissemina a mentira de que não há mais opressão:

num mundo em que a educação é um privilégio e o aprisionamento da consciência impede de qualquer modo o acesso das massas à autêntica vivência das formações espirituais, *não mais importam tanto os conteúdos ideológicos específicos quanto o fato de que simplesmente haja algo preenchendo o vácuo da consciência expropriada e desviando a atenção do manifesto segredo*. É presumivelmente bem menos importante para o contexto social dominante quais as doutrinações ideológicas específicas que um filme sugere a seus espectadores do que o fato de que estes, ao voltarem para casa, estão mais interessados nos nomes dos atores e nos seus casamentos e casos amorosos (ADORNO, 1993, p. 87; grifo nosso).

Assim, a ideologia no processo de produção expropria do indivíduo a possibilidade de construir uma consciência sobre a realidade opressiva porque esta não lhe aparece como tal, e a indústria cultural trata de preencher “o vácuo da consciência expropriada”. O resultado é a manutenção da conciliação entre aspectos objetivos e subjetivos, materiais e espirituais, ou como revelam Horkheimer e Adorno (1973): a indústria cultural subordina as contradições da realidade a uma direção orgânica em que o todo se apresenta de modo coeso. E dentro desse todo coerente, a diversão e o entretenimento preenchem o chamado tempo livre; e deve-se enfatizar o quanto o futebol tornou-se uma mercadoria de primeira ordem como diversão e entretenimento.

No entendimento dos autores, a indústria cultural promove uma fusão entre trabalho, cultura e entretenimento, e dissimula a ideia de que o acesso à cultura torna-se possível apenas por meio da diversão: “a diversão se alinha ela própria entre os ideais, ela toma o lugar dos bens superiores, que ela expulsa inteiramente das massas, repetindo-os de maneira ainda mais estereotipada do que os reclames publicitários pagos por firmas privadas” (HORKHEIMER; ADORNO, 1985, p. 134). Nesse sentido, a cultura é submetida a um processo de simplificação sem precedentes, e a indústria cultural legitima a mentira de que o

⁷⁷ Nesse ponto, uma pergunta poderia ser feita em relação ao objeto investigado: qual a importância do debate sobre a ideologia para se compreender a violência no futebol? Uma resposta sob a perspectiva crítica é que a ideia do futebol como processo democrático perde relevo diante da sua absorção pela indústria cultural. Mas isso não significa a sua condenação, e sim o reconhecimento de que esse esporte não está imune à ideologia que vigora na sociedade atual.

acesso a esses produtos corresponde ao acesso à cultura. Como decorrência, a diversão se limita a momentos de fruição e esquecimento das contradições da realidade, especialmente das formas de trabalho precarizado⁷⁸. De acordo com Horkheimer e Adorno (1985, p. 128), a diversão torna-se “o prolongamento do trabalho sob o capitalismo tardio. Ela é procurada por quem quer escapar ao processo de trabalho mecanizado, para se pôr de novo em condições de enfrentá-lo. [...] Ao processo de trabalho na fábrica e no escritório só se pode escapar adaptando-se a ele durante o ócio”. Consequentemente, o prazer e a satisfação obtidos nesse processo não devem exigir esforço de quem se deleita com o entretenimento; na verdade, a maneira como são disseminados os produtos da indústria cultural impede o esforço intelectual antes que os consumidores possam decidir sobre isso.

Desse modo, a adaptação e o ajuste são as condutas esperadas e a velocidade com que os conteúdos são expostos ao consumidor, molda sua percepção ao supérfluo, fragmentário e fugidio. Nesse cenário, “ninguém tem o direito de se mostrar estúpido diante da esperteza do espetáculo; é preciso acompanhar tudo e reagir com aquela presteza que o espetáculo exhibe e propaga” (*Ibid.*, 1985, p. 130). Como resultado, a percepção e o pensamento treinados para consumir os produtos da indústria cultural reforçam uma individualidade que concilia, em vez de se diferenciar do outro, do grupo e da sociedade como um todo – ilustrando o que Marcuse (1967) denunciou como a conciliação entre opostos: o irracional se promovendo a racional e vice-versa. Sob o véu desse procedimento racional, a indústria cultural da diversão (o termo é apropriado porque a diversão não é pensada e difundida para elevar o nível cultural das pessoas, mas para mantê-las sob o domínio dos senhores) reproduz e dissemina os interesses econômicos do grande negócio na sociedade atual, revelando uma face ideológica da diversão e do entretenimento, pois a

afinidade original entre os negócios e a diversão mostra-se em seu próprio sentido: apologia da sociedade. Divertir-se significa estar de acordo. Isso só é possível se isso se isola do processo social em seu todo, se idiotiza e abandona desde o início a pretensão inescapável de toda obra, mesmo da mais insignificante, de refletir em sua limitação o todo. Divertir significa sempre: não ter que pensar nisso, esquecer o sofrimento até mesmo onde ele é mostrado (HORKHEIMER; ADORNO, 1985, p. 135).

Nesta acepção, entretenimento e diversão integram o conjunto de procedimentos próprios da racionalidade instrumental, todavia, isso não significa argumento contrário à diversão, mas sim entender os aspectos objetivos e subjetivos que se manifestam na ideologia da diversão e do entretenimento – assim como na arte, na música, no esporte e na cultura em

⁷⁸ Conforme analisamos em Souza (2010, p. 201-203).

geral. Nesse sentido, se o esporte, o futebol ou as TO's não surgiram com propósitos ideológicos, devido às relações produtivas submetidas aos interesses do grande negócio e da indústria cultural na atualidade, essas práticas sociais não ficam imunes a ela e desenvolvem faces marcadamente ideológicas.

Por fim, poder-se-ia perguntar como essas reflexões auxiliam a compreensão da violência no futebol a partir das TO's. Como resposta, ressaltamos a importância de conhecer os fatores objetivos e subjetivos que a motivam, uma vez que a violência resulta do modo de produção social que gera opressão e, também, é ressignificada pela dinâmica subjetiva do indivíduo. A formação do Eu frágil e de uma individualidade adaptada que se revela incapaz de enfrentar as contradições presentes na sociedade vigente, torna o indivíduo vulnerável a aderir a agrupamentos de massa – como as TO's. Esses aspectos “coincidem” com a intensificação da face ideológica do futebol intensificada pela indústria cultural mediante sua apropriação pelo grande negócio, o que dificulta o conhecimento dos reais interesses nesse processo. Com base nesses aspectos é que devem ser compreendidas as percepções e as principais motivações apresentadas pelos torcedores para os confrontos que terminam em violência no futebol. Mas antes de passar à discussão dos resultados, convém expor o fundamento epistemológico da teoria crítica a partir do qual as reflexões desta tese se apoiam, e o percurso metodológico da investigação empírica do fenômeno investigado.

III

TEORIA CRÍTICA E INVESTIGAÇÃO EMPÍRICA DA VIOLÊNCIA NO FUTEBOL A PARTIR DAS TORCIDAS ORGANIZADAS

3.1 Desafios de uma teoria crítica da sociedade

Um princípio fundamental na análise das contradições sociais na perspectiva da teoria crítica frankfurtiana é a recusa em investigar o fenômeno superficialmente e limitar-se à descrição dos aspectos mais facilmente observáveis. Isso remete ao exercício de tentar compreender as mediações e as contradições – ou seja, características, transformações e formas que constituem as ações, as atividades e os significados – que não se apresentam imediatamente, mas necessitam de um método para serem descobertas. Nessa perspectiva, o objeto investigado deve ser situado dentro de uma totalidade a fim de compreender o indivíduo e a sociedade pelas mediações entre as dimensões objetivas e subjetivas, pois, como demonstraram Adorno, Horkheimer e Marcuse, reconhecer a primazia do contexto socioeconômico é tão importante como compreender a dinâmica subjetiva da formação do indivíduo nas sociedades administradas. E se o método exige ultrapassar os aspectos aparentes, é importante expor o que se entende por teoria crítica da sociedade.

Como se sabe, uma das transformações que mais marcou o mundo moderno foi a emergência do conhecimento científico como procedimento racional para compreender processos físicos, biológicos e, posteriormente, sociais. Esse tipo de conhecimento se edificou com o propósito de submeter o mundo objetivo ao conjunto de princípios teóricos com base na razão, a partir de pressupostos das ciências naturais – especialmente os da matemática, da física e da biologia – como parâmetros ao conhecimento científico válido, neutro, generalizável e orientado pelo princípio de causa-efeito e da explicação dedutiva. Esse conjunto de princípios configurou um modo de conhecer que, no entendimento de Horkheimer (1983), representa uma “teoria tradicional” que remonta ao método cartesiano formulado no século XVII e tem como paradigma o positivismo comteano do século XIX – marco de submissão dos fenômenos sociais àqueles parâmetros. Formou-se, assim, um espectro teórico em que o procedimento

opera-se com proposições condicionais, aplicadas a uma situação dada. Pressupondo-se as circunstâncias a, b, e, d, deve-se esperar a ocorrência q; desaparecendo p, espera-se a ocorrência r, advindo g, então espera-se a ocorrência s, e assim por diante. Esse calcular pertence ao arcabouço lógico da história, assim como ao da ciência natural. É o modo de existência da teoria em sentido tradicional.

[...] Dentro da divisão social do trabalho, o cientista tem que conceber e classificar os fatos em ordens conceituais e dispô-los de tal forma que ele mesmo e todos os que devem utilizá-los possam dominar os fatos o mais amplamente possível. Dentro da ciência o experimento tem o sentido de constatar os fatos de tal modo que seja particularmente adequado à respectiva situação da teoria. O material em fatos, a matéria, é fornecida de fora (HORKHEIMER, 1983, p. 121-123).

Submetido a formulações teóricas preestabelecidas, o objeto torna-se independente do conceito e as análises a-históricas e ideológicas. No entanto, o que esse tipo de conhecimento não reconhece é que a classificação de fatos em sistemas conceituais já prontos e a simplificação ou eliminação de contradições também constitui “parte da *práxis* social geral. Sendo a sociedade dividida em classes e grupos, compreende-se que as construções teóricas mantêm relações diferentes com esta *práxis* geral, conforme a sua filiação a um desses grupos ou classes” (*Ibid.*, p. 128; grifo do autor). Assim, por mais que a teoria na perspectiva tradicional pretenda a definição de princípios puramente metodológicos, eles não podem ser descolados do contexto social em que surgem, o que os tornam carregados de sentidos e significados.

Por outro lado, uma teoria crítica da sociedade busca compreender o contexto, o fato na totalidade, não separa de modo extremo o sujeito que conhece (cientista) do sujeito que atua (cidadão político), não concebe a possibilidade de neutralidade na investigação do objeto e declara suas intenções, porém, não renuncia à objetividade, coerência e profundidade nas análises. Nas sociedades em que a opressão e a exploração são dissimuladas ideologicamente, uma de suas tarefas principais é situar os aspectos particulares do objeto no contexto social mais amplo, visando desvelar suas contradições e o contexto em que se desenvolve e se transforma; nos aspectos particulares devem ser buscadas as mediações com o todo social. Como ressalta Horkheimer (1993), a teoria crítica não se limita a remediar os inconvenientes, mas os analisa dentro de um sistema de forças e antiforças ligados ao modo de produção e organização estrutural da sociedade:

a separação entre indivíduo e sociedade, em virtude da qual os indivíduos aceitam como naturais as barreiras que são impostas à sua atividade, é eliminada na teoria crítica, na medida em que ela considera ser o contexto condicionado pela cega atuação conjunta das atividades isoladas, isto é, pela divisão dada do trabalho e pelas diferenças de classe, como uma função que advém da ação humana... [...] O caráter discrepante cindido do todo social, em sua figura atual, passa a ser contradição consciente. Ao reconhecer o modo de economia vigente e o todo cultural nele baseado como produto do trabalho humano, e como a organização de que a humanidade foi capaz e que impôs a si mesma na época atual, aqueles sujeitos se identificam, eles mesmos, com esse todo e o compreendem como vontade e razão: ele é o seu próprio mundo (*Ibid.*, p. 130).

Na medida em que o indivíduo não é separado da sociedade – pois esta resulta da ação humana e influencia o modo como os sujeitos se constituem coletivamente – a realidade (objeto) deve ser compreendida dentro de um movimento dialético em que ambos se encontram em permanentes conflitos e mudanças. Desse modo, a teoria crítica deve ser capaz de acompanhar as transformações nas relações sociais e nas forças produtivas, na cultura e na estrutura econômica da sociedade; contudo, enquanto esta não modificar sua estrutura histórica, o núcleo da teoria crítica permanece fundamental (HORKHEIMER, 1993). Isto significa que “as contradições das partes isoladas da teoria não são portanto resultantes de erros ou definições mal cuidadas, mas resultam do fato da teoria visar a um objeto que se transforma constantemente e que apesar do esfacelamento, não deixa de ser um objeto único” (*Ibid.*, p. 152). Nesta acepção, uma teoria crítica deve, ao mesmo tempo, manter sua crítica nuclear – uma vez que estruturalmente a sociedade permanece industrial-capitalista – e compreender as transformações ocorridas nas forças produtivas e nas relações de produção.

Na análise sobre as transformações nas sociedades industriais avançadas, Marcuse(1967) também reconhece que as bases da crítica foram alteradas. Na primeira metade do século XIX a crítica social alcançou um alto grau de concreção histórica entre teoria e prática, valores e fatos, necessidades e objetivos, e essas mediações históricas puderam se desenvolver na consciência das duas grandes classes sociais que se defrontavam na sociedade: a burguesia e o proletariado. Na segunda metade do século XX, a julgar pela propriedade ou não dos meios de produção, ainda constituem as classes essenciais, mas “o desenvolvimento capitalista alterou a estrutura e a função dessas duas classes de tal modo que elas *não mais parecem* ser agentes de transformação histórica” (*Ibid.*, p. 16; grifos nosso). Nessa mesma perspectiva, Adorno (1993, p. 65) ressalta que, ainda que

nos países capitalistas dominantes, não se possa falar de uma consciência proletária de classe [isso] não refuta de *per se*, ao contrário da opinião comum, a existência de classes: a classe é definida pela posição quanto aos meios de produção, e não pela consciência de seus membros. Não faltam nesses países, razões bastante plausíveis para a inexistência de consciência de classe: não era de se prever que os trabalhadores não continuassem mais na miséria, que eles viessem a ser cada vez mais integrados na sociedade burguesa e em sua visão de mundo, ao contrário do que ocorria durante e logo após a revolução industrial, quando o proletariado industrial era recrutado entre os miseráveis e se situava, de certo modo, na periferia da sociedade. A existência social não gera, de modo imediato, consciência social.

Essa reflexão aponta que o antagonismo de classe não protagoniza mais oposição, mas sim integração dos sujeitos que antes lutavam pela liberdade das relações de exploração; situação que põe a teoria diante de alguns desafios: se de um lado, observa-se a integração de

indivíduos e forças de oposição, por outro, a compreensão desse processo se complexificou devido a multiplicidade de relações econômicas, o alto grau de desenvolvimento da tecnologia, a reconfiguração das relações sociais e a ressignificação da cultura (MARCUSE, 1967).

Diante de fatores objetivos e subjetivos que dificultam uma compreensão profunda do indivíduo e da sociedade na atualidade (MARCUSE, 1967; ADORNO, 1993), a busca por objetividade, coerência e validade interna e externa de uma teoria, não podem ocorrer pela adequação do fenômeno (objeto) a conceitos preestabelecidos pelo pesquisador (sujeito). Sua validade teórico-metodológica apoia-se no fato de que os fenômenos sociais estão em permanente movimento e situados num determinado contexto histórico. Nesse sentido, um objeto específico como a violência no futebol a partir das TO's, deve ser situado dentro de determinadas condições históricas, sociais e culturais para que se compreenda alguns de seus determinantes objetivos e subjetivos. E, convém ressaltar que os determinantes objetivos não se confundem com uma perspectiva determinista que elimina o sujeito, e a dimensão subjetiva não recai no subjetivismo que isola o indivíduo da sociedade, mas busca compreender o quanto essas dimensões são dialeticamente influenciáveis (CROCHÍK, 2008; SASS, 2001; CARONE, 2001).

Essa elaboração teórica se desenvolve por meio das intenções do pesquisador e é permeada de julgamento de valor, contudo, não deve ser acusada de especulativa, pois visa a objetividade histórica. Marcuse argumenta que o problema da objetividade histórica da teoria implica ao menos dois julgamentos de valores:

1) o julgamento de que a vida humana vale a pena ser vivida, ou, melhor, pode ser ou deve ser tornada digna de se viver. Êste julgamento alicerça todo esforço intelectual; é apriorístico para a teoria social, e sua rejeição (que é perfeitamente lógica) rejeita a própria teoria; 2) o julgamento de que, em determinada sociedade, existem possibilidades específicas de melhorar a vida humana e modos e meios específicos de realizar essas possibilidades (MARCUSE, 1967, p. 14).

O desafio posto é demonstrar teórica e empiricamente a validade objetiva e histórica desses julgamentos; e, ao contrário da perspectiva tradicional, a validade objetiva de uma teoria crítica se materializa na demonstração das contradições que impedem o pleno desenvolvimento das potencialidades humanas e, também, das possibilidades de superação daquelas contradições. Assim, a opção que fizemos por desenvolver as reflexões com base em uma teoria crítica no contexto em que impera o conhecimento na perspectiva tradicional – positivista, funcionalista e sistêmica – indica negação ao modo de organização social vigente

e ressalta a necessidade de busca por outro tipo de sociedade. Como sintetiza Sass (2001, p. 149),

a teoria crítica aferra-se a realidade existente para projetar os segredos da sociedade presente que, por manter indefinidamente a miséria, impede a realização de um estado racional; daí, a ideia de superação dessa sociedade, isto é, a ideia de sua supressão permanece válida e conseqüentemente a teoria exigir com a realidade existente uma relação negativa. O inverso, isto é, a teoria que se relaciona positivamente com a realidade atual não revela seus segredos, nem projeta a imagem do real, apenas reflete e reafirma as condições miseráveis existentes. Manter o cerne da contradição como núcleo da teoria, isto é, aferrar-se à realidade existente e opor-se a ela, exige ciência e reflexão.

O fato de não operar com a lógica da teoria tradicional expõe a teoria crítica como negativa das sociedades de capitalismo tardio. Sob o olhar funcionalista, opções como esta são tachadas de especulativas, idealistas e sem objetividade porque admitem a interferência do sujeito no processo de investigação, assumem a inevitabilidade de julgamentos valorativos, não se limitam à descrição do fenômeno e não consideram válidas apenas amostras probabilísticas. Contudo, esses fatores não significam descompromisso com o rigor, a objetividade e a validade do conhecimento científico, mas, como argumenta Horkheimer (1983), onde o pensamento registrador capta sequência de aparências e apresenta como resultado a estatística e a sociologia descritiva, a teoria crítica reconhece a importância da estatística não para descrever a realidade, mas como aspectos que retratam determinadas situações e características dentro da totalidade social⁷⁹. Também nessa perspectiva, Crochík (2008, p. 299) ressalta que Adorno, em seus estudos empíricos,

não nega a contradição existente no emprego da estatística, num momento de despersonalização, com a qual a lei dos grandes números colabora; não renuncia, no entanto, à necessidade de saber a posição que os sujeitos têm em relação a diversos temas nevrálgicos e de entender quais os determinantes sociais que os levam a ter essas posições. Diferentemente do culto ao fato, esse – o fato – serve para reflexão, para que a sua determinação fique visível e conseqüentemente, quando for o caso, esse conhecimento sirva à luta para modificar as condições que o geraram.

⁷⁹ Nas duas décadas finais do século XX, no Brasil, desenvolveu-se um falso debate sobre quantidade *versus* qualidade nas pesquisas em ciências sociais. É falso porque a oposição entre conhecimentos que se apoiam na lógica formal e conhecimentos que se apoiam em interpretações culturais e subjetivas levam ao equívoco de considerar quantidade em oposição à qualidade. Oposição que se inicia com diferenças metodológicas e terminam na polarização epistemológica entre positivismo e subjetivismo. Como contraponto, uma teoria crítica não opõe quantidade e qualidade, isto é, eles não são processos independentes, mas os aspectos quantitativos compõem o todo social e, por isso, não podem ser isolados. Sass (2001, p. 153) adverte que essa oposição constitui uma das “armadilhas ardilosas” do debate sobre metodologia científica e ressalta que “dois momentos da pesquisa empírica em ciências sociais, tratados outrora com bom senso e critério – a organização quantitativa de informações ou dados para posterior tratamento estatístico, caso fosse plausível, e a fase de interpretação e análise qualitativa do material coligido, condição *sine qua non*, apesar das tensões entre si, das ênfases em um ou outro – degenerou em uma luta ideológica entre os defensores das assim chamadas pesquisa quantitativa e pesquisa qualitativa”.

Por último, convém ressaltar que, para os autores teórico-críticos, o estudo dos aspectos subjetivos a partir de conhecimentos de base psicanalítica não significa psicologização do indivíduo – como assinalamos antes – isolando-o da totalidade social. Recorrer a conceitos psicanalíticos não representa operar com “a” psicanálise, pois eles não são suficientes para compreender o objeto em sua totalidade, mas a força desses conceitos se revela mediante uma teoria social ampla (CROCHÍK, 2008). Nesse sentido, sem renunciar aos conhecimentos psicanalíticos, é preciso entender o indivíduo na mediação com o mundo objetivo e o quanto este o conduz para a integração social.

3.2 Investigação empírica das torcidas organizadas

Tratando-se de investigação empírica no âmbito das ciências sociais, parece haver mais polêmica que consenso, como se verifica nos debates sobre: quantidade *versus* qualidade; elaboração de instrumentos adequados à finalidade da pesquisa; experiência e preparação do pesquisador para observar e entrevistar; sua capacidade em compilar, sistematizar e categorizar os dados; sua habilidade em analisar os dados e situar os resultados dentro de uma totalidade social⁸⁰. Observando os princípios da teoria crítica da sociedade, recorreremos à observação, à entrevista e ao questionário como procedimentos de investigação empírica – iniciada no primeiro semestre de 2012 e finalizada no segundo semestre de 2013. O entendimento é que esses instrumentos constituem técnicas de um método mais amplo – o qual representa uma teoria crítica em ação.

Com os questionários procuramos retratar o perfil majoritário dos integrantes das torcidas organizadas (TO's); pelas entrevistas buscamos informações sobre como pensam os sujeitos sobre a violência no futebol e os confrontos entre torcedores; e com as observações acompanhamos o comportamento dos torcedores nos jogos. Ao selecionarmos os sujeitos, buscamos aqueles que pudessem fornecer informações mais relevantes – cientes de que, como adverte Adorno (1965), embora seja um cuidado necessário, não garante que as informações e os informantes sejam realmente os ideais. Assim, contactamos pessoas que apresentavam envolvimento e vivência com manifestações de TO's há algum tempo (especialmente seus fundadores), além disso, tivemos que considerar também a disposição e a disponibilidade dessas pessoas em participar da pesquisa – o que se revelou um processo árduo. A busca por sujeitos com representatividade e envolvimento ativo nas instituições indicou acerto, já que o significado e o sentido das informações ganharam relevo sobre a representação estatística.

⁸⁰ Cf. Triviños (1987), Gamboa (2007), Vianna (2003), Szymanski (2004) e Franco (2012).

Tendo em vista compreender a violência no futebol atribuída às TO's, os principais sujeitos entrevistados e que responderam aos questionários foram membros mais orgânicos da Força Jovem Goiás (FJG), Torcida Dragões Atleticanos (TDA) e Torcida Esquadrão Vilanovense (TEV)⁸¹. Pelo modo como foram realizadas as entrevistas – em sedes da torcida ou do time e nos jogos – e respondidos os questionários – na sede da torcida na véspera da comemoração de aniversário (TDA e TEV), no “III Simpósio Sobre Lideranças Esmeraldinas” e antes de um jogo (FJG) –, selecionamos membros com idade igual ou superior a 18 anos devido à dificuldade em encontrar os responsáveis que pudessem autorizar a participação de menores de idade como sujeitos da pesquisa. Utilizamos esse critério nas primeiras atividades e o seguimos durante as demais entrevistas e o trabalho com os questionários. Mesmo assim, observamos um número razoável de jovens com idade inferior a 18 anos que participam ativamente das atividades propostas pelas TO's – o que indica a necessidade de ampliação da pesquisa e compreender os processos que levam crianças e jovens menores de idade a se identificarem com esses agrupamentos. Na verdade, se lembrarmos que para Adorno (1995b) é fundamental compreender os motivos que levam as pessoas a aderir ao “coletivismo cego”, a infância deve ser investigada com maior profundidade. Além disso, buscamos o diálogo com instituições que participam diretamente do evento esportivo e/ou guardam relação com as atividades das TO's, como responsáveis pela segurança na praça esportiva, presidentes e dirigentes de times e membros da imprensa.

As observações ocorreram em ambientes naturais de atividade e convívio das TO's, como em jogos, nas sedes das torcidas e no Simpósio promovido por uma delas. Foram realizadas de modo não participante, porque, embora nossa presença tenha sido percebida, o contato com os sujeitos não objetivou experimentar as atividades do grupo, mas acompanhá-las. Os registros foram realizados por meio de anotações sobre comportamentos dos torcedores e diálogos com diferentes sujeitos envolvidos no evento esportivo, além de imagens feitas por máquina de fotografia e de filmagem – às quais retomamos na sistematização e análise dos dados.

Acompanhamos seis jogos entre as equipes do Atlético Clube Goianiense (ACG), do Goiás Esporte Clube (GEC) e do Vila Nova Futebol Clube (VNFC), no estádio Serra Dourada, durante o segundo turno do Campeonato Goiano de 2012 – sendo que o primeiro jogo ocorreu no dia 11 de março e o último em 13 de maio. Nesses jogos, presenciamos

⁸¹ Desde o início soubemos que o Vila Nova Futebol Clube (VNFC) contava com mais de uma torcida organizada, e durante as observações percebemos que os confrontos não se davam apenas entre torcidas de times rivais, mas também entre agrupamentos do mesmo time. Com o propósito de lançar luz sobre esse fenômeno, entrevistamos também um membro da Torcida Sangue Colorado (TSC) do VNFC.

importantes situações que se tornaram importantes para o desenvolvimento posterior da pesquisa, como: a rotina dos torcedores organizados desde a saída da sede à chegada mais cedo no estádio para estender suas bandeiras, receber o time e fazer um “aquecimento” antes do jogo – e às vezes no intervalo – com músicas e gritos de guerra de incentivo ao time e, também, provocações à torcida rival; a ausência de confrontos entre multidões na praça esportiva e o aumento da violência atribuída às TO’s em outros espaços da cidade, como parques, terminais e periferias; a mobilização da campanha Paz no Futebol, desenvolvida por meio de parceria entre Federação Goiana de Futebol (FGF) e poder público e amplamente divulgada pela TV Anhanguera⁸²; uma Ação Civil Pública⁸³, movida pelo Ministério Público, que suspendeu a presença de símbolos e objetos de TO’s nos estádios por um período de quatro meses – sendo o fato mais notório a ausência das enormes bandeiras com os nomes das torcidas ao final do campeonato; e uma espécie de “violência latente” observada pelo comportamento de alguns torcedores quando se aproximavam dos rivais com o propósito evidente de provocá-los. Nesta etapa, dialogamos com torcedores, jornalistas e policiais responsáveis pela segurança na praça esportiva tendo em vista obter informações que ajudassem a investigação e preparar os encontros para entrevistas e resposta ao questionário.

Em setembro de 2012, durante dois dias que antecederam o evento de comemoração de aniversário da torcida, acompanhamos a movimentação nas sedes da TEV e da TDA, o que nos permitiu o contato com um grupo de membros que participam organicamente das atividades da torcida e o rico diálogo com alguns que se mostraram mais disponíveis à pesquisa. Em um desses diálogos, três torcedores com idade aparente entre 16 e 20 anos, deram detalhes sobre acontecimentos comuns no cotidiano das TO’s, como: a existência de encontros marcados para brigar; o fato de não abandonarem a torcida porque já estão marcados; de não saírem sozinhos na rua em dias de clássico porque o risco de apanhar aumenta; a afirmação de que não batem em pessoas que estão usando apenas camisa do time adversário, mas não perdoam se estiver com camisa de TO rival; e a declaração de que odeiam mais os policiais do que os torcedores rivais porque os primeiros batem e eles não podem reagir.

Em uma das sedes ocorreu o chamado “efeito do observador”, em que alguns torcedores mudaram o comportamento quando perceberam a presença de uma pessoa externa investigando a dinâmica do grupo a que pertencem⁸⁴. O caso mais evidente foi quando nos

⁸² Afiliada da Rede Globo em Goiás.

⁸³ Ação Civil Pública nº. 201201388656, que tramitou na 14ª Vara Cível e Ambiental da Comarca de Goiânia e suspendeu as atividades das torcidas dos três principais times goianos no período de 20/04/2012 a 20/08/2012.

⁸⁴ Cf. Vianna, 2003, p. 40-45.

aproximamos de um membro da torcida e perguntamos se era responsável pela sede. Ele respondeu que não, e que estava ali por um período de férias, imediatamente virou as costas e se retirou. Embora a atitude possa parecer deselegante, posteriormente vimos saber que foi cautela: por não nos conhecer, era temeroso se expor.

Em outubro de 2013, acompanhamos o “III Simpósio de lideranças esmeraldinas”, evento realizado por iniciativa da FJG para promover esclarecimentos sobre a situação atual da torcida e orientar as lideranças a não compactuarem com atos de vandalismo e violência. O evento ocorreu num contexto em que as atividades de TO’s foram suspensas em Goiás por um período de cinco anos, devido a uma nova Ação Civil movida pelo Ministério Público⁸⁵. E, por fim, acompanhamos mais três jogos do GEC, do ACG e do VNFC, pelos campeonatos nacionais em que cada time se encontrava. O destaque nesses jogos foi a confirmação de brigas no interior de uma mesma TO e, também, entre torcidas diferentes ligadas ao mesmo time, o que dá visibilidade ao argumento bastante divulgado atualmente de que as confusões entre torcidas deve-se à infiltração de marginais envolvidos com o tráfico de drogas e disputa territorial nas regiões⁸⁶.

Como assinalamos acima, para as entrevistas foram selecionados sujeitos com representação nas instituições, envolvimento e conhecimento sobre o fenômeno investigado. Assim, entrevistamos, num primeiro momento, presidentes e diretores das torcidas TDA, TEV e FJG, responsáveis pela segurança nos eventos esportivos e profissionais da imprensa⁸⁷. Num segundo momento, após a qualificação, fizemos novas entrevistas com presidentes e diretores da FJG e Torcida Sangue Colorado (TSC), dirigentes de clubes – visando compreender o tipo de relação que mantêm com as TO’s – e membros que não compõem a diretoria das torcidas, para verificar divergências ou convergências entre suas visões e as dos dirigentes⁸⁸. Nesse momento, também dialogamos com ex-membros de TO’s a fim de conhecer o que pensam sobre o fenômeno da violência no futebol⁸⁹.

⁸⁵ Ação Civil Pública nº. 201300500390, movida na 14ª Vara Cível e Ambiental da Comarca de Goiânia, que suspendeu as atividades de qualquer torcida organizada em Goiás por cinco anos a partir de 19/02/2013. Conforme informaram os diretores da TO, o Simpósio não contou com o apoio oficial do clube.

⁸⁶ Cf. Item 4.3.5.

⁸⁷ Tentamos entrevistar o presidente da FGF e do ACG, mas as secretárias informaram indisponibilidade de agenda e ficaram de informar uma possível data, porém não recebemos o retorno.

⁸⁸ As entrevistas foram registradas com gravador de áudio. As que realizamos no primeiro momento da pesquisa, foram transcritas pelo acadêmico Silênio Souza Reis – contemplado com Bolsa Permanente vinculada à Pró-Reitoria de Assuntos Estudantis da Universidade Federal de Goiás/Campus Jataí –, e posteriormente revisadas pelo pesquisador. As entrevistas realizadas no segundo momento foram transcritas pelo próprio pesquisador.

⁸⁹ O contato com membros e ex-membros das TO’s foi realizado no estádio em dia de jogos do ACG, do GEC e do VNFC pelos campeonatos nacionais de 2013 que cada time disputava. Devido ao entusiasmo e a (in)disponibilidade de alguns torcedores, as entrevistas foram mais objetivas em comparação com as realizadas com os presidentes e diretores das torcidas. Mesmo assim, incorporamos essas informações porque ajudaram a

As entrevistas foram realizadas com o propósito de obter informações sobre: aspectos afetivos dos torcedores em relação a times e torcidas; representação das TO's na sociedade atual; percepções sobre violência e confrontos entre torcedores e torcidas; ações preventivas e de segurança; meios de comunicação na relação com o futebol e com as TO's⁹⁰. Embora essas questões tenham norteado as entrevistas em geral, elas foram apresentadas aos sujeitos tendo em vista a instituição a que pertenciam e, na medida em que julgávamos a resposta insuficiente ou que poderia ser melhor desenvolvida, aprofundávamos ou elaborávamos novas perguntas. Como exemplo de perguntas que buscavam ampliar um assunto, podemos citar: “você poderia explicar melhor sua resposta?” ou “como você explica esse sentimento?”; e como exemplo de novas perguntas, podemos citar: “o senhor considera que a diretoria das TO's promove atividades que ajudam a diminuir os confrontos?” ou “como o senhor descreveria a atuação da polícia no que considerou como 'ação de inibição da violência'?”

Esse procedimento oferece maior liberdade e espontaneidade que favorecem a entrevista, mas ele não é novo. Na pesquisa empírica realizada com o objetivo de compreender as mediações que levam a personalidade do indivíduo a se tornar mais ou menos suscetível à adesão ao ideário fascista, Adorno *et. al.* (1965) recorreram a diferentes técnicas, como estatística de amostragem e inferência, escalas de atitude, testes projetivos e entrevistas (CARONE, 2001; SASS, 2001). Sobre esta última, observaram que as modificações nos roteiros de entrevistas devem ser feitas para se obter as informações que melhor ajudam a investigação. Assim, esclarecem que “el entrevistador se guiaba por un esquema general amplio que fue modificado varias veces, a medida que la experiencia señalaba cuáles eram las cuestiones fundamentales más significativas y cuáles los medios más adecuados para obtener declaraciones que respondieran a lo que deseábamos saber” (*Ibid.*, p. 41)⁹¹. Ainda que as perguntas dirigidas aos sujeitos procurassem obter as informações que mais interessassem à pesquisa, é preciso ter em mente uma dificuldade que acompanha esse procedimento: a veracidade das informações – as quais podem ser influenciadas por vários fatores, desde aspectos emocionais até o contexto social mais abrangente. Sobre esse aspecto, Adorno *et. al.* (1965, p. 29) adverte que

compreender o fenômeno em sua totalidade. Cf. Capítulo IV.

⁹⁰ No Anexo 1 especificamos os sujeitos entrevistados e relacionamos as questões norteadoras e a qual segmento elas foram dirigidas.

⁹¹ Nas pesquisas qualitativas em ciências sociais esse procedimento tem sido denominado como entrevista semi-estruturada, a qual “parte de certos questionamentos básicos, apoiados em teorias e hipóteses que interessam à pesquisa, e que, em seguida, oferecem amplo campo de interrogativas, fruto de novas hipóteses que vão surgindo à medida que se recebem as respostas do informante” (TRIVIÑOS, 1987, p. 146).

cuando se trata de cuestiones de contenido afectivo, como las concernientes a los grupos minoritarios y a los problemas políticos del momento, el grado de franqueza com que habla una persona depende de la situación en que se encuentre. Pode existir discrepancia entre lo que dice en determinada ocasión y lo que 'piensa en realidad'.

Como ressaltam os autores, as opiniões, os valores e os conhecimentos expressos pela palavra de seus entrevistados encontravam-se relativamente na superfície e, por isso, serviram como ponto de partida para compreender questões mais profundas. Em nossa pesquisa também notamos interferência de questões afetivas e de contexto social. Em uma entrevista, o diretor de uma TO demonstrou nervosismo e não respondeu algumas perguntas, informando que não conseguia organizar suas respostas; em outra, quando um presidente de TO concedeu a entrevista concomitante a outras atividades – sem que pudéssemos estar a sós e com um mínimo de silêncio que favorecesse o diálogo – percebemos que as respostas tenderam a ser objetivas, algumas até vagas, e com pouca possibilidade de aprofundamento, pois frequentemente a entrevista era interrompida para atendimento de algum membro da torcida.

À primeira vista, essas interferências poderiam ser consideradas empecilhos à pesquisa, contudo, como o pesquisador e o entrevistado estão submetidos às contradições da condição humana, é preciso reconhecer que aspectos como esses podem se manifestar durante a entrevista. Desse modo, as pessoas podem ter receio do que dirão, ficar inseguras sobre o uso que será dado à sua fala ou ocultar informações ao pesquisador. E por mais que haja preparação para minimizar essas situações, elas podem aflorar a qualquer momento⁹². Em vez de considerar negativas à pesquisa, procuramos incorporar as respostas objetivas ou vagas, o ambiente favorável ou não ao diálogo, como comportamentos que dizem algo sobre o fenômeno da violência a partir das TO's.

Em atendimento à Resolução 196/96 do Conselho Nacional de Saúde, e das orientações do Comitê de Ética em Pesquisa da Universidade Federal de Goiás, garantimos a todos os entrevistados o sigilo sobre sua identidade e a privacidade dos dados confidenciais. Como interessa saber a representação, a instituição de onde falam e o conteúdo das informações, combinamos letras e números para nos referir aos sujeitos na discussão dos resultados. Assim, usamos para presidente de TO: P1, P2, P3, P4; para diretor de TO: D1, D2; para membro de TO: M1, M2, M3, M4, M5, M6; para ex-membro de TO: E1, E2, E3; para jornalista: J1, J2, J3; para comandante: C1, C2; para presidente de clube: PT1; e para diretor

⁹² Cf. Szymanski, 2003, p. 89-100.

de clube: DT1.

Além das observações e entrevistas, recorreremos ao questionário para obter informações sobre o perfil econômico-social, aspectos afetivos relacionados a torcidas e times, a relação com meios de comunicação e o consumo de produtos relacionados ao futebol⁹³. Como pretendíamos que fossem respondidos por membros mais orgânicos das TO's, contactamos os presidentes para agendar uma data que pudesse reunir torcedores que vivenciavam as atividades da TO não apenas nos jogos, mas também no dia a dia. Utilizamos esse critério por entender que ele possibilitaria reunir um agrupamento que representasse qualitativamente os torcedores organizados mais ativos. A opção por trabalhar com os questionários em um momento fora dos jogos foi porque, desde a chegada ao estádio, o trabalho de exposição de bandeiras e outros símbolos, a festa de recepção do time e a concentração antes do jogo com músicas e gritos de guerra, deixavam os torcedores num estado de entusiasmo e euforia que tornava difícil abordá-los. Além disso, não era fácil separar os membros mais orgânicos de outros torcedores que se juntavam à TO para incentivar o time.

Os questionários foram respondidos em três momentos em que as torcidas reuniram membros com essas características, e o procedimento foi solicitar ao sujeito que o respondesse pessoalmente – embora alguns poucos torcedores nos pediram para fazer a pergunta e anotar a resposta por eles. Na TEV e na TDA, estivemos presente nos dois dias que antecederam a comemoração do aniversário de cada torcida e abordamos a maioria dos membros mais ativos que compareceram na sede para se encontrar ou ajudar nos preparativos – embora muitos tenham recusado a participar. Na FJG, os questionários foram respondidos no dia do “III Simpósio de lideranças esmeraldinas” (em 05/10/2013), o qual reuniu líderes da torcida em diferentes regiões de Goiânia e de municípios próximos à capital⁹⁴. Desse modo, conseguimos que 34 membros da TEV, 30 membros da TDA e 43 membros da FJG respondessem aos questionários. A sistematização dos dados considerou o universo total de respondentes (107) e, quando verificamos distanciamentos e diferenças expressivas, analisamos as informações de acordo com as características de cada torcida. Nosso objetivo com esse instrumento foi comparar, complementar e enriquecer as informações obtidas nas entrevistas e nas observações.

⁹³ No Anexo 2 consta o modelo do questionário.

⁹⁴ Após o Simpósio perguntei aos dirigentes se não haveria outro encontro, com data próxima, que reunisse membros orgânicos da torcida, pois neste dia foram respondidos 27 questionários. Informaram-me que eu encontraria membros com esse perfil no dia seguinte, antes do jogo do GEC – que se encontrava em um ritmo ascendente no campeonato nacional –, na ala norte do estacionamento do estádio. Compareci no local com bastante antecedência do início do jogo e mais 16 membros dessa torcida responderam ao instrumento.

Os três instrumentos – observação, entrevista e questionários – foram fundamentais na investigação empírica. Contudo, durante o processo de análise, verificamos que as entrevistas possibilitaram obter informações mais amplas e profundas sobre concepções, opiniões, expectativas e representações dos sujeitos sobre a violência no futebol e as atividades das TO's – motivo pelo qual as principais análises foram realizadas a partir delas.

Num primeiro momento, organizamos as respostas por questão; em seguida, destacamos opiniões, concepções e assuntos mais presentes nas falas dos sujeitos e os agrupamos em um conjunto que denominamos “indicadores”; depois, fizemos uma nova verificação dessas opiniões, concepções e assuntos e os agrupamos novamente em “categorias de organização” mais abrangentes – as quais surgiram da reunião de respostas que se aproximavam ou eram repetidas. Não nos referimos a esses aspectos priorizando termos de porcentagem – como nos dados do questionário – mas por recorrência e relevância, e analisamos o seu conteúdo. Por fim, realizamos o cruzamento das “categorias de organização” com as situações e os comportamentos registrados durante as observações e com os dados dos questionários, procedendo assim à discussão dos resultados.

3.3 Análise de conteúdo na perspectiva teórico-crítica

No âmbito da teoria crítica, a análise de conteúdo é possível e desejável como procedimento em pesquisas que se orientam por uma concepção de ciência em que o sujeito desempenha papel ativo na produção do conhecimento (HORKHEIMER, 1993; SASS, 2001). Situada como parte de uma visão mais ampla, ela pode auxiliar uma análise profunda e complexa do fenômeno estudado. Na verdade, o próprio Adorno realizou análise de conteúdo nos estudos sobre música popular no final da década de 1930 e início da seguinte, porém, como ressalta Crochík (2008, p. 298), sem reduzir a análise a procedimentos técnicos ou à percepção do próprio sujeito:

diferentemente da distinção behaviorista entre estímulo e resposta, o que se apresentou nesses trabalhos foi a perspectiva materialista pela atenção ao como a objetividade se expressa por meio de diversos objetos. Importante notar que seu olhar perspicaz arrojou luz a objetos considerados quase inócuos; no caso, a música, comumente, era, como é até hoje, considerada como mero meio de entretenimento e venda de mercadorias, sem nenhuma implicação política, conforme Adorno lhe atribuiu. As análises desses objetos, nesses ensaios, foram atreladas às modificações sociais, responsáveis, segundo argumentou, por novas configurações individuais; com isso pôde evidenciar, nesse período, a vigência do fascismo e a luta contra ele.

Sob a mesma perspectiva, na análise que realizou sobre as transformações que

culminaram na sociedade industrial avançada, Marcuse (1967) percebeu, como uma face dessas transformações, a emergência de um tipo de filosofia que propunha a análise do conteúdo das mensagens dos sujeitos – especialmente da linguagem ordinária do senso comum – de modo isolado do contexto social mais amplo. Entretanto, ao proceder desse modo, essa concepção impede a compreensão de elementos que não se apresentam imediatamente nas palavras, mas se escondem atrás delas, como as contradições da sociedade em que o sujeito da fala está situado, isto é, esse tipo de procedimento

suprime uma vez mais o que é continuamente suprimido nesse universo de locução e comportamento. A autoridade da Filosofia dá a sua bênção às forças que *fazem* êsse universo. A análise linguística se abstrai do que a linguagem ordinária revela ao falar como fala – a mutilação do homem e da natureza (MARCUSE, 1967, p. 167; grifo do autor).

Trata-se, no entendimento do autor, de uma reedição dos pressupostos positivistas no âmbito da filosofia – e, nessa medida, ela é funcional à sociedade administrada, pois não se preocupa em revelar a ideologia que acompanha as mensagens. Por outro lado, a linguagem comum e o uso simples da palavra podem ser de importância significativa para uma teoria crítica, porém “no *medium* dêsse pensamento as palavras perdem sua simples humildade e revelam aquêlo algo 'escondido' [...]. Tal análise desvenda a história na palavra cotidiana como uma dimensão oculta do significado – o domínio da sociedade sobre a linguagem” (*Ibid.*, p. 172; grifo do autor). Nessa perspectiva, a análise do conteúdo deve procurar aquele “algo escondido” que a mensagem não mostra imediatamente, mas que vai se revelando de forma mediada. Na verdade, é indispensável reconhecer que

a frase falada é a expressão do indivíduo que a fala *e também* daqueles que o fazem falar como fala, *bem como* de qualquer tensão ou contradição que os possa inter-relacionar. Ao falar a sua própria linguagem, as criaturas falam também a linguagem de seus senhores, de seus benfeitores, de seus anunciantes. Assim, elas não apenas expressam *a si mesmas*, os seus próprios conhecimentos, sentimentos e aspirações, mas também algo diferente delas mesmas. Ao descreverem “por si mesmas” a situação política, seja a de sua cidade natal, seja a do cenário internacional, elas (e o termo “elas” também inclui a *nós* os intelectuais que conhecemos a situação e a criticamos) descrevem o que o “seu” meio de comunicação em massa lhes diz – e isso se funde com o que elas realmente pensam, vêem e sentem (*Ibid.*, 1967, p. 183; grifos do autor).

A busca por informações que não se revelam imediatamente na fala, mas necessitam de uma análise mediada, também exige parâmetros que possibilitem apreender os significados, os sentidos e as funções das mensagens dentro de um universo multidimensional. Esses parâmetros precisam reconhecer que toda mensagem, termo ou

palavra, pertence

a) a um projeto individual, isto é, uma comunicação específica (um artigo de jornal, um discurso) feita numa ocasião específica com uma finalidade específica; b) a um sistema supra-individual estabelecido de idéias, valores e objetivos do qual participa o projeto individual; c) a uma determinada sociedade que integra ela própria projetos individuais e supra-individuais diferente e até contrastantes (MARCUSE, 1967, 185).

Pelo exposto, compreende-se que a análise do conteúdo das informações – assim como os instrumentos da investigação empírica – não fala por si só, mas demonstra sua força na medida em que se apoia em uma teoria da sociedade e, portanto, compõe uma parte fundamental do método. É com esse entendimento que buscamos discutir os resultados da pesquisa.

IV

FUTEBOL E TORCIDAS ORGANIZADAS EM GOIÁS: DA VIOLÊNCIA EVIDENTE ÀS CONTRADIÇÕES VELADAS

Neste capítulo, apresentamos os resultados da pesquisa para compreender o fenômeno da violência a partir das torcidas organizadas (TO's) em Goiás, por meio da discussão de “categorias” organizadas a partir das entrevistas e sua combinação com dados dos questionários e do processo de observação. À medida que realizávamos a análise, o fenômeno revelou a magnitude da tarefa de compreendê-lo, por isso, a discussão está referida nas situações e nos aspectos que ganharam relevo na investigação empírica a partir do referencial adotado – o que nos afasta da pretensão de abarcar tudo e nos remete ao desafio de descobrir algumas das principais mediações do objeto dentro da totalidade social. Num primeiro momento, reunimos informações sociodemográficas visando compreender o perfil majoritário dos torcedores; em seguida, concentramos a discussão nas principais motivações e justificativas apresentadas para os confrontos entre torcedores, com destaque para os embates com a polícia e com a mídia, a constatação de que a violência não é tão indesejada pelos torcedores, a ideologia do discurso de que existe uma minoria de criminosos infiltrados nas torcidas, o papel da educação no combate à violência e à barbárie. Por último, destacamos controvérsias sobre a relação das diretorias dos clubes com as TO's e sobre ações de prevenção, repressão e punição no combate à violência no futebol atribuída aos torcedores organizados.

4.1 Perfil majoritário dos torcedores organizados

Os dados sociodemográficos dos membros das TO's que responderam aos questionários remetem a gênero, idade, escolarização e renda. Do universo de 107 torcedores, 74,8% são do sexo masculino, 18,7% do sexo feminino e 6,5% não informaram, e as três torcidas apresentaram percentuais próximos em termos de gênero – o que aponta o predomínio de perfil e valores masculinos nesses agrupamentos. De modo semelhante, as pequenas oscilações de idade entre integrantes das três torcidas perdem relevo diante de uma constatação mais ampla: a de que a maioria (71%) dos torcedores tem entre 18 e 25 anos e idade média de 23,5 anos.

Em relação à escolaridade, mais da metade (54,2%) dos membros das TO's encontram-se no ensino médio (completo e incompleto), 18,7% informam estar no ensino fundamental (completo e incompleto), enquanto 18,7% e 4,7% afirmam, respectivamente, estar cursando ou ter concluído o ensino superior, o que totaliza quase um quarto dos torcedores neste nível de ensino. Assim, o dado revela atraso em relação à escolaridade, pois pela idade média de 23,5 anos, deveriam ao menos estar todos na universidade. Pouquíssimos revelaram não ter estudado (2,8%) ou ter pós-graduação (0,9%), como ilustra a Tabela 1.

Tabela 1 – Escolaridade

Indicadores	FJG		TDA		TEV		Total	
Não estudou	1	2,3%	--	--	2	5,9%	3	2,8%
Fundamental incompleto	--	--	2	6,7%	4	11,8%	6	5,6%
Fundamental completo	6	13,9%	1	3,3%	7	20,6%	14	13,1%
Médio incompleto	15	34,9%	8	26,7%	6	17,6%	29	27,1%
Médio completo	9	21,0%	9	30,0%	11	32,3%	29	27,1%
Superior incompleto	9	21,0%	7	23,3%	4	11,8%	20	18,7%
Superior completo	2	4,6%	3	10,0%	--	--	5	4,7%
Pós-graduação	1	2,3%	--	--	--	--	1	0,9%
Total	43	100,0%	30	100,0%	34	100,0%	107	100,0%

Fonte: Questionário

Quando comparamos o nível de escolarização entre os membros das três torcidas, não aparece diferença significativa em relação ao percentual de torcedores no ensino médio, todavia, os percentuais se distanciam nos níveis fundamental e superior. Enquanto 32,4% dos torcedores da Torcida Esquadrão Vilanovense (TEV) encontram-se no ensino fundamental – e se acrescentarmos os 5,9% que informam não ter estudado, o percentual sobe para 38,3% –, 13,9% dos torcedores da Força Jovem Goiás (FJG) e 10% da Torcida Dragões Atléticos (TDA) situam-se nesse nível de ensino. Por outro lado, os percentuais se invertem em relação ao ensino superior, pois 33,3% na TDA e 25,6% na FJG – e se somarmos os 2,3% que possuem pós-graduação, o percentual da FJG sobe para 27,9% – estão nesse nível de ensino (completo e incompleto), enquanto apenas 11,8% dos torcedores da TEV têm ensino superior incompleto.

Cerca de um terço (33,7%) afirma ganhar entre 1 e 2 salários mínimos, 20,6% entre 2 e 3 salários, 16,8% ganham menos de 1 salário, 13,1% entre 3 e 5 salários, 11,2% revelam não possuir renda e apenas 2,8% confirmaram ter renda superior a 5 salários. Se considerarmos as duas rendas mais informadas, temos que mais da metade (54,3%) dos membros das TO's tem renda entre 1 e 3 salários, como ilustra a Tabela 2.

Tabela 2 – Renda (com base no salário mínimo)

Indicadores	FJG		TDA		TEV		Total	
Até meio salário	1	2,3%	1	3,3%	1	2,9%	3	2,8%
De meio a 1 salário	6	13,9%	1	3,3%	8	23,5%	15	14,0%
Entre 1 e 2 salários	16	37,2%	11	36,7%	9	26,5%	36	33,7%
Entre 2 e 3 salários	12	28,0%	5	16,7%	5	14,7%	22	20,6%
Entre 3 e 5 salários	1	2,3%	6	20,0%	7	20,6%	14	13,1%
Acima de 5 salários	3	7,0%	--	--	--	--	3	2,8%
Não possui renda própria	4	9,3%	6	20,0%	2	5,9%	12	11,2%
Não respondeu/não informou	--	--	--	--	2	5,9%	2	1,8%
Total	43	100,0%	30	100,0%	34	100,0%	107	100,0%

Fonte: Questionário

Quando comparamos a renda entre os membros das três torcidas, observamos alguns distanciamentos, como por exemplo: 26,4% de torcedores da TEV têm renda inferior a 1 salário mínimo, enquanto na FJG esse percentual é de 16,2% e na TDA 6,6%; apenas 2,3% dos torcedores da FJG afirmam ter renda entre 3 e 5 salários, sendo que na TDA e na TEV esse percentual sobe para 20% e 20,6%, respectivamente; 20% de torcedores da TDA afirmam não possuir renda própria, enquanto na FJG e na TEV esse percentual diminui para 9,3% e 5,9%, respectivamente; apenas na FJG 7% de torcedores afirmaram ter renda acima de 5 salários. Diante desse quadro, chama atenção o fato da maioria de torcedores apresentar renda relativamente baixa.

Pesquisas realizadas anteriormente indicam que a divisão geoeconômica da cidade de Goiânia influenciou a formação dos torcedores dos dois principais times da capital do estado: enquanto os moradores da parte mais desenvolvida da cidade se identificavam com o Goiás Esporte Clube (GEC), os torcedores que apoiavam o Vila Nova Futebol Clube (VNFC) eram majoritariamente trabalhadores em busca de melhores condições de vida⁹⁵. Em nossa pesquisa, essa situação se confirmou, e a torcida com (poucos) torcedores com maior renda foi a FJG e com menor renda foi a TEV. Entretanto, quando verificamos que na TEV também compareceu um número expressivo de torcedores com renda entre 3 e 5 salários e na FJG esse número foi bem menor, isso põe em evidência uma outra situação: o fato da maioria ter renda entre 1 e 3 salários indica que, ao menos em relação aos membros das orgânicos nas TO's, são pessoas que encontram-se permanentemente em busca de melhores condições de vida. Obviamente, isso não anula as diferenças econômicas entre os membros das três torcidas e nem dentro de uma mesma torcida – afinal, como revelam os dados, na TDA encontra-se um número representativo de torcedores financeiramente dependentes. Contudo, o que se

⁹⁵ Cf. Nascimento (2007; 2010).

evidencia é que os torcedores que compõem e administram esses agrupamentos não são empresários ou recebem altos salários, como também não são paupérrimos ou miseráveis, mas têm trabalho e renda mediana que os permitem participar das atividades da torcida.

Ao associarmos a renda à escolarização, temos o seguinte quadro: na FJG, a maioria dos torcedores (65,2%) afirma ter renda entre 1 e 3 salários, sendo baixo o percentual com renda entre 3 e 5 salários (2,3%), embora apenas nesta torcida tenha comparecido torcedores com renda superior a 5 salários; em relação à escolaridade, destaca-se um número expressivo no âmbito superior (mais de ¼). Na TDA encontra-se o maior grupo de torcedores sem renda própria, como também um número significativo com renda entre 3 e 5 salários, além de ser a torcida com mais membros no âmbito do ensino superior (cerca de 1/3). A TEV apresentou maior número de torcedores com renda mais baixa e, ao mesmo tempo, um número razoável com renda entre 3 e 5 salários, além de ter sido a torcida com mais membros com baixa instrução (mais de 1/3).

A participação nas atividades propostas pelas TO's exige dispêndio financeiro, pois para acompanhar um jogo na cidade sede – sem gastos com viagem a outro município ou Estado – é preciso custear transporte, entrada no estádio (ainda que alguns torcedores adquiram ingressos com descontos ou gratuitos), além de comida e bebida. Contudo, os gastos de um torcedor não se limitam a acompanhar o time, mas também ao consumo de outras mercadorias. Por isso, procuramos saber dos torcedores se consumiam produtos relacionados ao futebol, qual tipo de produto, com que frequência e a quantidade. O resultado foi que 97,2% compram produtos dessa natureza, e os mais procurados (91,3%) estão relacionados à vestimenta (como camisas, shorts, bonés, meias, calçados). Embora alguns tenham informado que compram acessórios (como pulseiras, chaveiros, correntes, bandeiras) na mesma proporção, como expressou um dos torcedores: “[compro] tudo que se relaciona à minha torcida e ao meu time”, é possível que a preferência por vestimentas esteja ligada à maior visibilidade que esses produtos oferecem aos símbolos valorizados nas torcidas.

Além disso, 43,3% informaram comprar com muita frequência e 51% compram “quase sempre” esses produtos; 69,2% dos torcedores compram grande quantidade, contra apenas 28,8% que informaram comprar pouco ou muito pouco. Dois torcedores não se sentiram contemplados com as opções e acrescentaram que consideram como “média” a quantidade de produtos que compram, como mostra a Tabela 3.

Tabela 3 – Consumo de produtos relacionados ao futebol

Indicadores		FJG		TDA		TEV		Total	
Consome produtos	Sim	41	95,4%	30	100%	33	97,0%	104	97,2%
	Não	2	4,6%	--	--	1	3,0%	3	2,8%
	Total	43	100,0%	30	100,0%	34	100,0%	107	100,0%
Tipo de produto mais comprado	Vestimenta	38	92,8%	26	87%	31	94,0%	95	91,3%
	Acessórios	--	--	1	3%	--	--	1	1,0%
	Assinalou as duas ⁹⁶	2	4,8%	3	10%	2	6,0%	7	6,7%
	Não respondeu	1	2,4%	--	--	--	--	1	1,0%
Total	41	100,0%	30	100,0%	33	100,0%	104	100,0%	
Frequência com que compra	Sempre	13	31,7%	16	53,3%	16	48,5%	45	43,3%
	Quase sempre	26	63,5%	13	43,4%	14	42,4%	53	51,0%
	Raramente	2	4,8%	1	3,3%	3	9,1%	6	5,7%
Total	41	100,0%	30	100,0%	33	100,0%	104	100,0%	
Quantidade de produtos comprados	Muito	26	63,5%	20	66,7%	26	78,8%	72	69,2%
	Pouco	12	29,3%	9	30,0%	3	9,1%	24	23,1%
	Muito pouco	1	2,4%	1	3,3%	4	12,1%	6	5,7%
	Outro	2	4,8%	--	--	--	--	2	2,0%
Total	41	100,0%	30	100,0%	33	100,0%	104	100,0%	

Fonte: Questionário

Quando comparamos os dados das três torcidas, notamos diferenças pouco significativas entre um grupo que consome pouco mais que outro, e o destaque foi a presença da tendência consumista que impera na sociedade vigente também no seio das TO's. Essa situação confirma o poder da indústria cultural do futebol na comercialização de produtos como vestimentas e acessórios, além dos jogos pelo sistema *pay-per-view*.

O objetivo com essas informações é delinear um perfil majoritário dos participantes mais orgânicos das TO's em Goiás como base para entender as percepções e as motivações apresentadas por eles para os confrontos. Em resumo, são jovens do sexo masculino com idade entre 18 e 25 anos, ensino médio completo ou incompleto, renda entre 1 e 3 salários mínimos e adeptos do consumismo estimulado pela indústria do futebol. Dados que revelam aproximações com o perfil de torcedores organizados em outros Estados, conforme constam nas pesquisas realizadas por Pimenta (1997) e Reis (2006).

4.2 Percepções positivas e negativas sobre torcidas organizadas

Tomamos como ponto de partida o entendimento sobre o significado de torcida organizada (TO), e de suas ações, na perspectiva de torcedores e profissionais que presenciam situações protagonizadas por essas agremiações. O Quadro 1 apresenta uma síntese dos principais indicadores, os quais foram organizadas em quatro categorias: definição comum, torcedor (in)comum, fortes laços sentimentais e percepções negativas⁹⁷.

⁹⁶ Orientamos os torcedores a indicar a alternativa mais representativa como resposta às perguntas do questionário, ainda assim alguns assinalaram duas ou mais, revelando a necessidade de enfatizar mais de um aspecto. Incorporamos essas questões e criamos a opção "assinalou mais de uma alternativa".

⁹⁷ As entrevistas foram reunidas por questão, em seguida agrupamos os relatos, as concepções e os assuntos em

Quadro 1 – Percepções sobre torcida organizada

Categorias	Indicadores	Frequência de respostas ⁹⁸						
		P/D-To	M-To	Ex-To	P-I	P-S	P/D-T	Total
Definição comum	Reunião de pessoas com mesmo ideal de aperfeiçoar o incentivo ao time	4	3	2	2	-	1	12
	Promover festas e caravanas e levar emoção ao estádio	2	-	-	1	-	-	3
Torcedor (in)comum	Pessoas com rotina diferente do torcedor comum	2	-	-	-	-	-	2
	Atividades de torcida têm prioridade sobre outras do dia a dia (trabalho, família)	1	-	-	-	-	-	1
	Utilização de símbolos para identificação	-	-	-	2	-	-	2
Fortes laços sentimentais	Ideal de amor, paixão e envolvimento muito fortes com o time	1	4	1	1	-	-	7
	Constituída por fortes laços de amizade e união entre os membros, como uma família	2	2	-	-	-	-	4
	Momento de alegria e de extravasar	-	2	-	1	-	-	3
Percepções negativas	Não está ligada só a violência e não são vagabundos: tem lado negativo e positivo	1	2	-	1	-	-	4
	Pessoas que vão ao estádio para torcer, mas também para brigar	-	-	-	-	-	1	1
	Um bando de desorganizados que vão ao estádio apenas para tumultuar e causar violência	-	-	-	1	2	-	3
	Tem afastado o torcedor não organizado, o cidadão de bem, e trazido problemas para o time	-	-	-	1	1	1	3
	Existem facções, bandidos, tráfico de drogas e pessoas mal-intencionadas infiltrados nas torcidas	-	-	-	3	1	-	4

Fonte: Entrevista

Quando perguntamos aos sujeitos o que entendiam por TO, a definição mais comum foi como grupo de pessoas que se reúne com o propósito de organizar e promover ações de apoio ao time. Essa definição refere-se ao que ela é ou deveria ser – alguns assim se manifestaram por entender que as TO's não têm desempenhado esse papel ideal – e, pelo que notamos, corresponde à posição que cada sujeito vivencia nos episódios envolvendo torcidas, como expressam os relatos abaixo:

aquela que faz a diferença no estádio. Se não tivesse TO nos estádios seria uma coisa muito sem emoção. É ela que faz os cânticos (D1 – diretor de TO)⁹⁹;

grupo de pessoas que tem paixão por um determinado time, que se une numa espécie

“indicadores” e, após novos reagrupamentos, formulamos as “categorias de organização”. Cf. Item 3.2.

⁹⁸ Significado das siglas: “P/D-To”: presidente ou diretor de TO; “M-To”: membro de TO; “Ex-To”: ex-membro de TO; “P-I”: profissional da imprensa; “P-S”: profissional da segurança; “P/D-T”: presidente ou diretor de time.

⁹⁹ Para garantir sigilo sobre a identidade dos entrevistados, usamos combinações de letras e números para nos referir a eles. Cf. Item 3.2.

de associação com interesse comum: torcer, ir para o estádio e incentivar o seu time, geralmente usando uniformes e outras formas de identificação (J1 – jornalista)

quando surgiram, tinham o propósito de levar as famílias para os estádios e engrandecer os eventos esportivos (C2 – comandante);

grupo de pessoas que se reúne em associação para dar apoio e incentivo ao time, principalmente nos jogos (PT1 – presidente de time).

Essas definições podem ser verificadas na realidade, uma vez que é visível a “festa” que realizam nos jogos, com gritos de guerra e incentivo ao time. Festa que se torna espetáculo devido aos instrumentos, adereços e símbolos – pequenos, como acessórios ou camisas, e grandes, como bandeiras e a enorme camisa que a TEV estende na arquibancada para celebrar um gol ou incentivar o time em momentos difíceis; nesse sentido, se reconhece que as TO’s podem engrandecer o evento esportivo. Contudo, a festa que a torcida faz no estádio parece não ser em razão de si própria, mas se justifica pela existência de um objeto em torno do qual se reúnem os torcedores: o time.

A definição do presidente de TO P1 de que eles formam um “grupo de pessoas com o mesmo objetivo, com o mesmo ideal e com a mesma paixão se organizando para aperfeiçoar a forma de incentivar e apoiar o time” ajuda compreender que essa festa é o resultado da escolha que os torcedores fizeram pelo mesmo time, estabelecendo-o como um ideal comum e mesma paixão¹⁰⁰. O debate freudiano sobre a adesão de indivíduos ao grupo ajuda compreender a união desses torcedores: pois parece que no lugar do ideal de EU eles colocaram o ideal de grupo em torno do (líder) time. Diante disso, poder-se-ia perguntar se o time como ideal comum é prerrogativa dos torcedores organizados? Certamente a resposta é negativa, tanto pelas nossas observações como por resultados de outros estudos¹⁰¹, por uma razão simples: o universo de torcedores apaixonados é muito superior ao número de torcedores organizados, bastando para isso observar que no estádio comparecem 10, 40 ou 80 mil torcedores, além de outros milhares que acompanham o futebol através dos meios de comunicação. Essa reflexão ajuda situar o lugar da TO no evento esportivo: uma entidade administrada por um grupo pequeno de torcedores que organizam o espetáculo no estádio e se encontram com frequência no dia a dia.

¹⁰⁰ A paixão, assim como o amor, é recorrentemente usada pelos torcedores para expressar o sentimento ao time e à torcida. Embora seu conceito não seja consensual, a oposição entre paixão e razão, que remonta à tradição kantiana, tornou-se mais comum e considera a primeira como uma inclinação que impede a razão de compará-la a outras inclinações, exclui o domínio de si mesmo e impossibilita que a vontade e a conduta humana se determinem com base em princípios – podendo inclinar-se para a agressão e a violência; nesse sentido, ela se difere da emoção: enquanto esta é precipitada e irrefletida, a paixão é lenta e refletida para alcançar seu objetivo (ABBAGNANO, 2000; LALANDE, 1999).

¹⁰¹ Na pesquisa realizada para entender o que motiva as pessoas a se tornarem torcedores de futebol, o time como um ideal de amor compareceu também entre os torcedores comuns (Hriniewicz, 2008).

A relação do torcedor com o time poderia ser entendida do seguinte modo: se, por um lado, para considerar o time como ideal comum não é necessário pertencer a uma TO, por outro, para ser um membro orgânico dessa entidade o amor incondicional a ele é apresentado como condição. Os relatos abaixo confirmam esses fortes laços sentimentais entre si e com o time, e os diferenciam do chamado torcedor comum, pois a torcida é entendida como:

uma paixão e um envolvimento muito grandes com o clube, onde você deixa de fazer muitas coisas para acompanhar seu time, que talvez um torcedor comum – o povão – não faça. Às vezes a gente deixa de ver os filhos crescerem para participar desse movimento. Por exemplo, eu já deixei de ir num velório de uma tia porque tinha jogo. TO é um sangue muito forte que tem que correr nas veias para você participar (P2 – presidente de TO);

uma família, um grupo de amigos envolvidos numa forma mais organizada de incentivar e ajudar o clube no dia a dia, não como aquelas pessoas que vão no jogo mas perde o vínculo com o clube (D2 – diretor de TO);

tudo, é a minha maior paixão (M6 – membro de TO).

A paixão pelo time tem que “correr nas veias” e é apresentada como indispensável ao forte laço sentimental com a torcida – sentimentos que revelam um estado de idealização (FREUD, 1974b) mediante a priorização de suas atividades sobre as demais e forte envolvimento com o time. Esses sentimentos foram mais evidenciados quando perguntamos aos torcedores o que a torcida e o time representavam em suas vidas.

Com relação à torcida, além da ênfase aos sentimentos de amor e paixão e sua consideração como uma família – os membros se consideram como verdadeiros irmãos –, verifica-se que: alguns torcedores depositam na torcida o mesmo sentimento que têm pelo time; que a TO representa espaço de lazer e convivência; e, chamou a atenção, o fato de que o pertencimento a esses agrupamentos pode elevar a autoestima. O presidente de TO P1 afirmou que o sentimento que tem pela torcida

é praticamente o mesmo sentimento do clube. Se você tem aquela paixão, aquele amor pelo clube, a partir do momento que você, junto com seus amigos, se organizou e criou essa nova entidade, você acaba tendo esse amor, essa paixão pela torcida. [...] São dois amores, duas paixões correlacionadas porque só existe a torcida porque existe o clube. O clube originou a torcida, então são duas coisas que andam juntas e sempre estarão lado a lado.

De “meio” para apoiar o time, a TO se constitui como “fim” a ser amado do mesmo modo que o objeto que justificou a sua criação, revelando a existência de dois objetos idealizados. O laço sentimental aumenta se o torcedor participou da criação da torcida ou se pertence a ela há muito tempo, como informou o membro de TO M2: “desde os doze anos

faço parte da torcida, por isso ela representa muita coisa. O amor que eu sinto pelo time eu sinto pela torcida”. A idealização do time e da torcida revela ainda a necessidade de pertença a agrupamentos desencadeada pela formação de um Eu frágil nas sociedades de capitalismo avançado. Além disso, o sentimento de pertencimento a esse ambiente remete à adesão cega ao coletivo denunciada por Adorno (1995a) como reflexo do estado de heteronomia que predomina nas relações humanas.

Esses sentimentos são compartilhados com outros torcedores num ambiente que possibilita conhecer novas pessoas e novos lugares. De acordo com o presidente de TO P3, na torcida “você tem cem por cento de amigos, você conhece muita gente, conhece o Brasil inteiro. Então é gratificante fazer parte da TO”; e o diretor de TO D1 afirma que seus melhores amigos estão dentro da torcida e que “seja na sede ou na casa de alguém, todo final de semana a gente se reúne. Quando acaba o jogo, a gente vai para casa de alguém, e se não tem jogo no final de semana a gente também se reúne em algum lugar para fazer um churrasco”. Embora as sedes das TO's em Goiânia não sejam tão estruturadas como as de torcidas descritas nas pesquisas de Toledo (1996) e Pimenta (1997), os vínculos entre seus membros fazem deste ambiente um ponto de referência para lazer e convivência.

As TO's também podem favorecer mudanças de *status* no bairro ou no subgrupo ao qual pertence o torcedor, como declara o membro de TO M3: “antes de torcer eu ‘não era nada’, andava na rua e ninguém me considerava. A torcida me trouxe mais amizades e eu tenho amigos hoje que somos quase irmãos”. Isso revela que, além da paixão pelo time e pela torcida, a dinâmica nesses agrupamentos pode desenvolver outras motivações que atraem novos membros a pertencer ao grupo. Além disso, a consideração de que a TO representa a verdadeira família – como informa o presidente de TO P4: “minhas amizades, meus amigos, minha família está dentro da TO”, é coerente com o argumento de que, devido ao desenvolvimento das forças produtivas nas sociedades administradas, a família nuclear passou por um processo de perda de autoridade, sem que os indivíduos abandonassem a necessidade de autoridade (MARCUSE, 1998); o que ajuda entender a atitude de torcedores que estabelecem a primazia das atividades da TO sobre as da família tradicional.

Sobre a representação do time para os membros de TO, não houve manifestação além dos fortes laços sentimentais e que ele constitui motivo para lazer e convivência – para viajar e conhecer novos lugares. O presidente de TO P3 afirmou que andava pouco motivado devido à incompetência da diretoria, no entanto, ressaltou que o time é “a sua vida” e finalizou a entrevista com a declaração de amor eterno a ele. Já o presidente de TO P2

equiparou o sentimento ao time – como fez em relação à torcida – ao amor familiar e afirmou que o considera “como minhas filhas, minha mãe, minha esposa e meu pai. É parte de minha família, é um sentimento muito forte, é um amor muito grande pelo clube que herdei do meu pai; prefiro que a pessoa fale mal de mim, mas não do time”, evidenciando novamente o estado de idealização em que o Eu se entrega completamente ao objeto (FREUD, 1974b). Essa situação foi ratificada pelos dados do questionário, pois 93,5% afirmaram que o sentimento que têm pelo time é “amor”, contra apenas 6,5% que admitiram que “gosta”.

As informações apresentadas até aqui expressam características mais comuns sobre o significado de TO e retratam o quadro de sentimentos dos torcedores com a torcida, com os demais membros do grupo e com o time – informações que se revelaram dentro de um panorama mais otimista. Contudo, percepções negativas sobre o que tem representado esses agrupamentos também foram manifestadas, como ilustram os relatos abaixo:

precisa se organizar mais. Cobrar do clube, mas colaborar também. Ela vai para o estádio e torce, mas briga também, e isso tem afastado outros torcedores que não fazem parte de TO e penalizado o clube financeiramente em ações na justiça comum e na justiça desportiva (DT1 – diretor de time);

para quem tem uma inteligência e para quem pensa em si mesmo, não vale a pena estar lá comprando a briga deles e nem lutar pela causa deles (E2 – ex-membro de TO).

é um bando de desorganizados que vão para o estádio tão somente para causar tumulto e violência (C1 – comandante).

Essas percepções indicam que as ações das TO's não têm se limitado à finalidade que comumente se espera delas, mas que o apoio tem sido acompanhado de confronto e violência. Ainda que os torcedores organizados apelem à sociedade para que observem mais seus aspectos positivos, como expressam o presidente de TO P2: “muitas pessoas julgam a TO como vagabunda, porém nem sempre é isso que ela é”, e o membro de TO M2 “a população acha que TO tá ligada só à violência, mas tá ligada é ao amor ao clube”, os aspectos negativos parecem ganhar uma dimensão mais ampla, especialmente pela visibilidade que a mídia em busca de audiência tem dado a esses episódios – como discutiremos adiante. Essas vinculações negativas foram mais frequentes nas falas de sujeitos que atuam no evento esportivo, mas não pertencem a TO.

Como assinala DT1, além de afastar os torcedores não ligados a esses agrupamentos, os confrontos entre torcedores e TO's trazem prejuízos aos clubes. Essa situação pode ser ilustrada pela briga generalizada entre torcedores do GEC no jogo contra o

Clube Atlético Paranaense (CAP) pelo Campeonato Brasileiro da série A em 20/10/2013: em primeiro julgamento, o clube goiano foi multado em 50 mil reais e suspensão de 3 jogos no estádio Serra Dourada – num momento em que o time demonstrava regularidade e ascendência na competição¹⁰². Episódios dessa natureza têm mobilizado dirigentes de times, equipe técnica e jogadores a se manifestarem contra a violência de torcedores e torcidas, como: a atitude do principal jogador do GEC na temporada 2013 em não comemorar um gol marcado; as declarações do presidente do time pedindo aos “verdadeiros torcedores que identifiquem as pessoas que entram no estádio portando caneta de raio laser, sinalizadores e qualquer artefato luminoso ou explosivo e indiquem-nas para a polícia. Não podemos deixar que o Goiás continue sofrendo esse tipo de punição”; e do técnico, que lamentou muito e atribuiu a responsabilidade pelo confronto a uma minoria de baderneiros que se infiltram nesses agrupamentos¹⁰³. Além disso, os comandantes responsáveis pela segurança do estádio enfatizaram que a violência provocada por torcedores afasta o chamado torcedor de bem.

Pelo exposto, verifica-se que: os entrevistados reconhecem o papel das TO's no incentivo ao time; que os torcedores revelam satisfação em pertencer a esses agrupamentos, pois neles encontram os “irmãos” de torcida, que consideram a verdadeira família, e momentos de lazer e convívio – podem conhecer outros lugares e, pela festa que realizam, acreditam ser reconhecidos; a relação com o time e com a torcida se desenvolve mediante fortes laços emocionais que se manifestam por meio da paixão incondicional, fazendo com que as atividades da torcida sejam priorizadas. No entanto, embora esses aspectos sejam característicos das TO's, são os confrontos protagonizados por seus integrantes que têm sido mais evidenciados. Assim, convém discutir suas motivações e justificativas.

4.3 Motivações e justificativas para os confrontos

Já mencionamos que os confrontos entre torcidas, ainda que incontestáveis porque são evidentes, encontram-se na superfície do problema, aparecendo como a ponta de um *iceberg* e apenas indicando o grau a que chegou o problema, mas não suas motivações. Por isso, uma tarefa central nessa pesquisa foi a busca por dados que ajudassem entender as principais motivações e justificativas apresentadas pelos torcedores para os confrontos, e o

¹⁰² Cf. “Briga entre torcedores do Goiás no jogo com Atlético-PR” Disponível em: www.tbcesporte.com.br/brasileirao/serie-a/653-briga-entre-torcedores-do-goias-no-jogo-contr-o-atletico-pr. Acesso em: 22 out. 2013.

¹⁰³ Entrevistas coletivas cedidas pelo presidente e pelo técnico do time após a briga entre torcedores do GEC no jogo de 20/10/2013, veiculadas nos telejornais locais.

Quadro 2 apresenta uma síntese delas.

Quadro 2 – Motivações e justificativas para os confrontos

Categorias	Indicadores	Frequência de respostas						
		P/D-To	M-To	Ex-To	P-I	P-S	P/D-T	Total
Sentimentos incontroláveis	Rivalidade relacionada ao time e à TO	2	3	2	1	-	1	9
	Paixão pelo futebol é maior que a razão e mexe com as pessoas	2	-	-	-	-	1	3
	Ódio que não tem explicação	-	1	-	-	-	-	1
	Intolerância e falta de respeito	-	4	2	-	1	-	7
	Violência é própria da pessoa	-	-	1	-	-	-	1
	Falta de inteligência e de amor a si próprio	-	-	1	-	-	-	1
	Muito torcedor folgado	-	1	-	-	-	-	1
	A multidão é burra	1	-	-	-	-	-	1
Violência incitada	A violência e a rivalidade fogem ao controle das diretorias de TO / Entre diretorias não há briga, mas entre os membros sim	1	2	-	-	1	-	4
	Alguns membros de diretoria incitam a violência	1	-	-	-	-	-	1
	Briga pode, muitos até gostam, mas é preciso acabar com as mortes e as covardias	1	1	-	-	-	-	2
	Músicas, desenhos e materiais incitam a violência	1	-	-	-	-	-	1
Despreparo policial	Falta um agrupamento de polícia especializado em eventos esportivos, como em outros Estados	2	1	1	-	-	-	4
	A Polícia Militar (PM), em vez de inibir, incita violência, pois: - não faz escolta adequadamente - deixa as TO's se encontrarem - não separa adequadamente as torcidas no estádio - espera ocorrer briga para chegar batendo	4	4	3	-	-	-	11
	Se TO's rivais se encontrarem vai ter agressão e violência, não tem como evitar	4	-	-	-	-	-	4
Criminalização pela mídia	A TV incita a violência	1	-	-	-	-	-	1
	A TV atribui atos de violência isolada à TO	4	-	-	-	-	-	4
	A TV criminaliza as TO's porque dá audiência	4	-	-	-	-	-	4
	A TV denigre a imagem da torcida (atribuindo a ela atos de violência que não são de sua responsabilidade), mas mostra a festa da torcida na arquibancada para convocar torcedor para o jogo	1	-	-	-	-	-	1
	Não divulga boas ações das TO's	2	-	-	-	-	-	2
	Lamenta que parte da sociedade aceita a criminalização das TO's	2	-	-	-	-	-	2

Infiltração de criminosos e disputa por poder	Existem pessoas que vão ao estádio para brigar e usar drogas	-	1	2	-	-	-	3
	Ocorre infiltração de traficantes, marginais e criminosos nas torcidas	1	1	-	-	1	-	3
	Diretoria aceita a participação de qualquer tipo de pessoa e não proíbe os mal-intencionados	1	-	-	-	1	-	2
	Disputa por territórios nas regiões/rixas de bairros gera rivalidade entre torcedores para mostrar quem é mais forte	2	2	-	2	-	-	6
	Impunidade e punições paliativas do poder público não inibem ações de malfeitores e geram mais violência	4	-	-	4	-	-	8
Aspectos socioculturais	Problemas socioeconômicos e culturais influenciam	1	-	-	1	-	2	4
	A violência está na sociedade	1	1	-	-	-	-	2
	Fatores externos ao futebol, como racismo, preconceito	1	-	-	1	-	1	3
	A corrupção social (política) influencia a corrupção no esporte	-	-	-	1	-	-	1
	Falta formação cultural	1	-	-	-	-	1	2
	Degradação da família deixa crianças, adolescentes e jovens vulneráveis às TO's e à violência	1	-	-	-	1	-	2

Fonte: Entrevista

Como se observa na coluna “indicadores”, diferentes motivos foram apontados como causa, influência ou justificativa para confrontos entre torcedores e TO's, e os organizamos em sete categorias: sentimentos incontroláveis, violência incitada, despreparo policial, criminalização pela mídia, infiltração de criminosos e disputa por poder e aspectos socioculturais. Obviamente o quadro não apresenta todas as motivações que podem levar a confrontos, mas ele sintetiza as mais mencionadas pelos sujeitos ou as mais relevantes para a discussão – e as discutiremos a seguir.

4.3.1 Supostos sentimentos incontroláveis

Se a paixão é o sentimento mais lembrado para justificar os laços afetivos com o time e com a torcida a que pertence, quando se trata dos rivais, o ódio, a intolerância, a falta de respeito e a rivalidade foram os mais citados. Como expressa o diretor de TO D2 “você cresce vendo a rivalidade, uma torcida xingando a outra no estádio, os jogadores trocando farpas na imprensa. A pessoa que torce já nasce com uma rivalidade contra o outro time e quando passa para as TO's ela é maior ainda”; e o presidente de TO P4 chega a afirmar que a rivalidade é inerente à cultura do brasileiro. Percebida desse modo, a “rivalidade” parece ser

algo inerente ao ser humano, próprio do torcedor aguerrido que nasce com ela; o que dá uma noção do quanto a formação da identidade e do comportamento humanos encontram-se submetidos à irracionalidade engendrada pela ideologia das sociedades administradas. No entanto, a ideia de que a rivalidade motiva o confronto esbarra em um aspecto fácil de ser observado: existem numerosos torcedores que extravasam sua rivalidade sem cometer atos de violência, mas por meio de brincadeiras e provocações amistosas. A considerar esse simples fato, a rivalidade se revela mais como resultado do que motivação de agressão e violência.

Outro sentimento apontado como motivação de confrontos foi a paixão pelo futebol, como expressam o presidente de TO P1: “o futebol, queira ou não, mexe. A paixão mexe com as pessoas. Às vezes uma pessoa centrada no dia a dia, uma pessoa exemplar, naquele momento de euforia se transforma”; e o presidente de TO P2: “a razão de achar que seu time é o melhor, no momento de uma derrota, faz a raiva ficar muito grande”. Todavia, ainda que seja comum considerar que o futebol tem a capacidade de transformar as pessoas, uma pergunta recorrente no debate sobre violência no futebol é oportuna: o futebol em si torna as pessoas eufóricas e agressivas ou pessoas em estado de euforia e problemas diversos vão ao estádio para extravasá-los? A pesquisa indicou que as duas situações se influenciam, pois constatamos que tanto a dinâmica do futebol dentro de campo como a organização do evento esportivo podem influenciar comportamentos agressivos, uma vez que guardam relações simbólicas com as contradições da sociedade.

O estudo de Elias e Dunning (1992) sobre o hooliganismo ajuda entender que o futebol pode representar “uma batalha fingida com uma bola” e simbolizar o confronto entre grupos ou comunidades opostas: “um jogo de futebol, apesar de ser formalmente mais controlado, normalmente menos violento e, de certa forma, mais abstrato e simbólico, é, sob muitos aspectos, semelhante às lutas que os próprios *hooligans* travam. Ou seja, é uma forma de ritual masculino” (MURPHY *et. al.*, 1994, p. 84). Essa representação simbólica ocorre ao menos de duas maneiras mais evidentes: por um lado, sendo o futebol um esporte de contato físico com predomínio da virilidade masculina, pode se constituir num atrativo para jovens em busca de aventura e prazer, independentemente do gosto pelo esporte – como se verá adiante no depoimento de um membro de TO; por outro, a divisão da arquibancada em dois espaços que não se comunicam, simboliza os embates entre os membros de grupos ou de comunidades rivais na defesa de territórios, e a demarcação de espaços mais ou menos privilegiados – com hierarquia de preços – reflete as desigualdades socioeconômicas da sociedade vigente.

O ódio e a intolerância foram bastante citados como motivações para os confrontos, como ilustram os sentimentos manifestados pelo membro de TO M2: “você torce pelo seu time e não gosta de outro, outra cor, não tem jeito de explicar a violência. Acontece mesmo, é o ódio mesmo, e você não consegue ver o outro time, só o seu” e, também, pelo presidente de TO P3 que, ao revelar que sente um ódio maior em relação à torcida do principal rival, ressaltou que esse ódio “não é de mandar matar, nem para matar, isso não, nesse nível não. É um ódio de desprezo, como se a outra torcida não existisse”. Mediante a manifestação desses sentimentos, convém lembrar a denúncia adorniana de que um sintoma evidente na tragédia de Auschwitz foi a incapacidade de amar revelada na frieza com que as pessoas se relacionavam entre si. Com esse argumento, Adorno (1995b) não propõe pregar o amor em oposição ao ódio, mas ressaltar o quanto os indivíduos têm sido incapazes de realizar “experiências” com o outro. Em seu entendimento, esses sintomas são característicos da “consciência coisificada” que resulta das sociedades tecnológicas – em que a técnica deixa de se constituir como “meio” e passa a representar um “fim” em si mesma¹⁰⁴. Entre as características principais desse tipo de consciência, destacam-se: a ausência de emoções, um realismo exagerado e a incapacidade de realizar “experiências” humanas. Além da individualidade adaptada ao aparato tecnológico, ela faz com que as pessoas se tornem “completamente frias, pois devem negar mesmo em seu íntimo a possibilidade de amar e a rechaçam desde o princípio, ainda antes que se desenvolva seu amor pelas outras pessoas. E a capacidade de amar que, porventura, sobreviva nelas volta-se, invariavelmente, para os meios” (ADORNO, 1995b, p. 119). Assim, ainda que no discurso não seja um ódio de mandar matar, a incapacidade para amar revela a naturalização do ódio cego de um modo singular entre alguns torcedores. Mesmo reconhecendo que o ódio, a intolerância e a incapacidade para amar não são sentimentos exclusivos desses agrupamentos, a Tabela 4 reforça o quanto estão presentes entre os torcedores.

Tabela 4 – Sentimento em relação ao time e à torcida adversária

Indicadores	FJG		TDA		TEV		Total	
Respeito	15	34,9%	10	33,3%	5	14,7%	30	28,0%
Amizade	--	--	--	--	--	--	--	--
Ódio	7	16,3%	7	23,3%	18	52,9%	32	29,9%
Desprezo	13	30,3%	9	30,0%	6	17,6%	28	26,2%
Outro	6	13,9%	4	13,4%	4	11,8%	14	13,1%
Assinalou mais de 1 alternativa	2	4,6%	--	--	1	3,0%	3	2,8%
Total	43	100,0%	30	100,0%	34	100,0%	107	100,0%

Fonte: Questionário

¹⁰⁴ Cf. Item 2.3.4.

Como se observa, 29,9% dos torcedores afirmaram sentir ódio em relação ao time e à torcida adversária, seguido de 26,2% que os desprezam e 13,1% que apresentaram ter outros sentimentos – como rivalidade, nojo, pena, indiferença, não gosta – e alguns não informaram. Se agruparmos o sentimento de ódio ao de desprezo, temos que mais da metade (56,1%) dos torcedores guardam hostilidade de maior ou menor grau. 28% disseram que respeita o adversário e, embora um torcedor tenha informado que respeita “nos dias de hoje”, não houve manifestação de amizade com os rivais.

Quando comparamos esses sentimentos entre as três torcidas, surgem diferenças importantes, entre as quais destacamos duas: na TEV, 52,9% dos torcedores assinalaram sentir ódio pelos adversários, enquanto esse número diminuiu para 23,3% e 16,3% na TDA e FJG, respectivamente; de modo inverso, enquanto 34,9% na FJG e 33,3% na TDA dizem respeitar os adversários, na TEV o percentual é de 14,7%. Se associarmos esse dado aos de instrução e renda, temos que o maior nível de hostilidade correspondeu à renda e instrução mais baixas e, de modo inverso, menores níveis de sentimentos hostis foram manifestados por torcedores com instrução e renda mais elevados. Essas associações não devem reforçar preconceitos e discriminações entre torcedores e em relação às TO's, mas revelam, por um lado, que a formação humana pode levar ao esclarecimento e à (relativa) autonomia necessária a experiências contrárias à violência e à barbárie (ADORNO, 1995a); e, por outro, que o acesso à renda também está relacionado a menores níveis de hostilidade.

A hostilidade acentuada remete ainda à preocupação expressa por Adorno (1995b) de que a desbarbarização da sociedade é uma tarefa urgente. Ao analisar os motivos que possam ter levado à barbárie de Auschwitz, ele considera “que o mais importante para enfrentar o perigo de que tudo se repita é contrapor-se ao poder cego de todos os coletivos, fortalecendo a resistência frente aos mesmos por meio do esclarecimento do problema da coletivização” (*Ibid.*, p. 127). A adesão cega às coletividades resultou na barbárie nazista, por isso, a aposta no esclarecimento como antídoto à dependência que se estabelece nas relações entre os homens¹⁰⁵.

Sobre os 33,3% de torcedores da TDA que afirmaram respeitar o adversário, podem estar relacionados ao fato desses torcedores serem considerados como portadores de valores mais “familiares” – o que se confirma pelo fato de que nessa torcida a família desempenhou uma influência maior tanto no envolvimento com o futebol como na adesão a TO¹⁰⁶. Além disso, as próprias autoridades reconhecem que esses torcedores não se envolvem

¹⁰⁵ Cf. Item 4.3.6.

¹⁰⁶ Cf. Tabelas 5 e 6.

com frequência em confrontos com os rivais, embora isso não corresponda à ausência de participação em confrontos – como assinala o comandante C1 sobre diferenças entre as três principais TO's:

em virtude de estar atualmente nas finais do campeonato goiano e na série principal do campeonato brasileiro, já tem uns componentes que estão querendo seguir o mesmo caminho da torcida uniformizada do VNFC e do GEC. Mas dessas três, a que causa menos transtorno para polícia militar (PM) ainda é a do Atlético.

Já em relação aos 34,6% de torcedores da FJG que afirmaram respeitar os adversários, é preciso recordar que, nesta torcida, os questionários foram respondidos durante o “III Simpósio de Lideranças Esmeraldinas” promovido por iniciativa da torcida com o objetivo de prestar esclarecimentos sobre a liminar que suspendeu as atividades de TO's em Goiás por cinco anos e, também, orientar as lideranças a não compactuarem com ações que possam denegrir a imagem da torcida. Esse contexto pode ter influenciado os membros a apresentarem sentimentos mais amistosos com os rivais porque – como esclareceu o advogado responsável pela defesa das TO's no processo de suspensão – foram os episódios de violência entre torcedores amplamente noticiados pelos meios de comunicação que motivaram o Ministério Público a propor a ação. A fala de um dos palestrantes ilustra esse clima de orientações contrárias ao comportamento violento:

vamos deixar essa rivalidade se manifestar só na hora do jogo, saiu de lá não deve ter mais rivalidade. Fora do estádio nós somos cidadãos e temos família. Vamos manifestar a paixão no estádio, fora dele vamos nos guiar pela razão. Vocês que são os líderes, são os responsáveis por difundir esses valores na torcida¹⁰⁷.

Fora do contexto de suspensão das TO's, iniciativas amistosas também foram manifestadas pelo presidente de TO P2:

eu não tenho sentimento de ódio por nenhuma das duas, o meu sentimento é pelo time que eu amo. Não gosto das torcidas adversárias, porém não tenho ódio, tenho até amigos nas duas torcidas. [...] A torcida deles na arquibancada aumenta a vontade de fazer a minha ficar grande e fazer uma festa melhor que a deles.

Pelo exposto, a manifestação de supostos sentimentos incontroláveis nos coloca frente a uma ambivalência, pois embora o ódio e o desprezo compareçam como manifestações predominantes em relação aos rivais, elas coexistem com expressões de respeito e tolerância – ainda que estas se mostrem em menor proporção. Isto evidencia que o comportamento

¹⁰⁷ Fala do Deputado Estadual Ney Nogueira.

agressivo tem predominado sobre relações amistosas – situação que se revela coerente com o ódio cego como motivação de confrontos entre torcedores organizados. Contudo, ainda que os dados não permitam afirmar que o sentimento de respeito manifestado pelos torcedores corresponda ao seu mais elevado conceito, isto é, como o “empenho em reconhecer nos outros homens, ou em si mesmo, uma dignidade que se tem o dever de salvaguardar” (ABBAGNANO, 2000), ou ainda, a “abstenção de tudo o que pode causar dano a uma pessoa ou a uma regra” (LALANDE, 1999), manifestações dessa natureza revelam a dialética da consciência e apontam a possibilidade de superação do comportamento agressivo em direção à cultura. Sentimentos não hostis não são inatos ao ser humano, por isso, é preciso ter clareza que o respeito, a tolerância e a aversão à violência necessitam de condições socioeconômicas, culturais e formativas que possibilitem que sejam desenvolvidos.

4.3.2 Confrontos incitados e justificados

As informações organizadas na categoria “violência incitada”, foram manifestadas especialmente pelos torcedores e se referem a situações de incentivo à violência dentro das torcidas e reclamações sobre medidas que deveriam ser tomadas para evitá-la. Ainda que alguns dirigentes afirmem que trabalham para evitar os confrontos, os apontamentos de um diretor de TO ajudam a entender que algumas ações das torcidas caminham na contramão desse trabalho:

eu não sou hipócrita de falar o que muita gente fala: que acontece briga por causa do sistema, por causa do governo, da justiça. Tem briga porque grande parte dos integrantes e da diretoria incita mesmo; as músicas incitam, os desenhos e as artes incitam, os materiais incitam, e isso é histórico (D2 – diretor de TO).

Durante os jogos entre os três times, percebemos que as músicas e os gritos de guerra eram pronunciados para incentivar o time, mas também para provocar a torcida rival – sendo alguns deles claramente carregados de teor violento, como por exemplo: quando a TDA gritava “A-tlé-ti-co!” para incentivar o time, a torcida rival em maior quantidade entoava “Pa-té-ti-co!, ou quando a TEV gritava “Vila! Vila!”, a torcida rival respondia “Bicha! Bicha”; além de gritos de guerra como “Sou, sou esquadrão eu sou, vou dar porrada eu vou, e ninguém vai me segurar, nem a PM”, ou “Acabou a farra, isso aqui vai virar um inferno, é no campo, no terminal, a esquadrão vai descer o pau!”.

Quanto aos desenhos estampados nos escudos das torcidas, verifica-se a escolha de personagens provocativos com contornos robustos e posturas que visam intimidar o adversário: na FJG o periquito está de braços cruzados e o dedo indicador na boca, como se

estivesse mandando os rivais ficarem de bico fechado; a TDA exhibe uma espécie de dragão de braços cruzados e um semblante fechado que evoca intimidação; e na TEV, o curinga – vilão nos filmes do *Batman* – dirige um sorriso sarcástico aos rivais. Isso evidencia que tanto os gritos de guerra como os desenhos representam hostilidades com os adversários e indicam uma faceta da violência simbólica e verbal estimulada pelas TO's. No entanto, ela não é só simbólica, mas se manifesta também no confronto físico, como esclarece o presidente de TO P2:

infelizmente, esses confrontos existem há algum tempo e creio que não vão parar tão cedo. Mas uma coisa que todos os diretores de torcida do Brasil inteiro pedem é, pelo menos, para acabar com as mortes e as covardias. Brigas, na verdade 90% gostam, mas é uma briga em que o cara dá uma porrada num e leva uma porrada; se você roxeou seu olho, coloca um “bifão” ali e sara; um dente quebrado, você vai no dentista e conserta.

A revelação de que a violência é incitada por alguns dirigentes e a impressão de que os confrontos existem historicamente são reforçadas pela afirmação de que as brigas não são tão indesejadas no interior das TO's, uma vez que “muitos gostam”. E a opinião de que a covardia e as mortes devem ser evitadas pressupõe que, dentro de certas regras, o confronto e a violência são tolerados. Esse entendimento não é exclusivo das TO's no Brasil, pois, nos relatos de Buford (1992), os torcedores ingleses não só toleravam a violência como também a desejavam e organizavam meios para realizá-la. No diálogo com um *hooligan*, ouviu uma queixa reveladora desses torcedores:

que a violência no futebol era deflagrada com base em uma organização tão coerentemente estruturada que as autoridades deveriam deixá-la em paz. Os membros de cada “firma” conheciam aqueles de todas as outras e, no mundo ideal deles, haveria permissão para continuarem se enfrentando sem impedimentos desnecessários: “Sabemos quem eles são; eles sabem quem somos. Sabemos que é isso que eles querem, assim como nós” (BUFORD, 1992, p. 109).

A impressão de que os confrontos existem desde sempre e não acabarão tão cedo e, também, a revelação de que grande parte dos torcedores gosta, refletem o modo como a violência encontra-se naturalizada. Isto revela mais uma faceta do estado de barbárie que predomina na sociedade contemporânea, pois de acordo com Adorno (1995a, p. 159), “a barbárie existe em toda parte em que há uma regressão à violência física primitiva, sem que haja uma vinculação transparente com objetivos racionais na sociedade, onde exista portanto a identificação com a erupção da violência física”. A ampla manifestação da violência física – e, não esqueçamos, a verbal e a simbólica também – confirma que a desbarbarização continua

sendo uma tarefa a ser enfrentada pela totalidade dos indivíduos, sendo a educação imprescindível nesse processo¹⁰⁸.

O relato do presidente acima informa que as diretorias das TO's têm trabalhado para evitar, não os confrontos, e sim as covardias e as mortes que têm trazido para elas a pecha de marginais e assustado mesmo seus integrantes. Essa situação se confirma pelo relato da integrante de TO M5 ao apontar diferenças nas relações entre presidentes e membros:

entre a diretoria a relação é boa, mas entre membros sempre que se encontra tem desavenças. A maioria deles vem e agride mulheres, homens e crianças. Não nego, tem meninos nossos que se ver violência vão para cima, porque ninguém vai apanhar se eles vierem, a gente também vai ter que bater. Mas o problema que tá ocorrendo no momento são os tiros, em tudo quanto é lado está tendo tiro.

Situações semelhantes foram debatidas em outros estudos¹⁰⁹ e demonstraram que o meio futebolístico está permeado por comportamentos e valores que não contestam a violência, e sim a tratam como algo banal e “familiar”, e criam um ambiente onde o convívio com ela se torna inquestionável. Assim, a revelação de que a maioria dos membros de TO's gosta de briga, mas não admite morte e covardia, ou que o problema que tem comparecido nas TO's não são propriamente as brigas e sim os “tiros”, remete a uma situação recorrentemente apontada pelos sujeitos: a presença de criminosos infiltrados nas TO's. Antes de discutirmos essa questão, é importante mostrar outros aspectos relacionados aos confrontos, como a queixa dos torcedores sobre a segurança em geral e ao despreparo policial em particular.

4.3.3 Despreparo policial e necessidade de tutela

Praticamente todos os torcedores entrevistados consideraram a ação da polícia despreparada e um fator que incita os confrontos entre eles. Na verdade, os estudos que se tornaram referência sobre o tema da violência no futebol e nas TO's também fazem referência ao conflito entre torcedores e policiais (TOLEDO, 1996; PIMENTA, 1997; REIS, 2006). Em âmbito regional, as conclusões de Assis (2008) na investigação da representação social da violência de membros de duas TO's em Goiás apontam que, na percepção dos torcedores, a polícia é despreparada. É possível que essas queixas se devam ao fato da polícia atuar de modo direto na repressão aos confrontos nos eventos esportivos em que as TO's estão envolvidas. As reclamações se concentram em dois aspectos que se relacionam: exagero da ação policial e falta de policiamento especializado para eventos de massa.

¹⁰⁸ Cf. Item 4.3.6.

¹⁰⁹ Pimenta (1997); Nascimento (2010).

Sobre a queixa generalizada de que os policiais têm cometido exageros nas intervenções contra torcedores, o membro de TO M3 expressa que “não é só escoltar e fazer segurança, mas tem que ter respeito, pois tem muito policial que bate em gente que está de boa, na paz, e os bagunceiros ficam aí. Então se tiver respeito com a gente, com certeza nós vamos respeitar a outra torcida”; e o presidente de TO P4: “[a polícia] não pode chegar batendo e dando paulada em todo mundo, porque causa mais violência”. Em nossas observações, notamos a intervenção da polícia em várias ocasiões para dar fim a brigas de torcedores ou preveni-las; como relata o Comandante C1, para manter a ordem pública a polícia pode recorrer inclusive à carga total – que é o uso das medidas repressivas necessárias à manutenção da ordem:

se os torcedores estão se comportando bem, não há motivos para intervenção da PM, mas quando começam a sair da normalidade, a surgir aquelas vias de fatos em qualquer sentido, aí nós temos que partir para repressão e partir forte porque o Estado tem que prevalecer na manutenção da ordem pública.

No diálogo com um membro da polícia montada (cavalaria), responsável pelo patrulhamento no estacionamento e proximidades do estádio, antes da partida final entre GEC e Atlético Clube Goianiense (ACG), no dia 13/05/2013, este informou que quando notam a formação de agrupamentos de torcedores e a possibilidade de conflito, a polícia é orientada a promover “ações de inibição à violência” – que significa intervir para evitá-la.

Além de exageros na ação policial, os torcedores se queixam que faltaria, em Goiás, um policiamento específico em segurança de eventos esportivos como o futebol, em que se reúnem multidões, como expressam os relatos abaixo:

aqui em Goiás nós temos um grande problema, que está previsto em lei: nós devemos ter um policiamento específico para eventos esportivos, como existe em São Paulo, Belo Horizonte e nas grandes capitais. Nós padecemos de uma organização um pouco melhor para os eventos. Aqui, um comando fica por um ou dois anos e depois se inicia do zero novamente. Por isso, grandes problemas que nós tivemos aqui foram devido à falha da Segurança Pública. Ela, às vezes, prefere jogar essa responsabilidade para TO. Se teve briga no bairro tal é culpa de TO, mas espera aí: como é culpa das TO's se elas apresentam um plano de jogo informando a todos os órgãos competentes que estaremos naquele local, passando por aquela rua, naquela direção ao estádio de futebol? (P1 – presidente de TO);

eu já presenciei a PM de Brasília como uma polícia que sabe dialogar com a TO para evitar os confrontos. Em São Paulo, a PM é muito bem preparada para lidar com isso, no Rio de Janeiro tem até um agrupamento especializado em estádios; eles conhecem a diretoria de TO, sabem onde vai acontecer os confrontos e os lugares mais fáceis para evitá-los. Aqui em Goiás isso não existe, porque num jogo é um policial, num outro é outro, e noutro é um policial que nunca trabalhou em estádio (D2 – diretor de TO).

Não prosseguiremos a discussão sobre polícia especializada em Goiás, no entanto, pelos confrontos amplamente divulgados pelos meios de comunicação – sobretudo nos Estados onde alguns torcedores elogiaram a ação policial, como São Paulo, Rio de Janeiro e Minas Gerais – é preciso admitir que sua existência não tem evitado a violência. Isso não significa amenizar o papel do Estado e da polícia na segurança de grandes eventos, mas indica que o problema é mais profundo e antecede medidas repressivas e de controle das instituições sociais. A indiferença aos determinantes objetivos e subjetivos da violência leva à percepção aparente de que um dos principais fatores responsáveis pelos confrontos é o “encontro” entre TO’s.

Na opinião dos torcedores, os confrontos ocorrem porque a polícia não faz uma escolta eficiente das TO’s no percurso para o estádio e não as separam adequadamente na arquibancada – especialmente em jogos com maior rivalidade –, como se queixa a integrante de TO M1: “a gente sai dos bairros, dos terminais, e quando eles querem segurar a violência eles seguram, mas quando não querem... Muitas vezes eles deixam o bonde seguir o trajeto, mesmo vendo a outra torcida vindo na nossa direção; e deixam para acontecer a confusão”, e o membro de TO M6:

aqui em Goiás, a polícia solta você no meio da outra torcida, eu já tive um caso assim. Falei para o policial: “não vamos passar por aqui para evitar confusão”, e ele falou: “passa, eu sou polícia e estou mandando”. Então a ignorância dos policiais é tremenda, e sempre tão querendo levar para a violência para acabar com as TO’s.

Os relatos se queixam que a polícia espera a briga acontecer para depois intervir – geralmente com exagero –, o que incitaria mais violência. Por essas razões, o presidente de TO P1 afirma que “no caso da nossa torcida, nós trabalhamos massivamente na prevenção, para evitar o encontro de multidões, porque se encontrar, com certeza vai ter violência, agressão, vai ter muita coisa. Então, cabe a nós, como organizadores e líderes, evitar que isso aconteça”; posição também compartilhada pelo presidente de TO P2: “hoje, as TO’s se organizam muito mais para não ter briga do que a PM, e isso é fato. Você pede um escolta e a polícia leva você para um confronto. Se você não tem uma ligação com a outra diretoria, provavelmente você vai ter confronto em todos os jogos”. Entretanto, os responsáveis pela segurança apresentam uma contestação aparentemente simples: se as diretorias de TO’s dizem trabalhar para evitar os confrontos entre torcedores, por que a violência continua? Ao se referir às reuniões preventivas entre PM e diretoria de TO’s, o Comandante C1 assim se manifesta:

lá eles pregam uma coisa, mas depois – durante e após o evento –, o que acontece? Não têm controle sobre todos os filiados, o controle está fugindo e eles não estão cumprindo o que diz o Estatuto do Torcedor? Porque se tivessem o controle realmente, com certeza as praças esportivas estariam lotadas. Está faltando o que, então? Cortar, desligar essas pessoas que não estão obedecendo aos estatutos que eles dizem respeitar!

De acordo com dirigentes de TO's, a principal ação preventiva é a reunião com órgãos de segurança pública e, também, o contato entre as diretorias para planejar horários e trajetos a fim de evitar o encontro entre grupos rivais. Porém, o que o Comandante C1 aponta é que as ações da diretoria não alcançam o universo de filiados, e isso indicaria falta de controle sobre os membros – a qual foi reconhecida pelo diretor de TO D2:

muitos perguntam por que a gente não suspende e exclui os baderneiros da TO. É muito complicado, porque a gente pode excluir do cadastro da torcida, não vender mais material a ela. Mas como proibir a pessoa de ir ao estádio, andar com os amigos do bairro e falar na internet que faz parte da torcida? Isso não tem como. Nós estamos lá no estádio em 200 pessoas e o cara tá do seu lado, não tem como pedir para ele sair dali. É complicado!

As dificuldades de impedir a participação de marginais e criminosos na torcida é real, contudo, as opiniões de torcedores e de policiais sobre papéis, expectativas e responsabilidades na contenção dos confrontos, não deve levar à falsa discussão sobre qual parte estaria com a razão; na verdade, observamos – e registramos por meio de imagens – episódios reclamados por ambas as partes. Nesse sentido, a mensagem de uma das palestrantes no Simpósio promovido pela FJG sintetiza uma regra geral a ser considerada nesse conflito: os policiais que cometem excesso devem ser denunciados à corporação para aprimorar cada vez mais a segurança pública, e o torcedor que vai ao estádio com intenção de brigar, e o faz, deve estar ciente de que poderá ser repreendido¹¹⁰.

A queixa de que existem policiais que incitam a violência porque deixam grupos de torcedores rivais se encontrarem pode ser real, mas exige reflexão. A necessidade de uma força exterior para evitar o encontro e o confronto indica que o interesse pela agressão não foi superado pelos membros das TO's e, por isso, pode voltar-se contra o outro e a sociedade a qualquer momento (FREUD, 2011; MARCUSE, 1998). Esse “outro” não idealiza o mesmo objeto (time e torcida) e não pertence ao seu grupo. Por mais exagerada que possa ser a metáfora, essa situação faz lembrar animais treinados para brigas de rinha: para evitar que se enfrentem, necessitam que seus donos os mantenham, ao mesmo tempo, aprisionados e incitados à agressão.

¹¹⁰ Fala da Deputada Federal, pelo Partido dos Trabalhadores, Marina Sant'Anna.

Situação é coerente com a opinião de alguns torcedores de que o confronto pode ser evitado se os rivais não se encontrarem, mas não porque não o desejam. Novamente, a advertência de Adorno (1995a) sobre a “consciência coisificada” engendradora nas sociedades administradas pode ser útil para compreender esse tipo de agressão, pois “no começo as pessoas desse tipo se tornam por assim dizer iguais a coisas. Em seguida, na medida em que o conseguem, tornam os outros iguais a coisas” (*Ibid.*, p. 130).

Obviamente, não se trata de criminalizar de modo unilateral esses agrupamentos, desprezando as motivações objetivas e subjetivas. Na verdade, o comportamento violento de torcedores organizados revela a ausência de autonomia (sempre relativa) e uma individualidade frágil formada pela racionalidade tecnológica e pela indústria cultural. Como na atualidade os meios de comunicação e a rede mundial de computadores constituem veículos que representam com primazia a indústria cultural e a tecnologia, procuramos obter dos sujeitos informações que ajudassem a compreender as relações desses meios com os torcedores organizados.

4.3.4 Criminalização da torcida e o aparente paradoxo com a mídia e a internet

Semelhante à relação com a polícia, os torcedores organizados não entendem como positiva a atuação da mídia em matéria de futebol, torcedores em geral e TO's em particular. As principais queixas são que: a mídia atribui atos isolados de violência às TO's indevidamente, não divulgam suas ações positivas e, devido à política de transmissão de jogos, influencia torcedores a se identificarem com times de outros estados e não com os locais e regionais. Além disso, reclamam que a mídia usa imagens do espetáculo que promovem nas arquibancadas para atrair torcedores aos estádios e estimulá-los a comprar jogos pela TV, mas não divulga o difícil trabalho realizado pela diretoria em sua organização.

Sobre o primeiro aspecto, protestam que a mídia denigre a imagem da torcida quando associa a ela assassinatos, uso e tráfico de drogas, brigas nos bairros, cometidos por pessoas que usavam camisa ligada ao time ou à torcida, porém não representam e não pertencem à ela, como expressam os relatos abaixo:

a televisão, hoje, é negativa para as TO's. Você não vê ela falar “ah, a TO A, B ou C fez uma festa bonita no Serra Dourada”, mas qualquer coisa que acontece nos arredores de Goiânia envolvendo qualquer torcedor com camisa de TO ou de clube de futebol, ela relaciona com a torcida e responsabiliza as sedes e as diretorias pelos atos dessas pessoas. Mas a partir do momento que as diretorias das torcidas não dão apoio a atividades ilegais, a sede tinha que ser isenta de qualquer culpa, porém, a televisão acha que não. Com isso, ela vende publicidade através de TO, porque no

Brasil tudo que engloba futebol dá mídia. E falar de TO, criminalizar as TO, também dá muito ibope (P2 – presidente de TO).

tem muitos órgãos da imprensa que exageram. Quando acontece algum problema, é preciso ligar para as TO's e ouvir as duas partes, mas a mídia pega a informação e lança ali. Tem até um caso em que um membro nosso foi assassinado e colocaram como guerra de TO e que elas deveriam ser extintas, mas não teve nada a ver com torcida, foi uma questão pessoal do cara, mas jogaram tudo nas costas da torcida. Até no processo de suspensão das TO's, que está vigente, esse caso está lá como um dado contra as TO's (D2 – diretor de TO).

Em tom de desabafo e cobrança, o relato do presidente de TO P1 é emblemático:

a mídia, procurando os seus lucros e índices de audiências, execra as TO's, mas nós somos uma entidade legalizada na forma da lei, como manda a Constituição Federal, da mesma forma que existem dezenas de outros segmentos organizados. Nós temos a PM, a OAB (Ordem dos Advogados do Brasil), o CRM (Conselho Regional de Medicina), o Conselho de Engenharia, e há maus profissionais em todas as áreas. Existem maus médicos, maus advogados, maus engenheiros, maus políticos, maus policiais, da mesma forma que nós temos maus torcedores. Para a mídia, os membros de TO são todos marginais, vagabundos e bandidos, mas na verdade não é isso. O que se passa aqui é que a mídia divulga, julga e condena os fatos; e o pior de tudo: a sociedade “compra” o que é mostrado na TV. Quando a gente tem essa oportunidade de falar, precisa deixar claro para todos que existem pessoas sérias trabalhando e contribuindo diuturnamente com a Segurança Pública do Estado de Goiás, com a segurança do evento e dos jogos. Mas a mídia não tem interesse em divulgar que antes dos clássicos, as diretorias das TO's se reúnem e fazem um plano de jogo, em que cada torcida tem itinerário e horário diferentes da outra para evitar confronto, pois isso não dá audiência. [...] A gente tem que deixar bem claro que o que vocês veem na TV – que TO só tem briga – aquilo às vezes é o momento, são os 90 minutos, são 2%, 3% do que é a TO. Mas o que fica marcado é o que os 3% fazem e não as ações dos 95%, 97%.

Além dessas reclamações, esse presidente enfatiza que a mídia não mostra ações positivas promovidas pelas TO's, e cita como exemplo: a ajuda na festa de natal em um Centro Municipal de Educação Infantil (Cemei), a realização de atividades culturais no dia das crianças e a convocação dos torcedores para uma campanha de doação de sangue; por isso, protesta: “nós convocamos essa mesma imprensa que generaliza e nos chama de marginais, mas não foi um lá pra divulgar, para conclamar os torcedores a entrarem nessa campanha importante”.

Nos estudos sobre a origem do comportamento *hooligan*, os pesquisadores de Leicester afirmam que a atuação da “mídia de tabloide” – sensacionalista e submetida aos interesses comerciais – na cobertura e divulgação do hooliganismo a partir da década de 1960, acabou incentivando o fenômeno. De acordo com Murphy *et. al.* (1994), isso ocorreu porque a mídia passou a noticiar mais as desordens cometidas pelos torcedores do que as questões inerentes ao próprio jogo. Como exemplo, relatam que quando os torcedores do Milwall, num jogo contra o Brentford, jogaram uma granada dentro do campo, um jornalista – ao enfatizar

mais este episódio do que o jogo em si – anunciou que o futebol entrava em um estado de guerra. A ênfase sensacionalista nos confrontos dos torcedores teria despertado a atração da juventude de “estilo masculino agressivo” à procura de ambientes de confronto como fonte de excitação e de prazer e potencializado o fenômeno do hooliganismo, e “os estádios de futebol passaram a ser cada vez mais encarados como locais onde ocorriam, com caráter regular, confrontos violentos e não simples desafios desportivos” (MURPHY *et. al.*, 1994, p. 83). Conseqüentemente, o número de espectadores “respeitáveis” teria decrescido nos eventos esportivos na Grã-Bretanha, e a ampla difusão do hooliganismo fez com que o torcedor de futebol inglês se tornasse sinônimo de *hooligan*. No entanto, ainda que os meios de comunicação tenham influenciado, advertem que eles não podem “ser acusados de terem criado esta situação mas, nomeadamente através do tipo de abordagem acima descrita [tabloide e sensacionalista], pode dizer-se que, como por via de um tipo de profecia auto-realizada, tiveram um papel importante no seu aparecimento” (*Ibid.*, p. 84). Em síntese, o que os autores percebem é que, dependendo dos interesses editoriais da mídia, as reportagens podem contribuir para diminuir ou incentivar a violência.

Também encontramos reportagens que atribuem às TO's crimes com motivações que extrapolam a rivalidade no futebol, confirmando a tendência de criminalização por parte da mídia¹¹¹. Sobre isso, o jornalista J1 afirma que na emissora de TV em que trabalha, a edição de notícias envolvendo TO's tem evitado associar a elas, de modo automático, crimes cometidos por pessoas que apenas portavam identificação de time ou torcida e ressalta que “todas as reportagens que trazem a questão da torcida levam junto, ainda que sutilmente, o incentivo à paz, à atitude de torcer de uma maneira saudável e a não violência”. Contudo, ainda que existam preocupações em inserir mensagens de paz nas notícias, admite que “é fato também que todo mundo briga para dar a notícia em primeira mão, seja ela boa ou ruim, mas infelizmente as de caráter negativo acontecem com maior frequência”. Essa situação confirma que as ações da mídia comercial estão submetidas à acirrada concorrência por audiência – o que pode submeter o “conteúdo” da notícia à “forma” determinada por interesses do grande negócio e da indústria cultural, como demonstraram Horkheimer e Adorno (1985) há mais de meio século. Isso também revela a ambivalência dos meios de comunicação: como técnica, deveria servir de meio para melhorar a vida humana, todavia, como tecnologia, subordinada ao princípio do lucro, eles se limitam a apresentar o sensacional, o supérfluo e o fugaz a um público sedento por esse tipo de programação (*Ibid.*).

¹¹¹ Como por exemplo: “Torcida organizada do Goiás espalha terror” ou “Matar torcedor virou esporte”. Cf. Notícias e sites consultados.

A política criada pelos meios de comunicação para a transmissão dos jogos, especialmente nos principais campeonatos nacionais em que os times goianos participam, também provoca descontentamento nos torcedores. Nesse sentido, a queixa é que a mídia privilegia a transmissão de jogos de times de massa na TV aberta e em rede nacional – sobretudo dos Estados do Rio de Janeiro e São Paulo – em vez de transmitir os jogos das equipes do Estado de Goiás. Essa política traria prejuízos ao crescimento das TO's e, também, influenciaria torcedores sem identificação com times locais a preferirem os de outros Estados, como expressa o presidente de TO P1:

se você fizer uma análise, é compreensível o crescimento das torcidas de fora, porque nós ficamos a década de 1990 praticamente toda assistindo aos campeonatos paulista e carioca. Transmitiam-se jogos desses times na quarta-feira e no domingo e nunca um jogo das equipes locais. Então, isso influencia porque existem vários tipos de torcedores: aqueles que vão ao campo e estão em todos os jogos, a influência é mínima, mas aquele que se diz torcedor, mas vai esporadicamente aos jogos, com certeza fica aquela massificação da marca de outro clube.

O presidente de time PT1 compartilha essa posição e acrescenta que, além de influenciar as preferências de torcedores goianos por times de outros estados, essa política interfere na receita dos clubes, uma vez que a principal fonte de arrecadação atualmente – proveniente dos direitos de transmissão pagos pelos meios de comunicação (leia-se Rede Globo) – adota como critério de cálculo o número de torcedores estimados em cada time como potenciais consumidores – especialmente de jogos pelo sistema *pay-per-view*¹¹²:

eu acho que a televisão já influenciou muito e continua influenciando. Hoje, um dos grandes problemas para a receita da transmissão dos nossos jogos, é porque o torcedor goiano – mais do interior do país – sempre torce por um time local e para outro de renome nacional. Por exemplo, aqui em Goiás você vai encontrar muita gente que torce para Atlético, Goiás ou Vila, mas torcem também para São Paulo, Flamengo, Corinthians, Fluminense, exatamente por essa influência da TV. Enquanto os jogos do nosso time são transmitidos via *pay-per-view*, a TV aberta transmite todos os outros jogos para Goiânia e interior do Estado. Então, os que assistem aqueles jogos acabam se “aficcionando” por um ou outro clube em detrimento da sua região e do Estado de Goiás (PT1 – presidente de time).

Devido à delimitação dos sujeitos desta pesquisa como membros ativos de TO's, não investigamos as preferências por times de outros Estados apresentadas por torcedores comuns. Mesmo assim, esses relatos apontam a interferência da mídia nas escolhas dos indivíduos. Na verdade, como principais veículos de disseminação dos interesses e valores da indústria cultural – a qual, segundo Horkheimer e Adorno (1985), exerce uma força externa e

¹¹² Cf. Item 1.5.

objetiva na formação da individualidade – os meios de comunicação influenciam hábitos, valores e informações mediante as quais a criança, o jovem e o homem moderno crescem e se desenvolvem. Todavia, se existe a queixa – real – de que a mídia fabrica as preferências de torcedores comuns, em relação aos membros mais orgânicos de TO's os aspectos que mais os influenciam em matéria de futebol são diferentes, como ilustra a Tabela 5.

Tabela 5 – Principal influência ao se tornar torcedor de futebol

Indicadores	FJG		TDA		TEV		Total	
Família	11	25,6%	11	36,7%	9	26,5%	31	29,0%
Amigos	14	32,5%	7	23,3%	10	29,5%	31	29,0%
Televisão	--	--	--	--	1	2,9%	1	0,9%
“Iniciativa própria”	18	41,9%	11	36,7%	13	38,2%	42	39,3%
Outro	--	--	1	3,3%	--	--	1	0,9%
Assinalou mais de 1 alternativa	--	--	--	--	1	2,9%	1	0,9%
Total	43	100,0%	30	100,0%	34	100,0%	107	100,0%

Fonte: Questionário

A maioria (39,3%) afirma que foi por iniciativa própria que teria decidido se tornar torcedor de futebol, embora a família e os amigos também tenham sido lembrados, com 29% cada. Quando comparamos essas influências entre as três torcidas, a TDA apresenta um percentual maior (36,7%) de torcedores influenciados pela família – o que se revela coerente com o ideário de que os membros dessa torcida são mais “familiares”. Como assinala o seu presidente: “um aspecto positivo nosso é a qualidades dos membros. Por serem mais “família”, mais preocupados com pai e mãe, não vão agir com selvageria com pai de família, com senhoras, com mulher e com crianças, como estou cansado de ver em estádio de futebol”. Entretanto, para além dessa valoração positiva, o destaque é que a família não foi apresentada como principal fator de influência desses torcedores no universo do futebol.

À primeira vista esse dado pode surpreender, especialmente se consideramos a importância do “pai” nesse tipo de socialização, contudo, dois aspectos ajudam compreendê-lo. Por um lado, como advertiu Marcuse (1998), em virtude do desenvolvimento acentuado do aparato tecnológico, a família tradicional e a autoridade do pai perderam o papel central na formação da individualidade da criança e do jovem – ainda que essa criança e esse jovem cresçam entre familiares. Por outro lado, é preciso ressaltar que os dados referem-se aos membros ativos de TO's que encontraram nesses agrupamentos uma forma mais intensa de manifestar sua paixão pelo time, e não ao universo total de torcedores. Isso sugere que os torcedores organizados apresentam maior independência da família no envolvimento com o futebol. Mesmo assim, é preciso reconhecer que esta questão permanecerá aberta, uma vez

que os gostos dependem da socialização inicial que o círculo familiar possibilita e, portanto, tendem a ser formados antes que o indivíduo possa ter clareza deles.

O mesmo não se pode dizer quando a questão é saber o que mais teria influenciado esses torcedores a aderirem às TO's, pois esta decisão não foi tão remota. Nesse caso, a iniciativa própria foi a opção mais lembrada por 46,7%, seguida de um percentual próximo (44%) de influência de amigos, enquanto a participação da família diminuiu acentuadamente para apenas 6,5%, como ilustra a Tabela 6.

Tabela 6 – Principal influência na adesão à torcida organizada

Indicadores	FJG		TDA		TEV		Total	
Família	3	7,0%	3	10,0%	1	2,9%	7	6,5%
Amigos	15	34,9%	15	50,0%	17	50,0%	47	44,0%
Televisão	1	2,3%	--	--	--	--	1	0,9%
“Iniciativa própria”	22	51,2%	12	40,0%	16	47,1%	50	46,7%
Outro	2	4,6%	--	--	--	--	2	1,9%
Total	43	100,0%	30	100,0%	34	100,0%	107	100,0%

Fonte: Questionário

A diminuição da influência da família também pode estar relacionada à associação de violência, assassinatos e crimes em geral às TO's – especialmente pela maneira como a mídia comercial edita as notícias. Como se queixa o presidente de TO P1 “a mídia bateu, bateu, bateu e hoje nós somos um segmento discriminado por parte da sociedade. Quando você fala que é de TO, na cabeça das pessoas que não conhecem e não têm convívio, você é tachado de marginal, baderneiro e bandido”. Se os próprios membros reconhecem que esse processo despertou uma aversão social em relação a eles, é possível que as famílias mais tradicionais compartilhem percepções como essas e, por isso, evitam incentivar a participação dos jovens nesses agrupamentos.

A síntese dos principais motivos que levaram os torcedores entrevistados a aderirem às TO's, ajuda entender o significado atribuído à opção “iniciativa própria”, pois indicaram como motivações: o encanto pela festa realizada pela torcida na arquibancada e o desejo de “fazer parte” dela e, também, a necessidade de renovação da torcida para torná-la mais vibrante, organizada e profissional. O membro de TO M2 afirma que “quando era pequeno, vinha com meus primos, ficava olhando aquela festa na arquibancada e sempre tive vontade. Aí fui crescendo, comecei a vir junto com a torcida e comecei a gostar, a ter aquele amor pela torcida e tô aí até hoje”, e o presidente de TO P4 esclarece que o que o motivou a integrar a TO “foi o fato de ver desde pequeno uma torcida motivante na arquibancada. Então, depois que meu pai faleceu, comecei a vir só e pensei em ingressar para ajudar também e

fazer parte”. Como se nota, a adesão à TO por iniciativa própria ou por influencia de amigos não ocorre de modo completamente independente da família – ainda que esta não seja apontada como principal influência.

Além disso, o presidente de TO P1 assinala que a torcida era considerada fria e isso o teria motivado a “criar uma TO com um grupo de pessoas, tendo em vista organizar e profissionalizar a torcida, mudando, ao mesmo tempo, a característica do torcedor”. O desejo de profissionalizar a torcida revela-se coerente com a afirmação de alguns membros de que o papel que desempenham é o de “torcedor profissional” – uma vez que a rotina e a organização de uma TO é um trabalho como qualquer outro –, e representa uma característica das TO’s como as conhecemos atualmente. Como expressa esse presidente de TO: “eu vejo as torcidas adversárias como pessoas que estão no mesmo trabalho que eu, no mesmo segmento que eu, que é torcer pelo seu clube. Mudam-se as cores, mas naturalmente o trabalho é muito parecido e tem o mesmo objetivo”. Embora essa tendência remonte à década de 1970, sua atuação mais incisiva coincide com a absorção do futebol pelo grande negócio nas décadas finais do século XX e a exigência de uma gestão profissional para garantir o sucesso dos times dentro da lógica do espetáculo. A síntese marcuseana de que a racionalidade tecnológica e o grande negócio predominam nas sociedades de capitalismo avançado aponta o alcance da lógica burocrática em quase todos os domínios dessa sociedade (MARCUSE, 1999; 1967); a transformação do ato de torcer em atividade profissional é coerente com essa lógica.

Embora a televisão seja atualmente o veículo de excelência da indústria cultural, ao contrário do que se poderia pensar, ela praticamente não foi mencionada pelos torcedores organizados como influência nas escolhas que fazem em relação ao futebol e à torcida. Isso pode estar relacionado à percepção negativa da mídia comercial, que apresenta a violência e os crimes – em geral praticados por pessoas portando identificações de time ou de torcida – como responsabilidade das TO’s. Entretanto, quando procuramos saber dos torcedores se eles acompanhavam as notícias e os jogos de futebol pelos meios de comunicação e com que frequência, o resultado foi que 96,3% admitiram recorrer a eles e 85,4% informaram acompanhar as notícias diariamente. Quando procuramos saber qual o meio de comunicação mais usado, um aparente paradoxo se apresenta: se a televisão é desprezada como influência nas escolhas sobre o futebol e a torcida, a maioria (38,9%) a apontou como o meio mais usado, 36,9% recorrem à internet para se manterem atualizados e apenas 8,7% e 2,9% usam o rádio e o jornal impresso, respectivamente, como ilustra a Tabela 7.

Tabela 7 – Meio de comunicação mais usado para acompanhar jogos e notícias do futebol

Indicadores	FJG		TDA		TEV		Total	
Rádio	3	7,3%	2	6,7%	4	12,5%	9	8,7%
Jornal impresso	--	--	1	3,3%	2	6,2%	3	2,9%
Televisão	15	36,6%	12	40,0%	13	40,7%	40	38,9%
Internet	18	43,9%	13	43,4%	7	21,9%	38	36,9%
Outro	1	2,4%	--	--	2	6,2%	3	2,9%
Assinalou mais de 1 alternativa	4	9,8%	1	3,3%	4	12,5%	9	8,7%
Não informou	--	--	1	3,3%	--	--	1	1,0%
Total	41	100,0%	30	100,0%	32	100,0%	103	100,0%

Fonte: Questionário

É um paradoxo aparente porque, ao mesmo tempo em que os torcedores assumem usar a televisão como principal meio para acompanhar jogos e notícias do futebol, não a reconhecem como influência de suas escolhas. Isso evidencia o uso massificado desse meio como referência de informação, demonstrando a força com que a indústria cultural investe o aparato tecnológico e o conteúdo das informações. Porém, essa situação revela também a impossibilidade desses meios em integrar completamente a consciência das pessoas.

Na análise sobre o tempo livre, Adorno (1995b) afirma que a indústria cultural procura moldar a consciência dos indivíduos, contudo, estes não se integram completamente. Como exemplo, relata que diante da difusão de um casamento da monarquia inglesa pelos meios de comunicação alemães, os membros do Instituto de Pesquisa Social propuseram investigar como o telespectador alemão absorvia aquele acontecimento e constataram que a maioria assistia e colocava a celebração como pauta dos assuntos cotidianos: “o acontecimento foi degustado como um *aqui e agora*, como algo que a vida geralmente nega às pessoas”; no entanto, quando as perguntas procuravam saber qual o significado político do acontecimento, muitos se “portavam de modo bem realista e avaliavam com sentido crítico a importância política e social de um acontecimento cuja singularidade bem propagada os havia mantido em suspenso ante o televisor” (*Ibid.*, p. 81). No entendimento do autor, esses sintomas indicam uma espécie de “consciência duplicada” em que as pessoas consomem os produtos da indústria cultural, sobretudo no tempo livre, mas com uma reserva “semelhante à maneira como mesmo os mais ingênuos não consideram reais os episódios oferecidos pelo teatro e pelo cinema. Talvez mais ainda: não se acredita inteiramente neles” (*Ibid.*). Sua conclusão é que a consciência dos indivíduos não pode ser completamente integrada, pois seus interesses são suficientemente fortes e, mesmo não sendo consciente, resistem à adaptação total. Como um dos princípios da teoria crítica da sociedade é a aposta – explícita, como em Marcuse, ou implícita, como na crítica imanente adorniana – na possibilidade de superação das relações de dominação, o uso da televisão como principal meio de acesso a

informação e, ao mesmo tempo, seu desprezo como influência nas escolhas em matéria de futebol e torcida, sugerem que as consciências dos torcedores não se encontram totalmente integradas à racionalidade tecnológica e ao poder da indústria cultural, acenando a possibilidade de superação da individualidade adaptada, da heteronomia e da violência.

Ainda sobre o uso dos meios de comunicação, dois dados merecem ser observados: o pouco uso do rádio e do jornal impresso como fonte de informação e a diferença entre as três torcidas sobre o percentual de uso da internet. O primeiro revela que a indústria cultural passou por várias transformações e confirma seu aprimoramento em compasso com o desenvolvimento do aparato tecnológico, pois quando Horkheimer e Adorno (1985) analisaram-na, o rádio, as revistas e os jornais impressos representavam seus veículos de excelência. Reconhecer que as forças produtivas e as relações de produção estão em permanente movimento, como ressalta Horkheimer (1983)¹¹³, é fundamental para entender que as mudanças do aparato e do conteúdo da indústria cultural não são contraditórias, mas coerentes com as determinações impostas pelo princípio da acumulação capitalista.

Quanto ao segundo dado, observa-se que os membros da TEV usam menos a internet (21,9%), em comparação com os membros da FJG e da TDA (43,9% e 43,4%, respectivamente). Se relacionarmos essa informação com os dados de escolaridade (Tabela 1) e renda (Tabela 2), o que se revela é que: quanto maiores os níveis de instrução e renda, mais a internet é usada e, inversamente, seu uso diminui quando a instrução e renda se mostraram mais baixos. E se cruzarmos essa informação com os sentimentos hostis em relação aos rivais (Tabela 4), temos que admitir que o maior uso dessa ferramenta não resulta imediatamente em aumento de violência, pois os dados apontam que níveis mais altos de hostilidade estão relacionados à baixa instrução, baixa renda e menor uso da internet.

Ao considerarmos o debate marcuseano sobre o aparato tecnológico, é preciso reconhecer que, na atualidade, a internet tem sido usada mais como “tecnologia” do que “técnica”; e quanto mais elevados os níveis de instrução e renda, mais “adaptados” à tecnologia se encontram os indivíduos – sem que isso leve à violência física imediata. No entanto, o maior ou menor uso da internet é assunto controverso entre dirigentes e membros das TO’s, por isso – e também pela universalização do seu uso nas últimas duas décadas – procuramos saber o papel que ela desempenha no âmbito das TO’s e o que pensam os torcedores sobre a questão.

Com posição semelhante àquela em relação à mídia, os dirigentes de TO’s não

¹¹³ Cf. Item 3.1.

entendem que a internet tem desempenhado papel positivo em suas atividades. Ainda que praticamente todos tenham reconhecido que ela agiliza a comunicação entre os membros, é eficiente para divulgar eventos, aumenta a comercialização de produtos da torcida e facilita a organização de caravanas, o que sobressaiu foi uma concepção bastante negativa, como expressam os relatos abaixo:

o pior câncer dentro de uma TO chama-se internet. Uma galerinha nova que não tem ideologia de torcida e não sabe o que ela representa para muitos, fica na internet tumultuando, causando problemas, marcando brigas e isso não ajuda em nada. A internet hoje só é válida para anunciar aos membros as atividades das torcidas, os materiais que estão à venda na sede, as caravanas, para isso ela serve, mas para outros pontos ela só atrapalha (P2 – presidente de TO);

eu vejo a internet como um mal porque muitas pessoas não são sócias da torcida, não participam ativamente mas falam pela torcida e fazem vídeos absurdos pela torcida, prejudicando o nome da torcida. Hoje, um adolescente de 13 anos monta um vídeo com fotos na arquibancada, “nego” com arma, e isso vai para a conta da torcida. Até você provar que não é um vídeo oficial da entidade, gera uma propaganda muito negativa; então, as pessoas não sabem usar (P1 – presidente de TO);

por um lado é boa porque num clique você manda informação para todos os integrantes, marca reunião, pede opinião, faz arrecadação e não precisa sair de casa; eu mesmo uso muito as redes sociais. Só que você ameaçar, xingar uma pessoa e incitar a violência pela internet é muito fácil. De dentro da casa uma pessoa fala que vai matar, bater e isso piora as coisas, porque a imprensa pega aquela imagem e põe na televisão e a polícia pega o nome da TO. Então por esse lado é muito ruim, porque muitas brigas foram marcadas pela internet e acabou que essa parte atrapalhou (D2 – diretor de TO).

A visão negativa em relação ao mau uso da internet concentra-se, portanto, em dois aspectos: algumas pessoas que não entendem o que significa uma TO estariam postando vídeos que incitam a violência e vinculando esses vídeos às torcidas e, também, usando as redes sociais para marcar confrontos com torcedores rivais. Atitudes que contribuem para acentuar o estereótipo de que TO é sinônimo de baderna e violência – sobretudo porque parte da mídia dá ampla divulgação a esses aspectos e a polícia passa a cobrar da torcida responsabilidades que fogem ao seu controle.

Essa percepção negativa também é compartilhada por outros sujeitos. Ainda que a internet possa ser usada tanto para fins benéficos como maléficis, o jornalista J2 aponta que o uso maléfico tem predominado entre os torcedores organizados porque “querem marcar encontros e brigas, marcar um posicionamento, delimitar território: ‘nós não podemos perder espaço!’ A internet e as redes sociais hoje são utilizadas principalmente por TO’s como uma forma de disseminar a violência”. E o comandante C1 confirma que a Delegacia de Investigação Criminal (DEIC) já investigou de perto e descobriu torcedores “utilizando as

redes sociais para marcar encontros nos parques, nas praças e nos setores mais afastados do centro de Goiânia, para entrar em vias de fato e brigar mesmo; e aí pode ocorrer até óbito. Com certeza, estão marcando encontro para acerto de conta”. Frente a esses relatos, procuramos por mais informações sobre o papel da internet nas TO’s com a expectativa de entender melhor essas queixas. Descobrimos que a internet é usada por 80,4% dos torcedores organizados – e se considerarmos apenas os membros da TDA, o percentual sobe para 90%. No entanto, quando os torcedores informaram as finalidades com que mais usam essa ferramenta, surgiram mais dúvidas e perguntas do que confirmações, como ilustra a Tabela 8.

Tabela 8 – Finalidade com que mais usa a internet (entre os que utilizam essa ferramenta)

Indicadores	FJG		TDA		TEV		Total	
Bate-papo com amigos	17	51,5%	6	22,2%	14	53,9%	37	43,0%
Postar mensagens, imagens e vídeos relacionados ao seu time e à torcida	7	21,2%	11	40,8%	5	19,2%	23	26,7%
Organizar atividades da torcida e de seu time	6	18,2%	6	22,2%	3	11,5%	15	17,5%
Provocar times e torcidas adversárias	--	--	2	7,4%	1	3,9%	3	3,5%
Outro(s)	--	--	2	7,4%	--	--	2	2,3%
Assinalou mais de uma alternativa	3	9,1%	--	--	3	11,5%	6	7,0%
Total	33	100,0%	27	100,0%	26	100,0%	86	100,0%

Fonte: Questionário

Os dados exigem observações de duas naturezas: uma sobre o que os números indicam e outra sobre o que eles não revelam. Pelos números, nota-se que a maioria dos torcedores (43%) usa a internet para bater-papo com amigos, 26,7% usam-na para postar mensagens e imagens do time e da torcida, 17,5% para organizarem atividades da torcida e do time e apenas 3,5% admitiram provocar os rivais por meio dessa ferramenta. Quando comparamos as respostas das três torcidas, chama atenção a ausência quase total de membros da FJG com objetivo de provocar outros torcedores – situação que pode estar relacionada ao contexto de suspensão das atividades das TO’s em Goiás e a necessidade de reverter o estereótipo de violência atribuída a elas ¹¹⁴.

Todavia, a julgar pela ênfase nos transtornos causados pelo mau uso da internet, é possível que alguns torcedores possam não ter sido sinceros em suas respostas, com a expectativa de que, agindo dessa maneira, estariam colaborando para diminuir o estereótipo de que os membros de TO incitam a violência. Nesse caso, permanecerá a dúvida sobre a qualidade de cada uma dessas posições: se o bate-papo é amigável ou não, em que grau as postagens ajudam a divulgar as atividades oficiais da torcida ou se difundem imagens com incentivo à violência, ou se a provocação do time e da torcida adversária são brincadeiras e

¹¹⁴ Cf. Item 4.3.1.

piadas ou se acenam para confrontos reais.

Diante disso, reduzir o debate sobre o uso da internet ao âmbito das atividades informadas pelos torcedores, dificulta entender o real papel dessa ferramenta na atualidade. Nesse sentido, a discussão deve ser remetida à sua utilização como técnica ou tecnologia (MARCUSE, 1999, 1967): como técnica, de fato a internet poderia servir ao avanço da humanidade, afinal depende do uso que dela fazem os homens, entretanto, submetida à racionalidade tecnológica, revela-se um aparato que contribui com a formação da individualidade adaptada. Como ressalta Adorno (1995a), a técnica em si, tal como o esporte, é ambivalente: em um plano mais restrito, ela pode ajudar as pessoas a se tornarem menos influenciáveis de outrem, uma vez que serviria de “meio” para o esclarecimento e a autodeterminação; contudo, no contexto das sociedades de capitalismo tardio, “os homens inclinam-se a considerar a técnica como sendo algo em si mesma, um fim em si mesmo, uma força própria, esquecendo que ela é a extensão do braço dos homens” (*Ibid.*, p. 132). Nessas circunstâncias, os instrumentos que deveriam ser usados como “meios” são fetichizados e formam uma espécie de “véu tecnológico”, obstruindo nas pessoas a consciência de que, na relação com a técnica, o objetivo a ser buscado – os “fins” – deve ser uma vida digna a todos os homens. A internet não escapa dessa ambivalência.

4.3.5 Infiltração de baderneiros e criminosos e a ideologia das medidas repressivas

Algumas questões e opiniões foram recorrentes nas explicações dadas pelos sujeitos para a violência nas TO's, mas a afirmação de que baderneiros, traficantes e criminosos se infiltram nas torcidas para praticarem delitos, foi a mais mencionada. Para demonstrar sua recorrência, transcrevemos falas de diferentes sujeitos:

essas gangues formadas por pichadores – que hoje é a pior coisa que tem para TO – esses moleques se reúnem e vão para shoppings, parques e criam muitos problemas. Eles brigam e usam a torcida como escudo, falando “aqui é a torcida tal, aqui é a torcida fulana”, para esconder o ato de vandalismo deles. Às vezes nunca foram num estádio, mas se julgam de tal torcida para ter um número maior e confrontar uma galera rival (P2 – presidente de TO);

tem os baderneiros que não pensam no clube e vêm para o estádio para brigar e usar drogas. Eu sou de TO e falo: muitos – de dez, sete – vêm só para bagunçar e não sabem nem a escalação do time dentro do campo. Aí a população vê isso como maioria e passa a não gostar de TO porque gera muito confronto (M4 – membro de TO);

a violência, hoje em dia, está vinculada à falta de respeito de muitos membros que só vão para o estádio para brigar; isso não é mentira. Mas na minha opinião, esses não são torcedores organizados, mas baderneiros que existem e vão para brigar. Quem é TO vai lá, apoia, respeita, não faz covardia. Se acontecer alguma coisa é

para se defender (E3 – ex-membro de TO);

hoje, o que a gente vê é torcedor diretamente ligado a facções, com ficha na polícia e envolvido em crimes, violência e agressão. Então, serve de pano de fundo para bandido infiltrar, criando um grupo para repassar drogas – é por isso que surgem tantas mortes. Às vezes, você percebe que existe uma luta irracional que nem é tanto pelo futebol, mas por domínio, para mostrar quem tem força, quem tem poder, o que faz com que a gente volte ao tempo da Idade da Pedra (J2 – jornalista)

não é por amor ao clube A ou B que as pessoas ficam se digladiando nos estádios, nas praças esportivas, nos grandes setores de Goiânia. Com certeza absoluta, é o envolvimento com drogas. [...] Depois que vai puxar os antecedentes dessas pessoas, 99% tem passagem por outro tipo de crime. Aí usa o futebol para executar outro tipo de crime ou um acerto de conta. [...] Agora falar que futebol está tirando vida das pessoas, eu não concordo, e volto a reforçar: é o crime que está envolvido. Um crime como homicídio tem envolvimento com quê? Com droga. Isso não é revanche, não é briguinta por causa de futebol (C1 – comandante);

existem alguns maus elementos infiltrados na torcida. [...] São bandidos e têm prazer enorme por brigas. Eles marcam confrontos pelas redes sociais, por exemplo, na praça do cruzeiro. Se não se encontrarem 50 de cada lado, 4 ou 5 já promovem violência e morte. Então, são ações isoladas de marginais que se infiltram na torcida e se dizem torcedores (DT1 – diretor de time).

Os relatos apontam que esses baderneiros e criminosos infiltrados seriam responsáveis pela violência que se atribui às TO's e, mais que isso, estariam transformando as brigas de torcida em casos isolados de assassinatos motivados por drogas e disputa por território e poder nos bairros. De fato, uma busca simples demonstra que os meios de comunicação têm dado visibilidade a esse tipo de violência e não são poucos os óbitos e tentativas de homicídio associados a torcedores nos últimos anos. Como ilustração, podem ser citados os assassinatos de: Kaio Lopes de Oliveira (19 anos) em 01/05/2011, torcedor do GEC morto com um tiro na nuca no Setor Leste Vila Nova; Lucas Arantes Silva de Moraes (17 anos) em 25/06/2011, membro da TEV morto no Residencial Goiânia Viva; Wellington Alves Sousa, torcedor do VNFC baleado em frente a sua casa no Residencial Itaipu; Josemir Clementino Jr. (33 anos) vice-presidente da Torcida Sangue colorado (TSC), executado com sete tiros em frente a sede da torcida no Setor Universitário; Jhonatan Diego de Sousa Silva (17 anos) em 04/11/2011, integrante da TSC e morto com um tiro pelas costas; Pâmella Munike Gonçalves Volpato (17 anos) em 06/11/2011, morta porque acompanhava um torcedor do GEC que era o alvo dos disparos; Henrique Pereira Soares (18 anos) em 01/01/2012, integrante da TSC e morto no Setor Perim por vingança do assassinato de Pâmella Volpato; Diego Rodrigo de Jesus (23 anos) em 31/01/2012, torcedor do GEC morto enquanto falava ao telefone em área nobre de Goiânia; Fábio Vieira da Silva (19 anos) em 25/08/2012, líder da legião sul da FJG morto com um tiro na cabeça no Papilon Park – nesse mesmo dia foram mortos Francisco Alexandre Souza Bezerra (25 anos), líder da TEV naquela região, sua

namorada Lorraine Telles da Silva (18 anos) e o pai dela Marcelo Pereira da Silva (48 anos), todos assassinados com tiros na cabeça e no tórax; Thiago Lima Araújo em 12/09/2013, morto com um tiro no peito no Jardim Itaipu. Além de tentativas de homicídio que não se concretizaram, como no caso de 2 torcedores do GEC baleados em um ponto de ônibus no Setor Perim¹¹⁵. Em todos esses crimes, os motivos – confirmados ou suspeitos – apontaram desentendimentos entre torcedores, vingança e acerto de contas relacionado a drogas; e todos os autores ou suspeitos foram apontados nas reportagens e notícias como sendo torcedor de algum time ou integrante de TO rival. Chama atenção o fato da maioria ser jovens com idade entre 17 e 25 anos e do sexo masculino – dado que corresponde ao perfil majoritário do torcedor organizado¹¹⁶.

Esses episódios têm se disseminado a tal ponto que ícones do jornalismo esportivo, em nível nacional, passaram a enfatizar que a violência no futebol se deve à infiltração de marginais que se passam por torcedores¹¹⁷. Após a última rodada de jogos pelo Campeonato Brasileiro da série A de 2013, no jogo entre Vasco da Gama e Clube Atlético Paranaense (CAP) – em que o primeiro buscava a vitória para não ser rebaixado para a série B e o segundo precisava vencer para conquistar vaga para a Copa Libertadores da América –, torcedores organizados dos dois times se digladiaram na Arena Joinvile (na cidade de Joinvile-SC, uma vez que o CAP estava proibido pela justiça desportiva de jogar em seu estádio em Curitiba devido a confrontos anteriores de torcedores do clube). A Rede Globo deu ampla cobertura ao episódio e enfatizou que as TO's estão sendo infiltradas por baderneiros e criminosos – pois entre os presos havia torcedores com passagens na polícia por crimes como homicídio e tráfico de drogas. Em outra situação, o jornalista J1, após receber informações de membros da Federação Goiana de Futebol (FGF) de que esse tipo de violência era provocado por marginais infiltrados nas torcidas, esclareceu que as reportagens têm tido o cuidado para não associar de maneira indiscriminada esses crimes às torcidas. Entretanto, mesmo que preocupações dessa natureza se façam presente em alguns editoriais, a queixa dos torcedores é que a mídia em geral apresenta a tendência de criminalizar as TO's¹¹⁸.

Além dos meios de comunicação, pesquisas no meio acadêmico também têm desenvolvido essa “tese”. Para Murad (2012), as causas da violência no futebol devem ser

¹¹⁵ Fizemos vários contatos e tentativas junto ao Comando de Policiamento da Capital (CPC) a fim de obter os registros sobre estatísticas dos crimes atribuídos a torcedores, mas não tivemos acesso a eles. Mesmo assim, as tragédias evidenciadas nesses episódios são suficientes para ilustrar o tipo de violência que tem sido associado às TO's. (Informações extraídas de sites policiais, da justiça, além de jornalismo esportivo e em geral, aos quais se deve a veracidade das informações. Cf. Notícias e sites consultados).

¹¹⁶ Cf. Item 4.1.

¹¹⁷ Como o jornalista esportivo Juca Kfoury. Cf. <http://blogdojuca.uol.com.br>.

¹¹⁸ Cf. Item 4.3.4.

procuradas “fora” desse esporte e as ações ilícitas atribuídas às TO’s devem ser separadas desses agrupamentos e dos torcedores em geral. Uma reflexão desenvolvida por ele é que se considerarmos o universo geral de milhões de torcedores, o número de torcedores organizados é muito menor; e quando se considera apenas as TO’s, os arruaceiros representam de 5% a 7%. Desse modo, afirma que esses baderneiros “são uma minoria no somatório geral dos fãs. Mais que isso: as frequentes cenas de violência e vandalismo no futebol brasileiro são causadas por 5% dos torcedores, mas dos torcedores organizados, ou seja, uma minoria dentro de uma minoria” (MURAD, 2012, p. 153). Seu interesse nesse debate é separar o futebol de crimes cometidos por vândalos e marginais, porque ainda que sejam pessoas que têm em mente a violência, sabem lutar, usam armas e torcem por algum time, não devem ser considerados sinônimos de torcedor organizado (tendência de criminalização), como não se deve admitir a ideia de que o futebol é assim mesmo (naturalização da violência).

Por ser evidente, a “tese” de uma minoria de criminosos infiltrados nas TO’s foi absorvida por torcedores, profissionais envolvidos com o evento esportivo, meios de comunicação e meio acadêmico, todavia, ainda que o combate efetivo à violência no futebol dependa de ações conjuntas e planejadas do Estado e das instituições a fim de, por um lado, reprimir e punir os transgressores imediatamente e, por outro, promover uma reeducação a médio e longo prazos, o que verificamos durante a pesquisa foi uma ênfase em delimitar o problema à falta de medidas punitivas e repressivas adequadas, como ilustram os relatos de diferentes sujeitos:

o grande problema, não só das TO’s, mas de toda sociedade goianiense, é a impunidade. Hoje é muito fácil um jovem cometer um crime, um assassinato, sair do flagrante, se apresentar depois de 2 dias e responder em liberdade; após 30 dias, ele vai cometer o mesmo tipo de crime. Eu não vejo isso como TO, são marginais e cabe à polícia investigar e prender (P1 – presidente de TO);

tem que começar a punir mais os caras que ficam dando tiro um no outro aí; se pegar tem que morrer na cadeia. Nossas leis são muito brandas com esse tipo de violência nas torcidas. Então eu penso que não precisa acabar com as torcidas, porque o instrumento não machuca ninguém, faixa não bate em ninguém, mas para acabar com a violência tem que ter uma segurança maior. O cara tem que se sentir ameaçado pela polícia, se brigar, tem que ir preso e não sair (M6 – membro de TO);

a pessoa que vai ao estádio com objetivo de agredir outra, tem que ser punida severamente; se fosse, pode ter certeza que no próximo jogo não teria explosão, tiro, facada, arma branca, arma de fogo, enfim, não teria a violência. Quando você pune severamente, inibe aqueles que estão incentivados a praticar a violência. Punir de que forma? Mostrar que o poder público e a polícia agem com rigor e colocam atrás das grades quem mata (J2 - jornalista);

está faltando os outros órgãos cumprirem o que determina o Estatuto do Torcedor, porque muitas vezes nós levamos, conduzimos alguém que esteja cometendo alguma infração no estádio e ele não sofre nenhum tipo de penalização (C1 – comandante);

nós temos várias legislações no país, Código Penal e Civil, que enquadra os atos desses elementos, mas acharam por bem fazer o Estatuto do Torcedor, em que existem várias penalidades também para o torcedor violento, mas não se vê os torcedores que são identificados serem punidos. [...] Entendo que se aplicar a lei, ou as leis, diminui bastante essa situação. Proíbe 10, 30, 50 torcedores de ir ao estádio nos próximos 2 anos, com certeza diminuirá a violência (DT1 – diretor de time).

As falas partem da infiltração de criminosos, apontam fragilidades do poder público no combate à violência – não só no futebol, mas na sociedade como um todo – e enfatizam o combate à ação desses marginais a partir da repressão e da punição; e alguns acreditam que essas medidas podem eliminar a violência. Obviamente, não se pode afirmar que todos creem que essas medidas resolverão o problema da violência, pois, como afirmou o jornalista J1, “a repressão é positiva, mas sozinha não resolve”. Mesmo assim, percebemos que a impunidade ou as punições paliativas foram mais mencionadas como fatores que estimulam a violência nas TO’s do que, por exemplo, a ausência de formação com qualidade ou as profundas desigualdades socioeconômicas e culturais. O que permite afirmar que, em geral, os entrevistados sobrevalorizaram as medidas repressivas e punitivas no combate à violência – o que exige reflexão.

Algumas perguntas podem ajudar a refletir sobre a violência praticada por criminosos infiltrados nas TO’s e a impunidade como estímulo a ela: as ações de vândalos e bandidos seriam de fato responsáveis pela violência que se manifesta nas TO’s? Supondo a eliminação dessas pessoas, as TO’s ficariam livres da violência e passariam a cumprir apenas o objetivo de incentivar o time? São os assassinatos, o tráfico de drogas e a disputa por poder nos bairros causas da violência entre TO’s ou sintomas de determinado tipo de organização social que se manifesta nessas agremiações? As discussões realizadas até aqui ajudam entender parte dessas indagações, todavia, a reivindicação de alguns presidentes de TO’s de que é necessário diferenciar briga de torcida de briga de gangue lança mais luz sobre elas:

se você ver os noticiários, não vai encontrar briga de torcida, mas de marginais dando tiro um no outro; você não vê um noticiário falando que 30 jovens de uma TO brigou com 30 jovens de outro bairro, isso você não vê, mas sim torcedores que se dizem de organizadas, passam de moto e atiram um no outro (P1 – presidente de TO);

o poder público tem que olhar isso e a imprensa tem que fazer uma diferenciação, porque briga de TO se resume ao estádio, ao redor do estádio, no estacionamento do estádio e dura três, quatro minutos; polícia chegou, acabou. Isso é briga de TO, mas não o que está acontecendo. Fulano lá no Fim Social, Curitiba, Goiânia Viva, passa com uma camiseta de uma torcida rival e mete tiro. Isso não é briga de TO, é crime, é briga de tráfico e de poder na região. Mas o cara tá usando uma camisa de TO, se rotulando a ela e prejudicando essa torcida. Então tem que diferenciar briga de TO de brigas de gangues (P2 – presidente de TO).

Nesses relatos, os presidentes afirmam que as brigas motivadas por vinganças pessoais, drogas ou disputa por território – as quais têm se resolvido através de tiros e terminado em mortes – são cometidas por torcedores que se identificam com o time e com a torcida, mas protestam que esses conflitos não devem ser atribuídos às TO's porque, além da diretoria formalmente não os apoiar, não se enquadram no tipo de uma briga “convencional” de torcidas. A descrição de características sobre o que configura uma briga de torcida – no estacionamento, sem covardias decorrentes do uso de facas ou armas e enquanto a polícia estiver ausente – revela que por trás do discurso da infiltração de criminosos não aparece o desejo de eliminar a violência, e sim mudanças sobre o modo como se manifesta: da condenação de assassinatos cometidos de forma covarde à preservação da “briga honesta”, confirmando que o confronto e a violência não são tão indesejados. Essa situação aponta a existência de regras supostamente “respeitadas” entre os torcedores organizados que possibilitam momentos de euforia e prazer, como revela o membro de TO M4 ao relatar o que o motivava a ir ao estádio, “tempos atrás”:

eu não vou mentir, gosto muito de aventura, adrenalina. Eu vinha para o jogo igual muitos hoje em dia, nem olhava dentro do campo para saber quanto estava. Saia até antes de acabar o jogo para brigar com a torcida rival ou de outro time de fora que é rival também. Eu gostava porque tinha adrenalina, saca?! Tipo: você vê a cor da camisa deles e já fica doido pensando que é da torcida rival e já quer bater. Mas, graças a Deus, hoje em dia eu não mexo com isso mais.

A busca pela emoção, adrenalina e aventura mediante a possibilidade de confronto com a torcida rival – motivo pelo qual M4 nem se preocupava com o jogo de futebol em si – aponta que parte dos torcedores organizados vai ao estádio à procura de alguma diversão (euforia e prazer) que as condições socioeconômicas e culturais não possibilitam de outra maneira. Isso é coerente com o fato de que muitos deles não concebem os confrontos como indesejáveis e sinaliza uma resposta à pergunta que formulamos acima (se eliminassem os criminosos que provocam vandalismo e morte, a violência nas TO's também seria eliminada?): a resposta é negativa. Como indicam as falas, a violência seria apenas metamorfoseada e os confrontos ocorreriam dentro de certos “padrões tolerados” de briga de torcida.

Pelo exposto, é importante assinalar que o discurso da infiltração de criminosos nas TO's ganhou destaque porque a realidade confirma sua veracidade e, também, devido à difusão por parte da mídia de que assassinatos e crimes – muitos motivados por drogas e conflitos de bairros – estão associados a esses agrupamentos. Entretanto, a ausência de uma

crítica mais incisiva que proponha revelar que a estrutura e a organização da sociedade contemporânea têm estimulado a formação de individualidades vulneráveis ao desenvolvimento de comportamentos agressivos – como buscamos desenvolver no decorrer do trabalho –, na ausência dessa crítica pode sobressair o falso problema de que o combate à violência entre torcedores organizados deve se concentrar em medidas repressivas e punitivas a uma minoria de marginais infiltrados. Na medida em que esse discurso se dissemina e passa a ser admitido e incontestável – porque esses episódios se evidenciam no dia a dia –, corre-se o risco de secundarizar o debate sobre problemas de fundo que acometem os torcedores não apenas como membros de TO's, mas como indivíduos que participam e são formados no seio das contradições socioculturais. Entre esses problemas, além das desigualdades socioeconômicas e culturais engendradas pelas relações capitalistas de produção, encontra-se o desafio de promover a educação contra a barbárie.

4.3.6 (De) formação cultural e barbárie: a educação na contramão da violência

Alguns entrevistados mencionaram que a violência entre torcedores organizados deve-se a fatores externos ao futebol, relacionados aos aspectos socioeconômicos, culturais e educacionais. No entanto, ao contrário da ênfase no discurso sobre a infiltração de criminosos, esses apontamentos não apresentaram primazia, mas foram apresentados como forma de justificar uma realidade difícil de ser mudada, como ilustram os relatos abaixo:

as TO's estão no seio da sociedade goianiense e nas periferias onde está acontecendo a violência. Mas se você fizer uma análise, não é só TO, mas aquela região está numa guerra de tráfico, de todos os aspectos, numa guerra social, onde esse jovem não tem lazer, não tem nada (P1 – presidente de TO)

a parte social, cultural da população também influencia muito, pois são pessoas que já vão para o estádio com o pensamento de brigar (P2 – presidente de TO);

a questão aqui é cultural, porque o brasileiro pega todas as suas dificuldades do dia a dia e despeja no esporte. Nem sempre o cara pratica violência porque seu time perdeu, porque foi curtido na praça esportiva, mas porque está com salário atrasado, cabeça cheia e, ao chegar lá, ele desconta no próximo. [...] Então, eu acho que o aumento [da violência] vem do desconforto da população, dessa desconfiança que vem de anos com a corrupção no esporte, a corrupção no dia a dia. [...] Infelizmente, acho que temos que mudar primeiramente a nossa cultura para a gente poder mudar e reverter esse quadro (J3 – jornalista);

essas ações de TO's hoje é em função de ter muitos jovens volúveis, ainda sem opinião formada que acham que promovendo agressões o grupo se fortalece. São pessoas que não têm maturidade, não têm uma perspectiva de vida, que o pai e a mãe não foram exemplos, ou mesmo o meio que eles frequentam. E se pai e mãe não dão educação, não dão formação e deixam que esse grupo conduza seus filhos, vai dando isso aí! (C2 – comandante);

tem que ter formação desde o início porque quando chega no futebol, esse cidadão já

chega formado, e para você mudar o estilo de vida dele é praticamente impossível. [...] É uma questão de formação cultural do país como um todo. Pela força, você elimina o problema momentaneamente, mas pela educação e pela formação exige um tempo considerável – e para a Copa de 2014 nós não teremos esse resultado (DT1 – diretor de time).

Esses relatos apontam a diversidade de fatores objetivos que podem motivar a violência no futebol, como: as desigualdades culturais e sociodemográficas; o futebol como momento para extravasar problemas sociais; a degradação da família e a vulnerabilidade da juventude atual; a ausência de formação cultural; a corrupção, o preconceito. Algumas dessas motivações foram discutidas no decorrer do trabalho, e ainda que os aspectos socioeconômicos e culturais sejam amplos e complexos, a queixa do diretor de time DT1 de que a ausência de formação cultural é também responsável pelo comportamento violento, remete à reflexão sobre o papel da educação na contramão da violência e da barbárie. Na verdade, se considerarmos o conjunto dos dados discutidos, o problema sobre o papel da educação perpassa desde o discurso da infiltração de criminosos, a tolerância a determinados tipos de violência, a manifestação de sentimentos hostis, até a maior ou menor disposição ao confronto com os rivais.

As medidas repressivas e punitivas – mais lembradas pelos entrevistados no combate à violência – enfrentam a face imediata do problema e não devem ser sobrevalorizadas; pois podem até controlá-la, mas por meio da intimidação não se eliminará o interesse pela agressão. Isso não significa que essas medidas sejam dispensáveis, afinal o comportamento agressivo também deve ser impedido como garantia de convívio entre os homens. No entanto, é indispensável reconhecer a importância da formação das próximas gerações para que estas não se dirijam aos estádios inclinadas a “darem cotoveladas”. Também não se trata de aceitar a ideologia de que a educação por si só seria capaz de transformações radicais imediatas na ordem social, e sim situar a sua responsabilidade nesse processo.

Como visto, a revelação de que hostilidade com os rivais foi maior entre os torcedores com níveis de instrução e renda mais baixos, e vice-versa¹¹⁹, não significa que a violência seja própria de pessoas sem escolarização e renda baixas ou que ela não ocorra entre pessoas com bons níveis de escolarização e boas condições financeiras – e não faltariam exemplos para demonstrar que a violência não deve ser compreendida de modo linear¹²⁰. Na verdade, esse dado se mostra relevante porque aponta a necessidade e a urgência de formação

¹¹⁹ Cf. Item 4.3.1.

¹²⁰ Como no estudo de Hryniewicz (2008) sobre a adesão e a alienação de torcedores de futebol, em que se concluiu que o grupo de torcedores com instrução mais elevada (ensino médio completo) se apresentou mais propenso à alienação do que o grupo de torcedores com instrução mais baixa (que não haviam concluído o ensino fundamental).

e elevação cultural como processos indispensáveis para se diminuir a disposição dos indivíduos para a violência. Se concordarmos com Adorno (1995a) de que os princípios capazes de promover aversão à barbárie são o esclarecimento e a autonomia para “não se deixar levar”, então a educação é um “meio” fundamental na construção de um “clima de desbarbarização” que não se limita aos torcedores, mas deve objetivar a totalidade dos indivíduos. Isso conduz ao desafio de refletir sobre as (im)possibilidades da educação mediante o conflito do indivíduo na cultura – que pode ser melhor compreendido pela denúncia de Adorno (1972) à pseudoformação promovida nas sociedades administradas e pela sua concepção de educação como possibilidade de “experiência” contra a violência e a barbárie (ADORNO, 1995a).

Em seus debates sobre a educação na década de 1960, Adorno (1995a) define a presença da barbárie social de modo amplo e restrito. De modo amplo, trata-se de algo bastante simples:

que, estando na civilização do mais alto desenvolvimento tecnológico, as pessoas se encontrem atrasadas de um modo peculiarmente disforme em relação à sua própria civilização – e não apenas por não terem em sua arrasadora maioria experimentado a formação nos termos correspondentes ao conceito de civilização, mas também por se encontrarem tomadas por uma agressividade primitiva, um ódio primitivo ou, na terminologia culta, um impulso de destruição que contribui para aumentar ainda mais o perigo de que toda esta civilização venha a explodir, aliás uma tendência imanente que a caracteriza (*Ibid.*, p. 155).

Essa definição nos remete à contradição da formação do indivíduo nas sociedades em que as forças produtivas alcançaram elevados níveis de desenvolvimento, porém, sem que as relações entre os homens se elevassem culturalmente na mesma proporção – revelando, assim, a irracionalidade do modo de produção social vigente.

De modo específico, a barbárie está presente quando se manifesta a regressão à violência física primitiva desprovida de objetivos transparentes e racionais que visem condições de existência humana mais dignas¹²¹. Diante dessas definições, uma pergunta simples pode ser útil na compreensão do objeto: o comportamento violento que se verifica entre torcedores organizados é orientado por objetivos racionais e transparentes que almejam a melhoria das condições humanas de existência? A partir das reflexões sobre os dados empíricos, a resposta é negativa. Pelo contrário, esse tipo de comportamento se aproxima da violência física primitiva e, por isso, é sintomático da barbárie que atravessa a sociedade atual. No entanto, com base em Horkheimer e Adorno (1973), é preciso ressaltar que essa

¹²¹ É nesse sentido que se pode afirmar que nem todo ato de domínio e coerção devem ser condenados como violência e barbárie, pois eles podem ser necessários no combate à própria violência. Cf. Item 2.3.1.

constatação não deve levar ao equívoco de atribuir às TO's a responsabilidade exclusiva pelo comportamento agressivo primitivo, mas, como visto, a ordem social vigente tem impossibilitado a totalidade dos indivíduos renunciarem à agressividade e elaborarem cultura (ZANOLLA, 2010).

O desenvolvimento de relações produtivas apoiadas em necessidades verdadeiramente humanas não é possível sem a formação cultural dos indivíduos; e o desenvolvimento de um não implica o desenvolvimento imediato do outro, isto é, se as forças produtivas se desenvolvem a níveis elevados, mas permanecem submetidas às relações capitalistas, os homens tendem a se manter alienados; por outro lado, ainda que a educação possa desempenhar um importante papel na construção de um “clima de desbarbarização”, se as condições objetivas se mantiverem presas a mecanismos de dominação, diminui sua força em contribuir com a superação da agressividade e da barbárie (ADORNO, 1995a). Esse é o dilema que perpassa a educação nas sociedades administradas, e para o autor o reflexo é a pseudoformação do indivíduo:

incluso el progreso manifesto – la elevación general del nivel de vida con el desarrollo de las fuerzas productivas materiales – no da en las cosas espirituales com efecto benéfico; y las desproporciones que resultan de que la superestructura se revolucione más lentamente que la subestructura han aumentado el retroceso de la conciencia – la pseudoformación cultural se asienta parasitariamente en el *cultural lag*. Decir que la técnica y el nivel de vida más alto redundan sin más en bien de la formación cultural en virtud de que lo cultural alcance a todos es una pseudodemocrática ideología de vendedor (ADORNO, 1972, p. 167).

Assim, a pseudoformação é a manifestação do espírito alienado conquistado pelo fetiche da mercadoria, isto é, resulta do desenvolvimento das forças produtivas sob a racionalidade instrumental e de relações de produção alienadas. Como na atualidade a indústria cultural – por meio de seu conteúdo e de seus veículos – intensificou o fetichismo da mercadoria e o processo de coisificação nas relações entre as pessoas, é preciso reconhecer que o espírito alienado e a pseudoformação também se ampliaram. Isso revela que a pseudoformação guarda relação com a disseminação dos produtos da indústria cultural, uma vez que em ambos se observa o declínio do interesse pelos indivíduos em realizar experiências humanas que se contraponham à barbárie, pois exige deles adaptação aos seus produtos e procedimentos e, como consequência, integração ao aparato. Desse processo resulta que “la experiencia [...] queda substituida por un estado informativo puntual, deslavazado, intercambiable y efímero, al que hay que anotar que quedará borrado en el próximo instante por otras informaciones” (ADORNO, 1972, p.167). Portanto, a

pseudoformação é o reflexo da formação aligeirada e superficial que tem prevalecido na atualidade e ilustra as consequências dos efeitos das sociedades administradas na constituição da consciência do indivíduo, impossibilitando-o de compreender e se contrapor às contradições da realidade em que vive¹²².

Sobre o objeto investigado, observa-se que a violência no futebol entre torcedores é evidente e reflete a barbárie que perpassa a sociedade atual; também se percebe que as medidas repressivas e punitivas não são suficientes para combater a violência nas suas causas mais profundas, mas necessita de procedimentos educativos e formação pautada pelo esclarecimento das contradições sociais. Contudo, nas sociedades administradas a formação se converteu em pseudoformação e, como resultado, o indivíduo tem se mostrado adepto dos produtos e procedimentos da indústria cultural e integrado às determinações da sociedade vigente. Nessas circunstâncias, uma questão de fundo emerge: como a educação poderia se contrapor à barbárie se ela própria se manifesta, na atualidade, como pseudoformação? A resposta não é simples e, a partir da tese freudiana do mal estar na civilização¹²³, Adorno (1995a) ressalta que a educação do indivíduo sob a pressão da cultura tem algo de desesperador. No entanto, sua concepção de educação não é pessimista e sim dialética, porque mesmo que a educação não consiga mudar a situação vigente de forma imediata, reconhece que ela pode construir um ambiente favorável à sua transformação. Significa isso, que a educação deve reconhecer seus limites no combate à violência e na transformação radical da ordem social vigente; na medida em que esses limites tornam-se conscientes, mesmo que haja algo de desesperador na luta contra a barbárie, “contra isso é possível empreender algo mediante a educação e o esclarecimento” (*Ibid.*, p. 138). O procedimento crítico realizado por Adorno em suas análises, por exemplo, sobre música popular, indústria cultural e pseudoformação, revela o exercício de demonstrar as contradições que constituem e são constituídas pelo objeto por meio do que ele denominou de crítica imanente:

para a crítica imanente uma formação bem-sucedida não é, contudo, aquela que reconcilia as contradições objetivas no engodo da harmonia, mas sim a que exprime negativamente a idéia de harmonia, ao marcar as contradições pura e inflexivelmente, na sua mais íntima estrutura. [...] Por isso, a crítica imanente não consegue tranquilizar-se com seu próprio conceito e acomodar-se nele (ADORNO, 1993, p. 89).

Se a educação conseguir demonstrar as contradições, a ideologia, os enganos e o

¹²² Discutimos o conceito de pseudoformação na crítica a um tipo de educação pós-moderna promovida na atualidade, em Souza (2013, p. 28-29).

¹²³ Cf. Item 2.3.1.

que se esconde por trás das motivações da violência no futebol que se manifesta nas ações de torcedores e nas TO's, constitui já um importante passo em direção ao esclarecimento e à (relativa) autonomia necessária para se contrapor à violência e à barbárie.

4.4 Outras controvérsias

Controvérsias relacionadas ao financiamento de atividades das TO's pelos clubes e ao combate à violência por meio de medidas repressivas (aumento de policiamento na praça esportiva), preventivas (como a campanha Paz no Futebol) e punitivas (como as liminares que suspendem as atividades de TO em Goiás), também ocorreram e, por isso, buscamos entender o que pensam os torcedores organizados e os demais entrevistados e como se relacionam com elas.

4.4.1 Da ausência de recursos do clube ao patrocínio do Governo

As principais receitas das TO's são provenientes da venda de seus produtos e da contribuição dos associados, embora algumas recebam recursos dos clubes e doações de empresas ou políticos (PIMENTA, 1997). Em Goiás, a arrecadação das três TO's pesquisadas também se concentra nessas fontes, todavia, como a comercialização de seus produtos está proibida pela liminar que suspendeu qualquer atividade relacionada a elas por cinco anos, procuramos saber, diretamente, como é a relação entre as TO's e os clubes goianos e se estes financiam atividades daquelas.

O presidente do GEC afirma que respeita a TO como uma “pessoa jurídica de direito privado” e ressalta que a relação que o clube mantém com ela é “de torcedor, não uma relação próxima onde eles estão aqui dentro e o Goiás lá dentro. É uma relação de respeito mútuo e a gente espera o apoio deles”. Quando indagamos se o clube financiava a TO, a resposta foi contundente:

o Goiás não dá nenhum incentivo financeiro para TO porque, como disse para os seus representantes logo após a minha posse, quem precisa de apoio é o clube, é ele que precisa do incentivo financeiro da torcida. Então eles é que deveriam se organizar para ajudar o Goiás financeiramente e não o contrário.

Dirigentes da FJG confirmam essa ausência de recurso e, também, que a relação da TO com o clube é como a de qualquer torcedor, não havendo patrocínio ou privilégio, como esclareceu um de seus dirigentes:

hoje a gente não tem nenhum relacionamento com os dirigentes do Goiás. Já

tivemos no passado. Havia doações de ônibus e nós cobrávamos uma taxa simbólica para manutenção ou coisas assim. Mas hoje a gente vive independente. Com a sede fechada para as atividades, estamos vivendo pelo apoio de amigos e parceiros, como por exemplo: dos deputados que abriram as portas da Assembleia para realizarmos o Simpósio e puxar a orelha de algumas pessoas.

Outro dirigente também confirmou a ausência de apoio financeiro do clube e, mais que isso, apresentou um protesto contundente:

atualmente a TO não recebe nenhuma ajuda financeira do clube, não recebe ingresso, nada. Mas acredito que o clube deveria criar uma política de investimentos nas organizadas com projetos sociais que incentivassem o combate à violência. Porque se hoje o time recebe uma boa quantia pela transmissão dos jogos, esse dinheiro vem do torcedor através da compra de campeonatos pelo *pay-per-view*. Então, nada mais justo que o clube criar uma política de investimento na sua torcida. Não só na TO, mas criar mecanismos para se ter uma festa mais bonita nos estádios, pois isso atrai e aumenta o número de torcedores. Vários clubes grandes no Brasil fazem isso e eu acredito que o nosso deveria fazer também.

Pelo relato, nota-se clareza sobre as fontes de receita do clube, como por exemplo: a bilheteria do estádio e, principalmente, a quota paga pela Rede Globo pelos direitos de transmissão dos jogos – que tem como critério o número de torcedores e a venda de campeonatos pelo sistema *pay-per-view*¹²⁴. Além disso, por ser um recurso proveniente do torcedor, reivindica que parte dele deveria ser destinado para aperfeiçoar o espetáculo esportivo e combater a violência que se manifesta na torcida. À primeira vista, a decisão do clube em não apoiar financeiramente a torcida pode parecer um fato isolado, contudo, ela é coerente com a lógica da gestão empresarial que se tornou operativa no futebol, pois confirma a busca pelas grandes cifras para que o clube se mantenha no seleto grupo de times que garante a “matéria prima” do espetáculo midiático. A declaração de que é o clube que precisa de apoio financeiro e não a torcida revela ainda: por um lado, a busca por isentar o clube como corresponsável pela violência entre torcedores e, por outro, a ausência de iniciativas ao seu combate.

Já em relação às TO's do ACG e do VNFC a situação é diferente, pois além de apresentarem menos prestígio no *ranking* do futebol nacional, têm passado por dificuldades financeiras – como se acompanha pelo noticiário esportivo. De acordo com um dirigente do VNFC, a relação com as torcidas é amistosa, mas a diretoria não admite pressão de torcedor; e ressaltou que o clube não repassa recurso às torcidas porque não tem condição financeira para isso e, mesmo que tivesse, não faz parte de sua política atual:

¹²⁴ Cf. Item 1.5.

recebemos os torcedores e os líderes das torcidas sempre que solicitam reuniões para tratar de um jogo específico e saber o que querem da diretoria. É uma relação amistosa, mas o torcedor não influencia na parte diretiva do clube. Torcedor atua como torcedor e dirigente como dirigente.

O dirigente de uma das TO's do VNFC reafirma essa boa relação com a diretoria do clube e confirma que a torcida não recebe apoio financeiro para viagens ou outras atividades, mas recebe ingressos para os jogos: “principalmente com essa promoção da nota fiscal, a gente faz uma parceria com o clube para fornecer os alimentos e eles nos repassam ingressos”; mas informa ter conhecimento de que outras torcidas recebem aluguel de sede e apoio para viagens. Mesmo assim, ressalta que um ponto positivo da torcida que participa é a independência do clube:

uma das coisas que eu falei para o pessoal, para que eu pudesse participar, é que a nossa torcida tinha que ser independente do clube. Se precisar de uma viagem, vamos organizar entre nós e se não conseguirmos não vamos. Porque, se você começa a pedir muita coisa para o clube e para o diretor, ele vai te jogar na cara: “ó você tá me cobrando, mas eu te dei a viagem”, e a TO fica com rabo preso. É uma coisa que a gente quer ser independente, mesmo com a ajuda dos ingressos, principalmente agora que as TO's não podem vender material, isso ajuda a gente a sobreviver e fazer as viagens nos jogos fora e a festa no estádio. [...] A gente nunca veio forçar nada com a diretoria do clube, tanto que quando precisamos levar faixas de protestos a gente leva. Nós não ficamos mendigando aqui.

Como visto, em relação aos times com menor expressão no ranking do futebol nacional, nota-se o desinteresse da mídia em transmitir seus jogos porque, como não dispõem de grande número de torcedores, apresentam menos consumidores para os produtos da indústria cultural do futebol. Consequentemente, esses times não recebem recursos pelos direitos de transmissão ou recebem quantia pouco significativa. Essa política os mantém presos à condição de clubes de menor porte, uma vez que a ascensão depende do capital investido pelos meios de comunicação. Os times do ACG e do VNFC não escapam dessa política, por isso, um mecanismo criado para ajudar financeiramente os clubes goianos que disputam o Campeonato Estadual e, também campeonatos nacionais, foi o programa “Futebol Premiado – Nota Show de Bola”. Iniciado em 2009, trata-se da parceria principal entre FGF e Governo do Estado de Goiás e apresenta como beneficiários: o Ministério Público, a Organização das Voluntárias de Goiás (OVG) – instituição que promove ações assistencialistas e é dirigida pela “Primeira Dama” do Estado –, os clubes e o torcedor¹²⁵. Na

¹²⁵ Cf. www.fgf.esp.br. Acesso em: 25 nov. 2013.

edição de 2013, quem apresentava R\$200,00 (duzentos reais) em notas fiscais de produtos e serviços mais 1kg de alimento não perecível (obrigatoriamente arroz, feijão, macarrão ou óleo) tinha direito a 1 ingresso – e cada torcedor podia adquirir apenas 2. No dia do jogo, o torcedor que preenchia o verso do ingresso e o depositava em uma urna no estádio, concorria ao sorteio de prêmios como motocicletas e aparelhos eletrônicos.

A principal vantagem apresentada pelo projeto foi a combinação da democratização do acesso ao evento por pessoas de baixa renda com o aumento da arrecadação de ICMS (Imposto sobre Circulação de Bens e Serviços) pelo Estado. Como contrapartida, o Governo destinou R\$12,55 milhões de reais aos clubes para subsidiar 525 mil ingressos. Embora não tivemos acesso ao projeto e aos números exatos, sabemos que o valor e a quantidade de ingressos recebidos pelo clube variavam de acordo com a importância e o contexto do jogo. Contudo, se dividirmos o valor total do subsídio pela quantidade de ingressos (12,55 milhões de reais por 525 mil ingressos) temos como valor médio de cada ingresso subsidiado: R\$23,90 (vinte e três reais e noventa centavos). A declaração de um diretor do VNFC de que o clube conta com as torcidas para ajudar na distribuição dos ingressos ajuda a entender a relação financeira entre o clube, o Governo e o torcedor – sobretudo os membros orgânicos das TO's:

ele [o torcedor] é ouvido principalmente quando precisamos do incentivo com a nota fiscal para que o clube receba dinheiro do Governo. Porque se o governo disponibiliza 7 mil notas fiscais e nós conseguimos trocar somente 4 mil, nós vamos ter um prejuízo de 3 mil, então nós precisamos da TO para fazer esse movimento.

Assim, embora o clube não envie recurso às TO's, ele o faz por meio de ingressos, e o faz não em razão de ter condições financeiras ou porque adota como política o apoio a ações das torcidas, mas porque quanto mais ingressos trocados, maior será o subsídio recebido do Governo. Por exemplo: no jogo da semifinal pelo Campeonato Brasileiro da série C contra o Treze (PB) no dia 27/10/2013, 15 mil ingressos foram liberados para troca por notas fiscais pelos torcedores do VNFC¹²⁶; supondo que os 15 mil ingressos foram trocados e o valor pago a cada um foi R\$23,90 (vinte e três reais e noventa centavos), então o clube recebeu R\$358.500,00 (trezentos e cinquenta e oito mil e quinhentos reais) subsidiados pelo Governo. Os recursos do projeto foram destinados aos jogos da série A do campeonato estadual de futebol e, também, para os jogos dos times goianos que disputaram o campeonato

¹²⁶ Cf. reportagem “Vila Nova X Treze terá 15 mil ingressos da Promoção Nota Show de Bola”. Disponível em: <http://auvaromaia.com>. Acesso em: 25 nov. 2013.

brasileiro de futebol nas séries A, B, C e D. Assim, no jogo do ACG contra o ASA (AL) pelo campeonato brasileiro da série B no dia 08/10/2013, observamos que membros da TO do time goiano portavam uma quantidade significativa de ingressos do projeto “Nota Show de Bola”, e os distribuía aos torcedores que compareciam no estádio para aumentar o número de “ingressos consumidos” naquela partida e, conseqüentemente, aumentar o subsídio financeiro do Governo ao clube.

Em resumo, as ações do projeto enfatizam: democratização do acesso ao lazer pelas pessoas de mais baixa renda, arrecadação de alimentos para pessoas carentes a serem distribuídos pela OVG a instituições filantrópicas, recurso para o Ministério Público, garantia de recursos para os clubes, aumento da arrecadação de impostos ao Estado por meio do incentivo aos consumidores para exigirem nota fiscal em suas compras, além de estimular a participação dos torcedores (consumidores) por meio do sorteio de prêmios. Essas ações são apresentadas como inovadoras, desejáveis e necessárias, e a análise das mediações entre elas não é tarefa fácil; no entanto, mesmo essa engenhosa “fórmula do sucesso” que combina torcedor, futebol e Estado é passível de reflexões.

Como os clubes de pequeno porte não despertam interesse pela mídia na transmissão de seus jogos, passam a depender cada vez mais de receitas internas (PRONI, 1999, 2000); devido a essa conjuntura, o subsídio do Governo representa um tipo de recurso que os clubes menos expressivos necessitam para continuar funcionando.

O discurso de que o projeto aumentará a arrecadação de ICMS pelo Estado precisaria ser investigado, pois de acordo com o único estudo encontrado sobre o impacto de programas de incentivos fiscais – o “Nota Fiscal Paulista”, pioneiro nesse tipo de ação e semelhante ao projeto “Nota Show de Bola” –, a comparação do valor obtido pela arrecadação com os valores distribuídos em forma de prêmio, mostrou um resultado absolutamente limitado: cerca de 2% de aumento de ICMS – os quais, aponta o estudo, podem ter vindo do aumento de estabelecimentos que provavelmente emitiriam a nota fiscal independentemente do programa¹²⁷. Desse modo, um problema a ser estudado é se o aumento da arrecadação de ICMS em 2013 foi superior aos R\$ 12,55 milhões destinados ao patrocínio de ingressos pelos cofres públicos.

A ênfase em que o torcedor de baixa renda é o principal beneficiado pela democratização do acesso ao futebol como lazer também é permeado por dúvidas, porque, na

¹²⁷ Cf. Mattos; Rochay; Toporcovz (2013).

verdade, o que se revela é um tipo de transferência de recursos públicos a entidades particulares, como os clubes. Procedimento coerente com a política neoliberal de transferência de recursos e bens públicos à iniciativa privada, que se consolidou no país na última década do século XX (NETTO, 1993). Além disso, a arrecadação de alimentos para serem distribuídos a pessoas carentes reforça o caráter assistencialista da política do atual Governo.

Pelo exposto, verifica-se que a relação entre as TO's e os clubes goianos se aproxima quando a questão é a ausência de apoio financeiro às TO's e se distanciam na questão do repasse de ingressos: enquanto o GEC não realiza esse procedimento, o ACG e o VNFC recorrem a ele. A explicação é que, como o GEC tem apresentado bom desempenho nos campeonatos que disputa, recebe boa quantia pelos direitos de transmissão dos jogos e não necessita "ir em busca de torcedor"; no caso do ACG e do VNFC, como não se encontram no seletivo grupo de clubes que recebem quantia significativa da mídia, as TO's figuram como parceiras na troca e na distribuição de ingressos para aumentar o recurso proveniente do Governo pelo programa "Nota Show de Bola".

4.4.2 Percepções em colisão sobre prevenção, repressão e punição

Nos jogos entre ACG, GEC e VNFC pelo segundo turno do campeonato goiano de 2012, observamos a ausência de confrontos em grande proporção entre grupos de torcedores na praça esportiva, ao mesmo tempo em que esses confrontos passaram a se manifestar em terminais de ônibus, parques públicos e periferia da cidade. Quando perguntamos aos entrevistados a que atribuíam esse "deslocamento" da violência, além da infiltração de criminosos e da impunidade do poder público, apontaram o aumento do policiamento nos jogos de maior rivalidade. Os Comandantes que atuam na segurança do evento entendem que quando tem jogo de grande rivalidade, a divulgação da notícia de que o policiamento será reforçado e que, havendo necessidade, usará força máxima, inibe aqueles que se dirigem ao estádio com intenção de tumultuar – mas ressaltam que esse controle se limita ao local do policiamento ostensivo: a praça esportiva. De modo semelhante, no entendimento do diretor de time DT1, "os estádios estão razoavelmente bem vigiados pela polícia, devido às reuniões e estratégias de inteligência adotadas para jogos importantes. [...] Mas temos que entender que a PM não tem condições de vigiar todos os espaços da cidade para que esses torcedores não se encontrem". Essa medida repressiva no combate à violência no estádio e arredores é, também, reconhecida por torcedores organizados, como esclareceu o diretor de TO D2 sobre porque e como os confrontos se deslocam para outros locais da cidade:

antigamente, no principal clássico goiano tinha 200, 300 policiais, mas hoje tem 800 policiais no Serra Dourada. Isso leva os confrontos para outros lugares. Em dia de jogo do meu time, um ônibus sai de Aparecida com 20, 30 caras e vai para o estádio. O torcedor rival, da TO rival, sabe onde o ônibus vai passar e que não vai ter policiamento, com isso os caras da torcida rival vão esperar no terminal a 30 km do estádio. Como ninguém quer apanhar da polícia, os caras procuram brigar onde não tem policiamento.

O policiamento ostensivo explicaria, em parte, a ausência de confrontos de multidões e o aumento da tranquilidade na praça esportiva para que “torcedores de bem” e “pais de família” se sintam motivados para ir aos jogos – situação recorrente em estudos sobre a violência de torcedores no futebol¹²⁸. Porém, esse tipo de procedimento tem um propósito específico: evitar confrontos entre grupos de torcedores. Mesmo assim, observamos na praça esportiva: uma espécie de “violência latente” no comportamento agressivo de alguns torcedores quando se aproximavam de outros que pareciam conhecer como pertencentes a uma TO rival; agressões verbais dentro do estádio pronunciadas por torcedores que se preocupavam mais em provocar os rivais do que assistir ao jogo – situação confirmada pelo membro de TO M4 – que aumentavam quando um gol era marcado; e também agressões físicas fora do estádio antes e após o jogo, como por exemplo, quando dois pequenos grupos de torcedores, ao perceber o afastamento da polícia, se agrediram com socos e pontapés para arrancar a camisa do rival – provavelmente como uma demonstração de conquista e de superioridade. Frente a esses episódios, não se deve perder de vista que o policiamento ostensivo pode inibir o confronto entre multidões, contudo, essa medida repressiva não elimina o interesse pela agressão. E à semelhança da criança que quer fazer uma travessura escondida do controle dos pais, o enfrentamento entre torcedores se desloca para onde não há vigilância policial – podendo ocorrer fatos isolados na praça esportiva ou em outros espaços da cidade¹²⁹.

Outra situação observada foi a campanha Paz no Futebol – de iniciativa da FGF em parceria com o Ministério Público, e apoiada pelo Governo Estadual, Prefeitura Municipal, Polícia Militar e Corpo de Bombeiros. É desenvolvida desde 2006 e na edição de 2012 contou com amplo apoio da mídia – especialmente a TV Anhanguera – na divulgação da campanha. Apresenta como objetivo “levar as famílias de volta aos jogos e conscientizar jogadores, torcedores e dirigentes que não há espaço para qualquer ato violento dentro dos

¹²⁸ Cf. Elias e Dunning (1992); Murphy *et. al.* (1994); Reis (2006); Pimenta (1997).

¹²⁹ Se, como lembra Buford (1992), a multidão é imprevisível, até mesmo a polícia pode ser surpreendida; como ocorreu durante o confronto entre torcedores do GEC no jogo contra o Clube Atlético Paranaense em 20/10/2013, em que a polícia teve que recuar para não ser atropelada.

estádios”¹³⁰. Sobre suas regras e ações, os torcedores eram solicitados a ir aos jogos vestindo camisa na cor branca, sem identificação de time e, menos ainda, de TO. Durante a semana, os telespectadores eram incentivados a enviar fotos e vídeos de situações amistosas e solidárias entre os torcedores à emissora – os quais eram selecionados e apresentados no jornal do meio dia (horário do almoço). No dia do jogo, o torcedor que estivesse de camisa branca ganhava um cupom para concorrer ao sorteio de brindes, como motos e carros.

A proposta da campanha, por si só, acena para o fato de que a violência no futebol estaria passando dos limites, por isso, o posicionamento dos torcedores organizados e demais sujeitos sobre sua pertinência revelou profundas divergências. No entendimento do jornalista J1, a campanha foi positiva porque, em conjunto com outras ações – como o policiamento ostensivo –, alcançou seu objetivo:

acabou incentivando que famílias inteiras fossem ao estádio, pessoas que não estavam mais comparecendo aos jogos. E com um policiamento reforçado, que também foi bastante cobrado, eu tenho impressão que as pessoas que vão ao estádio com a intenção de brigar e provocar as outras torcidas acabaram se sentindo em um ambiente desfavorável para esse tipo de atividade. [...] A gente criou uma onda impositiva em nome da paz.

Essa opinião também é compartilhada pelos Comandantes que atuam na segurança do evento esportivo, pois consideram que a ação repressiva da PM deve ser complementada com efetiva punição aos infratores pelos órgãos competentes e, também, com atividades preventivas como essa campanha: “é fundamental o engajamento de todos os meios de comunicação, de todos os órgãos, para afastar de vez esse pessoal que vai lá para sair da normalidade” (C1 – comandante). Todavia, ainda que a campanha possa ter contribuído para um ambiente de paz, o comandante C2 afirma que a ideia de proibir o uso de camisetas, bonés, faixas e qualquer símbolo de TO que estimule a violência na praça esportiva, partiu das autoridades responsáveis pela segurança nos estádios, mas isso não teria sido mencionado pela mídia. Por isso, ao se referir à campanha, resente que

ela deveria ter começado quando a PM e os órgãos de Segurança Pública sugeriram, mas fomos criticados. Naquele dia [referindo-se a um jogo em que foi proibido o uso de símbolos de TO's] foi evidente que começando a coibir tudo que é de excitação e que estimula o afrontamento, temos resultado positivo. [...] Fizemos e deu certo, mas não tiveram a humildade de lembrar que a Segurança Pública sugeriu isso há muito tempo (C2 – comandante).

Mesmo diante desse protesto, observa-se convergência entre as posições de

¹³⁰ Cf. www.fgf.esp.br. Acesso em: 25 nov. 2013.

policiais, jornalistas e dirigentes de time – para os quais a campanha ajudou a minimizar a violência no estádio, mas não fora dele. Ao associarmos essa campanha ao policiamento ostensivo, parece que, ao menos na praça esportiva, a ausência de grandes confrontos pode estar relacionada a elas. Porém, a percepção de dirigentes de TO's sobre a campanha não é positiva, pois entendem que ela teria representado mais uma satisfação dada pela FGF e pela mídia à sociedade – como tal, uma ação paliativa e não tocado a raiz do problema. Os relatos abaixo ilustram um duro posicionamento político:

eu vi essa campanha, e outras deflagradas aí, como uma maneira da FGF e dos clubes tentarem tirar suas responsabilidades e incompetências, porque o Estatuto do Torcedor é claro: o responsável pela segurança do evento é o clube mandante e as Federações. Eu faço um desafio a qualquer meio de comunicação que mostre um projeto de combate à violência que seja da CBF, de Federação de Futebol ou de clube. Não existe! Então, eu entendo que o uso do branco pela paz ficou bonito para a TV, para a Federação e para os clubes darem uma satisfação para sociedade, mas não atingiu onde acontecem os problemas: na periferia e no seio realmente das torcidas (P1 – presidente de TO);

se a TV Anhanguera não falou que teve briga nos jogos, teve sim, teve briga no estacionamento. Só que, para ela que estava fazendo a campanha, não quis mostrar, mas teve confronto, mas foi como já falei: porrada durante três, quatro minutos; a polícia chegou, acabou! (P2 – presidente de TO);

eu acho válido tentar fazer algo pela paz, mas sinceramente ajuda muito pouco a mudar a situação. 10 mil pessoas de camisa branca não vão mudar a cabeça de um cara que briga há 10, 15 anos, que dá tiro no outro. Infelizmente essa é a nossa realidade e não vai mudar, temos que ser sinceros. A cabeça de uma criança de 10, 11 anos que já quer brigar, jogar pedra em ônibus, quebrar orelhão, roubar camisa de outro torcedor, um menino desse quando tiver 20 anos, campanhas como essas não vão adiantar nada (D2 – diretor de TO).

No entendimento dos dirigentes, essa campanha não teria contribuído para diminuir a violência entre torcedores e TO's, pelo contrário, desviou a atenção do cerne do problema: o contexto social violento em que crescem crianças e jovens. As percepções diametralmente opostas entre torcedores organizados e demais entrevistados indicam que a discussão sobre ações como essa não deve se limitar à verificação de sua eficiência – ainda que esse seja o ponto de partida – sob pena de permanecer na superfície do problema. Em vez de se limitar ao julgamento sobre a (in)eficácia da campanha, é relevante reconhecer que os dois entendimentos revelam mediações com a violência entre TO's, contudo, é preciso situá-los no contexto social mais amplo.

Como uma medida preventiva – em conjunto com a repressão do policiamento ostensivo – a campanha propõe combater a violência imediata no evento esportivo pelo incentivo a um ambiente de paz entre os torcedores. Como ações imediatas de prevenção e repressão, estimulam a paz e procuram manter relativa ordem necessária ao convívio social e

ao lazer nos eventos esportivos. Entretanto, o comportamento violento não será eliminado com ações dessa natureza, e, nesse aspecto, os protestos dos dirigentes de TO's remetem ao contexto amplo por um motivo aparentemente simples de perceber, mas que tem se mostrado difícil de enfrentar: os confrontos entre torcedores estão "gritando" que as desigualdades socioeconômicas e culturais chegaram a patamares insuportáveis e, por isso, as (re)ações dos indivíduos tornaram-se imprevisíveis.

Essa observação não se limita à campanha Paz no Futebol e ao policiamento ostensivo, e entendimento semelhante serviria para as liminares que suspenderam as atividades de TO's em Goiás. Por um lado, elas representam uma resposta dada pelas instituições jurídicas ao problema da violência no futebol – ainda que haja controvérsia sobre a responsabilização das TO's por assassinatos e crimes relacionados a drogas e disputa de poder nos bairros. Por outro, a suspensão das atividades das torcidas demonstra que a sociedade vai mal e que medidas punitivas também não são suficientes para diminuir a disposição dos torcedores pelo confronto; ao reprimi-los, os deslocam para outros espaços, outros tempos e outros grupos.

Se é necessária ação conjunta das instituições no combate à violência no futebol, é preciso ter claro que o policiamento ostensivo, a campanha Paz no Futebol e a liminar que suspende as atividades das TO's representam medidas que enfrentam a "ponta do *iceberg*". As instituições também devem promover ações profundas e duradouras na formação do indivíduo e nas relações produtivas em benefício de condições dignas de existência humana – sobretudo aquelas ligadas ao futebol. Contudo, ações dessa natureza exigem como condição negar a submissão do futebol aos interesses do grande negócio. Tarefa para a qual, como ensinaram os grandes autores a que nos apoiamos, é necessária uma mobilização política e cultural abrangente – sob pena de permanecer na superfície do problema.

CONCLUSÃO

As reflexões realizadas neste trabalho partiram do interesse em compreender a violência que se manifesta no futebol e nas TO's atualmente. Para tanto, investigamos a constituição do futebol moderno em compasso com a sociedade burguesa e capitalista ascendente no século XIX e percebemos que ele pode se manifestar como jogo, arte e esporte. Sob esta última forma, apresenta-se como busca de resultados e, nas sociedades administradas no final do século XX e início do XXI, torna-se uma das principais mercadorias do grande negócio internacional e da indústria cultural.

A “indústria cultural do futebol” dissimula o segredo de que os produtos futebolísticos não são planejados para atender necessidades culturais dos sujeitos a quem se destinam, mas para (de)formar gostos e necessidades no torcedor-telespectador-consumidor e, principalmente, “insuflar o espírito e a voz dos senhores” (ADORNO, 1993). Ressaltamos no decorrer do trabalho que não corroboramos com a interpretação de que a natureza do futebol é ideológica e alienante, contudo, como espetáculo midiático, as faces ideológica e alienante desse esporte têm predominado sobre a possibilidade de sua manifestação cultural livre do princípio da competição, do rendimento extremo e da condição de produto de primeira ordem para geração de lucro.

Verificamos também que as maiores TO's em atividade atualmente surgiram durante a ditadura militar e absorveram desse contexto um ideário e uma linguagem beligerantes associados à hierarquia de poder que predominava no Brasil – em compasso com a burocracia em curso nos países de capitalismo desenvolvido desde o fim da Segunda Guerra Mundial. A partir da década de 1990, os confrontos entre torcedores organizados foram mais evidenciados pela mídia, preocupando autoridades e transformando-se em objeto de investigação acadêmica. Os primeiros estudos sobre violência de torcedores no futebol surgiram nessa década e alguns se tornaram referência nas pesquisas subsequentes – motivo pelo qual nos ativemos a eles. Percebemos que esses primeiros estudos se apoiam principalmente nos enfoques antropológico e sociológico; alguns se mantêm fiéis à descrição do fenômeno como ele se apresenta em seus detalhes e outros enfatizam a influência do modo de produção nas sociedades capitalistas e suas consequências como principais causas da violência no esporte.

Não negamos a influência dos aspectos objetivos nas relações que os indivíduos estabelecem entre si, porém, se o universo objetivo apresenta primazia na relação entre indivíduo e sociedade, é indispensável considerar o universo subjetivo e sua dinâmica para

entender a formação do indivíduo mediante a (ir)racionalidade instrumental engendrada pelas sociedades de capitalismo desenvolvido. Nessas sociedades, formadas pelo intenso desenvolvimento das forças produtivas, o declínio da família tradicional como referência de autoridade abriu caminho para o aparato tecnológico-burocrático influenciar o Eu frágil e ainda em formação. Como resultado, surgiu um tipo de individualidade incapaz de enfrentar a ideologia e as contradições sociais; e o comportamento adaptado e integrado ao aparato afasta dos indivíduos o “interesse” por mudanças nas condições de existência impostas pela ordem vigente. Esse tipo de individualidade revela-se vulnerável à adesão a agrupamentos de massa, pois tem tendência para fortes identificações e idealizações de “líderes” como forma de preencher a necessidade por autoridade – o fanatismo depositado em times e torcidas ilustra esse processo.

Pela investigação empírica, constatamos que a maioria dos membros orgânicos das TO's é do sexo masculino, tem idade entre 18 e 25 anos, instrução mediana e renda relativamente baixa – embora tenha havido diferenças significativas entre as torcidas estudadas. Esses dados indicam ao menos duas situações a serem enfrentadas de modo profundo pelas autoridades no combate à violência: distribuição de renda e formação de qualidade. Além disso, notamos o predomínio de percepções negativas sobre as atividades e o comportamento de torcedores organizados; provavelmente porque parte da mídia associa crimes com motivações diversas a eles e, também, porque apresentam disposição para o confronto e promovem violência tanto na praça esportiva como em outros espaços da cidade.

Diferentes motivações e justificativas foram apresentadas para os confrontos entre TO's, no entanto, elas revelaram ser permeadas por contradições, como por exemplo: a) se a denúncia de exagero por parte da polícia é real, a heteronomia e a necessidade de tutela pelos torcedores também se evidenciam – pois apontam a Segurança Pública como responsável pela violência por não evitar o encontro entre torcedores rivais, mas não reconhecem que a disposição para o confronto é motivada pelo interesse pela agressão que reside em si próprios; b) se a mídia televisiva é acusada de criminalizar as TO's indevidamente, motivo pelo qual é desprezada pelos torcedores como influência nas escolhas sobre futebol e torcida, de modo paradoxal, ela foi indicada como meio mais usado para acompanhar o futebol e os assuntos relacionados a ele – situação que revela ambivalência da mídia: faz parte da vida das pessoas, mesmo assim, estas não acreditam nela por inteiro e suas consciências não podem ser completamente integradas; c) se sentimentos como paixão, ódio e intolerância são supostamente incontroláveis, manifestações amistosas e de (relativo) respeito apontam que as TO's também guardam a possibilidade de superação da disposição para o confronto.

Entretanto, as motivações e justificativas mais recorrentes para a violência, foram: a infiltração de criminosos e baderneiros nas torcidas e a impunidade pelo Poder Público.

O discurso de que existem criminosos ligados ao tráfico de drogas e à disputa por poder nos bairros infiltrados nas TO's – devido aos quais tem ocorridos “tiros” e mortes –, ou que baderneiros estariam tumultuando o evento esportivo, foi recorrente e, de fato, pode ser constatado na realidade. Contudo, mesmo evidente, a fim de demonstrar o que se esconde por trás desse discurso, nos perguntamos: se esses criminosos fossem eliminados das torcidas, a violência seria também eliminada? Como muitos torcedores “gostam” de briga e vão ao estádio em busca de “adrenalina e emoção”, os dados possibilitam indicar que a violência seria apenas modificada: da covardia dos tiros e mortes à briga “convencional” de torcida (no estádio, rápida e longe da polícia). Mas, como advertem Horkheimer e Adorno (1973) sobre as reais motivações do comportamento do indivíduo nas sociedades de massa, essa situação não deve levar à criminalização unilateral das torcidas; na verdade, ela é coerente com a individualidade formada nessas sociedades – o que não significa ausência de crítica.

No combate à violência, as medidas repressivas e punitivas foram as mais lembradas, enquanto as motivações socioeconômicas, culturais e educacionais ocuparam segundo plano. Essa situação revela a falta de esclarecimento sobre as reais causas da violência e a suposição de que ela poderia ser resolvida por meio de controle e vigilância das instituições. Também revela o quanto o comportamento agressivo encontra-se naturalizado nas relações entre os homens, pois o que se apresenta é o equívoco de combater a agressão pela repressão a ela. Como vimos, a repressão e a punição imediatas ao comportamento agressivo podem ser necessárias ao convívio social, mas essas medidas não o elimina e este pode se deslocar para outros espaços, outros tempos e outros grupos. O que se espera, é que o indivíduo seja capaz de renunciar ao comportamento agressivo e elaborá-lo em direção a cultura; nesse processo, a educação desempenha papel importante, porque pode criar um “clima de desbarbarização” (ADORNO, 1995a) que incentive o indivíduo a declinar do comportamento agressivo mediante o esclarecimento e a autonomia.

Por último, quando reservamos um momento ao término das entrevistas para considerações finais, praticamente todos depositaram expectativas nesse trabalho, vislumbrando nele uma contribuição para se entender melhor e combater a violência no futebol e nas TO's. Não alimentamos a ideia de que “uma” pesquisa acadêmica possa reverter o atual quadro de violência social; por isso, em vez de respostas conclusivas, sintetizamos nossa expectativa com essa pesquisa por meio de questões para reflexão: de que modo a compreensão do futebol intensificado como mercadoria na era do espetáculo midiático, e

nessas condições, ideológico e alienante; bem como o entendimento sobre a primazia das condições objetivas determinadas pelas sociedades administradas na formação de um tipo de indivíduo que, devido à heteronomia e fragilidade na constituição de sua individualidade, tem tendência pela adesão a agrupamentos de massa – como as TO's; enfim, de que modo esses elementos podem ajudar a entender a violência que se manifesta no futebol e nas torcidas e favorecer “experiências” que se contraponham a ela?

Devido à complexidade do fenômeno – que exige a mobilização de diferentes instituições, sobretudo autoridades de Estado, meios de comunicação e aquelas ligadas diretamente ao futebol (como clubes, federações e as TO's) – entendemos que a consciência sobre esses elementos já constitui um ponto importante não apenas para a “compreensão” da violência, mas também na elaboração de experiências contrárias a ela. Nesse sentido, a reivindicação dos frankfurtianos pela busca de esclarecimento das contradições que impedem a formação de uma individualidade (ainda que relativamente) autônoma e crítica, representa um importante passo em direção à emancipação das relações de dominação que prendem o indivíduo e a sociedade ao estado de barbárie atual – nessa medida, um passo em direção à superação da violência no futebol e nas TO's.

REFERÊNCIAS

- ABBAGNANO, N. **Dicionário de filosofia**. São Paulo: Martins Fontes, 2000.
- ADORNO, T. W. **Educação e emancipação**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1995a.
- _____. **Palavras e sinais: modelos críticos 2**. Rio de Janeiro: Vozes, 1995b.
- _____. **Prismas: crítica cultural e sociedade**. São Paulo: Ed. Ática, 1998.
- _____. **Sociologia**. São Paulo: Ática, 1993.
- _____. Teoría de la seudocultura. In: _____. **Filosofía y superstición**. Madrid: Alianza Editorial, 1972.
- ADORNO, T. W. *et. al.* Introdução. In: _____. **La personalidad autoritaria**. Buenos Aires: Editorial Proyección, 1965.
- ANDERSON, P. Balanço do neoliberalismo. In: SADER, E.; GENTILI, P. (org.). **Pós-neoliberalismo: as políticas sociais e o Estado democrático**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1995. pp. 09-23.
- ASSIS, T. C. F. **A representação social da violência em torcidas organizadas de futebol**. 2008. 131f. Dissertação (Mestrado em Psicologia) – Universidade Católica de Goiás, Goiás.
- BOTTOMORE, T. **Dicionário do pensamento marxista**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editora, 1993.
- BRASIL. Casa Civil. **Valor do homem brasileiro**. Mensagem do Presidente Emílio Garrastazu Médice ao povo brasileiro quando da vitória da Seleção no Campeonato Mundial de Futebol, a 21-06-1970. Disponível em: <<http://www.biblioteca.presidencia.gov.br/ex-presidentes/emilio-medici/discursos-1/1970/16/view>> Acesso em: 29 mai. 2013.
- BUFORD, B. **Entre os vândalos**. São Paulo: Companhia das Letras, 1992.
- CALDAS, W. Aspectos sociopolíticos do futebol brasileiro. **Revista USP**, São Paulo, n. 22, p. 40-49, jun./jul./ago. 1994. (Dossiê Futebol)
- CARONE, I. Teoria Crítica e pesquisa empírica na psicologia. **Psicologia & Sociedade**, São Paulo, vol. 13, n. 1, p. 9-17, jul./dez. 2001.
- Carta-convite**. Enviada pelo Clube dos 13 às emissoras de televisão: Rede Globo, Bandeirantes, SBT, TV Record e Rede TV! Disponível em: <http://estatico.globoesporte.globo.com/2011/02/24/clube_dos_13_2011.pdf>. Acesso em: 12 jun. 2013.
- COSTA, J. F. **Violência e psicanálise**. Rio de Janeiro: Edições Graal, 2003.
- CROCHÍK, J. L. A corporificação da psique. **Educar em revista**, Curitiba, n. 16, p. 27-41, 2000.
- _____. T. W. Adorno e a psicologia social. **Psicologia & Sociedade**, São Paulo, vol. 20, n. 2, p. 297-305, jul./dez. 2008.
- DA MATTA, R. *et al.* **Universo do futebol**. Rio de Janeiro: Pinakotheke, 1982.
- DAÓLIO, J. **Cultura, educação física e futebol**. Campinas: Editora da Unicamp, 2006.

- ELIAS, N.; DUNNING, E. **A busca da excitação**. Lisboa: DIFEL, 1992.
- ENCICLOPÉDIA MIRADOR INTERNACIONAL. São Paulo – Rio de Janeiro, 1983. v. 10
- FILHO, M. **O negro no futebol brasileiro**. Rio de Janeiro: Mauad, 2003.
- FRANCO, M. L. P. B. **Análise de conteúdo**. Brasília: Líber Livro, 2012.
- FREUD, S. O futuro de uma ilusão. In: _____. **Edição Standard Brasileira das Obras Completas de Sigmund Freud**. Rio de Janeiro: Imago Editora Ltda, 1974a. v. 21.
- _____. **O mal estar na civilização**. São Paulo: Penguin Classics, Companhia das Letras, 2011.
- _____. Psicologia de grupo e análise do ego. In: _____. **Edição Standard Brasileira das Obras Completas de Sigmund Freud**. Rio de Janeiro: Imago, 1974b. v. 18.
- GALEANO, E. **Futebol ao sol e a sombra**. Porto Alegre: L&PM, 2004.
- GAMBOA, S. S. Quantidade-qualidade: para além de um dualismo técnico e de uma dicotomia epistemológica. In: SANTOS FILHO, J. C. **Pesquisa educacional: quantidade-qualidade**. São Paulo: Cortez, 2007)
- GASPAR, L.; BARBOSA, V. **O futebol brasileiro, 1894-2013: uma bibliografia**. Recife: Fundação Joaquim Nabuco, 2013.
- GERMANO, J. W. **Estado militar e educação no Brasil (1964-1985)**. São Paulo: Cortez; Campinas: Editora da Unicamp, 1993.
- GONZÁLEZ, J. D. El professor Eric Dunning. **Revista internacional de ciências del deporte**, v. 3, n. 7, 2007. Disponível em: <<http://www.cafyd.com/REVISTA/ojs/index.php/ricyde/article/view/47/35>>. Acesso em: 03 abr. 2013.
- HOBBSAWM, E. J. **A era das revoluções: Europa 1789 – 1848**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977.
- _____. **Era dos extremos: o breve século XX**. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.
- _____. **A era dos impérios: Europa 1875 – 1914**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.
- _____. A produção em massa de tradições: Europa, 1870 a 1914. In: HOBBSAWM, E.; RANGER, T. (orgs.). **A invenção das tradições**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2012.
- HORKHEIMER, M. Autoridade e família. In: _____. **Teoria crítica: uma documentação**. São Paulo: Perspectiva, 1990.
- _____. Teoria tradicional e teoria crítica. In: **BENJAMIN, W.; HABERMAS, J.; HORKHEIMER, M.; ADORNO, T. W.** São Paulo: Abril Cultural, 1983.
- HORKHEIMER, M.; ADORNO, T. W. **Dialética do esclarecimento**. Rio de Janeiro: Zahar, 1985.
- _____. **Temas básicos da sociologia**. São Paulo: Cultrix, 1973.
- HRYNIEWICZ, R. R. **Torcida de futebol: adesão, alienação e violência**. 2008. 167f. Dissertação (Mestrado em Psicologia Escolar) – Universidade de São Paulo, São Paulo.
- IANNI, O. **O colapso do populismo no Brasil**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1984.

- JAY, M. **A imaginação dialética**: história da Escola de Frankfurt e do Instituto de Pesquisas sociais (1923-1950). Rio de Janeiro: Contraponto, 2008.
- LALANDE, A. **Vocabulário técnico e crítico da filosofia**. São Paulo: Martins Fontes, 1999.
- LAPLANCHE e PONTALIS. **Vocabulário de psicanálise**. São Paulo: Martins Fontes, 2001.
- LERNER, J. *et. al.* **A violência no esporte**. São Paulo: IMESP, 1996.
- LEVER, J. **A loucura do futebol**. Rio de Janeiro: Record, 1983.
- MARCUSE, H. **A ideologia da sociedade industrial**. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1967.
- _____. A obsolescência da psicanálise. In: _____. **Cultura e Sociedade**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1998. v. 2.
- _____. Algumas implicações da tecnologia moderna. In: _____. **Tecnologia, guerra e fascismo**. São Paulo: Fundação Editora da UNESP, 1999.
- _____. **O fim da utopia**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1969.
- MARX, K. Introdução à crítica da economia política. In: _____. **Manuscritos econômico-filosóficos e outros textos escolhidos**. São Paulo: Nova Cultural, 1987a.
- _____. Manuscritos econômicos e filosóficos. In: FROMM, E. **Conceito marxista de homem**. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1970.
- _____. **O capital**: crítica da economia política. Livro I. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1998.
- _____. O 18 brumário de Luís Bonaparte. In: _____. **Manuscritos econômico-filosóficos e outros textos escolhidos**. São Paulo: Nova Cultural, 1987b.
- MARX, K.; ENGELS, F. **A ideologia alemã**. São Paulo: Hucitec, 1996.
- _____. Manifesto do partido comunista. In: _____. **Obras escolhidas**, Tomo I, Lisboa / Moscou: Editoras Avante/Progresso, 1982a.
- _____. **Obras escolhidas**, Tomo I, Lisboa/Moscou: Editoras Avante/Progresso, 1982b.
- MATTOS, E.; ROCHA, F.; TOPORCOV, P. Programas de incentivos fiscais são eficazes?: evidência a partir da avaliação do impacto do programa Nota Fiscal Paulista sobre a arrecadação de ICMS. **Revista Brasileira de Economia**, Rio de Janeiro, vol. 67, n.1, p. 97-120, jan./mar. 2013.
- MELO, V. A. Futebol: que história é essa? In: CARRANO, P. C. R. (org.). **Futebol**: paixão e política. Rio de Janeiro: DP&A, 2000.
- MENDONÇA, L. M. N. **Guia para apresentação de trabalhos acadêmicos na UFG**. Goiânia: Universidade Federal de Goiás, Pró-Reitoria de Pesquisa e Pós-Graduação, 2005.
- MURAD, M. **A violência e o futebol**: dos estudos clássicos aos dias de hoje. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2007.
- _____. **A violência no futebol**. São Paulo: Saraiva, 2012.
- MURPHY, P. *et. al.* **O futebol no banco dos réus**. Oeiras: Celta, 1994.

NASCIMENTO, M. J. Futebol, sociabilidade e psicologia das massas: ritos, símbolos e violência nas ruas de Goiânia. **Pensar a Prática**, Goiânia, vol. 10, n. 1, p. 99-115, jan./jun. 2007.

_____. Lazer e torcidas organizadas: cultura e educação nas tramas da legalidade e da ilicitude. In: MASCARENHAS, F.; FILHO, A. L. **Lazer, cultura e educação**: contribuições ao debate contemporâneo. Goiânia: Editora UFG, 2010.

NASCIMENTO, M. J. *et. al.* O futebol profissional e a cidade de Goiânia: análise das articulações entre o desenvolvimento urbano e as torcidas organizadas. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE CIÊNCIAS DO ESPORTE, XV. 2007, Recife. **Anais**. Disponível em: <<http://www.cbce.org.br/cd/resumos/274.pdf>>. Acesso em: 01 mar. 2012.

NETTO, J. P. **Crise do socialismo e ofensiva neoliberal**. São Paulo: Cortez, 1993.

_____. **Introdução ao método de Marx**. São Paulo: Expressão Popular, 2011.

PIMENTA, C. A. M. **Torcidas organizadas de futebol**: violência e auto-afirmação – aspectos da construção das novas relações sociais. Taubaté: Vogal Editora, 1997.

_____. Hooligans: barbárie e futebol. In: **Faces do fanatismo**. São Paulo: Contexto, 2004.

PRONI, M. W. **A metamorfose do futebol**. Campinas, SP: UNICAMP. IE, 2000.

_____. Reflexões sobre o futebol empresa no Brasil. In: COSTA, M. R. (org.). **Futebol**: espetáculo do século. São Paulo: Musa Editora, 1999.

PRONI, M.; SILVA, L. O. Impactos econômicos da Copa do Mundo de 2014: projeções superestimadas. **Texto para discussão**, IE/UNICAMP, São Paulo, n. 211, out. 2012.

RAMOS, R. **Futebol**: ideologia do poder. Rio de Janeiro: Editora Vozes Ltda., 1984.

Rede Globo está fora da licitação de direitos de transmissão do Brasileiro. Comunicado da Rede Globo sobre a não participação no edital de concorrência pelos direitos de transmissão dos jogos de futebol, organizado pelo Clube dos 13. Disponível em: <<http://globoesporte.globo.com/futebol/brasileirao-serie-a/noticia/2011/02/rede-globo-esta-fora-da-licitacao-de-direitos-de-transmissao-do-brasileiro.html>>. Acesso em: 12 jun. 2013.

REIS, H. H. B. **Futebol e violência**. Campinas: Autores Associados, 2006.

SANTOS, J. R. **História política do futebol brasileiro**. São Paulo: Brasiliense, 1981.

SASS, O. Teoria Crítica e investigação empírica na psicologia. **Psicologia & Sociedade**, São Paulo, vol. 13, n. 1, p. 147-159, jul./dez. 2001.

SAVIANI, D. Prefácio. In: REIS, H. H. B. **Futebol e violência**. Campinas: Autores Associados, 2006.

SÓCRATES; GOZZI, R. **Democracia corintiana**: a utopia em jogo. São Paulo: Boitempo, 2002.

SOUZA, L. C. **Ideologia pós-moderna e educação física**: uma análise crítica. 2006. 133f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Federal de Goiás, Goiás.

_____. Educação contemporânea: pós-moderna ou autônoma? In: ASSIS, R. M. **Educação e cultura**: diferentes dimensões. Curitiba: CRV, 2013. p. 15-36

SOUZA, L. C. Indústria cultural, computador e televisão: consequências para a consciência e o comportamento humanos na sociedade contemporânea. **Inter-ação**, Goiânia, v. 35, n. 1, p. 199-215, jan./jun. 2010.

SZYMANSKI, H. **A entrevista na educação**: a prática reflexiva. Brasília: Líber Livro, 2004.

TOLEDO, L. H. **Futebol e teoria social**: aspectos da produção científica brasileira (1982-2002). BIB. São Paulo: v. 52, p. 133-165, 2001.

_____. **Torcidas organizadas de futebol**. Campinas: Autores Associados, 1996.

TOMAZETT, L. C. A paixão pelo futebol e a construção de uma nova identidade: indústria cultural excita, Freud explica. **Esporte e Sociedade**, Rio de Janeiro, ano 4, n. 11, p. 1-23, mar./jul. 2009.

TRIVIÑOS, A. N. S. **Introdução à pesquisa em ciências sociais**: a pesquisa qualitativa em educação. São Paulo: Atlas, 2008.

VAZ, A. F. Esporte e sociedade, segundo Theodor W. Adorno. **Constelaciones – Revista de Teoria Crítica**, Madrid, n. 3, p. 257-268, dez. 2011.

VIANNA, H. M. **Pesquisa em educação**: a observação. Brasília: Plano Editora, 2003.

ZANOLLA, S. R. S. Educação e barbárie: aspectos culturais da violência na perspectiva da teoria crítica da sociedade. **Sociedade e cultura**, Goiânia, v. 13, n. 1, p. 117-123, jan./jun. 2010.

_____. **Teoria crítica e epistemologia**: o método como conhecimento preliminar. Goiânia: Ed. da UCG, 2007.

NOTÍCIAS E SITES CONSULTADOS

Atlético perde mais dois mandos de campo no STJD. Disponível em: <http://www.gazetadopovo.com.br/esportes/campeonato-brasileiro/conteudo.phtml?id=1418024>. Acesso em: 25 out. 2013

Baier pede para torcida não prejudicar o Atlético. Disponível em: <http://www.gazetadopovo.com.br/esportes/campeonato-brasileiro/conteudo.phtml?id=1418003>. Acesso em: 25 out. 2013.

Blog do Juca Kifouri. Notícias e informações relacionadas ao futebol. Disponível em: blogdojuca.uol.com.br. Acesso em: 11 jun. 2013.

Briga entre torcedores do Goiás no jogo com Atlético-PR. Disponível em: www.tbcesporte.com.br/brasileirao/serie-a/653-briga-entre-torcedores-do-goias-no-jogo-contra-o-atletico-pr. Acesso em: 22 out. 2013.

Federação Goiana de Futebol. Site oficial contendo informações sobre campeonatos, programas e parcerias da Federação. Disponível em: www.fgf.esp.br. Acesso em: 25 nov. 2013.

Goiás Esporte Clube. Site oficial contendo informações de responsabilidade do clube. Disponível em: <http://www.goiasec.com.br/clube/transparencia>. Acesso em: 11 jun. 2013.

Jovem é condenado por crime entre torcidas. Disponível em: <http://www.opopular.com.br/editorias/cidades/jovem-%C3%A9-condenado-por-crime-entre-torcidas-1.298304>. Acesso em: 05 out. 2013.

Júri condena integrante da Força Jovem pela morte de torcedor do Vila Nova. Disponível em: <http://www.tjgo.jus.br/bw/?p=74601>. Acesso em: 05 out. 2013.

Justiça suspende organizadas. Disponível em: <http://sindepol.com.br/site/noticias/justica-suspende-organizadas.html>. Acesso em: 05 out. 2013.

Matar torcedor virou esporte. Disponível em: <http://www.dm.com.br/texto/51797>. Acesso em: 05 out. 2013.

Mortes chocam até a polícia. Disponível em: <http://sindepol.com.br/site/noticias/mortes-chocam-ate-a-policia.html>. Acesso em: 05 out. 2013.

Organizadas Brasil. Site de informações das Torcidas Organizadas no Brasil. Disponível em: www.organizadasbrasil.com>. Acesso em: 24 jun. 2012.

Presidente do Goiás lamenta após briga e deve cortar promoção a torcedores. Disponível em: <http://esportes.terra.com.br/goias/presidente-do-goias-lamenta-apos-briga-e-deve-cortar-promocao-a-torcedores.78be5548f9bd1410VgnVCM4000009bcceb0aRCRD.html>. Acesso em: 23 out. 2013.

Sport Club Corinthians Paulista. Site oficial contendo informações de responsabilidade do clube. Disponível em: <http://corinthians.com.br/site/clube/?c=Transpar%C3%Aancia>>. Acesso em: 11 jun. 2013.

SPORTV on line. Site de notícias esportivas produzido pelos canais Sportv, de responsabilidade da Rede Globo de Televisão. Disponível em: <http://sportv.globo.com/site/programas/arena-sportv/noticia/2013/05/clubes-brasileiros-apresentam-maior-receita-conjunta-da-historia-em-2012.html>>. Acesso em: 11 jun. 2013.

Torcedor do Goiás é baleado após jogo no Serra. Disponível em: <http://g1.globo.com/goias/noticia/2012/09/torcedor-do-goias-e-baleado-apos-jogo-no-serra-dourada-em-goiania.html>. Acesso em: 05 out. 2013.

Torcida organizada do Goiás espalha terror. Disponível em: <http://www.opopular.com.br/editorias/cidades/torcida-organizada-do-go%C3%A9s-espalha-terror-1.385958>. Acesso em: 05 out. 2013.

Torcidas organizadas seguem ritmo violento. Disponível em: http://www.portalhoje.com.br/homologacao_20052013/esportes/torcidas-organizadas-seguem-ritmo-violento/. Acesso em: 25 out. 2013.

Torcidas organizadas tem perfil jovem e estrutura montada. Disponível em: <http://www.mp.go.gov.br/portalweb/1/noticia/8659e055408ac5c69bacd116662f0a7d.html>. Acesso em: 05 out. 2013.

ANEXO 1

Sujeitos entrevistados

Especificação	Quantidade
Presidentes de torcida organizada	4
Diretores de torcida organizada	2
Membros de torcida organizada	6
Ex-membros de torcida organizada	3
Profissionais da mídia	3
Responsáveis pela segurança no estádio e suas imediações	2
Presidente e dirigente de clube de futebol	2
Total de entrevistados	22

Questões norteadoras das entrevistas

N.	Conteúdo da questão/assunto	Segmento abordado			
		TO	Segurança	Imprensa	Diretoria de time
01	Definição / entendimento sobre TO	X	X	X	X
02	Representação do time e da TO na vida dos torcedores	X			
03	Motivos que levaram os torcedores a participar da TO	X			
04	Sentimento em relação ao time e à torcida adversários	X			
05	Percepções sobre aspectos positivos e/ou negativos das TO's	X	X	X	X
06	Entendimento sobre por que existem confrontos entre torcedores e TO's	X	X	X	X
07	Opiniões sobre o deslocamento da violência da praça esportiva para outros espaços na cidade	X	X	X	X
08	Entendimento sobre o papel do Estado na contenção da violência	X	X	X	X
09	Percepções sobre a campanha Paz no Futebol como ação de diminuição da violência no estádio/praca esportiva	X	X	X	X
10	Entendimento sobre o papel da internet nas atividades das TO's	X	X	X	X
11	Percepções sobre a influência da TV nas preferências pelo time / relacionadas às atividades das TO's	X	X	X	X
12	Relação entre TO e diretoria de time	X			X
13	Liberdade / abertura para considerações finais	X	X	X	X

ANEXO 2

QUESTIONÁRIO

(Responda apenas uma alternativa)

Data de nascimento: __/__/____ Sexo: ()M ()F Time que torce: _____

1. Qual seu grau de escolarização?

<input type="checkbox"/> não estudou	<input type="checkbox"/> médio incompleto	<input type="checkbox"/> superior incompleto
<input type="checkbox"/> fundamental incompleto	<input type="checkbox"/> médio completo	<input type="checkbox"/> superior completo
<input type="checkbox"/> fundamental completo		<input type="checkbox"/> pós-graduação

2. Você possui renda própria? () sim () não
- 2.1. Se sim, quanto ganha por mês, com base no salário mínimo de R\$ 622,00?

<input type="checkbox"/> até meio salário	<input type="checkbox"/> de meio a 1 salário	<input type="checkbox"/> entre 1 e 2 salários
<input type="checkbox"/> entre 2 e 3 salários	<input type="checkbox"/> entre 3 e 5 salários	<input type="checkbox"/> acima de 5 salários

3. O que seu time representa na sua vida?

<input type="checkbox"/> amor	<input type="checkbox"/> gosta	<input type="checkbox"/> quase nada	<input type="checkbox"/> nada
-------------------------------	--------------------------------	-------------------------------------	-------------------------------

4. O que você considera que **mais influenciou** você a se tornar um torcedor de futebol?

<input type="checkbox"/> família	<input type="checkbox"/> amigos	<input type="checkbox"/> televisão	<input type="checkbox"/> iniciativa própria	<input type="checkbox"/> outro _____
----------------------------------	---------------------------------	------------------------------------	---	--------------------------------------

5. O que **mais influenciou** você a aderir à torcida organizada?

<input type="checkbox"/> família	<input type="checkbox"/> amigos	<input type="checkbox"/> televisão	<input type="checkbox"/> iniciativa própria	<input type="checkbox"/> outro _____
----------------------------------	---------------------------------	------------------------------------	---	--------------------------------------

6. Qual o **principal sentimento** que você tem em relação ao time e à torcida adversária?

<input type="checkbox"/> respeito	<input type="checkbox"/> amizade	<input type="checkbox"/> ódio	<input type="checkbox"/> desprezo	<input type="checkbox"/> outro _____
-----------------------------------	----------------------------------	-------------------------------	-----------------------------------	--------------------------------------

7. Você acompanha os jogos e notícias do futebol pelos meios de comunicação?

<input type="checkbox"/> sim	<input type="checkbox"/> não
------------------------------	------------------------------
- 7.1. Se sim, qual meio você **mais usa**?

<input type="checkbox"/> rádio	<input type="checkbox"/> jornal impresso	<input type="checkbox"/> televisão	<input type="checkbox"/> internet	<input type="checkbox"/> outro _____
--------------------------------	--	------------------------------------	-----------------------------------	--------------------------------------
- 7.2. Se sim, **com que frequência** você acompanha os jogos e notícias do futebol?

<input type="checkbox"/> diariamente	<input type="checkbox"/> quase sempre	<input type="checkbox"/> raramente
--------------------------------------	---------------------------------------	------------------------------------

8. Você usa a internet para tratar de assuntos relacionados ao futebol e à torcida?

<input type="checkbox"/> sim	<input type="checkbox"/> não
------------------------------	------------------------------
- 8.1. Se sim, para qual finalidade você **mais usa** a internet?

<input type="checkbox"/> bate-papo com os amigos
<input type="checkbox"/> postar mensagens, imagens e vídeos relacionados ao seu time e à torcida
<input type="checkbox"/> organizar atividades da torcida organizada de seu time
<input type="checkbox"/> provocar times e torcidas adversárias
<input type="checkbox"/> outra _____

9. Você consome produtos relacionados ao futebol? () sim () não
- 9.1. Se sim, quais produtos você **mais adquire**?

<input type="checkbox"/> vestimenta (camisas, shorts, bonés, meias, calçados, etc)
<input type="checkbox"/> acessórios (pulseiras, chaveiros, correntes, bandeiras, etc)
<input type="checkbox"/> outro(s) _____
- 9.2. Se sim, **com que frequência** você compra esses produtos?

<input type="checkbox"/> sempre	<input type="checkbox"/> quase sempre	<input type="checkbox"/> raramente
---------------------------------	---------------------------------------	------------------------------------
- 9.3. Se sim, **qual a quantidade** de produtos que você consome?

<input type="checkbox"/> muito	<input type="checkbox"/> pouco	<input type="checkbox"/> muito pouco
--------------------------------	--------------------------------	--------------------------------------

Agradecemos sua disponibilidade e colaboração!

ANEXO 3**Termo de Consentimento Livre e Esclarecido**

Você está sendo convidado(a) a participar, como voluntário(a), de uma pesquisa. Meu nome é *Luís César de Souza*, sou o pesquisador responsável e minha área de atuação é Educação Física e Esportes.

Após receber os esclarecimentos e as informações a seguir, no caso de aceitar fazer parte do estudo, assine ao final deste documento, que está em duas vias. Uma delas é sua e a outra é do pesquisador responsável. Em caso de recusa, você não será penalizado(a) de forma alguma.

Em caso de dúvida sobre a pesquisa, você poderá entrar em contato com o pesquisador responsável, inclusive ligações a cobrar, pelo telefone (64) 99637757. Em casos de dúvidas sobre os seus direitos como participante nesta pesquisa, você poderá entrar em contato com o Comitê de Ética em Pesquisa da Universidade Federal de Goiás, nos telefones: (62) 3521-1075 ou 3521-1076.

Informações sobre a pesquisa

A pesquisa que você vai colaborar é *Cultura, torcidas organizadas e o potencial (de)formativo do futebol contemporâneo*, e tem como principal objetivo investigar as transformações do futebol na sociedade contemporânea, sobretudo no contexto do grande negócio (empresas, bancos e meios de comunicação) como patrocinador do futebol espetáculo, e também investigar os motivos que levam à violência no futebol, sobretudo aquela atribuída às torcidas organizadas. Sua participação será por meio de entrevista e/ou resposta a questionário.

Não haverá despesa financeira de sua parte, como também não haverá pagamento pela sua colaboração, a única solicitação é o tempo necessário à realização da entrevista e/ou resposta ao questionário.

Será garantido sigilo e privacidade em relação aos dados confidenciais tanto nas entrevistas como nos questionários, os quais serão utilizados para finalidades estritamente ligadas aos objetivos dessa pesquisa. Por fim, você tem liberdade para recusar a participar, ou mesmo retirar seu consentimento em qualquer fase da pesquisa, livre de qualquer penalização ou prejuízo.

Luís César de Souza /Pesquisador responsável

Consentimento da participação da pessoa como sujeito da pesquisa

Eu, _____, RG/CPF _____, abaixo assinado, concordo em participar do estudo *Cultura, torcidas organizadas e o potencial (de)formativo do futebol contemporâneo*, como sujeito. Fui devidamente informado(a) e esclarecido(a) pelo pesquisador(a) Luís César de Souza sobre a pesquisa, os procedimentos nela envolvidos, assim como os possíveis prejuízos e benefícios decorrentes de minha participação. Foi-me garantido que posso retirar meu consentimento a qualquer momento, sem que isto leve a qualquer penalidade.

Local e data: _____ Nome e Assinatura: _____